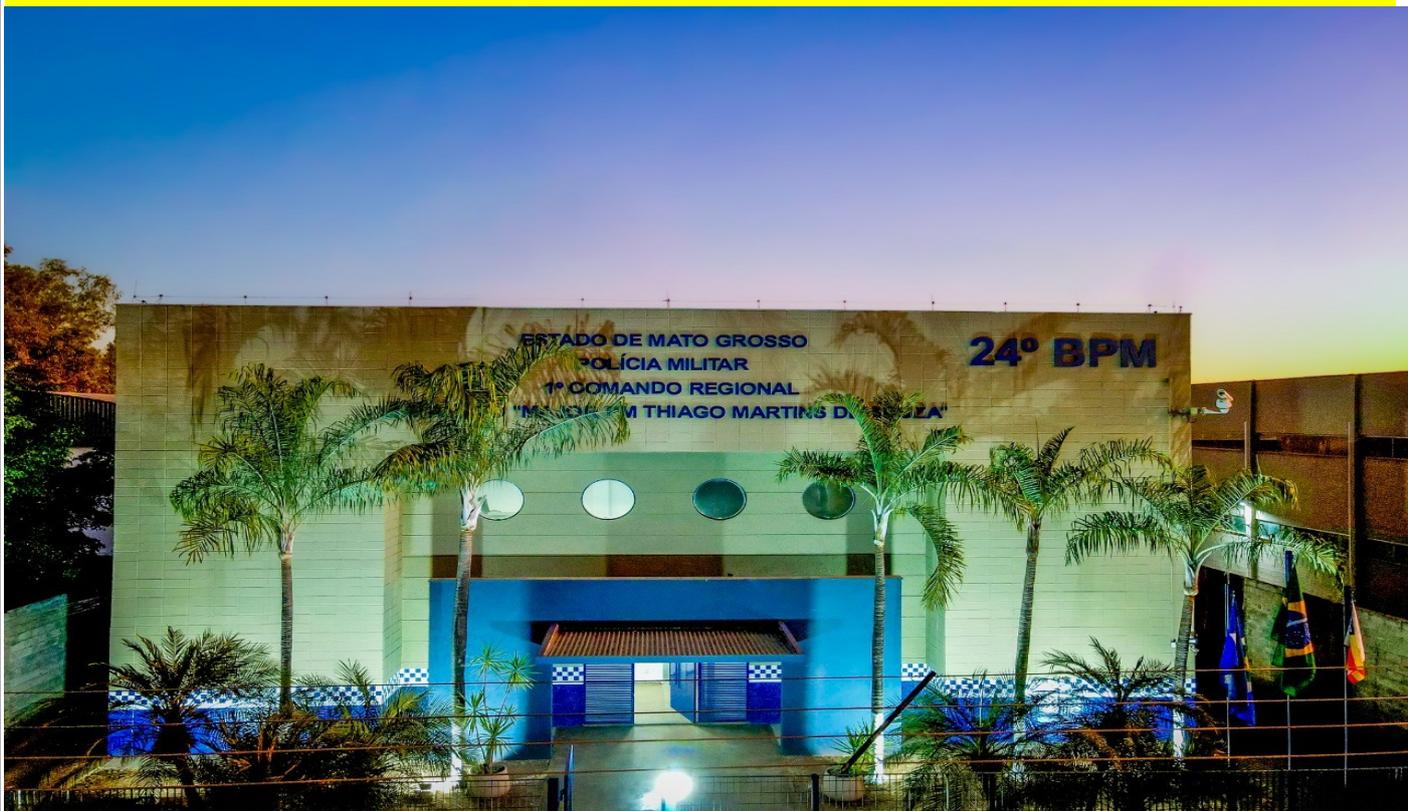


HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública

ISSN 1981-6308 / ISSN ON LINE 2359-5124

Vol. 22 - Nº 1 Ano 2022 Jan / Jun.



24ª Batalhão de Polícia Militar - 1º Comando Regional da PMMT
Distrito Industrial - Cuiabá-MT





REVISTA HOMENS DO MATO

ISSN 1981-6308 / ISSN ON LINE 2359-5124

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Vol. 22- Nº 1- Ano 2022

Jan a Jun

“HOMENS DO MATO”

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública criada pela Portaria nº 003/APMCV de 12 de julho de 2005 – ISSN 2359-5124

INSTITUCIONAL

Cel PM Alexandre Correa Mendes – Comandante Geral da PMMT.
Cel PM Januário Antônio Edwirges Batista – Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa da PMMT.
Ten Cel PM Gabriel Rodrigues Leal – Coordenador do Centro de Pesquisa da PMMT.

PRODUÇÃO

Conselho Editorial sob a gerência do Dr. Gabriel Rodrigues Leal, Oficial da Polícia Militar de Mato Grosso.

CONSELHO EDITORIAL

Editor Geral: Dr. Gabriel Rodrigues Leal

Dr. Adriano Breunig	Dr. Laudicério Aguiar Machado
Dr. Almir Balieiro	Dr. Marcelo de Miranda Lacerda
Dr. Almir de França Ferraz	Dra. Maria Aparecida Morgado
Dra. Angela Santana de Oliveira	Dra. Maria das Dores Cardoso Frazão
Dr. Antônio Carlos Monteiro de Castro	Dra. Mariele Schmidt Canabarro Quinteiro
Dra. Diva Maria de Oliveira Mainardi	Dra. Nágila de Moura Brandão
Dr. Edson Benedito Rondon Filho	Dr. Naldson Ramos da Costa
Dr. Einstein Lemos Aguiar	Dra. Rochele Fellini Fachinetto
Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos	Dr. Ronilson de Souza Luiz
Dr. Gabriel Rodrigues Leal	Dra. Sônia Cristina Oliveira
Dr. George Felipe Dantas	Dra. Suely Dulce de Castilho
Dra. Joelma Fernandes de Oliveira	Dr. Wilquerson Felizardo Sandes
Dr. Kuang Hongyu	

Editores de seção: Dr. Gabriel Rodrigues Leal Msc. Anderson Przybyszewski Silva

Editoração Eletrônica e arte da capa: Msc. Anderson Przybyszewski Silva

Revisão gramatical: Dr. Gabriel Rodrigues Leal

Capa: 24º Batalhão de Polícia Militar – 1º Comando Regional/Cuiabá – MT

REVISTA HOMENS DO MATO. Polícia Militar de Mato Grosso – PMMT. Centro de Desenvolvimento e Pesquisa, nº 1 Vol. 22, 2022.

Periodicidade Semestral

ISSN 2359-5124

1. Polícia Militar, 2. Centro de Desenvolvimento e Pesquisa, 3. Segurança Pública, 4. Título, 5. Periódico.

EDITORIAL

Prezados (as) Leitores (as)!

O ano de 2022 tem se mostrado desafiador. A retomada da normalidade não tem se apresentado da forma como esperávamos. Há um misto de esperança e dúvida quanto ao futuro, algumas soluções e inúmeras dúvidas de com será o amanhã.

A capacidade de resiliência da sociedade contemporânea, foi (e está sendo) colocada em xeque em uma velocidade sem precedentes na história da humanidade.

Entendemos e acreditamos inequivocamente no viés de protagonismo e preponderância que a epistemologia possui neste contexto fático, sobretudo a segurança pública.

É bem verdade que, a área de atuação da segurança pública *“bebe na fonte”* das ciências mais consolidadas, como por exemplo as ciências sociais. Porém, caminhar no sentido de fortalecer e aprimorar o espectro de estudo das ciências policiais também compõe o mister deste periódico científico.

Com este norte de otimismo e incertezas sobre o futuro delineado, apresentamos a 1ª Edição da Revista Científica Homens do Mato, ano 2022. Enfatizamos o fato de que os estudos aqui contemplados nos revelam a pujança na produção científica por integrantes da segurança pública no país. Além de uma cristalina intenção de oportunizar, cada vez mais, um viés nacional ao periódico, ao fato de contemplar produções científicas de distintas regiões e estados do Brasil, ressaltando a pluralidades regionais e o saber local.

Inauguramos a seção de artigos com o trabalho dos pesquisadores Bruno Marcel Tocantins, Victor Lucio Prado e Victor Paulo Fortes Pereira, que teve por objetivo pesquisar as estratégias utilizadas pela Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT) frente ao *“salve geral”* ocorrido em Cuiabá-MT em 10 de junho de 2016, através do artigo **“Salve geral: estratégias da Polícia Militar de Mato Grosso para o enfrentamento”**.

Em seguida apresentamos o estudo sobre a eficiência da captação e gestão de imagens da ferramenta de Reconhecimento Óptico de Caracteres pelos agentes de Inteligência do Grupo Especial de Fronteira de Mato Grosso, utilizando-se conceitos de Engenharia Cognitiva, através da pesquisa de Gilberto Protásio Reis, Josenilton Costa Martins e Richard André Pereira Barrios, cujo tema é **“Entre o pensar e o agir no uso do reconhecimento óptico de caracteres: Ergonomia cognitiva aplicada à inteligência de segurança pública contra o tráfico de entorpecentes”**.

Os pesquisadores Nazareno Marcineiro, Caio Augusto dos Santos Alves, Edson da Silva Júnior, Giancarlo Nunes da Rocha e Rafael Fernandes dos Santos, objetivam examinar como a análise criminal pode contribuir na distribuição dos recursos humanos e materiais para um policiamento ostensivo mais efetivo no âmbito da Polícia Militar, através do artigo **“Análise criminal e policiamento ostensivo: uma relação indissociável”**.

Os pesquisadores Alexssandro Marcondes Freitag, Leonardo Domingos Gasparetto e Susane Tamanho produziram o artigo **“Atendimento pré-hospitalar tático: percepção dos policiais militares quanto a doutrina de atendimento pré-hospitalar tático na instituição polícia militar do estado de mato grosso”**, a pesquisa avalia se a ausência de uma doutrina institucional de Atendimento Pré-Hospitalar Tático, juntamente com a escassez de equipamentos, interfere diretamente na redução da vitimização do policial militar em confronto armado, conforme percepção dos próprios membros da corporação.

No artigo denominado **“Monitoramento do programa educacional de resistência às drogas e à violência na Bahia”**, os pesquisadores Ana Flávia Ferreira de Brito Oliveira, Edval Carlos dos Santos Filho, Luciana Araújo Rios e Sandra Santos Vieira, têm o objetivo de apresentar uma proposta de criação de mecanismos para realização do monitoramento do Programa de Resistência às Drogas e à Violência, no estado da Bahia.

Em **“A efetividade dos termos circunstanciados de ocorrência lavrados pelo 23º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso no 2º semestre de 2021 na quantidade de ocorrências, transações penais e prescrições em relação a 2020”**, os pesquisadores Arthur Merlim Rodrigues Major, Marcelo Gusmão Oliveira e

Patrícia Marina Silva Santos, problematizam a efetividade dos termos circunstanciados de ocorrência lavrados pelo 23º Batalhão da Polícia Militar no 2º semestre de 2021. Partindo da hipótese de que o início da lavratura pela Polícia Militar aumentaria as transações penais realizadas em Vila Rica e traria mais recursos para a sociedade.

Direcionado o olhar para a percepção dos servidores da educação que laboram nas escolas estaduais militares de Mato Grosso, sob a gestão da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar, os pesquisadores Everson Brito Fortes, Márcio Pereira da Silva e Nágila Moura Brandão, construíram o artigo intitulado **“A percepção dos servidores da educação nas escolas estaduais militares de Mato Grosso: houve mudanças quanto à gestão?”**.

A efetividade do assessoramento ao comando do 11º Comando Regional da Polícia Militar, de Primavera do Leste-MT, mediante conhecimento produzido pela Agência Regional de Inteligência, atinente ao enfrentamento das organizações criminosas, foi tema do artigo **“A atividade de inteligência e a efetividade no assessoramento do comando do 11º Comando Regional sobre atuação das organizações criminosas”**, de autoria de João Batista Farias Junior, Rebert Santos Silva e Clarindo Alves de Castro.

Encerramos a seção de artigos com uma análise da trajetória histórica dos Direitos Humanos que permite vislumbrar a sua importância, identificar o formato de proteção jurídica internacional a que estes direitos estão sujeitos e compreender as novas violações aos Direitos Humanos na atualidade em **“Uma perspectiva histórica dos direitos humanos e os seus desafios atuais”**, de autoria dos pesquisadores Gabriel Rodrigues Leal e Mariele Schmidt Canabarro Quintero.

Destacamos na seção de resenhas o trabalho do pesquisador Anderson Przybyszewski Silva e da Dra. Rita Adriana Gomes de Souza sobre o livro **“Por que Policiais se Matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro”**, da autora Dayse Miranda, onde é estudado detalhadamente o tema suicídio na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ.

Nesta edição realizamos uma entrevista com o **Cel PM RR Edson Benedito Rondon Filho - Doutor em Sociologia pelo PPGS/UFRGS**, que nos brindou com sua trajetória acadêmica e profissional falou sobre o processo de consolidação das ciências policiais e do objeto de sua tese de doutorado sobre socialização secundária desencadeada na experiência profissional junto à Polícia Militar, além de fazer um resgate histórico acerca do surgimento do Centro de Desenvolvimento e Pesquisa da PMMT e da Criação da Revista Científica Homens do Mato.

Na capa da Revista Homens do Mato, homenageamos a nova sede do 24º Batalhão da Polícia Militar, localizada no distrito industrial de Cuiabá-MT.

Feitas as apresentações de praxe, convidamos o nosso leitor ao deleite da leitura científica, boa leitura!

Cuiabá-MT, julho de 2022

Gabriel Rodrigues Leal - Ten Cel PM

Editora Geral da RHM

SUMÁRIO

SEÇÃO DE ARTIGOS

Salve geral: Estratégias da Polícia Militar de Mato Grosso para o enfrentamento. p. 11.

Bruno Marcel Tocantins

Victor Lucio Prado

Victor Paulo Fortes Pereira

Entre o pensar e o agir no uso do reconhecimento óptico de caracteres: Ergonomia cognitiva aplicada à inteligência de segurança pública contra o tráfico de entorpecentes. p. 37.

Gilberto Protásio Reis

Josenilton Costa Martins

Richard André Pereira Barrios

Análise criminal e policiamento ostensivo: Uma relação indissociável. p. 73.

Caio Augusto dos Santos Alves

Edson da Silva Júnior

Giancarlo Nunes da Rocha

Rafael Fernandes dos Santos

Nazareno Marcineiro

Atendimento pré-hospitalar tático: percepção dos policiais militares quanto a doutrina de atendimento pré-hospitalar tático na instituição polícia militar do estado de Mato Grosso. p. 95.

Alexssandro Marcondes Freitag

Leonardo Domingos Gasparetto

Susane Tamanho

Monitoramento do programa educacional de resistência às drogas e à violência na Bahia. p. 131.

Ana Flávia Ferreira de Brito Oliveira

Edval Carlos dos Santos Filho

Luciana Araújo Rios

Sandra Santos Vieira

A efetividade dos termos circunstanciados de ocorrência lavrados pelo 23º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso no 2º semestre de 2021 na quantidade de ocorrências, transações penais e prescrições em relação a 2020. p. 161.

Arthur Merlim Rodrigues Major

Marcelo Gusmão Oliveira

Patrícia Marina Silva Santos

A percepção dos servidores da educação nas escolas estaduais militares de Mato Grosso: houve mudanças quanto à gestão? p. 189.

*Everson Brito Fortes,
Márcio Pereira da Silva
Nágila Moura Brandão*

A atividade de inteligência e a efetividade no assessoramento do comando do 11º Comando Regional sobre atuação das organizações criminosas. p. 223.

*João Batista Farias Junior
Rebert Santos Silva e
Clarindo Alves de Castro*

Uma perspectiva histórica dos direitos humanos e os seus desafios atuais. p. 255.

*Gabriel Rodrigues Leal
Mariele Schmidt Canabarro Quinteiro*

SEÇÃO DE RESENHAS

Por que Policiais se Matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1º ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial. 148 p. 2016. (Dayse Miranda. Org.) p. 279

Anderson Przybyszewski Silva

SEÇÃO DE ENTREVISTAS

Cel PM MT - RR Edson Benedito Rondon Filho - Doutor em Sociologia pelo PPGS/UFRGS p. 287

Entrevistado por Gabriel Rodrigues Leal

SALVE GERAL: ESTRATÉGIAS DA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO PARA O ENFRENTAMENTO

Bruno Marcel Tocantins¹
Victor Lucio Prado²
Victor Paulo Fortes Pereira³

RESUMO

Este artigo teve por objetivo pesquisar as estratégias utilizadas pela Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT) frente ao “salve geral” ocorrido em Cuiabá-MT em 10 de junho de 2016. A fundamentação baseou-se no estudo das organizações criminosas e estratégias policiais utilizadas. A pesquisa é qualitativa, tendo enfoque no método hipotético-dedutivo. As técnicas utilizadas foram a revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas. As entrevistas se deram por pautas com os comandantes militares. A hipótese foi confirmada, as ações estratégicas da Polícia Militar foram eficazes, conseguindo conter o evento criminoso. As estratégias fundamentais para o restabelecimento da ordem pública foram: intensificação do policiamento ostensivo com apoio das forças especiais, utilização do setor de inteligência e ação de forma integrada aos demais órgãos da segurança pública.

Palavras-chave: *Organizações Criminosas - Salve Geral - Estratégias Policiais - Polícia Militar de Mato Grosso - Integração.*

ABSTRACT

This article aimed to research the strategies used by the Military Police of Mato Grosso (PMMT) against the “general rescue” that took place in Cuiabá-MT on June 10, 2016. The rationale was based on the study of criminal associations and political policies used. The research is qualitative, focusing on the hypothetical-deductive method. The techniques used were a bibliographic review, document analysis and interviews. The interviews were based on guidelines with military commanders. The hypothesis was confirmed, the strategic actions of the Military Police were effective, managing to contain the criminal event. The fundamental rules for the restoration of public order were: intensification of ostentatious policing with the support of special forces, use of the intelligence sector and action in an integrated manner with the other public security bodies.

Keywords: *Criminal Organizations - Salve Geral - Police Strategies - Military Police of Mato Grosso - Integration.*

¹ Tenente Coronel da PMMT, Especialista em Estudos de Comando e Estado Maior pela APMCV/PMMT.

² Tenente Coronel da PMMT, Especialista em Estudos de Comando e Estado Maior pela APMCV/PMMT.

³ Coronel da PMMT, Especialista em Estudos de Comando e Estado Maior pela APMCV/PMMT.

INTRODUÇÃO

A delinquência organizada constitui preocupante ameaça aos direitos e liberdades conquistadas pela sociedade e ao Estado democrático de Direito. A organização da criminalidade é um fenômeno antigo, alguns autores como Herrera e Rodriguez (2016, p.40) citam como exemplos os primeiros grupos de assaltantes de estradas da antiguidade na Palestina, Pérsia, mas nos moldes que temos hoje, doutrinadores citam às origens dessa criminalidade aparelhada na Itália (século XIX) e outros indicam ter sido nos Estados Unidos da América (século XX).

Todavia, as organizações criminosas contemporâneas possuem características que as distinguem dos grupos criminosos do passado. O crime organizado é uma espécie de macro criminalidade, de alcance transnacional e cada vez mais globalizado, que deixa vulnerável instituições públicas e privadas. Segundo Ferro (2018, p.60), eles “possuem estruturação empresarial voltada a criminalidade, poder de intimidação e, sobretudo, capacidade de ligação estrutural ou funcional com o Poder Público, agem infiltrando-se e corrompendo os sistemas”.

O crime organizado é tema central nas discussões atuais da pasta de segurança pública de qualquer Estado brasileiro. Já faz parte do cotidiano nacional termos como “facção, CV, PCC, salves, crime organizado” e, infelizmente, relacionado à “ataque e morte”. Atos de violência, com cenários de guerra somente vistos em filmes ou Estados como Rio de Janeiro e São Paulo, agora ocorrem às nossas vistas, próximos as nossas casas.

Esta ameaça ao Estado apresenta-se como um desafio ainda maior se admitirmos que não se trate de um fenômeno conhecido com a necessária profundidade, tampouco os cidadãos conseguem definir com precisão cirúrgica. O doutrinador Greco (2020, p.1) chama a atenção para o fato de que “quando invocamos a expressão que hoje se tornou corriqueira no mundo todo, ‘luta contra o crime organizado’, talvez o primeiro, senão o maior desafio, seja compreender o que pretendemos combater”. Assim, para enfrentar e vencer essa “guerra civil”, o Estado brasileiro necessita primeiro “conhecer o inimigo”, como já dizia Sun Tzu (2001, p.155).

Em Mato Grosso, no dia 10 de junho de 2016, um grupo criminoso desencadeou uma série de crimes de grande magnitude, denominado “Salve Geral”, que afetou várias cidades do Estado, em especial, em Cuiabá. Durante tal fato histórico, saber quais foram as estratégias adotadas pela Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT), os desafios e como se deu o trabalho policial, é o que instigou a presente pesquisa.

Esse contexto necessita por pesquisa acadêmica aprofundada para melhor compreensão do fenômeno, bem como fornecer subsídios para ações futuras.

A hipótese formulou-se alicerçada nas ações estratégicas utilizadas pela PMMT, se foram eficazes então o evento criminoso foi contido. O objetivo do trabalho foi analisar as ações estratégicas utilizadas pela PMMT para conter o evento “salve geral” em Cuiabá-MT. Tal objetivo desdobrou-se em: identificar os eventos realizados pela organização criminosa, descrever as ações estratégicas da PMMT, e compreender os desafios enfrentados pela instituição militar durante os ataques.

A pesquisa confirmou a hipótese formulada, a PMMT conteve o salve geral utilizando-se de estratégias policiais eficazes.

O estudo acerca desse complexo tema enriquece o meio acadêmico, alargando sua compreensão e servindo de base aos gestores da segurança pública em Mato Grosso para possíveis tomadas de decisões.

METODOLOGIA

Primeiramente iniciou-se pelo método hipotético-dedutivo, pela percepção de uma lacuna no conhecimento, acerca da qual formula-se as hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.106).

Posteriormente, deu-se a etapa de revisão bibliográfica e apresentou os conceitos sobre os temas: organizações criminosas, levantamento de dados sobre o evento denominado “salve geral” e as estratégias policiais. Estes temas foram destacados em tópicos no trabalho.

Dessa maneira pretendeu-se contextualizar o objeto de estudo e atingir seu objetivo, fins verificar as ações estratégicas utilizadas pela PMMT frente ao evento “Salve Geral” ocorrido no ano de 2016 em Mato Grosso, tendo como enfoque Cuiabá.

A pesquisa foi desenvolvida pela metodologia qualitativa com abordagem exploratória e descritiva. As técnicas utilizadas foram a análise documental e entrevistas. Por ser uma pesquisa exploratória, pretendeu-se utilizar vários métodos de coleta para atingir um nível maior de compreensão sobre a realidade estudada, sendo eles: pesquisa documental, dados secundários, entrevista por pautas, artigos científicos, internet e dados estatísticos.

Após a pesquisa bibliográfica e documental, foi realizado o roteiro das entrevistas por pautas. Foram entrevistados os comandantes da instituição que estiveram à frente dos trabalhos durante o evento criminoso, sendo eles, os na época: Coronel Gley Alves de Castro - Comandante Geral da PMMT, Coronel Jorge Luiz de Magalhães - Comandante do 1º Comando Regional (Cuiabá), Coronel Clarindo Alves de Castro - Diretor da Agência Central de Inteligência (DACI) e Coronel Paulo Ferreira Serbija Filho - Chefe da Superintendência de Planejamento, Operações e Estatística (SPOE) da PMMT.

As falas dos entrevistados não serão direcionadas aos respectivos militares, mas sim, identificar-se-á aleatoriamente como “Coronel 1, Coronel 2, Coronel 3 e Coronel 4” a fim de manter a ética profissional e evitar constrangimentos.

Foram utilizados também, de forma comparativa, os dados da entrevista do Coronel Eclair Elizeu Teixeira Borges, ex-comandante geral da PM de São Paulo, realizada pelo Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP).

A análise do resultado será feita no tópico “estratégias policiais para o enfrentamento ao crime organizado”.

ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

A criminalidade organizada não é uma atividade recente. Alguns autores, como por exemplo, Herrera e Rodriguez (2016, p.40), citam como exemplos de criminalidade organizada os primeiros grupos de assaltantes de estradas da antiguidade, passando pelos sicários da Palestina do século I e os assassinos da

Pérsia do século XI, até os grupos de bandoleiros da Espanha romântica. Segundo os autores supracitados, nos moldes da criminalidade organizada atual, alguns autores apontam as origens dessa organização aparelhada na Itália do século XIX e, para outros, nos Estados Unidos da América do século XX:

Na Itália, três são os focos principais que entre o início e meados do século XIX veriam nascer a moderna delinquência organizada: Sicília e a máfia Siciliana, Nápoles e a Camorra, Calábria e a máfia Calabresa. Nos Estados Unidos da América, a delinquência organizada está vinculada aos primeiros clãs irlandeses e judeus das grandes cidades da costa oeste e, posteriormente, ao surgimento da máfia ítalo-americana, sobretudo a partir do advento da Lei Seca (1919-1931).

O crime organizado atualmente guarda profundas marcas que o distinguem dos grupos de criminosos do passado, segundo a jurista espanhola Rodriguez (2013, p.2-3) o novo modelo associativo “necessita ser analisado como macrocriminalidade, ou seja, que atua realizando ações de amplo espectro, em que os sujeitos ativos costumam ser grandes organizações criminosas, os bens jurídicos são plurais e as vítimas são praticamente indeterminadas”. E destaca, “hoje a criminalidade organizada tem sido capaz de se beneficiar dos avanços tecnológicos e da liberdade dos mercados para dar um salto qualitativo em sua atuação criminógena”, vejamos:

A criminalidade organizada de nossos dias, que se manifesta no tráfico de pessoas, de crianças, de órgãos humanos, na prostituição, na lavagem de capitais, no tráfico de drogas etc., tem sido capaz de se beneficiar dos avanços tecnológicos e da liberdade dos mercados para dar um salto qualitativo em sua atuação criminógena e nos oferecer um tipo de delinquência que parece não ser facilmente definível com os parâmetros tradicionais das categorias penais.

A autora Rodrigues (2008, p.16), destaca seis principais características das atuais organizações criminosas internacionais: 1) organização hierárquica; 2) ‘leis’ e sanções internas; 3) branqueamento de capitais criminosos; 4) intimidação; 5) compra de funcionários públicos; 6) diversidade de crimes cometidos.

No Brasil, a definição de organização criminosa se solidificou com o advento da Lei nº 12.850 de 02 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013), que esclareceu o tema e trouxe algumas inovações, como por exemplo, a associação de 4 ou mais pessoas, como se observa:

Art. 1º Esta Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.

§ 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Os principais grupos com articulação criminal existentes no mundo são: Cosa nostra, Camorra, Ndrangheta, estas da Itália; Máfia norte-americana; Yakuza (Japão); Tríades chinesas; Máfia russa; Cartéis colombianos (de Cali e Medellín) e mexicanas (cartel de Sinaloa e Jalisco Nueva Generación). Em nosso estudo não vamos adentrar às organizações criminosas “Terroristas”.

Já em nosso país, destaca-se o Comando Vermelho, Primeiro Comando da Capital (PCC), Família do Norte (FDN), Terceiro Comando Puro (TCP) e Amigo dos Amigos (ADA).

O Comando Vermelho nasceu em 1979, no interior do presídio Cândido Mendes, no estado do Rio de Janeiro, o grupo conhecido como Falange Vermelha tinha como líderes “Professor, Bagulhão, Gordo, Escadinha e Meio Quilo”. Após a destruição da unidade prisional, o grupo cresceu, ganhou as ruas e passou a controlar o tráfico nas favelas cariocas. No começo dos anos 80, do século XX, recebeu o nome de “Comando Vermelho”, definido pelas siglas “CV”, que depois se tornaria mundialmente conhecida.

Greco (2020, p. 15) destaca o crescimento do “CV” por meio do assistencialismo às comunidades. Salienta que “a principal arma do CV para se perpetuar como uma organização criminosa estável, era o auxílio social aos menos favorecidos das comunidades nas quais se instalava e o extermínio, mediante assassinatos, dos integrantes de grupos rivais”. O Comando Vermelho assumiu rapidamente o controle de uma das principais comunidades do Rio de Janeiro, o morro Dona Marta, e deu notoriedade internacional a três dos seus líderes, o “Marcinho VP, Fernandinho Beira-Mar e o segundo Marcinho VP”, vejamos:

O seu principal líder na época, era o famoso criminoso Márcio Amaro de Oliveira, o “Marcinho VP”. Marcinho se tornou praticamente uma celebridade, cooptado por jornalistas e cineastas para contar a sua história e se apresentar como personagem

central de livros e peças cinematográficas. Condenado a mais de 42 (quarenta e dois) anos de prisão, Marcinho VP foi morto no começo dos anos 2000. Após a morte de Marcinho VP, o Comando Vermelho teria ainda dois líderes conhecidos internacionalmente. Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, e Márcio Nepomuceno dos Santos, o segundo Marcinho VP.

Em Mato Grosso, a primeira organização criminosa a ser instalada foi a “Baixada Cuiabana” que tentou impedir à entrada de outras facções no Estado, no entanto, a resistência foi suprimida pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Conforme Carvalho (2014, p.20), o PCC teve o domínio em Mato Grosso até o fortalecimento do Comando Vermelho no ano de 2013, vejamos:

Constatou-se a existência anterior do grupo criminoso “Baixada Cuiabana”, cujos líderes locais tentaram fazer oposição à chegada das grandes facções no Estado, porém a resistência da facção criminosa local acabou cedendo às investidas e permitiu a instalação de um “braço” do PCC no Estado, tanto o é que, por vários anos o PCC teve o domínio do crime em Mato Grosso, segundo os órgãos policiais investigativos.

[...] Em Mato Grosso, segundo levantamentos da própria polícia civil, o Comando Vermelho teve uma evolução significativa no início de 2013, com o líder Sandro Louco [...].

O Comando Vermelho é a facção que domina atualmente às ações criminosas em território mato-grossense. Tal domínio se deu pela articulação do seu líder “Sandro Louco”, que reuniu os integrantes para iniciar a facção, evitou à dispersão destes e, de forma distinta dos demais grupos, criou a organização como “franquia” com a elaboração de estatuto social. Carvalho (2014, p.22) destaca que:

De acordo com levantamentos da própria polícia civil, o Comando Vermelho teve uma evolução significativa no início de 2013, com o líder Sandro Loco, chamando a todos os demais integrantes para comporem a facção, uma vez que havia muita resistência na entrada de tais facções no estado, por quererem implantar suas ideologias, sendo que o comando e o lucro ficariam sempre na mãos dos líderes nacionais, estando os criminosos do Estado subordinados em todos os sentidos aos chefes da facção que ficam em outros Estados.

Como exemplo: no caso do PCC, as ordens e a direção estariam sempre em São Paulo, bem como os lucros do crime e a arrecadação das mensalidades. O diferencial nesse caso em específico do CV-MT, é que eles funcionariam como uma franquia, ou seja, existe um estatuto, uma regra geral que deve ser respeitada, porém a administração, a tomada de decisão, enfim o controle geral ficaria com a liderança do Estado, o que despertou o interesse dos criminosos locais.

O Comando Vermelho em Mato Grosso conta com mais de 300 (trezentos) membros e têm a “franquia” subsidiada pelos recursos do crime, sendo que os seus

integrantes são responsáveis pela estruturação e cumprimento das ordens da cúpula do crime, dentre elas: ordens de tráfico, roubo, “salves” e morte. Vejamos:

Em uma investigação específica para a exploração desta facção criminosa que perdurou por mais de um ano, a qual tivemos acesso a alguns documentos e que demonstraremos no capítulo seguinte, essas centenas de integrantes da facção são responsáveis não só pela estruturação, mas também pelo cumprimento das ordens da cúpula do crime, ordens de tráfico, assalto e morte, como veremos nos detalhamentos dos dois homicídios determinados pelo conselho final da facção criminosa (CARVALHO, 2014, p.22).

Desta forma, entende-se que o objetivo das facções é a obtenção de alto lucro, por meio da prática de crimes, as mesmas possuem estruturas organizadas, articuladas e com divisão de tarefas e funções. Cabe às Instituições de Segurança Pública o planejamento estratégico para enfrentar e desarticula-las, uma vez que tais crimes são graves ameaças à paz social. Em nosso Estado, a atenção está voltada para reprimir às ações do Comando Vermelho, organização mais atuante e que aterrorizou as cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Barra do Garças e Primavera do Leste, durante o “salve geral” de 2016.

EVENTO CRIMINOSO “SALVE GERAL”

O “salve geral” ocorrido em Mato Grosso por ter escassa literatura acerca do tema, utilizar-se-á também a contribuição da pesquisa, das descrições trazidas pelos comandantes entrevistados, para possível caracterização do fenômeno.

O evento criminoso que ocorreu no dia 10 de junho de 2016, ficou conhecido como “Salve Geral”, onde moradores da capital Cuiabá e em outros municípios de Mato Grosso, quais sejam Várzea Grande, Barra do Garças, Primavera do Leste, Barra do Bugres e Sinop, viveram momentos de terror. O “Salve Geral” foi desencadeado pelo Comando Vermelho, seguindo ordens dos seus líderes do interior da Penitenciária Central do Estado (PCE), em decorrência da greve dos agentes penitenciários e consequente suspensão das visitas aos reeducandos.

O entrevistado, Coronel 3, relata que a Diretoria da Agência Central de Inteligência da Polícia Militar (DACI/PM) recebeu vários informes que familiares de presos haviam realizado uma manifestação no dia 10 de junho de 2016 ateando fogo

em pneus e, momentos depois, o líder da facção criminosa “vulgo RG” ordenou o “Salve Geral” contra agentes da segurança pública. Detalha pormenorizadamente que:

Às 13:17hs - Familiares de presos realizaram um bloqueio, ateando fogo em pneus, na Br 364 em frente a Penitenciária Central do Estado.

Às 16:48hs - Apurou-se através de informes que o reeducando REGINALDO APARECIDO MOREIRA, vulgo RG, integrante da facção criminosa Comando Vermelho de Mato Grosso, declarou um **SALVE GERAL para que se desse a ordem de atacar integrantes do Sistema de Segurança Pública, tendo como alvos principais, Policiais Militares, Policiais Cíveis e Agentes Penitenciários, devido à greve dos Agentes penitenciários e conseqüentemente a proibição das visitas de seus familiares, proibição esta que causou indignação e revolta entre os detentos e seus familiares** (grifo nosso).

Às 18:27 - Irradiou-se denúncias via CIOSP de que estaria ocorrendo um incêndio em um ônibus de transporte coletivo no Bairro Praieiro-Cuiabá.

O citado salve culminou em ameaças, incêndios a veículos civis e militares, dano, disparos de armas de fogo, além de outros ilícitos. O Coronel 1 se espantou com o que vivenciou, relata que “não esperava algo tão espetaculoso, pirotécnico, realmente eram coisas que a gente via em São Paulo, Rio de Janeiro, alguns grandes centros, em Cuiabá eu realmente não lembro se foi inédito, mas foi algo que a gente vivenciou que espantou”.

A população clamava por socorro, várias eram as ligações ao Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP) durante o fenômeno criminoso. Cidadãos desesperados suplicavam ao telefone “190”:

[...] é um ônibus que está pegando fogo, aqui no final da General Melo e está se alastrando para dentro do colégio, pegou fogo nos fios de luz de alta tensão;

[...] está pegando fogo no ônibus no ponto final do Pedra 90, perigoso explodir né, por causa do diesel;

[...] urgente, precisa de viatura da Polícia Militar urgente aqui no shopping 3 Américas, acabaram de queimar uma moto no estacionamento;

[...] está tendo incêndio e o pessoal saiu correndo de dentro do shopping, na academia Fórmula, estão falando aqui agora, em frente ao 3 Américas. Meu Deus, que loucura, o que está acontecendo com a cidade! (CIOSP, 2020).

Os atos de covardia não se limitaram apenas as chamadas do “190”, as redes sociais, em especial, o *WhatsApp* teve seu protagonismo, sendo utilizado por criminosos, populares e Polícia Militar. No primeiro momento, a tecnologia gerou pânico à sociedade, com o disparo de imagens dos ônibus incendiados e divulgação

de áudios de ameaça dos faccionados. O Coronel 4, recorda que “áudios do Salve Geral e vídeos dos ônibus pegando fogo viralizaram nas redes sociais, principalmente do *WhatsApp*, que sem dúvida alguma causou um clima de insegurança e medo”.

Em resposta, a PM também utilizou as redes sociais para se comunicar com os cidadãos. Além das redes sociais a PM se utilizou da Assessoria de Imprensa para informar a sociedade, relata o Coronel 3 que “foi utilizado dos recursos da Assessoria de Imprensa para informar a população sobre o que estava ocorrendo e a posição da PM no enfrentamento da questão”.

Então, os ataques dos faccionados nas ruas e sua divulgação nas mídias em tempo real, com a utilização de *WhatsApp*, gerou sensação de insegurança muito grande, logo, a estratégia da Polícia Militar foi tentar ‘acalmar os ânimos da população’, segundo o Coronel 1, este que trabalhou no Centro de Comando e Controle do CIOSP na noite daquela notável sexta-feira e madrugada de sábado, a estratégia era tentar que “as pessoas vissem a polícia, vissem a Polícia Militar, o trabalho de inteligência não aparece, o que aparece, a parte visível, é o trabalho ostensivo da PM, pra que a gente restaurasse a segurança subjetiva, a sensação de segurança”. Relata que o salve gerou “uma intranquilidade muito grande”, vejamos:

[...] a gente quando fala em segurança, está falando disso, na sensação de perda que a pessoa tem, então realmente, um ônibus pegando fogo no bairro pedra 90, coquetel molotov em unidade prisional, tiro em unidade da Polícia Militar, que é mais difícil, gera uma intranquilidade muito grande.

As ações criminosas resultaram em incêndio de ônibus de empresas de transportes e viaturas policiais, ameaças de diversas formas às pessoas e agentes de segurança pública, e até mesmo ataque à unidade policial militar com o arremesso de artefato à base de coquetel molotov. Dentre os diversos crimes ocorridos, os principais foram relacionados pela Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso, em comparativo semanal, conforme observa-se no quadro a seguir:

Quadro nº 01. Ocorrências policiais registradas no evento denominado “SALVE GERAL”.

PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS EM MATO GROSSO NO PERÍODO 30/MAIO A 19/JUNHO/2016			
Natureza	30/05 a 05/06	06/06 a 12/06	13/06 a 19/06
Furto	731	737	734
Roubo	447	419	460
Homicídio Doloso	25	11	26
Roubo Seguido De Morte	3	0	1
Estupro De Vulnerável	16	10	29
Furto (Tentado)	26	36	30
Roubo (Tentado)	19	20	15
Homicídio Doloso (Tentado)	45	26	43
Ameaça	450	379	442
Dano	94	112	113
Porte Ilegal De Arma De Fogo De Uso Permitido	27	29	33
Desaparecimento De Pessoa	24	24	26
Incêndio	8	20	10
Associação Para Tráfico Ilícito De Drogas	5	8	6
Extorsão	3	5	1

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso/SROP_PM/PJC (grifo nosso).

Conforme se pode observar no quadro acima, durante a semana do ‘Salve Geral’ (06/06/2016 a 12/06/2016) houve um leve aumento nos ilícitos relacionados a “incêndio, dano, associação para tráfico de drogas e tentativas de furto e roubo”, possivelmente em razão das ações provocadas a mando dos líderes do Comando Vermelho (CV), assim, corroborando com o *modus operandis* dos “Salves Gerais” ocorridos em outros Estados brasileiros.

Já as ocorrências de maior potencial ofensivo como “Homicídio Doloso (Tentado), Homicídio Doloso, Roubo Seguido De Morte, Roubo, Estupro De Vulnerável e Ameaça” nota-se que houve leve diminuição durante o evento criminoso, o que leva a crer que as ações da Polícia Militar e demais órgãos da segurança pública, surtiram efeito coibindo os ilícitos no período. O aumento das tentativas de furto e roubo no período demonstra, em tese, ações frustradas dos criminosos, o que pode ter vínculo com as ações respostas das autoridades.

Descreve o Coronel 2, que iniciado o evento criminoso, fora convocado para participar de reunião no comitê de crise junto ao Secretário de Segurança Pública, Comandantes da PMMT, outras autoridades, inclusive com a participação

do Governador do Estado da época. Dentre vários assuntos deliberados, ressalta que foi determinado a ele que “colocasse o maior número de policiais na rua, para tentar frear essas ações criminosas e aí foi feito isso”. Dessa forma, adentraremos agora nas estratégias policiais que foram utilizadas no citado evento.

ESTRATÉGIAS POLICIAIS PARA O ENFRENTAMENTO AO CRIME ORGANIZADO

Neste trabalho deu-se foco para as estratégias policiais e não em planejamento estratégico. Enquanto o planejamento estratégico é um processo com visão a longo prazo, “processo que determina os objetivos básicos da organização e adota cursos de ação para a sua realização” (DRUCKER,1984), as estratégias formam o primeiro produto, o início de um planejamento, com curta duração, se desdobrando em ações.

Formular estratégias policiais para a diminuição de crimes não é tarefa fácil, pois, o estudo do crime percorre grandes dimensões. No Brasil, o trabalho policial foi estudado por Claudio Beato (2005, p.688), em “Ação e estratégia das organizações policiais”. O autor constatou que o trabalho policial ocorre de forma similar aos já mencionados anteriormente. As polícias brasileiras não são diferentes das polícias de outros países no que diz respeito à sua forma de atuação e revelam uma forma de trabalho “orientada por incidentes”, ou seja, voltada para atendimento de ocorrências. Segundo Beato (2005, p.689):

Organizações brasileiras não são diferentes das polícias de outros países no que diz respeito à sua forma de atuação. São dominadas por um estilo de trabalho conhecido na literatura “orientada por incidentes” (Goldstein, 1989). Isto significa basicamente que o acionamento da polícia se dá através de chamadas feitas através do 190 por cidadãos, outras instituições governamentais ou, em menor número de casos, mediante a própria iniciativa da polícia. O procedimento adotado pelos policiais nestes casos é exatamente o mesmo: tomam nota do incidente através dos boletins de ocorrência, comunicam-se com a central de operações sobre o que fazer, encaminham as partes aos canais competentes, encerram o incidente e vão embora.

No Brasil, em especial após a Constituição Federal de 1988, as polícias militares buscam direcionar suas ações para atender os cidadãos, à garantia dos seus direitos e a preservação do sistema democrático. A Polícia Militar de Mato Grosso traz à tona diversas estratégias objetivando melhor servir o cidadão, estando

atualmente em destaque: o policiamento orientado para resolução de problemas, atuação integrada da inteligência e treinamento por meio do Procedimento Operacional Padrão (POP).

O policiamento orientado para resolução do problema é uma estratégia de análise criminal iniciada em 1979 e comumente utilizada por diversos países, incluindo o Brasil, com objetivo de tratar os problemas específicos de forma preventiva para evitar gastos desproporcionais na área de segurança pública. Segundo Clarke & Eck (2003, p.5) é preciso que as autoridades repensem métodos atuais, pois “exige uma nova compreensão do papel da polícia”. E frisa: “É fundamental reconhecer que a função da polícia não é tão simples quanto às vezes é retratada. É incrivelmente complexa”.

Para Clarke & Eck (2003, p.5) “a essência do policiamento voltado para os problemas está na escolha da forma mais precisa de eficiência em adotar uma resposta focalizada”. Segundo os autores, repensar em novos métodos requer esforço para um profundo e complexo estudo sobre os crimes e suas tendências. E esse foi o trabalho dos comandantes em São Paulo e Mato Grosso durante os salves: estudar o fenômeno, criar estratégias durante o caos e praticá-las.

O Cel PM RR Eclair, ex-Comandante Geral da Polícia Militar de São Paulo entre 2004 e 2007, no ano de 2006 enfrentou evento similar ao “Salve Geral de Mato Grosso”, na época era um evento inédito para aquela polícia, mas que foi de maior magnitude que do nosso Estado e tiveram que formular estratégias durante o evento criminoso. Relata o oficial paulista que participou de várias reuniões com o Governador de São Paulo, Secretário de Segurança Pública e até com a presença, em uma delas, do ex-presidente da República Lula, e que ficava claro que a Polícia Militar estava no comando das ações para coibir a criminalidade (IBSP,2020).

Recorda-se Eclair (IBSP, 2020), que “depois de muita discussão, pois era o Estado, a estrutura estatal, que estava sendo atacado, ficou claramente evidenciado que na linha de frente quem estava era a Polícia Militar e isso sempre ocorre no Brasil inteiro”. Ressalta que muitos órgãos públicos, escolas e até algumas unidades de outras polícias fecharam, no entanto, a Polícia Militar estava nas ruas “firmes e vigilantes” enfrentando as adversidades. E relata que “o sucesso das ações militares

se deu por causa da estrutura hierárquica. A hierarquia e disciplina para manutenção do policiamento foi fundamental”.

Em Mato Grosso, não foi muito diferente, a Polícia Militar teve destaque na preservação da ordem pública, fortalecendo o policiamento ostensivo e contando com a máxima força das unidades especializadas. No entanto, as ações foram mais integradas e houve dinamismo entre os órgãos de segurança pública com foco na resolução do problema.

O Coronel 4 descreveu que chegaram as primeiras informações acerca dos ataques e de imediato determinou aos Comandantes que intensificassem o policiamento nos locais alvos da organização criminosa e manteve comunicação com o Secretário de Segurança Pública que determinou o acionamento do Gabinete de Gestão de Crise:

Naquela ocasião, véspera de um final de semana, o evento criminoso chegou ao conhecimento deste comando por informações oriundas da Diretoria da Agência Central de Inteligência da PMMT (DACI), que se tratava de uma ação criminosa provavelmente (suspeita naquela ocasião) de ser liderada pela facção Comando Vermelho. Sendo deliberado de imediato junto ao Chefe do Estado Maior e o Subchefe do Estado Maior para que informássemos aos comandos regionais, orientando-os a intensificar o policiamento, principalmente nos locais identificados como alvo da facção. Logo em seguida foi contatado com o Secretário de Segurança Pública, o qual **entendeu em ativar o Gabinete de Gestão de Crise da SESP, por se tratar de uma situação de crise com ameaças complexas e de grande repercussão social, fins de se adotar, de forma integrada, todas medidas necessárias** (grifo nosso).

Logo, identifica-se como primeira estratégia adotada no Estado o acionamento do Gabinete de Gestão de Crise que reuniu as principais autoridades da segurança pública, sendo as Instituições que compõem este gabinete são os representantes dos órgãos Estaduais de segurança pública, vinculados à Secretaria de Estado de Segurança Pública: o Comandante Geral da Polícia Militar, o Delegado Geral da Polícia Judiciária Civil, o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar, o Presidente do Departamento Estadual de Trânsito e o Diretor Geral da Politec. O gabinete foi presidido pelo Secretário de Segurança e em determinados momentos pelo Governador do Estado de Mato Grosso.

Dessa forma o Gabinete buscou compartilhar informações acerca do “Salve Geral”, coordenar as ações e monitorar qualquer situação nas cidades, em

especial, em Cuiabá. A Polícia Militar participou desta reunião através de seus comandantes e segundo o Coronel 2 o gabinete “foi preponderante para que nós pudéssemos abafar e resolver a situação de uma forma muito rápida”, salienta que:

Neste comitê surgiram várias ações, uma delas foi para o cr 1 intensificasse o policiamento ostensivo, o cr 2 da mesma forma, e as agências de inteligências tanto da polícia militar, quanto da polícia judiciária civil intensificassem no sentido de descobrir de uma forma muito rápida de onde estavam partindo essas ordens esses “salve”, então, eu não tenho dúvida nenhuma, de que a instalação do comitê de segurança foi preponderante para que nós pudéssemos abafar e resolver a situação de uma forma muito rápida.

Em pesquisa no Diário Oficial de Mato Grosso (DOE, 2017, p.141), verifica-se que o Gabinete de Gestão de Crise, apesar de sua utilização desde a Copa do Mundo de 2014, foi regulamentado pela Instrução Normativa nº 04 de 18 de setembro de 2017:

Art.1º. [...] § 2º O CIOSP, órgão vinculado diretamente à Secretaria Adjunta de Integração Operacional - SAIOP, é dotado de condições físicas e técnicas para a instituição do **gabinete de gestão de crise** para todo o Estado, constituindo-se em polo centralizador das ações de ordem e segurança pública, defesa civil e social tanto no atendimento às demandas de rotina da região metropolitana de Cuiabá quanto nas situações de excepcionalidade, tais como grandes eventos, desastres e eventos de defesa social de alto risco, no interior do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - O CIOSP comportará em suas instalações 02 (dois) setores com funções distintas e conexas entre si:

- I - Centro Integrado de Operações Coordenadas (CIOC);
- II - Gabinete de Gestão de Crises (GGC) (grifo nosso).**

Abre-se parênteses para observar que, em que pese haver a instalação do Gabinete de Crise em 2017 na estrutura da SESP e estabelecido os protocolos com advento da Portaria nº 43/2018/GAB/SESP de 19 de abril de 2018, verifica-se a necessidade de criação de Diretriz Operacional para coordenação dos trabalhos pela pasta de Segurança Pública e criação pela Polícia Militar de Diretrizes Operacionais para dar celeridade, eficiência, dinamismo e direcionamento às ações policiais quando se depararem com eventos dessa complexidade.

A Polícia Militar então trabalhou em várias frentes, destacando-se duas: intensificar o policiamento ostensivo e propiciar às agências de inteligência da PM atuarem de forma integrada com o setor de inteligência da Polícia Judiciária Civil e Polícia Penal.

O ex-comandante Geral da PM de São Paulo, Cel Eclair (BORGES, 2020), destaca que, apesar dos investimentos em tecnologia e inteligência, a principal estratégia é investir no ser humano, são os policiais militares do serviço ordinário que resolveram os grandes problemas durante os salves em 2006, relata: “o grande herói era o soldado dentro daquela viaturinha, da radiopatrulha, aquele homem, aqueles dois lá”. No meio de um turbilhão de emoções e tensões, está o policial militar que não tem outra alternativa a não ser enfrentar os desafios que a ele se impõe. Eclair, na sala do comando, na avenida Tiradentes, quando via uma viatura passando com sirene ligada, olhava e pensava: “como anda o coração daquele homem, da família deste homem?”.

A preocupação do Oficial paulista se coaduna com as ideias do estudioso José Vicente da Silva Filho. Para este último, “a instituição militar deve dar ênfase ao Soldado. Não existe arma mais poderosa do que o Soldado!”. É o “PM das ruas” que resolve assuntos complexos e deve passar por capacitações para “administrar leis, tensões e criminosos” (SILVA FILHO, 2020):

O Soldado é o agente social de assuntos complexos, ele tem que estar preparado para tomar decisões, resolver conflitos, pois, têm poucos segundos para administrar leis, tensões e criminosos. **Esse será o desafio da ‘Polícia 4.0’: Resolver problemas de Pacificação Social**” (grifo nosso).

Para proteger a tropa, a PM paulista reforçou o efetivo do policiamento de radiopatrulha e as viaturas realizavam rondas agrupadas, em especial no período noturno, pois os ataques às equipes policiais de rádio patrulha ocorriam à noite. Relata que os *modus operandis* foram identificados logo nos primeiros dias e isso possibilitou elaborar estratégias para reprimir os ataques. Diz Eclair (BORGES, 2020):

Emboscavam chegando por trás da viatura, utilizando motocicletas, em duplas, com capacetes, com o rosto tampado com bala clava. Eles tinham toda uma estratégia, com o passar dos dias, os ataques eram à noite, o que nos levou a mudar as escalas de serviço, por exemplo, a ROTA teve um reforço na escala da noite.

Em Cuiabá, os Comandantes reforçaram o policiamento com aumento do número de policiais em viaturas, agindo de acordo com levantamento de informações dos setores de inteligência e direcionamento dos Coronéis através do

CIOSP. O Coronel 2 relata ter definido investir no policiamento ostensivo orientado pela inteligência policial, ressalta ele: “nós definimos que deveríamos investir no policiamento ostensivo, de forma bem forte, principalmente próximo aos bairros onde tinha garagem de ônibus”. Já o Coronel 1 relata que houve um desdobramento operacional a fim de se preocupar com os ataques, reforçando o policiamento, mas, com a preocupação de não haver “revanchismos” pelos policiais e evitar excessos nas abordagens:

[...] duas coisas, primeiro a questão do reforço, do efetivo do policiamento, eu não lembro com muita propriedade, eu confesso, as nossas guarnições táticas de ROTAM e BOPE já trabalham com essa situação, a ROTAM sempre trabalhou com três ou quatro dependendo, com o efetivo do desdobramento, e o BOPE foi sempre equipe de oito, sempre são duas viaturas de 4 PM's. Com relação ao policiamento, eu lembro que a gente teve uma preocupação de deixar claro que era uma situação extrema, e medidas extremas de preocupação e atenção deveriam ser adotadas, e aquela preocupação que eu falei agora, sem extrapolar, a preocupação nossa também era essa, de não perder o controle da tropa, se você deixar a tropa numa situação como essas, a muita personificação da lei, há muito revanchismo, e a excessos que depois pra você justificar, é muito ruim, é muito ruim pra tropa e não é o propósito da polícia militar, não é o propósito de uma unidade de segurança do estado.

Destacaram os profissionais da Polícia Militar, em especial o Coronel 1, este que ficou de plantão a noite toda no CIOSP direcionando o policiamento, que surgiram muitas *fake news* de ataques que atrapalhavam os atendimentos e foi imprescindível o olhar de Coronéis da PM e CBM, além do Delegado da PJC, filtrando as informações. Como por exemplo, cita ocorrências que vinham de uma mesma fonte, ser averiguada por um mínimo de viaturas, sendo dado mais importância para ocorrências que vinham de chamadas de fontes distintas:

Com relação a essas *fakenews*, houve um trabalho de inteligência muito aprimorado e integrado [...] então quando chegava aqueles informes via '190', que era o nosso sistema lá, que a sala de operações fica do lado do gabinete de crise, quando chegavam ali, aquilo que a gente não conseguia demandar pra inteligência para ser checado, obviamente a experiência de quem estava ali, que eram coronéis, pessoas que tinham uma certa quilometragem de policiamento, eu lembro que era o coronel Rainho do Bombeiros, o Delegado me fugiu a pessoa, e o próprio oficial de operações do ciosp, a gente sempre reunia e conversava, aqueles que a gente entendia que era mais crível e que tivesse uma probabilidade maior como sendo uma ameaça, a gente reforçava, então, direcionava o policiamento pra lá, então houve esse cuidado.

As ações criminosas do “Salve Geral em Cuiabá” ficaram marcadas, não somente pelos inúmeros incêndios a veículos particulares e ônibus de empresas de transporte público, mas também pelos ataques a agentes e órgãos públicos, conforme áudio de *WhatsApp* identificado pela inteligência da PMMT. Frisou o Coronel 3:

Após os ataques dos ônibus, os líderes da facção criminosa liberaram um áudio onde determinavam a parada de queima de ônibus na Capital e reforçando que o “SALVE” foi claro e que os alvos seriam: policiais militares, policiais civis, agentes penitenciários, bombeiros e até mesmo agentes de trânsito.

Diante das informações do “Salve Geral”, a Diretoria da Agência Central de Inteligência (DACI/PMMT), direcionou todos os seus esforços em desvendar de onde partiam a decisão dos ataques e quais seriam os faccionados envolvidos. Dessa forma, o Coronel 3 detalha que chegaram várias informações de colaboradores sobre os envolvidos nos ataques e possíveis mandantes, vejamos:

Outra fonte de colaborador relatou também que os indivíduos D.L.A.S e F.A.S.V. estariam de posse de 05 armas de fogo, calibres .40, 9mm, 380 e 38, que seriam utilizadas para os ataques contra os agentes públicos. Cita este colaborador que o indivíduo vulgo “PIPO”, L.R.D.S.S., foi quem transmitiu ordem do detento “FAUSTÃO”, para o DEICKMA e o FRANK, para repassar armas de fogo para os “meninos na rua”, que executariam os planos de morte contra os agentes públicos. Com esses dados foi possível a checar a seguintes qualificações dos indivíduos: 1. “GUEDES” – M.G.S.; 2. (...).

Mesmo com a identificação dos líderes, a violência contra os agentes e instituições continuavam. Após o áudio da deflagração do salve, houve atentado contra a vida de um subtenente da PMMT no bairro Jardim Alá em Várzea Grande, em Cuiabá houve um incêndio criminoso na antiga delegacia da mulher e, em Primavera do Leste, uma viatura da PM foi incendiada. A tensão era grande, o Estado estava sendo ameaçado, a Polícia Militar era o alvo e deveria haver uma resposta rápida e firme da instituição. Ainda chegavam informações acerca de um suposto ataque à Base da PM do bairro Três barras e Base do bairro Jardim Vitória. A estratégia agora voltava-se a identificar o suspeito e realizar a prisão.

Conforme o Coronel 3, a PM conseguiu dar uma resposta rápida e realizar a prisão dos suspeitos graças as “denúncias anônimas” e ao levantamento

qualificado de informações da DACI. Abaixo está a narrativa do Coronel 3 de como chegou aos suspeitos:

10/06/2016:

[...] Neste dia a Sede da BASE VITORIA/3ºBPM recebeu denúncia anônima de que indivíduos que estariam na rua 10 do Bairro JARDIM VITÓRIA estavam reunidos com o intuito de realizar ataques a Sede da CIA TRÊS BARRAS. Diante da situação foi designado uma viatura para o local, e ao se aproximar os policiais visualizaram um veículo Corolla e uma motocicleta que tentaram empreender fuga, os policiais conseguiram realizar a abordagem do veículo Corolla, onde foram qualificados 03 (três) indivíduos: J.S.M., D.D.P. e W.R.G.S.

12/06/2016:

Às 02:30 - em continuidade aos ataques, aproximadamente 6 (seis) indivíduos atiraram na sede da CIA TRÊS BARRAS/3ºBPM, conforme imagens feitas por uma câmera na rua lateral da sede da CIA, sendo que os suspeitos chegaram em motocicletas e de posse de armas de fogo e Coquetel Molotov dispararam contra a fachada do prédio, porém nenhum policial ficou ferido.

O entrevistado, Coronel 3, afirma que o bom relacionamento da PM com os moradores de bairros e a confiança destes foram fundamentais para que se chegassem aos suspeitos do ataque a Base Três barras. Relata que “após o ataque da Cia Três Barras/3ºBPM, surgiu denúncia por meio de colaborador, onde encaminhou um print de uma conversa em um grupo de *Whatsapp* e um dos participantes postou fotos dos autores do ataque a Cia”. A PM foi informada, por denúncia anônima, que os suspeitos do crime deram entrada na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Morada do Ouro e, então, os envolvidos foram qualificados. Vejamos:

Foi realizada consulta no terminal telefônico nº (XXXXX-XXXX), sendo que este referido número postou as fotos, no qual constou registrado em nome de ELAINE (XXXX), porém foi verificado que o telefone está de posse de um indivíduo de alcunha “ANDREZINHO” conforme consta nos Prints de tela no aplicativo WHATSAPP, e através de buscas verificou se como sendo provável suspeito ANDRÉ M.S.S., que segundo o Sistema SIAPEN encontrava-se preso.

Após os ataques houve denúncia anônima que dois indivíduos deram entrada na UPA-MORADA DO OURO com ferimentos provenientes de queda de motocicleta placa NPH-7433, sendo moradores do bairro Três Barras e que poderiam estar envolvidos no ataque onde foram qualificados como: J.P.A., H.B.N.R., L.G.C, L.I.S.B e J.M.L.M.

Dessa forma, atuando em sinergia com outros órgãos, por meio de monitoramento de câmeras do CIOSP, atuação da inteligência integrada, auxílio do sistema de saúde e apoio da população local, a Polícia Militar chegou aos suspeitos do ataque a Base Três barras e identificou os possíveis mandantes do ilícito penal.

O Comandante, Coronel 2, salienta que além de “investir no policiamento ostensivo”, decidiram também “investir muito forte na inteligência” e como vimos no caso da Base Três Barras, foram realizadas operações focais conforme direcionamento da DACI e inteligências locais. Afirma que a integração das forças foi essencial para o sucesso do trabalho policial:

[...] eu não tenho dúvida nenhuma de que esse fortalecimento no policiamento ostensivo e o trabalho rápido de inteligência foram fundamentais para abafar essas ações criminosas, tanto é verdade que ela foi por volta, na sexta feira e no sábado foram pouquíssimas ações, eu não tenho dúvida nenhuma que foi fruto desse trabalho integrado.

Ele alerta que a integração dos setores de inteligência da Polícia Militar, Polícia Judiciária Civil e Polícia Penal foi primordial para conter as ações do Comando Vermelho, a partir do momento em que identificaram que as ordens dos ataques partiam do líder “Reginaldo, vulgo RG, como sendo o autor das determinações, das mensagens, dos salves para os grupos criminosos aqui fora” e então, em suas palavras, “conseguiram sufocar esse movimento criminoso”.

As ações integradas das forças de segurança pública foram importantes na prevenção e repressão aos crimes durante o salve. No entanto, salienta o Coronel 2 que essa política integracionista já estava consolidada no Estado e já vinham sendo gerenciadas pela SESP, com as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) realizando Operações no intuito de reduzir os índices criminais:

[...] eu não tenho dúvida nenhuma que foi fruto desse trabalho integrado que já vinha sendo feito, que as forças estavam muito fortes na redução dos indicadores, então facilitou o trabalho, dessas ações integradas, tanto no policiamento ostensivo, quanto das inteligências das instituições que compõe a segurança pública.

O Procedimento Operacional Padrão (POP, 2009, p.7) apesar de já ser utilizado na PMMT desde 2009, como estratégia em padronizar as ações dos seus colaboradores internos e melhorar a prestação dos serviços, não tem em seu manual módulo específico para tratar o assunto ‘salve geral’ ou tema similar. E foi apontado pelo Coronel 1 como algo que deve ser criado pela instituição, ressalta: “seria interessante um POP apropriado, de como atuar em situações como essa”.

Ao final da pesquisa, não poderíamos deixar de extrair dos comandantes entrevistados qual foi a experiência deixada pelo Salve Geral.

O Coronel 1 citou como legado “o amadurecimento da instituição, a valorização do serviço de inteligência e a importância da integração”. Sintetiza que “integração não é usurpar a função de ninguém, é cada um na sua atribuição, colaborando e respeitando as diferenças”. Disse também que os comandantes da Polícia Militar “devem zelar pelo comandamento e controle das ações e que realmente as autoridades se empoderem das suas funções, que entendam o problema e busquem soluções integradas para resolvê-lo”.

Além de defender a política de integração das forças de segurança, salienta o Coronel 2 que a instalação do gabinete de crise foi importante para solução dos problemas e para se ter “unidade de comando”. Que o protagonismo no enfrentamento ao salve deve ser da Secretaria de Segurança Pública e não das instituições de forma particular:

[...] o que eu gostaria de deixar para os comandantes regionais, até para o próprio comandante geral, ao qual eu tive oportunidade de exercer essa função, é trabalhar de forma integrada, mas de forma integrada que eu falo, aonde o protagonismo tem que ficar com a secretaria de segurança pública, o protagonismo não pode ser da polícia militar, não pode ser da polícia judiciária civil, não pode ser do bombeiro, não pode ser do sistema prisional, eu acho que o trabalho integrado é quando todas as instituições estão no mesmo nível e a secretaria de segurança pública como protagonista, eu acho que o que eu gostaria de deixar, não só com a pm mas pra segurança pública de uma forma geral, o trabalho integrado tem que existir, é importante, da resultado, mas não pode ter vaidade.

O Coronel 3 enfatizou o fortalecimento da inteligência como saída para coibir a ação dos faccionados e sugere a “melhoria do fluxo das informações entre todas unidades de segurança pública”, indica que se deve priorizar no orçamento público investimento em tecnologia para o setor de inteligência:

A PM, por meio do Sistema de Inteligência, acompanha sistematicamente a evolução e as atividades das facções criminosas dentro do Estado. O que pode melhorar seria o fluxo das informações entre todas unidades de segurança pública em geral e engajar principalmente as comunidades locais por meio dos conselhos de segurança e associações de bairros para melhorar o enfrentamento às Organizações Criminosas, e principalmente reservar uma parte do orçamento financeiro para esse tipo enfrentamento.

Já o Coronel 4 ressalta a importância da gestão do gabinete de crise para integração das forças, justificando que “foi preponderante para integração, articulação e tomada de decisão por parte dos gestores”. No entanto, sugere a necessidade de tecnologias que realizem a “comunicação Inter inteligência e na comunicação operacional”. Frisou ainda que a PM estava preparada, que as contribuições da gloriosa colaboraram para o restabelecimento da tranquilidade pública, prisão dos criminosos e apreensão de materiais de forma rápida e precisa. Contudo, faz importante reflexão: “seria mais eficiente, efetivo e eficaz se tivéssemos antecipado aos fatos”. Nesse ponto, faz uma autocrítica e realça o ideal da prevenção aos delitos.

Na pesquisa, observamos similaridade na fala do Coronel Eclair e do Coronel 2 quanto a temática: sensação de segurança. Ambos afirmam que a comunicação destes com a sociedade, via imprensa, foi importante para acalmarem os ânimos e a tranquilidade fosse voltando ao normal.

No meio do furacão, com jornalistas de várias partes do mundo cercando a sua volta, Eclair (BORGES, 2020) se dirigiu ao cidadão dizendo: “é impossível vencer o Estado, ele pode até sofrer reveses, ele pode no início ser machucado, mas as forças policiais, a força do Estado, eles não conseguem manter e nós vamos atrás de você sim, vamos te capturar e se resistir, vai morrer”. Relata que recebeu diversas críticas pelas palavras duras, mas a população o aplaudiu e recebeu várias ligações de populares dizendo “olha comandante, eu estava em casa com medo e quando ouvimos o senhor, voltamos ao trabalho, a universidade, a rotina”.

Em Cuiabá, o Coronel 2 também salienta a importância de uma fala firme e transparente na imprensa fins gerar sensação de segurança à sociedade. Relembra que foi entrevistado pela imprensa, no bairro Pedra 90, e frisou que “a sociedade poderia continuar acreditando nas forças policiais, enalteci mais uma vez o trabalho integrado e falei para eles que a tendência desse movimento era diminuir”. A entrevista repercutiu positivamente e, aliada a ação das transferências dos reeducandos participes do salve para outras unidades prisionais, acabaram por acalmar os ânimos dos cidadãos. Em suas palavras: “isso trouxe de certa forma tranquilidade à sociedade”.

O Estado é forte e resiliente, mas deve estar atento e capacitado para eventos criminosos desse porte que podem colocá-lo à prova. No enfrentamento das organizações criminosas, tanto em São Paulo quanto Cuiabá, foi fundamental a estrutura militar hierarquizada para o emprego eficiente da tropa. E oficial paulista Eclair deixou a seguinte mensagem aos comandantes: “é algo que temos que estar sempre atentos, vigilantes, pois temos uma estrutura que foi colocada à prova e conseguimos dar a resposta e vencer. Isso é a Polícia Militar. Essa é a nossa instituição militar brasileira que é fundamental para todos” (BORGES, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa confirmou a hipótese proposta: as ações estratégicas da Polícia Militar de Mato Grosso foram eficazes, conseguindo conter o evento criminoso “salve geral” e gerar tranquilidade à população.

Os objetivos do trabalho foram atingidos, descortinando o “salve geral”, definindo-o e conhecendo suas nuances, descrevendo quais foram as ações estratégicas utilizadas pela PMMT frente ao citado evento, mais especificamente na cidade de Cuiabá, e analisando acerca da execução do trabalho policial.

Ouvir aqueles que realmente estavam no cenário estratégico operacional, sentindo “as dores do povo e de seus policiais” e saber como agiram no meio do caos, foi uma experiência única para nós pesquisadores.

O “Salve Geral” foi multifacetado, complexo e aterrorizou comunidades, deixando marcas de medo e violência. No entanto, após dias de tensões e ameaças, o enfrentamento a ação criminosa não trouxe apenas problemas, mas sim aprendizados e bons frutos a instituição, traduzindo em experiências, legado, variedade de estratégias, novos *modus operandis* e maior amadurecimento frente o salve.

Na pesquisa, podemos destacar que foram fundamentais para o restabelecimento da ordem pública, a utilização das seguintes estratégias pela PM: intensificação do policiamento ostensivo com apoio das forças especiais, fortalecimento da estrutura hierarquizada, utilização do setor de inteligência, atuar de forma integrada aos os demais órgãos da segurança pública e utilização dos meios de comunicação para informar à população.

Em nível de Secretaria de Segurança Pública, em que pese não ter sido o objetivo da pesquisa, surgiram também sugestões, quais sejam: continuar a coordenação integrada das forças de segurança pública, principalmente, quanto aos setores de inteligência das instituições, investir em tecnologias, ativação do Gabinete de Gestão de Crise, persistir com a política de Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) e garantir a logística adequada para transferência das principais lideranças da organização criminosa durante o salve.

Outra sugestão trazida pelos Comandantes, é a criação de procedimentos específicos em Manual do Procedimento Operacional Padrão (POP) da PMMT, para tratar eventos como o “salve geral” e, da mesma forma, a SESP deveria criar diretrizes operacionais para tratar tal assunto de forma coordenada, em nível estratégico.

No entanto, tais premissas somente surtirão efeito se as políticas de segurança pública focarem suas forças no policial da ponta, não adianta investir em tecnologias ou estratégias complexas, se o que realmente resolve conflitos é o ser humano que está no “meio do fogo cruzado”, o PM das ruas, da rádio patrulha, este que merece total atenção, pois, quando os ataques ao Estado iniciam, órgãos e casas se fecham, resta este policial para enfrentar o crime organizado, logo, é necessário capacitá-lo. Na ótica da polícia do futuro, a “Polícia 4.0” (SILVA FILHO, 2020), o policial deverá ser o agente de pacificação social.

Destarte, sugere-se para novas pesquisas o enfoque no “policial da ponta”.

Assim, concluímos com a frase do altruísta José Vicente da Silva Filho: “não existe arma mais poderosa do que o Soldado”.

REFERÊNCIAS

BEATO F, Claudio C. **Ação e Estratégia das Organizações Policiais**. Minas Gerais: UFMG, 2005.

BORGES, ELIZEU ECLAIR TEIXEIRA. **Experiência da Polícia Militar de São Paulo frente aos ataques de organização criminosa em 2006**. 2020. Palestra IBSP - Instituto Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<https://web.facebook.com/ibsporg/videos/717874988801850>>. Acesso em 01 out. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 12.850, de 2 de agosto de 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm>. Acesso em 23 ago. 2020.

CARVALHO, Juliano Silva de. **Crime Organizado no Estado de Mato Grosso**. Monografia: UFMT. Cuiabá-MT. 2014. Disponível em: <https://bdm.ufmt.br/bitstream/1/871/1/TCCP_2014_Juliano%20Silva%20de%20Carvalho.pdf>. Acesso em 23 ago. 2020.

CLARKE, R.V e ECK, J.E. **Become a problem-solving crime analyst: In 55 Small steps**. London: Jill Dando Institute of Crime Science, 2003.

DOE. Diário Oficial de Mato Grosso. **Instrução Normativa N.04 de 18 de setembro de 2017**. Disponível em: <<http://www.sesp.mt.gov.br/documents/4713378/12065778/INSTRUCAO+NORMATIVA+N+04%2C+DE+18+DE+SETEMBRO+DE+2017.pdf>>. Acesso em 20 jan.2021.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Introdução à Administração**. São Paulo: Editora Thomson Pioneira, 1984.

FERRO, Ana Luiza Almeida. Conexões entre o crime organizado e o crime de colarinho branco e a ameaça ao direito humano à segurança. **Revista Consister de Direito**, Porto-Portugal, Ano IV, n VI, 2018. Disponível em: <<https://revistaconsinter.com/revistas/ano-iv-numero-vi/direitos-difusos-coletivos-e-individuais-homogeneos/conexoes-entre-o-crime-organizado-e-o-crime-de-colarinho-branco-e-a-ameaca-ao-direito-humano-a-seguranca/>>. Acesso em 20 dez. 2020.

GRECO, Rogerio; FREITAS, Paulo. **Organização Criminosa: Comentários a Lei nº12.850/2013**. Niterói-Rio de Janeiro: Editora Impetus. 2020.

HERRERA, Joaquim Merino; RODRIGUEZ, Francisco Javier Paino. **Lecciones de criminalidade organizada**, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NASCIMENTO, Camila Leoni. **Aspectos das técnicas de marketing utilizadas nas atividades das organizações Criminosas do narcotráfico**. (tese) Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

Portal da Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso. Disponível em <www.sesp.mt.gov.br>. Acesso em: 24 de fev. 2014.

RIBEIRO, Iselda Corrêa. Polícia. Tem futuro? Polícia e sociedade em David Bayley. **Sociologias** n. 8. Porto Alegre. Julho/DEZ. 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200017>. Acesso em 20 ago. 2020.

RODRIGUEZ, Zuñiga Laura. **Criminalidad de empresa y criminalidade organizada. Coleccion de ciências penales**. nº 4. Peru: Jurista Editores.2013.

RODRIGUES, A. M. **Direito penal europeu emergente**. Coimbra: Editora Coimbra. 2008.

SILVA FILHO, José Vicente da. **Os 10 equívocos que pioram a segurança pública**. 2020. Palestra IBSP - Instituto Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/live/?extid=sFtL3GRrjELQrg06&v=640929236840274&ref=watch_permalink>. Acesso em 06 ago. 2020.

SUN TZU. **A arte da guerra**: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2001. 155p.

ENTRE O PENSAR E O AGIR NO USO DO RECONHECIMENTO ÓPTICO DE CARACTERES: ERGONOMIA COGNITIVA APLICADA À INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA CONTRA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES

Gilberto Protásio Reis¹
Josenilton Costa Martins²
Richard André Pereira Barrios³

RESUMO

Este artigo objetivou estudar a eficiência da captação e gestão de imagens da ferramenta de Reconhecimento Óptico de Caracteres, pelos agentes de Inteligência do Grupo Especial de Fronteira de Mato Grosso, utilizando-se conceitos de Engenharia Cognitiva. Partiu-se do seguinte problema de pesquisa: o uso da ferramenta na atividade de Inteligência interfere na tomada de decisões nas operações de enfrentamento ao tráfico de drogas coibido pelo Grupo Especial? Nesse sentido, elaborou-se a hipótese de que o uso sistemático de vigilância mediante a ferramenta contribui na tomada de decisões para maior efetividade nas operações realizadas pelo citado grupo. A pesquisa utiliza o método hipotético-dedutivo e com abordagem quanti-qualitativa, coleta de dados mediante aplicação de um questionário *online*. Os resultados indicaram que o uso dessas câmeras explica apenas parcialmente o desempenho policial contra o tráfico de entorpecentes.

Palavras-chave: *Reconhecimento óptico de caracteres - Inteligência de Segurança Pública - Ergonomia Cognitiva.*

ABSTRACT

This article aimed to study the efficiency of capturing and managing images of the Optical Character Recognition tool, by the Intelligence agents of the Special Border Group of Mato Grosso, using concepts of Cognitive Engineering. In this sense, we started with the following research problem: does the use of the tool in the Intelligence activity interfere with decision-making in operations to combat drug trafficking curbed by the Special Group? In this sense, the hypothesis was elaborated that the systematic use of surveillance through the tool contributes to decision-making for greater effectiveness in the operations carried out by the aforementioned group. The research uses the hypothetical-deductive method and with a quantitative-qualitative approach, collecting data through the application of an online questionnaire. The results indicated that the use of these cameras only partially explains the police performance against drug trafficking.

Keywords: *Optical character recognition - Public Security Intelligence - Cognitive Ergonomics.*

¹ Coronel da Polícia Militar de Minas Gerais. Pós Doutor em Engenharia de Produção pela UFMG.

² Capitão da PMMT, Especialista em Gestão de Segurança Pública pela APMCV/PMMT.

³ Capitão da PMMT, Especialista em Gestão de Segurança Pública pela APMCV/PMMT.

INTRODUÇÃO

A busca pelas causas é a característica fundamental da atividade científica. Aristóteles (2006) afirma que as coisas que se pode estudar na realidade do mundo têm quatro causas possíveis, uma é a causa material, que indica do que a coisa seja feita, outra é a causa formal, que se refere à forma ou a essência de cada ser. A seguir, ele chama de causa eficiente aquilo que tenha tornado possível à coisa estudada existir. Finalmente, o filósofo atribui o nome de causa final ao que tenha relação com a finalidade do objeto estudado.

Tanto as noções de potência e ato, matéria e forma, como as de causas do ser, oferecidas por Aristóteles (2006), têm utilidade para pensar sobre os variados temas da investigação científica. Nas Ciências Policiais, isso não é exceção. Por exemplo, as unidades encarregadas de fazer ou dar suporte ao policiamento têm potência de alcançar algum efeito contra a criminalidade e esse resultado converte em ato o que antes era possibilidade. A Polícia Militar (PM) é um dos tipos organizacionais que utiliza essa parte do conhecimento científico, as Ciências Policiais, na prática. Uma evidência ilustrativa dessa verdade é o uso intensivo por todos os policiais militares, da sequência clássica chamada planejamento mental-plano de ação-execução. Sobre isto, Martins e Rosa (2014, p. 14), afirmam que “as operações policiais militares são caracterizadas pelo planejamento específico [...] que precede a execução das ações, as quais são destinadas ao alcance de objetivos definidos antecipadamente”.

Os conceitos oferecidos por Aristóteles (2006) são úteis para o estudo de relações causais entre modos de pensar e maneiras de agir, mas não com o significado que Averróis (1953) atribui à palavra Intelecto, porque, para este pensador árabe, existiria somente o Intelecto Agente, como causa de tudo que existe. Esse fator causal de alcance generalizado seria uma substância única e separada da matéria, presente nas inteligências humanas (AVERRÓIS, 1953). No mesmo sentido, Silva (2016) afirma que, para Averróis, existiria em cada ser humano um substrato independente do corpo e que seria, ao contrário deste, eterno.

Na direção oposta à de Averróis (1953) e de Silva (2016), estuda-se aqui o binômio pensamento-ação, nas ditas Ciências Policiais, como algo que é inerente a cada sujeito pensante, que o faz de modo individual, único, sem o determinismo massificante averroísta. Recorre-se a um setor de estudos que integra a grande área da Engenharia, denominado Ergonomia Cognitiva (EC), para enfocar aspectos da autonomia dos sujeitos que agem e pensam. Tal segmento da Engenharia escolhido para o presente estudo, ou seja, a EC, é o âmbito disciplinar que, segundo Daniellou (2004), aborda as relações entre modos de pensar e de agir.

Segundo Carvalho (2020), o agir dos delinquentes chama-se “demanda”, as normas e estruturas criadas pela PM, na área de Inteligência, para fazer face à criminalidade têm o nome de “tarefa”, as ações propriamente ditas dos policiais, para o enfrentamento dos atos ilícitos, são denominadas “atividade ergonômica” e o improvisado, a criatividade, o zelo profissional de pensar e executar meios alternativos que supram as lacunas da norma e as insuficiências da estrutura laboral, ganham o nome de “estratégia operatória”.

Carvalho (2020) afirma, portanto, que esses conceitos tirados do saber dos ergonomistas podem ser utilizados para análises referentes à Inteligência de Segurança Pública (ISP). Um dos meios para a prática desta, apesar de nem sempre ser usado para este fim, chama Reconhecimento Óptico de Caracteres (do inglês, OCR), é um sistema de videomonitoramento instalado em rodovias, estradas rurais, pedágios, radares de velocidade urbano ou rodoviário, avenidas e ruas, pontes, entre outros. O sistema pode ser fixo ou móvel e utiliza *software* capaz de ler caracteres (letras e números) no arquivo das imagens. Logo, consegue identificar placas, adesivos, inscrições de empresas, em quaisquer veículos cujas imagens sejam capturadas pelo videomonitoramento.

Esse recurso tecnológico consiste em um instrumento de monitoramento de imagens, útil para uma delimitação de estudos de ISP, porque existe pelo menos uma unidade policial onde essa tecnologia faz parte das rotinas de trabalho de uma equipe, cuja missão é produzir os tipos básicos de documentos previstos na Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Segundo Luz (2019, p. 18),

existem quatro tipos de conhecimento no trabalho dos agentes de Inteligência: “informe, informação, estimativa e apreciação”.

Esses quatro produtos mentais referidos por Luz (2019) são próprios do âmbito de trabalho da ISP. Todos eles têm como causa eficiente, ou seja, aquilo que torna possível cada um desses documentos existir, o trabalho mental do agente de Inteligência. Este os produz com uma finalidade específica, isto é, compreender e combater a criminalidade, ofertando às autoridades assessoradas essa causa final do trabalho deles.

O que esses profissionais oferecem aos colegas que lidam com os infratores da lei resulta do esforço mental dos primeiros e esse labor cognitivo tem grande utilidade para a aplicação dos quatro conceitos oferecidos por Carvalho (2020). Além disso, a observação de aspectos da realidade referentes a desempenho de tropas policiais passa pela admissão, como sendo válido, de que todas as estatísticas que a Polícia Militar produz possuem uma causa eficiente.

Não basta olhar para dados estatísticos e fazer afirmações a respeito do significado deles; o profissional de segurança pública, especialmente o que esteja lotado em unidades que utilizem a ISP em larga escala, deve procurar a resposta além das aparências dos números e explicar as coisas pelas suas causas. Esse cuidado se aplica também para a realização da análise de produtividade do batalhão ou agência policial análoga, nos casos em que a produção dos dados estatísticos advenha, total ou potencialmente, de algum tipo de tecnologia, como, por exemplo, câmeras de vigilância ininterrupta de movimentos de pessoas a pé ou em veículos, posicionadas nos pontos previamente definidos para monitoramento.

Uma unidade policial específica, onde estatísticas e trabalho mental intensivo são combinados para produzir efeitos contra a criminalidade, com rotineiro uso e produção de documentos de Inteligência, começou a existir na região Centro-Oeste brasileira no início deste século. Trata-se do Grupo Especial de Segurança de Fronteira (GEFRON), criado através do Decreto nº 3.994/02, unidade que se comunica diretamente com Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP/MT). Aos olhares da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT), o GEFRON possui

a denominado de Batalhão de Operações de Fronteira (BPMFron), conforme disposto no Decreto nº 2.294/2014.

O GEFRON é composto, predominantemente, por policiais militares, além de policiais civis, bombeiros militares e policiais penais e possui competência para atuação sobre ocorrências especializadas, ou seja, o contingente dessa unidade lida com problemas de prevenção e reação criminal, em que a característica básica do delito enfrentado foge à rotina de classificação de serviços atendidos pelos batalhões em geral.

O BPMFron atua com tropa própria em todo território do Estado, sem prejuízo das unidades de área e interage com forças de segurança pública federais e estaduais em outras unidades da Federação. Assim, o grupo faz acompanhamentos de ocorrência com atividade de ISP, mesmo daquelas que extrapolem o território do Estado, auxiliando diretamente outras forças policiais, como as de Minas Gerais, Rondônia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará e Amazonas.

Na prática de tais esforços de policiamento, sejam os internos aos limites geográficos do Estado, sejam os metaestaduais, o GEFRON realiza acompanhamento ostensivo, cercos, bloqueios, abordagens e apoio. Nos casos em que a atuação precisa ocorrer fora da base territorial mato-grossense, a ação operacional desse batalhão especializado culmina com o repasse da ocorrência, para que esta receba o encerramento por equipes da Polícia Federal (PF), ou por tropas da PM do Estado onde esteja havendo o emprego metaestadual referido. O grupo dá suporte operacional à PF também nas ocasiões em que o andamento e o desfecho de ocorrências acontecem no país vizinho (a Bolívia), quando então realizam-se operações conjuntas lideradas pelas forças federais.

Ao GEFRON atribui-se, na legislação, uma responsabilidade territorial sobre a fronteira Brasil/Bolívia. São expressivos os desafios resultantes da extensão geográfica referida, para análise do desempenho estatal perante as estatísticas criminais de Mato Grosso e de vários outros estados da Federação. Os desafios inerentes ao provimento de segurança pública nesse contexto fronteiriço, contra um dos tipos de delitos que resultam da extensão dessa faixa territorial da fronteira entre os dois países, o tráfico de entorpecentes, enseja a necessidade de uma intervenção

sistemática e capaz de reduzir as atividades ilegais desenvolvidas na região fronteiriça.

Dentre os modos de trabalho mental dos profissionais de Inteligência lotados no GEFRON, destaca-se o videomonitoramento, com uso da ferramenta OCR. Atualmente, o grupo dispõe de 63 pontos de captura de imagens, via OCR, sendo 16 pontos em locais estratégicos na faixa de fronteira. Isso é realizado em parceria e convênio com o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), as prefeituras municipais de Cuiabá, Campo Verde e de Primavera do Leste, a Concessionária Rota do Oeste, a Concessionária SPS, entre outros órgãos.

Em virtude da extensão territorial da fronteira Brasil/Bolívia dentro de Mato Grosso, diversas rodovias deixam de ser monitoradas, tornando-se verdadeiros corredores para o narcotráfico internacional, bem como para o transporte de veículos roubados/furtados, golpes de seguro e de locadora, veículos oriundos de vários pontos do território brasileiro, que são levados para a Bolívia e lá são comercializados ilegalmente. Por essa razão, mostra-se oportuno e necessário o aproveitamento de todo o potencial da tecnologia OCR, não apenas como ferramenta de captação de imagens, mas como meio de suporte a ISP.

É importante, nesse contexto, verificar como o videomonitoramento por OCR vem sendo aplicado pelo Núcleo de Inteligência do GEFRON (NI/GEFRON). Assim, o problema tratado neste artigo foi: o OCR interfere nos resultados das equipes policiais do GEFRON? A hipótese principal levantada foi de que sim. Ressalve-se que se trata apenas de percepção dos operadores do OCR sobre a utilidade dessa tecnologia para o cumprimento das missões operacionais do GEFRON.

Quanto à metodologia, este artigo utiliza o método hipotético-dedutivo e abordagem quali-quantitativa, quanto ao procedimento foi utilizado a Análise Ergométrica do Trabalho (AET), constando pesquisa de campo dirigida a integrantes do NI/GEFRON através da aplicação de questionário *online*. Quanto à interpretação dos resultados da pesquisa de campo, o método de procedimento será o estatístico. As técnicas constarão de documentação direta e indireta.

ASPECTOS DA TECNOLOGIA ENFOCADA

As Ciências Policiais possuem uma seara dedicada ao estudo de como as organizações do Estado, usando mecanismos de dissimulação e de não ostensividade, lidam com o mundo do crime. Tal seara é genericamente conhecida pelo nome de ISP. Nesta se encontram os meios e as pessoas que se valem deles, para produzir prejuízos materiais e pessoais a grupos ou indivíduos dedicados ao cometimento de delitos.

Dá-se o nome de ISP ao conjunto de ações feitas de modo sistemático e especializado, a fim de subsidiar a tomada de decisões capazes de prevenir, causar a neutralização ou reprimir condutas delituosas (BRASIL, 2015). Cruz (2013, p. 42), analisando os conceitos adotados pela Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, afirma que “o processo de produção do conhecimento de inteligência envolve a reunião aprimorada e sistemática dos fatos, sua análise, com avaliações céleres e claras, e sua disseminação para os tomadores de decisão”.

Mesquita e Sette Júnior (2020, p. 1) afirmam que o processo de produção do conhecimento, no que tange à ISP, deve ser marcado por um encadeamento técnico e que o profissional produtor disso deve estar sempre atento “que o produto do seu trabalho deve expressar a verdade, que é o grande objetivo da Inteligência, ou a certeza sobre o fato ou a circunstância, passada ou presente, objeto da sua análise, ou a opinião sobre a provável evolução deles”.

Dysarz (2018, p. 21) afirma que a produção de conhecimento em ISP é regida pelo princípio da oportunidade, para diagnósticos e prognósticos de interesse dos usuários, no processo decisório, “buscando identificar fatos ou situações que possam resultar em ameaças ou riscos aos interesses da sociedade e do Estado”. O autor afirma que a produção do saber é realizada “sem o consentimento, a cooperação ou mesmo o conhecimento por parte dos alvos da ação, o que lhe confere o mesmo sentido de segredo ou informação secreta” (DYSARZ, 2018 *apud* CEPIK, 2003, p. 28).

Trazendo isso para o que ocorre no NI/GEFRON, essas providências também acontecem com utilização da tecnologia OCR, não exclusivamente, mas

como reforço logístico, tecnológico, para a tentativa de aumento da eficiência contra a criminalidade. Como pode ser visto na Figura 1, a seguir, essa tecnologia como “tarefa” (normas e estruturas), ao mesmo tempo, é caracterizada como “demanda” (a criminalidade justificadora da existência do emprego de tal meio tecnológico). A “atividade”, tomada no sentido que a EC lhe dá, encontra-se também representada graficamente, o mesmo podendo ser afirmado quanto à estratégia operatória.

Figura 1 – Ergonomia do processo de Funcionamento do OCR



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da pesquisa.

Para a prática da ISP, o profissional que se dedica à concretização dos objetivos institucionais faz largo uso das faculdades mentais, em busca da verdade. Isso é feito adotando-se o conceito filosófico de adequação da inteligência à coisa observada: “A verdade, como oposto de erro, consiste na perfeita concordância do conteúdo do pensamento (sujeito) com o fato (objeto)” (DNISP, 2015, p. 20). A finalidade dessa maneira de pensar é transitar do estado de ignorância para o de certeza.

É muito importante que a tomada de uma providência concreta por parte das equipes do GEFRON seja baseada em certezas, o que requer empregar o escalonamento mental previsto na DNISP, onde está prevista a utilização de quatro conceitos básicos, que gravitam em torno da palavra verdade: ignorância, dúvida, opinião e certeza. Esse quarteto de conceitos tem utilidade em relação à coisa sobre a qual se esteja direcionando as atenções. Por essa razão, lê-se na mesma Doutrina que,

em relação à verdade, “a mente humana pode se encontrar em quatro diferentes estados: certeza, opinião, dúvida e ignorância” (DNISP, 2015, p. 20).

A mente do analista de inteligência é então direcionada para sair dos estados de dúvida e ignorância, o que é feito visando ter mentalmente maior clareza sobre a coisa analisada: “Dúvida é o estado em que a mente [se] encontra, metodicamente, em situação de equilíbrio, razões para aceitar e negar que a imagem [...] esteja em conformidade com determinado objeto. Ignorância é o estado em que a mente se encontra privada de qualquer imagem” (DNISP, 2015, p. 20). Não é mera coincidência que tecnologias capazes de contribuir para que se forme uma imagem mais exata sobre as coisas observadas, tenham alto valor para a prática profissional no campo da ISP.

Tecnicamente, denomina-se *Signals Intelligence* (SIGINT) a parte da Inteligência que estuda o uso de espectro eletromagnético. No Exército Brasileiro, ela é subdividida em Inteligência de Comunicações (COMINT) e em Inteligência Eletrônica (ELINT). A primeira é aquela “derivada de comunicações eletromagnéticas e sistemas de comunicações; inteligência obtida de dados adquiridos pela interceptação de comunicações e dados de forças adversas” (BRASIL, 2015, p. 3-4). O segundo é o resultante daquelas transmissões de cunho eletromagnético “de não-comunicações, tais como as produzidas por radares, por sistemas de orientação de mísseis, lasers, dispositivos infravermelhos ou qualquer outro equipamento que produza emissões no espectro eletromagnético” (BRASIL, 2015, p. 3-4).

A exploração do potencial do espectro eletromagnético para o desenvolvimento de trabalhos, na luta contra a criminalidade, leva a atenção a pelo menos três tipos de ondas: as de rádio, as próprias do infravermelho, e as de luz visível. No caso do trabalho do GEFRON, as câmeras têm validade para auxiliar o observador a discernir, durante o dia, sinais úteis para a montagem de documentos, ou simplesmente para mobilizar outros meios de resposta disponíveis no referido grupo, com o emprego de tropa. Se aquilo que estiver sendo observado à noite, o tipo de onda eletromagnética explorada é aquele que se situa na faixa conhecida como infravermelho.

Além dessas questões tecnológicas, existem também aquelas em que os conceitos usados na ISP provêm da experiência dos policiais que realizam as abordagens. Dois exemplos disso consistem na expressão “mula humana” e “mocó”, que significam, respectivamente, segundo Campos Neto e Vanrell (2020), a pessoa que disponibiliza o próprio corpo para o transporte endógeno de substância entorpecentes, mediante ingestão e/ou introdução, ou a pessoa que oculta sob as vestes, mas de modo exógeno o mesmo tipo de produto destinado a fazer passar despercebida pela fiscalização aquela droga transportada. O vocábulo “mocó” tem o significado de compartimento improvisado ou artificialmente adaptado na estrutura de algum meio de deslocamento que um infrator ligado ao narcotráfico procura ser bem-sucedido no deslocamento de substâncias entorpecentes.

Os autores afirmam que, além das palavras exemplificadas, que constituem verdadeiros conceitos advindos da prática policial, um outro é a expressão “cavalo doido”, que tem por sinonímia a ideia de veículo que subitamente muda de rota, após receber aviso vindo de “batedores” que compõem uma primeira linha de tráfego, intencionalmente colocados viajando à frente de um automóvel carregado de entorpecentes, e/ou de “olheiros” estrategicamente posicionados na via em que se esteja tentando fazer passar um veículo com grande quantidade de drogas.

Segundo Chirolí e Araújo (2009, p. 75), dado é “qualquer fato ou situação, cuja origem possa ser de um documento, banco de dados, denúncia, enfim desde que não processados pelo analista e que de certa forma poderá ajudar a elaborar a informação”. Ainda conforme os autores, para a atividade de ISP, informação “é um conjunto de dados trabalhados e tratados com valor significativo, oportuno, útil e seguro pelo analista, que os processa, transformando-os em conhecimento” (CHIROLI; ARAÚJO, 2009, p. 76).

Segundo os autores (p. 77), “todo conhecimento está embasado em informação, sendo normalmente definido como informação estruturada, na qual diferentes partes da informação estão atreladas entre si. [...] para atividade de inteligência, o conhecimento se origina do processo de raciocínio”. De acordo com a DNISP (2016), “conhecimento é o resultado final - expresso por escrito ou oralmente

pelo profissional de ISP - da utilização da Metodologia de Produção de Conhecimento sobre dados e/ou conhecimentos anteriores”.

Uma realidade no Brasil, desde 2009, no campo das Ciências Policiais, é a possibilidade metodológica do desenvolvimento de versões adaptadas à realidade policial, de conceitos utilizados em campos de especialistas externos à segurança pública para, em seguida, aplicar tais conceitos adaptados, à captação e análise de percepções de gestores de organizações de serviços de segurança pública a respeito de algo que esteja no preâmbulo, na antessala mesma, do combate à criminalidade: o modo como as organizações policiais lidam com o conhecimento interorganizacional.

As fontes bibliográficas fornecedoras de tais conceitos brutos, que Reis (2009) adaptou para uso na realidade da segurança pública, tirando-os dos estudos relacionados à criação do conhecimento no Japão, foram: Akutsu e Nonaka (2008), que escreveram sobre como criar um saber para reforçar a marca de uma organização; Ahmadjian (2008), que tratou da criação de saberes em ambientes de atuação integrada de várias organizações, e outros.

Sobre esse assunto, Reis (2009) procedeu a uma pesquisa de campo com policiais militares lotados em funções de Comando de Companhias dos diversos Batalhões que integravam o Comando de Policiamento da Capital (1ª Região da Polícia Militar), a respeito de como percebiam o fluxo de quatro tipos de conhecimentos (de informal para informal ou Socialização, de informal para formal ou Externalização, de formal para formal ou Combinação, e de formal para informal ou Internalização).

O objetivo do referido estudo foi apurar o Índice de Concordância de policiais militares estaduais que exerciam a coadministração da prestação de serviços de segurança pública na cidade de Belo Horizonte. A base teórica para estruturação das perguntas foi adaptada de conceitos usados por variados autores em relação ao Modelo S.E.C.I., de Nonaka e Takeuchi (1997), isto é, quanto à Socialização, Externalização, Combinação e Internalização (REIS, 2009). Esse estudo desenvolvido por Reis (2009) evidencia que é possível proceder à captação de percepções de gestores para melhor compreender algo que seja afeto ao funcionamento das dinâmicas de trabalho de organizações de serviços de segurança pública. Há elos

entre os conceitos da Gestão do Conhecimento e da Ergonomia Cognitiva e o OCR, como se vê no Quadro 1, adiante:

Quadro 1 - Interfaces conceituais do Reconhecimento Óptico de Caracteres

GESTÃO DO CONHECIMENTO*	ERGONOMIA COGNITIVA**	PONTOS EM COMUM COM O OCR
Socialização: de informal para informal.	Demanda: razão externa à organização, de existirem a tarefa, a atividade e a estratégia operatória para produção do produto/serviço.	As ações das organizações criminosas baseiam-se na informalidade dos contatos, para dificultar o trabalho das organizações policiais, mas o OCR serve para capturar imagens em trechos específicos de estradas e emitir alertas que potencialmente suprem a escassez de textos entre os membros delinquentes.
Externalização: de informal para formal.	Tarefa: normas e estruturas formais para enfrentamento da demanda.	Organizações criminosas usam mensagens de texto em redes sociais ou fazem transações bancárias, mas o OCR está estruturado de tal modo que possibilita captar símbolos e números em automóveis mencionados nelas ou inferidos a partir delas.
Combinação: de formal para formal.	Atividade: ações para enfrentamento da demanda segundo as normas e estruturas.	Organizações criminosas forjam notas fiscais para traficar automóveis e nestes, drogas, mas o OCR possibilita associar dados de veículos furtados com os daqueles que passam pelos pontos de monitoramento.
Internalização: de formal para informal.	Estratégia Operatória: ações para enfrentar a demanda suprindo lacunas na tarefa.	Organizações criminosas utilizam “mulas humanas” e esconderijos para camuflar drogas em veículos, mas as dinâmicas de trabalho com o OCR são concretizadas de maneira a suprir suas imperfeições tecnológicas indo a campo.

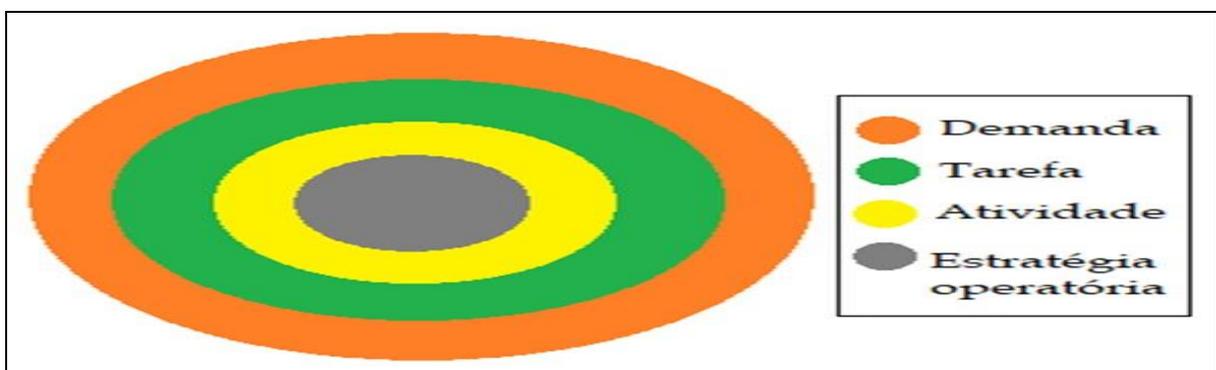
Fonte: adaptado de Nonaka e Takeuchi (1997) e Carvalho (2020).

* Do tácito/informal ao explícito/formal e vice-versa.

** Do Pensamento à Ação.

Carvalho (2020) desenvolveu, para uso por setores de ISP, um esquema de observação das atividades capaz de abranger o que ocorre nos ambientes externo e interno da Polícia Militar. Isso foi feito por meio da invenção da adaptação de quatro expressões muito comuns nessa disciplina da Engenharia, representação esquemática geral de quatro círculos concêntricos (Figura 2), que foram chamados de Demanda Ergonômica de ISP, Tarefa Ergonômica de ISP, Atividade Ergonômica de ISP e Estratégia Operatória Ergonômica de ISP (CARVALHO, 2020).

Figura 2 – Concentricidade da Ergonomia Cognitiva



Fonte: Adaptado de Carvalho (2020).

O GEFRON, se visto como estrutura de normas e serviços, pode ser localizável esquematicamente na Tarefa. Isso também vale para a norma que deu existência a esse Grupo Especial: o Decreto nº 3.994, de 13 de março de 2002. No texto normativo, consta, ao mesmo tempo, a razão do ato criacional - “a necessidade de desencadear na região de fronteira Oeste operações sistemáticas de combate à criminalidade” e as organizações componentes do setor interorganizacional criado: a Polícia Militar, a Polícia Judiciária Civil e Corpo de Bombeiros Militar (MATO GROSSO, 2002).

O esquema tirado da Ergonomia Cognitiva por Carvalho (2020) serve também para ajudar a pensar no GEFRON quanto à sua missão, que é, segundo o Decreto de sua criação, a de apoiar os órgãos federais responsáveis pela segurança na fronteira do Brasil com a Bolívia, dentro do Estado de Mato Grosso, desencadeando, na região de faixa de fronteira, operações sistemáticas de prevenção e repressão ao

tráfico de entorpecentes, contrabando e descaminho de bens e valores, roubo e furto de veículos e invasões de propriedades (MATO GROSSO, 2002). No esquema dos círculos concêntricos de Carvalho (2020), essa missão do Grupo Especial é situável com o nome de Tarefa e toda vez que isso é posto em prática, a localização do que acontece, para fins desse esquema teórico, é aquela onde está o círculo chamado Atividade Ergonômica de ISP.

A faixa imaginária interna ao país, de 150 (cento e cinquenta) Quilômetros de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, passou a ser chamada pelo nome de Faixa de Fronteira, mediante o Art. 1º da Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979. Esse parâmetro foi depois repetido na Constituição da República, no seu Art. 20, parágrafo 2º. No esquema de Carvalho (2020), isso pode ser lido como algo que compõe da Tarefa Ergonômica de ISP, porque consiste em norma reguladora da atuação. Considerada indispensável à Segurança Nacional, tal espaço geográfico abrange 28 municípios mato-grossenses, segundo informações do Ministério da Justiça (BRASIL, *s.d.*).

Com o objetivo de potencializar as operações do GEFRON, o Governador de Mato Grosso criou o Núcleo de Inteligência (NI-GEFRON), através do Decreto nº 2.305 de 16 de abril de 2014. Essa norma traz o novo setor na condição de pertencente à Coordenadoria do Grupo Especial de Segurança da Fronteira e esse Núcleo norteia-se pelo objetivo de potencializar as operações do grupo com a ferramenta de produção de conhecimento de ISP.

A sistematicidade e a especialização do olhar sobre o problema da criminalidade são, por isso, traços integrantes do conceito de ISP. Esse mote sistemático e especializado explica o porquê de a atividade de inteligência policial lançar mão da Tecnologia da Informação para a produção de conhecimento. Nesta seara, o videomonitoramento por OCR tem sido muito empregado pelas forças de segurança em Mato Grosso, principalmente nas Agências de Inteligência.

Seguindo esta tendência, o GEFRON, em parceria com o CIOSP, tem trabalhado junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), buscando a ampliação de pontos de captura de OCR. Segundo Romero (2018), um OCR é um equipamento capaz de separar, de uma imagem que seja vista em um plano, os

gráficos e figuras que ali apareçam.

Houve, então, um antes e um depois da incorporação do OCR às atividades de ISP no Mato Grosso. Em termos cronológicos, no dia 22 de fevereiro de 2019, por meio de parceria entre o Ministério Público do Trabalho (MPT/MT), Tribunal Regional do Trabalho (TRT/MT) e o GEFRON, foi inaugurada a instalação de cinco pontos de OCR na faixa de fronteira, sendo um na BR 070, sobre a Ponte do Rio Jauru (Cáceres/MT), dois na BR 174 (em Porto Esperidião/MT), um na rodovia MT 265 (também em Porto Esperidião/MT) e um sobre a Ponte do Rio Guaporé, localizado em Vila Bela da Santíssima Trindade/MT.

Como detalhado no Quadro 2, de acordo com a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso, no período de vinte e quatro meses, compreendidos entre fevereiro de 2017 e janeiro de 2019, antes da instalação das câmeras de OCR, e a partir de fevereiro de 2019 até janeiro de 2021, com a instalação das câmeras de OCR, a quantidade de veículos recuperados pelo GEFRON obteve um aumento de 163,96% em relação ao período anterior. Em relação à apreensão de drogas pelo GEFRON, referenciando o mesmo período citado acima, houve um aumento de 268,02% em relação aos dois anos anteriores.

Quadro 2 - Comparativo de desempenho do GEFRON - Fev. 2017 a Jan. 2021

COMPARATIVO DE OCORRÊNCIAS		
Período	Veículos Recuperados (UN)	Droga Apreendida (KG)
fev. 2017 a jan. 2019	222	7.571,869
fev. 2019 a jan. 2021	364	20.294,669

Fonte: SROP BI-RAC da SESP/MT.

O quadro 2 sugere que o videomonitoramento por OCR é muito eficiente no combate à criminalidade, o que induz a concluir que a instalação de novos equipamentos tecnológicos em pontos estratégicos poderia aperfeiçoar o trabalho de inteligência do GEFRON o que, conseqüentemente, também refletiria na redução do

tráfico de drogas e demais crimes no Estado e propiciaria maior segurança à sociedade mato-grossense.

Entretanto, conforme alertado por Elster (1994), às vezes o que é apenas uma relação de concomitância costuma ser tratado como se tivesse um elo de causalidade. Aplicando isso a esses números obtidos por esse Grupo Especial, o que de fato está ocorrendo no Mato Grosso e causando essa melhoria do desempenho pode não ter mais do que uma situação concomitante com outro fator, de modo que o OCR estaria recebendo os méritos no senso comum. Daí vem a prudência de apurar isso de perto, para evitar equívocos e o superdimensionamento de uma ferramenta que pode não ter nenhuma relação com o que de fato esteja causando esse progresso operacional do GEFRON.

O uso do método científico para corrigir erros de atribuição equivocada de causalidades já foi realizado nas Ciências Policiais. Samenow (2020) afirma que ainda é muito comum, até mesmo entre professores, atribuir a condição de causa da criminalidade a fatores externos aos próprios criminosos. No presente artigo, interessa apenas olhar como se dá a rotina de uso de certa tecnologia, chamada OCR, contra certo tipo de crimes.

Disso vem a ideia de que todo agressor seria uma vítima de fatores ambientais, “uma vítima de forças sobre as quais ele teria pouco ou nenhum controle [...] inclusive a pobreza, pais irresponsáveis, pressão dos colegas, violência na mídia e vários outros tipos de doenças mentais” (SAMENOW, 2020, p. 11). No entanto, em estudos com pessoas em cumprimento de penas, feitos em parceria com um outro pesquisador, de nome Samuel Yochelson, ele descobriu que “Ao contrário do que acreditávamos a princípio, descobrimos que esses indivíduos infelizmente não eram moldados pelo ambiente.” (SAMENOW, 2020, p. 11-12).

O trabalho no GEFRON, com utilização de OCR, não busca investigar causas da conduta, mas indícios de sua prática ou intenção de concretização delitiva, de modo que os operadores dessa tecnologia, lotados no NI, concentram-se nos dados do ambiente, sem aceção de nível econômico dos participantes dos movimentos delinquentiais, estejam eles a pé ou motorizados.

Silva Júnior e Reis (2018) afirmam que a criminalidade no Brasil tem sido estimulada por fatores que escaparam das análises dos proponentes de políticas públicas de maior estruturação dos órgãos e de aprimoramento da legislação penal penitenciária. Eles afirmam que, em vez de os investimentos feitos nisso, nos governos que defenderam tais relações causais, a realidade se mostrou o oposto, porque houve aumento de investimentos nisso, mas a criminalidade aumentou no mesmo período. No GEFRON, a maior estruturação consistiu na introdução da tecnologia OCR e os dados do quadro 2 indicam que isso foi relevante.

Como causa para tal enfraquecimento desse arrimo cultural, Silva Júnior e Reis (2018) dizem que as referidas lideranças se juntaram ao governo, no período de análises, quanto à crença de que as ideias de Antônio Gramsci⁴ seriam o melhor antídoto para lidar com o problema criminal no país. A estruturação dos órgãos não acompanhou então a qualidade da resposta contra a criminalidade.

Esse conselho de cuidado ao pensar sobre causas, feito por Elster (1994), somado à eliminação de um fator causal até então tido como explicação corrente para a conduta criminoso, e unido a esse leque amplo de fatores causais indicados por Samenow (2020) e por Silva Júnior e Reis (2018) são importantes para lembrar que, quando se trata das Ciências Policiais, é preciso ter muita cautela ao se tentar atribuir a um determinado fator a condição de causa de outro fator. Por isso, no caso das reflexões acerca do OCR, convém pensar sobre como ele funciona, ouvindo os seus operadores e assim sair do nível do otimismo gratuito afeto à implantação dessa tecnologia, ou da atribuição sem provas cabais, de eficiência ou ineficiência do GEFRON no tocante aos aspectos técnicos dessa tecnologia, para o enfrentamento do tráfico de entorpecentes.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada tratou-se do método hipotético-dedutivo e, quanto ao método de abordagem, quali-quantitativa, do seguinte modo: inicialmente,

⁴ Gramsci (1975) defende que a solução para os problemas da sociedade capitalista passe pela postura ideológica, partidário-comunista (leia-se de atribuição da causa da criminalidade a falhas nas instituições sociais e não atribuindo às próprias escolhas dos autores de delitos) por parte da classe dos intelectuais.

usou-se o método tipológico, categorizando o OCR, em um pré-teste, quanto ao binômio pensar-agir de seus operadores, detalhando-o em variáveis qualitativas interdependentes, denominadas com as tarjetas "demanda", "tarefa", "atividade" e "estratégia operatória"; na etapa seguinte, aplicou-se um questionário, o qual foi disponibilizado pela internet aos respondentes, os quais tiveram acesso a um *link*⁵ do Google Forms.

O método de procedimento foi o estatístico para interpretar as respostas dos utilizadores dessa tecnologia, lotados no NI/GEFRON, num total de quinze policiais militares, porém, limitando o aproveitamento do material coletado, conforme Quadros 3 a 6. A técnica utilizada foi, parcialmente⁶, a Análise Ergonômica do Trabalho (AET). Trata-se de uma pesquisa sobre o OCR como parte do aparato viabilizador dos elos entre pensar e agir dos integrantes do NI/GEFRON.

Os objetivos perseguidos foram: o principal, verificar se o OCR interfere nos resultados das equipes policiais do GEFRON. Os propósitos específicos da pesquisa foram três: primeiro, submeter a tecnologia de OCR do NI/GEFRON à Análise Ergonômica do Trabalho, enquadrando as rotinas de utilização desse recurso tecnológico nos quatro conceitos escolhidos a priori, trazidos da EC, a saber: a "demanda", a "tarefa", a "atividade" e a "estratégia operatória".

Segundo objetivo específico foi coletar a percepção dos integrantes do NI/GEFRON sobre o binômio pensar-agir quanto ao trabalho direcionado para capturar, tratar, difundir e utilizar as imagens obtidas por meio dessa tecnologia, nas rotinas dos participantes da pesquisa, no tocante à utilização do OCR, porém, nada indagando sobre estrutura, interiorização, *modus operandi*, desempenho na contumácia delinquencial das organizações criminosas, ou algum outro aspecto delas captado por meio da referida tecnologia.

O último objetivo específico consistiu em identificar, nas percepções dos usuários do OCR do Núcleo, partindo-se de limitações percebidas por eles, quanto à Estratégia Operatória inventada para lidar com as imperfeições tecnológicas eventualmente diagnosticadas, aspectos úteis para um aprimoramento tecnológico

⁵ <https://docs.google.com/forms/d/1m6vkA_JBYUA1vAISj9UOPzX-LQfpuacv8AYHHMwKKZM/edit?usp=sharing>

⁶ Informa-se essa parcialidade porque a técnica é bem mais ampla, porém, entre os ergonomistas é admitido seu uso parcial, conforme necessidade de cada caso.

dessa ferramenta.

Por envolver estudos diretos com seres humanos, o projeto de pesquisa foi enviado a Plataforma Brasil, sob o protocolo nº 53839321.9.0000.8055, para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), assim fora encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para análise, obtendo o parecer nº 5.180.126 com aprovação e sem necessidade de apreciação do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Realiza-se, a seguir, a exposição e discussão dos resultados da pesquisa, do seguinte modo: um quadro específico para cada dimensão particular (categoria analítica qualitativa), contendo o número da questão do questionário, na coluna mais à esquerda; a síntese do enunciado dela, na coluna seguinte; o dado estatístico mais relevante, na próxima coluna e, por fim, à direita, o significado do dado coletado, quanto à sua relevância para o GEFRON. Logo em seguida a cada quadro, encontra-se uma questão escolhida para comentário mais detalhado, com o diálogo entre teoria e resultado.

RESULTADOS ATINENTES À DEMANDA ERGONÔMICA

Encontra-se, abaixo, o Quadro 3, que diz respeito ao conjunto das questões da Demanda Ergonômica do GEFRON. O significado dessa expressão é o já informado anteriormente: conjunto de acontecimentos e condutas observados na sociedade e caracterizados pelo cometimento de delitos motivadores de uma resposta estatal contra a criminalidade.

Quadro 3 – Demanda Ergonômica na percepção dos integrantes do Núcleo de Inteligência/Grupo Especial de Segurança de Fronteira

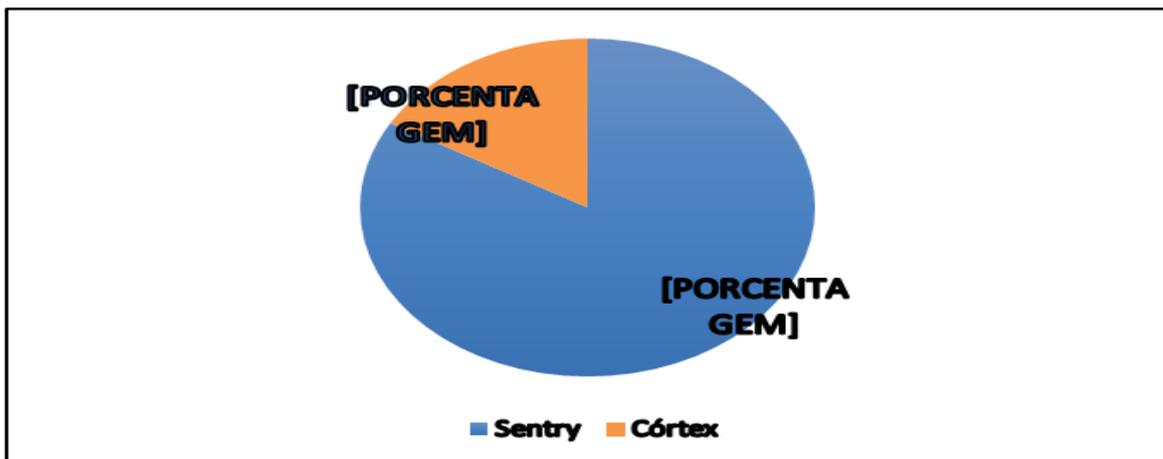
Nº	NÚCLEO DA PERGUNTA	DADO ESTATÍSTICO MAIS EXPRESSIVO	RELEVÂNCIA DO DADO COLETADO
01	Instituição integrante NI/GEFRON	100% PM	Orientação exclusiva para PM
15	Participar apreensão entorpecente com uso de OCR	93,3% Sim	Quase todos prenderam entorpecentes com uso de OCR
17	Participar apreensão entorpecente graças uso de OCR	93,3% Sim	Alinhado com a questão anterior, o uso de OCR é fundamental
27	Captura OCR de fisionomia pessoas em veículos	33,3% pouca eficiência; 33,3% neutro; e 13,3% sem eficiência	Baixa eficiência para captura de fisionomia de pessoas nas imagens OCR
28	Captura OCR de vestuário de pessoas em veículos	46,7% pouca eficiência; 20% neutro; e 13,3% sem eficiência	Baixa eficiência para captura de vestuário de pessoas nas imagens OCR
29	Localização geográfica ponto captura OCR	66,7% muito importante; e 33,3% importante	Muita importância creditada à localização do ponto captura OCR
30	Relação: Localização ponto captura OCR x Tempo resposta operacional	66,7% indispensável	Com respeito à efetividade, essa relação é muito estratégica
31	OCR no combate ao narcotráfico	86,7% indispensável	Necessário ampliar a rede de OCR para combater o narcotráfico

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir do questionário aplicado.

Agora que se tem uma visão panorâmica dos resultados, como visto na tabela acima, passa-se à apreciação particularizada de uma questão. Aquela escolhida para ilustrar a análise é a de número 15, onde se verifica, no Gráfico 1, que 93,3% dos respondentes afirmaram haver participado de ação operacional do GEFRON, bem-sucedida, na qual a utilização prévia do OCR teve relevância para a concretização da

resposta policial diante da Demanda Ergonômica. Observa-se que 14 dos 15 respondentes assinalaram ter participado de apreensão de entorpecentes com uso de OCR.

Gráfico 1 – Relevância de OCR para ocorrências de apreensão de entorpecentes



Fonte: Elaboração própria (2022), a partir do questionário aplicado.

Os dados demonstram que a ferramenta de OCR é muito efetiva, segundo a experiência dos integrantes do NI/GEFRON. Esse resultado trazido no gráfico, quando considerado à luz dos conceitos resumidos no Quadro 1, indica que ocorre muita Externalização e a Demanda Ergonômica é significativamente percebida pelo Grupo mediante essa tecnologia.

Assim, aquilo que Silva Júnior e Reis (2018) atribuem como causa de baixa capacidade de resposta dos órgãos públicos contra a criminalidade (a questão ideológica) não se observou quanto ao GEFRON, onde a vertente da tecnologia tem relevância para garantir uma resposta administrativa e operacional do Estado bem coerente com aquilo que Samenow (2020) afirmou em sua apreciação sobre causa da criminalidade, isto é, no caso dos delitos ou potenciais de ilícitos monitorados pelo GEFRON, o foco se mostrou bem objetivo sobre fatores físicos inerentes aos próprios indivíduos e automóveis por eles utilizados, não tendo sido encontrado nada que pudesse fazer atribuir como causa da conduta deles algum fator externo aos mesmos delinquentes.

RESULTADOS CONCERNENTES À TAREFA ERGONÔMICA

Na Tabela 3, a seguir, encontra-se o rol das questões da Tarefa Ergonômica do GEFRON. Tal expressão significa, como já referido, o conjunto formado por normas e estruturas de trabalho em que os respondentes da pesquisa se baseiam para desempenhar suas atribuições contra a criminalidade.

Quadro 4 – Tarefa Ergonômica na percepção dos integrantes do Núcleo de Inteligência/Grupo Especial de Segurança de Fronteira

Nº	NÚCLEO DA PERGUNTA	DADO ESTATÍSTICO MAIS EXPRESSIVO	RELEVÂNCIA DO DADO COLETADO
05	O que é OCR	86,7% sabem perfeitamente bem	Maioria policiais tem boa compreensão de OCR
06	Descrever o que sabe sobre OCR	13 responderam	Demonstraram boa percepção sobre OCR
07	Sistema OCR que acessa com login pessoal	15/15 Sentry; e 9/15 CórteX	Maioria acessa OCR com login pessoal
11	Cursos/Instruções sobre OCR que recebeu	73,3% receberam 1 ou 2 cursos; 26,6% receberam 3 ou + de 3 cursos	Todo efetivo recebeu instrução sobre OCR. Alguns receberam mais de 3 cursos
12	Cursos fora da polícia	40% graduação; 33,3% tecnólogo; 2 não possuem curso fora da polícia	Maioria possui curso superior
13	Descreva os cursos fora da polícia	Maioria possui Gestão Pública e Bacharel em Direito	Profissionais instruídos tem condições de melhor exercer sua profissão
14	Opinião pessoal sobre nível conhecimento OCR	60% Bom ou ótimo; 40% regular	Maioria se considera com elevado nível de conhecimento de OCR
19	Dados que julga oportuno para apreensão entorpecente	66,7% placas e alerta passagens; 46,7% detalhes veículo e localização passagem; 53,3% histórico passagens	OCR é capaz de capturar vários dados pertinentes
20	Significado “outros”	Utiliza sistema Sentry OCR	OCR é capaz de capturar vários

	questão 19	para mapear rotas de veículos produtos de ilícitos	dados pertinentes
21	Localização ponto captura OCR	100% muito importante e importante	Boa localização é indispensável
22	Descrever motivo da resposta da questão 21	Todas as respostas se referem ao fator estratégico da localização do OCR	Boa localização é estratégico
23	Avaliar imagem da placa de veículos capturada via OCR	93,4% assinalaram eficiente ou muito eficiente	OCR é muito eficiente quanto a qualidade das imagens de placas
24	Avaliar imagem marca/modelo de veículos capturada via OCR	93,4% assinalaram eficiente ou muito eficiente	OCR é muito eficiente quanto a qualidade das imagens de marca/modelo
25	Avaliar qualidade imagem de adesivos em veículos capturada via OCR	73,3% assinalaram eficiente ou muito eficiente	OCR é muito eficiente quanto a qualidade das imagens de adesivos
26	Avaliar qualidade imagem de características personalizadas de veículos capturada via OCR	66,6% assinalaram eficiente ou muito eficiente	OCR é eficiente quanto a qualidade de imagens de rodas, insuflado, amassado, quebrado, engate, pneu, antena, etc
28	Captura OCR de vestuário de pessoas em veículos	46,7% pouca eficiência; 20% neutro; e 13,3% sem eficiência	Baixa eficiência para captura de vestuário de pessoas nas imagens OCR
29	Localização geográfica ponto captura OCR	66,7% muito importante; e 33,3% importante	Muita importância creditada à localização do ponto captura OCR
30	Relação: Localização ponto captura OCR x Tempo resposta operacional	66,7% indispensável	Com respeito à efetividade, essa relação é muito estratégica
31	OCR no combate ao narcotráfico	86,7% indispensável	Necessário ampliar a rede de OCR para combater o narcotráfico

36	Avaliar interface sistema OCR quanto sua complexidade como fonte de informações e inserção de dados	73,3% razoavelmente fácil	Interface dos sistemas de OCR dialoga facilmente com usuário quanto fonte de informações e inserção de dados
37	Avaliar linguagem utilizada pelo sistema de OCR	66,6% assinalaram razoavelmente fácil ou extremamente fácil	Linguagem da interface dos sistemas de OCR dialoga facilmente com usuário
38	Sistema OCR facilita feedback entre usuário e máquina?	60% mediano nível de feedback	É preciso avançar no quesito feedback nos sistemas de OCR
40	Avaliar complexidade das tarefas executadas no GEFRON	60% difícil ou pouco difícil	Considerando o grau de dificuldade laboral assinalado é necessário ampliar o uso de tecnologias fins facilitar o trabalho policial

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir do questionário aplicado.

O Quadro 4, acima, trouxe uma apreciação resumida do conjunto de respostas coletadas na pesquisa de campo. Uma delas que chamou bastante a atenção, foi a de número 11, sobre a qual realiza-se no Gráfico 2, a seguir, uma consideração mais detalhada. Verifica-se que mais da metade do efetivo recebeu no mínimo dois cursos sobre OCR, e o restante do efetivo apenas um curso.

Gráfico 2 – Formação especializada em OCR dos integrantes do Núcleo de Inteligência do Grupo Especial de Segurança de Fronteira



Fonte: Elaboração própria (2022), a partir do questionário aplicado.

Diante do exposto, pode-se afirmar que os profissionais que utilizam a tecnologia OCR detêm uma considerável gama de saberes tácitos, obtidos em cursos de preparação para esse trabalho. Isso significa, à luz dos conceitos resumidos no Quadro 1, que o contingente de policiais lotados no NI/GEFRON caracteriza-se por uma expressiva carga de Internalização e, ao mesmo tempo, já tiveram oportunidade, institucionalmente propiciada, de aprenderem o necessário para se adequarem à Tarefa Ergonômica, isto é, as normas reguladoras do funcionamento do recurso tecnológico que eles têm de utilizar para cumprir suas missões.

Prossegue-se, na sequência, à apresentação e interpretação dos dados, desta feita os relativos ao que os integrantes do Grupo Especial efetivamente fazem, diante da atribuição legal que lhes é imputada, coisa que tem o nome de Atividade Ergonômica.

RESULTADOS REFERENTES À ATIVIDADE ERGONÔMICA

Entende-se o significado da palavra atividade como sendo aquilo que os profissionais fazem visando cumprir os parâmetros recebidos de suas instituições ou organizações de trabalho, neste caso, o GEFRON. As questões analisadas no Quadro 5, a seguir, fazem as vezes de integra do questionário aplicado na pesquisa de campo, relativamente à Atividade Ergonômica.

Quadro 5 – Atividade Ergonômica na percepção dos integrantes do Núcleo de Inteligência/Grupo Especial de Segurança de Fronteira

Nº	NÚCLEO DA PERGUNTA	DADO ESTATÍSTICO MAIS EXPRESSIVO	RELEVÂNCIA DO DADO COLETADO
03	Tempo de trabalho no GEFRON	73,3% há mais de 15 anos	Tropa muito experiente em policiamento de fronteiras
04	Tempo de trabalho no NI/GEFRON	66,7% possuem entre 5 até mais de 10 anos	Policiais experientes na atividade de ISP
15	Participação em apreensão de entorpecente com uso de OCR	93,3% Sim	Quase todos prenderam entorpecentes com uso de OCR
16	Complemento questão 15. Quantidade de operações que participou	Maioria respondeu entre 10 e 50 operações	OCR é muito eficiente em operações de ISP com resultado apreensão entorpecente
17	Participação em apreensão de entorpecente ocorrido graças ao uso de OCR	93,3% Sim	Alinhado com a questão anterior, o uso de OCR é fundamental
18	Complemento questão 17. Quantidade de operações que participou	Maioria respondeu entre 05 e 50 operações	OCR é fundamental em operações de ISP com resultado apreensão entorpecentes
30	Relação: Localização ponto captura OCR x Tempo resposta operacional	66,7% indispensável	Com respeito à efetividade, essa relação é muito estratégica
39	Avaliar carga mental utilizada no GEFRON	73,3% cansativa ou muito cansativa	Necessário investir em meios tecnológicos fins aumentar eficiência com menor esforço físico
40	Avaliar complexidade das tarefas executadas no GEFRON	60% difícil ou pouco difícil	Considerando o grau de dificuldade laboral assinalado é necessário ampliar o uso de tecnologias fins facilitar o trabalho policial
41	Sentir dificuldades de decodificação, aprendizagem e memória durante as tarefas	53,3% sim	Metade assinala sente dificuldade nos processos metais (ECT) durante as atividades de ISP

42	Complemento questão 41. Sintomas apresentados	Dificuldade de memorização e de decodificação; déficit de atenção	Resultados do esforço mental (ETC) na atividade de ISP
43	Complemento questão 42. Descrever significado de “outros”	Falta comunicação entre colegas; Submissão; Nenhum problema	Resultados do esforço mental (ETC) na atividade de ISP

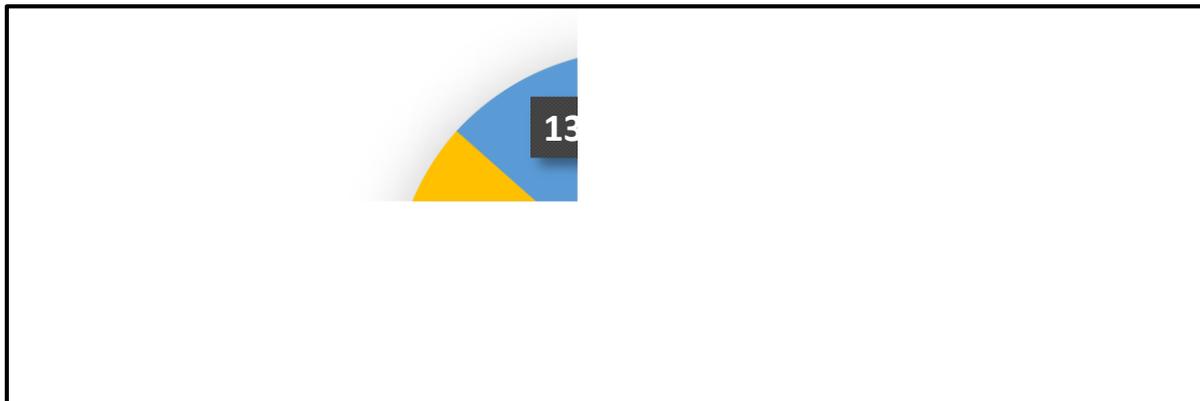
Fonte: Elaboração própria (2022), a partir do questionário aplicado.

Como visto, os profissionais do NI/GEFRON deparam-se com aspectos bastante satisfatórios e algumas frustrações, quando utilizam a tecnologia OCR, seja por limitações desta, seja por insuficiências naturais e humanas de fazer uso de um recurso tecnológico que requer grande esforço mental dos seus operadores. Isso acontece, obviamente, também em função desses policiais para extraírem o máximo da potencialidade desse instrumento laboral.

Quando se olha para esses resultados do Quadro e se os compara com aqueles conceitos resumidos no Quadro 1, fica bem evidente que, na Atividade Ergonômica desse NI, dá-se a Internalização, porque os operadores extraem de uma estrutura formal detalhes relacionados aos veículos e pessoas cujas imagens tenham sido capturadas nas câmeras. Ao mesmo tempo, o Quadro 5 indica que o OCR fornece elementos visuais que os usuários dessa tecnologia tomam como base para fazerem o que está previsto nas normas de funcionamento do GEFRON.

Uma das questões tratadas nesse aspecto da pesquisa é a de número 39, como se vê adiante, na qual foi pedido aos participantes da investigação que avaliassem a carga mental exigida deles para cumprir suas atribuições no Grupo Especial: 73,3% responderam que a carga mental utilizada diariamente no NI/GEFRON é um pouco cansativa ou muito cansativa.

Gráfico 3 – Carga mental requerida dos integrantes do Núcleo de Inteligência do
Grupo Especial de Segurança de Fronteira



Fonte: Elaboração própria (2022), a partir do questionário aplicado.

O conjunto das respostas espelhadas nesta questão 39, relacionadas à Atividade Ergonômica, permite notar que a tarefa requer do policial utilizador do OCR um esforço mental significativo que pode ser compreendido como Combinação (de saberes formais, contidos nas telas do recurso tecnológico, sendo convertidos em outros modos de organização formal do saber, por exemplo, pelo lançamento escrito de um detalhe que o operador considera necessário que outros policiais olhem com atenção. Neste caso, a ISP sobrepõe-se à tecnologia, amplificando o alcance do dado para que vire informação e, talvez conhecimento. Por vezes, isso significa ir além do que está definido na Tarefa Ergonômica, situação que caracteriza uma Estratégia Operatória.

RESULTADOS REFERENTES À ESTRATÉGIA OPERATÓRIA

Estratégia operatória é aquilo que um profissional faz para compensar a inexistência de normas específicas ou a insuficiência estrutural de seu posto de trabalho; é o improviso consciente e consequente, para compensar as lacunas. No Quadro 6, a seguir, pode ser mais bem visualizado o que foi recolhido no questionário sobre este aspecto da Ergonomia Cognitiva. A ideia central contida a seguir é a de como o policial improvisa quando, o OCR não lhe dá aquela resposta de

que ele precisaria para bem cumprir a Atividade Ergonômica prevista na norma do GEFRON.

Quadro 6 – Estratégia Operatória Ergonômica na percepção dos integrantes do Núcleo de Inteligência/Grupo Especial de Segurança de Fronteira

Nº	NÚCLEO DA PERGUNTA	DADO ESTATÍSTICO MAIS EXPRESSIVO	RELEVÂNCIA DO DADO COLETADO
09	Uso OCR solicitando consulta para colaboradores	05 utiliza sistema Sentry; 04 utiliza sistema Alerta Brasil PRF; 01 utiliza sistema Córtex	O uso indireto de OCR é muito eficiente
27	Captura OCR de fisionomia pessoas em veículos	33,3% pouca eficiência; 33,3% neutro; e 13,3% sem eficiência	Baixa eficiência para captura de fisionomia de pessoas nas imagens OCR
32	Avaliar OCR quanto estabilidade do sistema	46,7% pouco instável; e 20% não possui opinião sobre	Sistema OCR é razoavelmente estável, podendo ocorrer períodos de instabilidade
33	Situação em que não foi possível acessar OCR devido instabilidade do sistema	86,7% assinalaram sim	Sistema OCR é razoavelmente estável, podendo ocorrer períodos de instabilidade
34	Descrever o que o operador faz para prosseguir com a análise durante instabilidade do sistema OCR	Maioria utiliza outros meios de vigilância com empregos humanos	Durante instabilidade do OCR, os meios humanos sempre serão oportunos
35	Listar a falhas observadas mais frequentes	Travamento do sistema; Faixa mal posicionada; Erro de leituras de placas; Capturas muito escuras; Alerta atrasado	Várias falhas de sistema e infraestrutura apontados, o que demanda melhorias do sistema

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir do questionário aplicado.

O inteiro teor do Quadro 6 traz muitos detalhes úteis para entender a Atividade Ergonômica do NI/GEFRON, destacando-se: a argúcia do operador do OCR para não se limitar a apenas aos sistemas a que ele possui acesso direto com

senha pessoal. As respostas indicam que esses profissionais contornam dificuldades encontradas no sistema OCR em que estejam trabalhando, pelo pedido a outros, que têm acesso a sistemas diferentes do seu. Tal providência, entretanto, não é adotada por 40% dos respondentes.

No Gráfico 4, a seguir, procura-se explorar melhor esta particularidade, analisando em que medida os agentes de Inteligência que atuam no GEFRON utilizam caminhos diferentes de acompanhamento de movimentações justificadamente suspeitas, captadas por eles mediante as câmeras do sistema tecnológico de reconhecimento de caracteres. Sentry, Córtext, Alerta Brasil e outros constituem tais vias de compensação das dificuldades eventualmente encontradas na utilização do OCR por esses profissionais:

Gráfico 4 - Alternativas improvisadas diante de limitações do OCR pelos integrantes do Núcleo de Inteligência do Grupo Especial de Segurança de Fronteira



Fonte: Elaboração própria (2022), a partir do questionário aplicado.

No presente caso, há aspectos que, relativos ao OCR, exigem do seu utilizador uma disposição para superar suas limitações e ficou patente que os integrantes do GEFRON estão atentos a tal necessidade e bem-dispostos para agir desse modo ao lidar com tal tecnologia. A evidência trazida nesse Gráfico 4 é de que os agentes policiais do NI praticam aquilo que Nonaka e Takeuchi (1997) chamam de

Combinação, indicada no Quando 1, à medida que esses profissionais terminam de fazer em uma base formal de dados a qual eles não têm acesso direto, aquilo que haviam a fazer na plataforma rotineiramente usada em seu local de trabalho.

A partir dessas análises, que não esgotam o tema, é possível afirmar algumas conclusões básica e fazer certas indicações para desenvolvimento de pesquisas futuras. Desses aspectos que foram abordados até este ponto do artigo, pode-se extrair algumas considerações em caráter de encerramento do texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pontos principais captados na pesquisa de campo foram: quanto à Demanda, ela existe para fins de OCR, em termos de captação de aspectos de veículos e pessoas ligados ao tráfico de entorpecentes, de modo a tornar mais eficiente o atendimento de ocorrências; no tocante à Tarefa, verificou-se que o GEFRON funciona de modo bem organizado, já com um sistema que permite o diálogo entre administração e ponta da linha; no que concerne à Atividade, constatou-se que há um corpo de profissionais com domínio satisfatório de saberes, operando tal sistema, todos possuidores de experiência na atividade-fim e, no que tange à Estratégia Operatória, ficou patente que há pontos do OCR que requerem aprimoramento, pois os seus operadores não encontram nele tudo o de que sentem falta, o que os força a buscar alternativas e compensações, quando o sistema não funciona bem ou a realidade traz complexidade maior do que aquela captável por meio das câmeras.

Os objetivos foram alcançados. A hipótese foi parcialmente confirmada. A título de sugestões, propõe-se que os elementos observados no Gráfico 4 sirvam de base para aprimoramento do GEFRON quanto ao uso de OCR. Para pesquisas futuras, sugere-se uma utilização mais aprofundada, relativamente às interseções conceituais esboçadas no Quadro 1. O combate ao tráfico de entorpecentes com uso de tecnologia de Reconhecimento Óptico de Caracteres é alvissareiro e merece atenção por parte da comunidade científica, especialmente das Ciências Policiais.

REFERÊNCIAS

AHMADJIAN, Christina L. Criação do Conhecimento Interorganizacional: conhecimento e redes. In: TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008. p. 201-216.

AKUTSU, Satoshi; NONAKA, Ikujiro. Capacidades de branding. In: TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008. p. 251-269.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução de Edison Bini. Bauru: EDIPRO, 2006.

AVERRÓIS. **Averrois cordubensis commentarium magnum in aristotelis de anima libros**. CRAWFORD, F. Stuart (Ed.). Cambridge, MA: Mediaeval Academy of America, 1953.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] União**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 out. 1988. Seção. 1, p. 1, Brasília. DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-norma-pl.html>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

_____. Ministério da Defesa. **Manual de fundamentos “Inteligência Militar Terrestre”**. 2. ed. Brasília: Exército Brasileiro, 2015. Disponível em: <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/95/1/EB20-MF-10.107.pdf>>. Acesso em 09 fev. 2022.

_____. Ministério da Justiça. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública – DNISP**. 4. ed., rev. e atual. Brasília: SENASP/MJ, 2015.

_____. Ministério da Justiça. **Lista de municípios da faixa de fronteira**. Brasília-DF: MJ, [201-?]. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/Acesso/convenios/anexos/anexo-vii-lista-municipios-faixa-de-fronteira.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

_____. Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979. Dispõe sobre Faixa de Fronteira, altera o Decreto-Lei nº 1.135, de 03 de dezembro de 1970, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 03 maio 1979. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6634-2-maio-1979-365762-norma-pl.html>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

CAMPOS NETO, Manoel Francisco de; VANRELL, Jorge Paulete. **Mulas humanas no narcotráfico internacional Bolívia-Brasil**. 3. ed. Leme: JH Mizuno, 2020.

CARVALHO, Adriano Nepomuceno de. **Inteligência de segurança pública: análise ergonômica da Demanda, Tarefa, Atividade e Estratégia Operatória, e proposta de**

indicadores. 2020. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica da Segurança Pública) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisa da PMMG, 2020.

CEPIK, Marco A. C. **Espionagem e democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CHIROLI, Caroline Bianca de A. Vieira; ARAÚJO, Jonas Duarte de. Inteligência no Brasil. In: CASTRO, Clarindo Alves de; RONDON FILHO, Edson Benedito (Orgs.). **Inteligência de Segurança Pública**. Curitiba-PR; Juruá, 2009. p. 59-84.

CRUZ, Juliana Cristina da. **A atividade de Inteligência de Segurança Pública para o fortalecimento da cidadania**. 2013. 72 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/104293/A_Atividade_de_Intelig%C3%A2ncia_de_Seguran%C3%A7a_P%C3%BAblica_para_o_fortalecimento_da_cidadania.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 mar. 2022.

DANIELLOU, François. Questões epistemológicas acerca da Ergonomia. In: DANIELLOU, François (Coord.). **A Ergonomia em busca de seus princípios**. Tradução de Maria Irene Stocco Betiol. São Paulo: Edgard Blucher, 2004. p. 1-19.

DYSARZ, Leandro Iran. **O uso de informações nas ações da gestão de segurança pública**. 2018. 34 f. Monografia (Especialização em Gestão Integrada da Segurança Pública) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Belém, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/12159#:~:text=No%20contexto%20atual%2C%20as%20informa%C3%A7%C3%B5es,a%20efetividade%20das%20atividades%20desenvolvidas.>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

ELSTER, Jon. **Peças e Engrenagens das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Lettere dal carcere:1926-1937**. v. 2. Palermo: Sellerio, 1996.

LUZ, Alessandro Roberto. **O emprego da Técnica de Avaliação de Dados (TAD) na produção do conhecimento de Inteligência**. 2019. 72 f. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* em Inteligência de Segurança Pública) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/12002/1/O%20EMPREGO%20DA%20T%C3%89CNICA%20DE%20AVALIA%C3%87%C3%83O%20DE%20DADOS%20%28TAD%29%20NA%20PRODU%C3%87%C3%83O%20DO%20CONHECIMENTO%20DE%20INTELIG%C3%82NCIA.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado da Casa Civil. Decreto nº 2.305, de 16 de abril de 2014: Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP, a redistribuição de cargos em comissão e funções de confiança. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, v. 123, n. 26.273, p. 2-4, 16 abr. 2014.

_____. Secretaria de Estado da Casa Civil. Decreto nº 3.994, de 13 de março de 2002. Dispõe sobre a criação do Grupo Especial de Segurança de Fronteira - GEFRON -, e dá outras providências. **Diário Oficial de Mato Grosso**, Cuiabá, MT, 13 mar. 2002.

MARTINS, Jorge Augusto de Souza; ROSA, Izaias Otacílio da. A análise da gestão de projetos operacionais no âmbito da Polícia Militar de Santa Catarina. **Revista Ordem Pública**, v. 7, n. 1, p. 11-32, 2014. Disponível em: <<https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/65>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

MESQUITA, Maxwell Marques; SETTE JUNIOR, Guilherme José. Metodologia da Produção do Conhecimento de Inteligência. In: SEMINÁRIO ON-LINE DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES, 1., 2020, São Bojra. **Anais eletrônicos**...Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/iseminarioonlineestudosinterdisciplinares/trabalho/141906>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação do conhecimento na empresa**. 16. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

REIS, Gilberto Protásio dos. Conhecimento e estratégia na ação policial militar. *Vigilantis Semper*, v. 1, n. 1, p. 87-108, jul./dez. 2021. Disponível em: <<http://www.revista.pm.rn.gov.br/index.php/revista/article/view/34/25>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

_____. **Criação do conhecimento interorganizacional na Segurança Pública**: uma análise sobre o "modelo socialização, externalização, internalização e combinação" nas áreas integradas de segurança pública de Belo Horizonte. 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://tede.fjp.mg.gov.br/handle/tede/290>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ROMERO, Rodolfo Valiente. **Processo automático de reconhecimento de texto em imagens de documentos de identificação genéricos**. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3141/tde-05032018-151842/pt-br.php>>. Acesso em 22 mar. 2022.

SAMENOW, Stanton E. **A mente criminosa**. Tradução de Ana Parreira. Campinas: Vide Editorial, 2020.

SILVA, Allan Neves Oliveira. O intelecto e seu objeto: por uma perspectiva unificada da noética de averróis. **Kínesis**, v. 8, n. 16, 2016, p. 65-82. Disponível em: <<https://revistas.marília.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/6416>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SILVA JÚNIOR, Dequex Araújo; REIS, Gilberto Protásio dos. A "crise orgânica"

estimulada da segurança pública brasileira. **RIBSP**, v. 1, n. 2, 2018, p. 48-70.
Disponível em:
<<https://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/17>>. Acesso em:
21 mar. 2022.

ANÁLISE CRIMINAL E POLICIAMENTO OSTENSIVO: UMA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL

Nazareno Marcineiro¹
Caio Augusto dos Santos Alves²
Edson da Silva Júnior³
Giancarlo Nunes da Rocha⁴
Rafael Fernandes dos Santos⁵

RESUMO

Este trabalho pretendeu examinar como a análise criminal pode contribuir na distribuição dos recursos humanos e materiais para um policiamento ostensivo mais efetivo no âmbito da Polícia Militar. Para tanto, houve um breve estudo da atividade de policiamento ostensivo, identificando e evidenciando suas características e principais conceitos, perpassando pelos paradigmas da segurança pública nacional. Após, adentrou-se na ferramenta de análise criminal, explorando seus atributos e teorias, destacando-a como ferramenta de segurança pública e ferramenta de gestão, demonstrando-se a sua importância frente à dinâmica criminal. Ao final, foi explorado o emprego da análise criminal dentro do policiamento ostensivo na PMSC, pontuando-se a relevância da distribuição racional dos recursos disponíveis para um policiamento ostensivo eficiente. A pesquisa foi motivada pela necessidade do estudo da análise criminal e sua relação com o policiamento ostensivo, visto ser ferramenta que permite a aplicabilidade eficiente do policiamento. Foram utilizados o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: *Análise Criminal - Policiamento Ostensivo - Polícia Militar - Ciências Policiais.*

ABSTRACT

This work aimed to examine how criminal analysis can contribute to the distribution of human and material resources for a more effective ostensible policing within the Military Police. Therefore, there was a brief study of the ostensive policing activity, identifying and highlighting its characteristics and main concepts, passing through the paradigms of national public security. Afterwards, it entered the criminal analysis tool, exploring its attributes and theories, highlighting it as a public security tool and management tool, demonstrating its importance in the face of criminal dynamics. At the end, the use of criminal analysis within the ostensive policing in the PMSC was explored, pointing out the relevance of the rational distribution of available resources for an efficient ostensive policing. The research was motivated by the need to study criminal analysis and its relationship with overt policing, as it is a tool that allows for the efficient applicability of policing. The deductive method and bibliographical research were used.

Keywords: *Criminal Analysis - Ostensible Policing - Military Police - Police Sciences*

¹ Coronel PMSC RR. Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC.

² 2º Tenente da Polícia Militar de Santa Catarina.

³ 2º Tenente da Polícia Militar de Santa Catarina.

⁴ 2º Tenente da Polícia Militar de Santa Catarina.

⁵ 2º Tenente da Polícia Militar de Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a segurança pública de qualidade é um dos pilares de qualquer nação desenvolvida. Nessa toada, torna-se imprescindível a realização de estudos prévios sobre as causas e os efeitos da criminalidade. A análise criminal é um método que se presta a essa finalidade, sendo que por meio desta é possível otimizar o emprego do aparato policial. O policiamento ostensivo, que é uma das formas mais tradicionais do emprego policial, está estritamente ligado à análise criminal.

Nesse sentido, o cerne deste artigo, ou seja, o problema que direcionou os esforços de pesquisa e produção deste trabalho é: como a análise criminal pode contribuir na distribuição dos recursos humanos e materiais para um policiamento ostensivo mais efetivo no âmbito da Polícia Militar?

Buscar-se-á reconhecer a ferramenta de análise criminal como um procedimento essencial e potencializador da atividade de policiamento ostensivo. Para isso, iniciar-se-á o estudo com uma análise da atividade de policiamento ostensivo, identificando e evidenciando suas características. Seguir-se-á adentrando na ferramenta de análise criminal, explorando suas teorias e a destacando como ferramenta de segurança pública e ferramenta de gestão, ao final, será explorado o emprego da análise criminal dentro do policiamento ostensivo na PMSC.

Do ponto de vista institucional, é essencial a pesquisa de análise criminal e sua relação com o policiamento ostensivo, sendo este último uma das principais missões da Polícia Militar. Para que haja a correta execução do policiamento ostensivo, é imprescindível que haja uma prévia análise de modo a direcionar a ação policial, sob pena de ineficiência do serviço prestado. Não basta executar, mas sim pensar antes de fazê-lo.

No aspecto Social também há grande interesse quanto ao estudo e pesquisa da análise criminal e do policiamento ostensivo, afinal a sociedade é a maior interessada e é o motivo principal de que haja um correto emprego das forças

policiais, não calcado em achismos e puro empirismo, mas sim atos baseados em aprofundados conhecimentos baseados em uma metodologia correta.

O método de pesquisa realizado para concretizar o presente artigo consistiu no método dedutivo. Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que visa explorar a relação entre análise criminal e policiamento ostensivo. Já no tocante aos objetivos, a pesquisa será descritiva. A linha de pesquisa classifica-se no grupo atividades policiais finalísticas, no nível técnico. E, referente aos procedimentos, será bibliográfica.

DESENVOLVIMENTO

A segurança pública consiste num tema sensível a qualquer sociedade, isso porque afeta diretamente o bem-estar social, impactando a saúde física e financeira das pessoas e do Estado. Por tratar-se de uma questão multifacetada, várias são as políticas e teorias construídas e discutidas para solucionar os problemas que surgem na área, e, nesse sentido, umas das principais ferramentas trabalhadas para enfrentar os desafios apresentados é o policiamento ostensivo.

POLICIAMENTO OSTENSIVO - ANÁLISE SOB A ÉGIDE DO LETRAMENTO POLICIAL

Segundo o dicionário de definições de *Oxford Languages* (DICIONÁRIO, 2021), policiamento consiste “no ato ou efeito de policiar”, sendo que policiar é definido como o ato de “vigiar ou fiscalizar, manter em ordem, por meio do trabalho da polícia ou de acordo com os regulamentos policiais.”. Esse conceito inicial é útil para esboçar uma imagem do que seja o policiamento, porém, a fim de analisar de forma técnica o conceito é necessário realizar uma análise por meio do letramento policial.

CONCEITOS LEGAIS ACERCA DO POLICIAMENTO OSTENSIVO

Em decorrência da relevância do tema, o conceito de policiamento ostensivo, assim como sua divisão em tipos, encontra previsão no ordenamento jurídico pátrio, mais especificamente no Decreto nº 88.777/1983 (R-200), o qual define:

27) Policiamento Ostensivo - ação policial, exclusiva das Polícias Militares em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública”;
São tipos desse policiamento, a cargo das Polícias Militares ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, os seguintes:

- ostensivo geral, urbano e rural;
- de trânsito;
- florestal e de mananciais;
- rodoviária e ferroviária, nas estradas estaduais;
- portuário;
- fluvial e lacustre;
- de radiopatrulha terrestre e aérea;
- de segurança externa dos estabelecimentos penais do Estado;
- outros, fixados em legislação da Unidade Federativa, ouvido o estado Maior do Exército através da Inspeção-Geral das Polícias Militares (BRASIL, 1983).

O Decreto-lei nº 667 de 2 de julho de 1969, cuja função é reorganizar as polícias militares e os Corpos Militares dos estados, malgrado contar com mais de 50 anos de vigência, fora alterado recentemente pela lei nº 13.967 de 26 de dezembro de 2019 e, ressalvado alguns termos superados constitucionalmente, demonstra estar em consonância os ditames jurídicos atuais, sendo que o referido diploma legal definiu como função da polícia militar:

Art. 3º. Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, compete às Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições:

a) **executar com exclusividade**, ressalvas as missões peculiares das Forças Armadas, **o policiamento ostensivo**, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos; [...] (BRASIL, 1969, grifo nosso).

Faz-se mister frisar que os dispositivos legais mencionados foram elaborados sob a égide da Constituição Federal de 1967, a qual afirma que a competência da Polícia Militar consistia na “manutenção da ordem e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal” (BRASIL, 1967). Ocorre, porém, que tal entendimento foi superado completamente pela atual carta Magna que definiu a competência da polícia Militar como “a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (BRASIL, 1988). Assim a expressão manutenção da ordem pública foi alterada por preservação de ordem pública e a atribuição de polícia ostensiva foi elevada ao status constitucional, ampliando substancialmente as atribuições das policiais militares. A fim de compreender como essas mudanças afetaram a atividade de policiamento é necessário aprofundar os estudos acerca da expressão polícia ostensiva.

POLICIAMENTO OSTENSIVO SOB A ÓTICA DA POLÍCIA OSTENSIVA

Enquanto a atribuição de preservação da ordem pública encontra previsão tanto no *caput* do artigo 144 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) quanto no parágrafo 5º do dispositivo, o qual trata especificamente acerca das atribuições da polícia militar, provocando entendimento que todos órgãos de segurança pública compartilham dessa atribuição, por outro lado, a atribuição de polícia ostensiva é prevista unicamente no parágrafo 5º do artigo 144 da CF/88, não gerando dúvidas quanto a exclusividade dedicada a polícia militar.

Dessa competência exclusiva da polícia militar, decorre o poder de polícia ostensiva. O poder de polícia ostensiva visa garantir a ordem pública, no seu aspecto mais amplo, compreendendo ações que previnam a quebra dessa ordem. Diferente da expressão policiamento, que é apenas uma das fases da atividade policial, a expressão polícia ostensiva, trazida pela CF/88, compreende 4 fases, que são: a ordem de polícia, o consentimento de polícia, a sanção de polícia e a fiscalização de polícia. (BRASIL, 2001)

A ordem de polícia, consiste num preceito formal de âmbito externo determinando determinada conduta, negativa ou positiva; o consentimento de polícia representa a autorização para exercer determinada atividade preenchido certos requisitos, normalmente por meio de alvarás ou licença; a sanção de polícia, corresponde a punição pelo descumprimento da ordem, autorizada pelo consentimento e, por fim, a fiscalização de polícia, que é uma forma ordinária e inafastável de atuação administrativa, através da qual se verifica o cumprimento da ordem de polícia ou a regularidade da atividade já consentida por uma licença ou uma autorização. A fiscalização pode ser *ex officio* ou provocada. No caso específico da atuação da polícia de preservação da ordem pública, é que toma o nome de policiamento. (BRASIL, 2001)

Apreende-se, com isso, que o policiamento se refere a apenas uma das 4 fases do poder de polícia, a da fiscalização, sendo que esta, ao ser realizada por uma organização policial, recebe o nome de policiamento. A ostensividade está relacionada à facilidade em identificar a ação policial em decorrência de uniformes e equipamentos.

Entretanto, a evolução e delimitação do conceito de policiamento não se restringe ao seu aspecto legal e doutrinário, isso pois, as filosofias, as estratégias e os métodos que delinearão como o policiamento deve ser realizado estão intrinsecamente relacionados com o paradigma conceitual presente em determinado período.

POLICIAMENTO OSTENSIVO E A INFLUÊNCIA DOS PARADIGMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

O conceito de paradigma é adotado aqui como visões de mundo compartilhadas, que influenciam a forma de pensar de determinado grupo, em determinada época. (KUHN, 2003, p. 218 *apud* FREIRE, 2009, p. 02).

Nesse sentido, tomando como referência os últimos 50 anos, identifica-se 3 paradigmas principais na segurança pública, são eles o da segurança nacional,

vigente no período da ditadura militar; o paradigma da segurança pública a partir da Constituição Federal de 1988; e o paradigma da segurança cidadã, que tem início por volta do ano 2000. (FREIRE, 2009, p. 2).

O paradigma de Segurança Nacional compreendeu o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e priorizava a defesa do Estado e a ordem política e social. As ações de segurança eram pautadas na lógica de supremacia inquestionável do interesse nacional, definido pela elite no poder, e pela justificativa do uso da força sem medidas em quaisquer condições necessárias à preservação da ordem, essa fase caracteriza-se pela prioridade dada, inicialmente, ao inimigo externo, materializado no combate ao comunismo; e, posteriormente, ao inimigo interno, correspondente a qualquer indivíduo percebido como contrário à ordem vigente. (FREIRE, 2009, p. 2).

Nesse contexto, o policiamento era orientado a ações de defesa do Estado e combate ao inimigo, ou seja, a polícia era identificada como antagonista dos subversores do sistema, evidenciando o caráter repressivo da atuação policial.

Com a promulgação da CF/88 e a previsão em seu artigo 144 que a segurança pública é dever do Estado, porém, direito e responsabilidade de todos, rompe-se o antigo paradigma de defesa nacional e inicia-se o paradigma da segurança pública, o qual, segundo Freire (2009, p.3):

Desloca o papel de prevenção e controle da violência das Forças Armadas para as instituições policiais. Nesse sentido, no paradigma da Segurança Pública, cabe primordialmente às instituições policiais a responsabilidade pelo controle e prevenção da violência. No entanto, enquanto na perspectiva da Segurança Nacional a violência era representada como as ameaças aos interesses nacionais, no arcabouço da segurança pública esta é caracterizada como ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio.

Os avanços políticos e ideológicos proporcionados pela nova ordem constitucional possibilitaram a modernização da segurança pública. Nesse período, as instituições policiais aumentaram seu contingente policial, profissionalizaram seus quadros mediante aperfeiçoamento em cursos especializados, renovaram frotas, instalações e sistema de comunicação, porém, ainda não conseguiam desenvolver e

implementar estratégias de envolvimento da sociedade na segurança pública como a FC/88 lecionava, consistindo assim num paradigma de transição.

A fim de alcançar esse mister constitucional, o do envolvimento de toda sociedade na segurança pública, o paradigma que sucedeu o da segurança pública foi o da segurança cidadã. Sendo que, de acordo com os ensinamentos de Freire (2009, p. 4):

Uma intervenção baseada no conceito de segurança cidadã tem necessariamente de envolver as várias instituições públicas e a sociedade civil, na implementação de ações planejadas a partir dos problemas identificados como prioritários para a diminuição dos índices de violência e delinquência em um território, englobando iniciativas em diversas áreas, tais como educação, saúde, lazer, esporte, cultura, cidadania, dentre outras.

Justamente no paradigma de segurança cidadão é que o policiamento ostensivo sofre as maiores transformações, isso em decorrência das linhas filosóficas e estratégicas que norteiam esse paradigma.

ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO OSTENSIVO NO PARADIGMA DA SEGURANÇA CIDADÃ

Dentro do paradigma de segurança cidadã, apresenta-se três modelos de atuação mais significativos de emprego do policiamento, o policiamento orientado ao problema, o policiamento comunitário e o policiamento orientado à inteligência, destacando-se que essas linhas não são auto excludentes e sim complementares.

A polícia comunitária é definida como filosofia e estratégia organizacional que proporcionam uma nova parceria entre a população e a polícia, baseada na premissa de que ambos devem trabalhar, conjuntamente, na construção da segurança pública. (TROJANOWICZ E BUCQUEROUX, 1994, p.4).

Destaca-se, porém, que policiamento comunitário e polícia comunitária não são sinônimos, pois, enquanto polícia comunitária é um conceito abrangente e está no nível estratégico, o policiamento comunitário se refere a ação de realizar o

policciamento. A fim de rever o assunto se faz mister trazer o que já foi citado noutra contexto (MARCINEIRO, 2009, p. 103):

Nota-se que Polícia Comunitária é um conceito amplo, compreendendo o emprego de todos os meios possíveis para a solução de problemas, que de alguma maneira afetam a segurança de uma comunidade. [...] O “policciamento comunitário”, por sua vez, é uma forma de policiar. [...] Neste sentido, verifica-se que o policciamento comunitário é o agir da polícia nas comunidades, ele tem como escopo a prevenção de delitos, porém, efetua, também, ações repressivas.

O policciamento orientado ao problema, segue na linha de polícia de comunitária, porém encontra-se num patamar mais tático, focando seus esforços em como alterar as condições que dão origem aos problemas de crime repetitivo, empregando ferramentas de identificação, análise, resolução e avaliação de problemas. (CLARKE; ECK, 2007)

Por fim, o modelo que mais se apropria da análise de dados e informações para construir sua base de atuação, tem-se o policciamento orientado a inteligência. Segundo Azevedo, Riccio, Ruediger (2011 p. 13):

O policciamento orientado à inteligência é um modelo gerencial e uma filosofia de gestão na qual a análise de dados, a obtenção de informação e a geração de inteligência são essenciais para um modelo objetivo de tomada de decisão que facilite a redução do crime. Sua adoção requer esforço acordado por todas as partes envolvidas no policciamento, tais como os analistas, operadores e altos dirigentes.

Originário das forças policiais britânicas, o policciamento orientado à inteligência ajuda os gerentes de polícia a usar melhor os dados de crime e inteligência para direcionar recursos policiais e investigações destinadas a interromper redes e atividades do crime organizado, e prender criminosos ativos e prolíficos. O conceito tornou-se um modelo padrão de gestão policial entre as forças policiais britânicas sob seu título oficial, o *National Intelligence Model*. O modelo enfatiza fortemente a coleta e análise de dados para informar as operações de policciamento. Essa abordagem, também, é geralmente considerada compatível com o policciamento comunitário e o policciamento orientado a problemas, embora sua

prática nas agências policiais americanas ainda esteja evoluindo. (PLANT; SCOTT, 2009, p.34, tradução nossa).⁶

Nesse sentido, verifica-se que o policiamento ostensivo vem evoluindo gradativamente e apropriando-se de diversas estratégias e filosofias de polícia para definir a forma mais eficiente de atuar em consonância com o paradigma e normas vigentes.

APONTAMENTOS ACERCA DA ANÁLISE CRIMINAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

A criminalidade vem evoluindo ao passar dos séculos e as forças de segurança devem se adequar a essa nova perspectiva do crime. No Brasil, principalmente nas últimas décadas, verificou-se uma estruturação das organizações criminosas, que possibilitou o aumento da lucratividade e do crescimento exponencial das áreas de atuação dessas empresas do crime.

Como já mencionado, o policiamento orientado à inteligência, que é caracterizado como uma ferramenta de gestão que se vale da análise de dados em busca de informações que possibilitem a geração de inteligência, sem dúvidas, surgiu para fazer frente a evolução do *modus operandi* da criminalidade.

O policiamento orientado à inteligência é pautado na análise criminal que, por sua vez, é conceituada por Bruce (2012, *apud* Silva, 2015, p. 25) como sendo:

Um conjunto sistemático de processos analíticos direcionados à prestação de informações oportunas e pertinentes em relação aos padrões de crime, suas correlações e tendências, a fim de auxiliar o pessoal que atua de forma operacional e administrativa no planejamento e aplicação de recursos mínimos para a prevenção e repressão de atos criminosos, auxiliando o processo de investigação, prisões e apuração de casos. Dentro deste contexto,

⁶ No original: *Originating in British police forces, intelligence-led policing helps police managers to better use crime and intelligence data to direct police resources and investigations aimed at disrupting organized crime networks and activities, and apprehending active and prolific offenders. The concept has become a standard police management model among British police forces under its official title, the National Intelligence Model. The model heavily emphasizes data collection and analysis to inform policing operations. This approach, too, is generally considered compatible with community policing and problem-oriented policing, although its practice in American police agencies is still evolving.*

os analistas criminais suportam um número de funções nos Departamentos, abrangendo a implantação de patrulhas, operações especiais, unidades táticas, investigações, planejamento e pesquisa, prevenção da criminalidade e serviços administrativos. (Tradução livre).

Infere-se da conceituação supra que é preciso a obtenção de informações para que se consiga realizar a análise criminal. Nesse sentido, surge a necessidade de diferenciar dados, informação e inteligência. Isto é, dados são elementos de informação não elaborados e ainda não interpretados, que sofrerão influência de diversos fatores para que ocorra a extração da informação. Na seara criminal os dados são provenientes de ocorrências policiais. Já a informação configura-se como o dado lapidado/processado. Corroborando com explicitado Azevedo, Riccio e Ruediger (2011, p.14) realçam “A informação é o dado trabalhado que propicia o aumento do conhecimento e a informação estatística e, mais especificamente, pode servir de suporte para o diagnóstico do ambiente e a formulação de políticas públicas”.

Por sua vez, a inteligência é caracterizada pela reunião de informações que serão analisadas na gestão dos recursos para o emprego em policiamento preventivo ou na repressão de infratores.

Após as devidas diferenciações, passamos a subdivisão da análise criminal trazida pela doutrina. Quais sejam:

1) Análise Criminal Tática: mostra-se fundamental no combate a problemas criminais específicos, que são corriqueiros e requerem uma ação imediata. Nesse sentido aduz Azevedo (2016, p.15):

ACT busca a rápida resposta em relação a uma série de crimes semelhantes que estão ocorrendo. A identificação de padrões na atividade criminal analisada para predição de ocorrências futuras é um dos papéis fundamentais deste tipo de análise.

Geralmente, o analista criminal tático busca esses padrões nos relatórios de atividades do policiamento diário (relatório do oficial-de-dia, por exemplo) e de registros oficiais de denúncias de crimes (boletins de ocorrências). (SILVA, p.45).

2) Análise Criminal Administrativa: é sintetizada pela prestação de contas da atividade gerencial de segurança pública. Isto é, preocupa-se com a transmissão das conclusões mais importantes da análise criminal com base em questões práticas, políticas e legais. Aqui, não se tem a pretensão de identificação de padrões criminais, mas sim a divulgação das informações mais relevantes para cada grupo específico, podendo ser o público interno, os governantes e os cidadãos, por exemplo. Na mesma toada, ressalta Azevedo (2016, p.16):

A atividade de análise criminal administrativa consiste basicamente na apresentação dos resultados de pesquisas e análises sobre o fenômeno do crime e questões conexas, tendo por base necessidades políticas, legais e práticas que motivem a necessidade de informações da parte do público interno e/ou externo.

Em suma, como destacam Vilarinho e Silva (2019, p. 12) “A análise criminal administrativa busca obter resultados de amplo alcance. ”

3) Análise Criminal Estratégica: preocupa-se com a busca de estratégias operacionais que possibilitem o combate a problemas já estabelecidos e que manifestem uma tendência de perpetuação. Pautada na implementação de políticas públicas, na geração de conhecimento para redução da criminalidade, na integração com outros órgãos, a análise criminal estratégica mostra-se como uma importante ferramenta ao gestor de segurança pública. (AZEVEDO, 2016).

Como observado, esse tipo de análise visa a resolução de problemas com ampla abrangência e, portanto, devem ser implementadas principalmente nos altos escalões das instituições. (MARTINS e SILVA, 2003).

4) Análise Criminal Investigativa: conforme ensina Silva (2015, p.133):

Esta tipologia analítica busca identificar o perfil do violador de direitos humano, principalmente daquele que pratica o crime de homicídio, tentando individualizar e detalhar as características dos sujeitos envolvidos no crime.

Nessa identificação inclui-se: tipo de personalidade, hábitos sociais e de trabalho.

Ressalta-se que além das características de autor e vítima, o analista criminal investigativo também deve se ater às características do local, as marcas deixadas no local de crime, disposição dos objetos etc. Analisando o exposto, é possível que se confunda o analista criminal investigativo com o investigador/detetive, contudo, aquele vai muito além da elucidação de um único crime. Silva (2015, p.134) destaca que o analista criminal investigativo pode ser considerado:

[...] o elo que liga as evidências colhidas (burocraticamente) no local do crime e pesquisa quais outros delitos reúnem as mesmas características, juntando o perfil do crime, *modus operandi* do autor (*profiling criminal*) e *profiling geográfico*. O analista criminal vai além do investigador e reúne elementos para oferecer evidências adicionais para as conclusões do detetive.

Nessa toada, infere-se que esse tipo de análise criminal pode ser perfeitamente realizada por órgãos policiais distintos da polícia judiciária. Ou seja, a intenção da análise criminal investigativa é buscar um padrão criminal que possibilite prever e identificar futuros delitos e, desta forma, proteger a integridade da ordem pública. Caso seja, no decorrer da análise, colhida informações que sejam cruciais a resolução de crimes pretéritos, o órgão policial que estiver realizando a análise deverá encaminhá-las à polícia judiciária, sendo ela própria, continuará com a análise e os demais procedimentos pré-processuais.

Ainda cabe destacar, a análise de inteligência, que por possuir características peculiares, não está inserida em nenhum dos tipos estudados no trabalho. Como restou caracterizado, a análise criminal é de amplo conhecimento e, em alguns casos – análise criminal administrativa – por exemplo, a divulgação de informações é extremamente essencial. Já na análise de inteligência a confidencialidade deve ser respeitada, a disseminação de informações é reduzida a grupos específicos. Nesse ínterim, apregoa Silva (2015, p.34):

Nestes termos, nota-se que há uma diferença bem acentuada entre os dois tipos de produção de conhecimento. Enquanto a Análise Criminal produz um conhecimento de natureza pública, a segunda análise depende da segurança da informação para ter sucesso em sua atividade.

A análise de inteligência caracteriza-se pela complexidade das informações, aqui, um grande número de informações são processadas no intuito de minudenciar as possíveis ligações entre fatos, envolvidos, locais e objetos a atividades criminosas. Silva (2015, p.34), sabiamente, pontua outra diferença crucial entre a análise criminal e a análise de inteligência. Segue:

Outra aplicação da Análise de Inteligência é a investigação da cadeia produtiva do crime organizado, o qual não é perceptível pela Análise Criminal. Esta tem capacidade de identificar os crimes de bando, que por vezes se confundem com crime organizado.

Com esse apontamento é possível fazer a devida diferenciação entre análise de inteligência e a análise criminal investigativa, que dentre os tipos citados é a que mais poderia causar confusão de interpretações.

Por conseguinte, cabe salientar que os órgãos de segurança pública devem continuar buscando níveis de criminalidade aceitáveis alicerçados em ferramentas que utilizem a inteligência, em sentido amplo, e a tecnologia. Verificou-se que o policiamento orientado à inteligência, bem como a análise criminal em todas as suas derivações são exemplos de boas práticas que vêm sendo trabalhadas e merecem uma atenção especial dos gestores da segurança pública no constante combate à criminalidade.

EMPREGO DA ANÁLISE CRIMINAL NO APOIO À GESTÃO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO

A análise criminal constitui-se de ferramenta *sine qua non* para uma gestão do policiamento ostensivo no âmbito das polícias militares, tendo em vista a atual premência de uma gestão cada vez mais eficiente e que consiga produzir melhores

resultados empregando cada vez menos mão de obra e com menos dispêndios aos cofres públicos.

O policiamento ostensivo eficiente não é, necessariamente, aquele percebido *in loco* pelo cidadão, mas sim aquele que é capaz de oferecer a resposta adequada em um tempo razoável para as demandas dos cidadãos. A utilização de ferramentas tecnológicas e softwares inovadores, como as câmeras com capacidade de reconhecimento facial e de caracteres, possibilita novas perspectivas para a análise criminal e, portanto, novas maneiras de gerir o policiamento nas ruas das cidades brasileiras.

Atualmente, a tecnologia é uma das principais maneiras de reduzir custos e ampliar a qualidade dos serviços policiais ofertados à sociedade. O mapeamento de zonas de criminalidade apoiado em uma análise de dados de segurança pública permite uma redistribuição do policiamento mais próximo da comunidade, assim como mais próxima dos locais onde tende a ser mais necessária (TOSUN, 2016).

Além disso, inovações tecnológicas permitem que demandas repetitivas e administrativas sejam geridas de forma inteligente, reduzindo a quantidade de recursos humanos necessários nas funções internas e administrativas, proporcionando mais servidores para a atividade de policiamento ostensivo (TOSUN, 2016).

A primazia da análise criminal no planejamento do policiamento ostensivo caminha para um verdadeiro policiamento orientado à informação (FERREIRA, 2011), alicerçado na pesquisa de notícias, no vídeo monitoramento, na análise de *hot spots* criminais e na concentração de esforços em criminosos habituais, caminhando para um policiamento ostensivo cada vez mais proativo em detrimento da matriz reativa tradicional.

A análise criminal corretamente empregada, com amplo alcance social e alicerçada em uma base de dados sólida, confiável e constantemente atualizada, cumpre um papel primordial que vai muito além de fornecer o panorama de uma determinada localidade em um determinado tempo.

O pleno emprego deste importante processo permite a antecipação do risco, adicionando o componente da previsibilidade à complexa equação da gestão do policiamento ostensivo, seja por meio da análise dos padrões históricos, seja por tendências criminais (RATCLIFFE, 2003).

De outro norte, nem sempre o aprimoramento da gestão do policiamento ostensivo resultará numa queda de índices de criminalidade. Não se pode olvidar que a criminalidade é um fenômeno multifatorial, cabendo ao gestor, apoiado em seu analista criminal, buscar compreender ao máximo as causas que mais contribuem para o problema, encontrando soluções diversificadas que, por vezes, estão fora do âmbito policial e das instituições de segurança pública, tais como iluminação pública, limpeza de terrenos baldios, corte de árvores e restrições de horários de estacionamento em locais determinados (MARX, 2018).

Planejar operações, patrulhas e programações operacionais é, portanto, apenas a ponta do iceberg que se descortina para o gestor a partir dos dados levantados pela análise criminal. É preciso transformar os dados em informação e compreender que, por vezes, a atuação terá que ser no próprio ambiente.

Outro argumento pertinente é que o aprimoramento, adoção e domínio das ferramentas e metodologias de análise criminal contribuem, sobremaneira, para uma transição da discricionariedade aleatória na execução do policiamento ostensivo, propiciando uma gestão racional dos meios e recursos disponíveis. Como ponto negativo a ser observado, tal quebra do paradigma vigente é capaz de culminar em um choque entre o *establishment* atual e as mudanças necessárias a serem implementadas pelos gestores. De nada adiantam as melhores bases de dados, ferramentas e analistas criminais se os elementos de execução não compreenderem as mudanças que estão sendo implementadas nem a motivação destas mudanças (TOSUN, 2016).

Embora seja inegável a necessidade de uma distribuição racional dos recursos disponíveis para um policiamento ostensivo eficiente, também não se pode olvidar que a produção do conhecimento na área da análise criminal é um processo complexo, envolvendo uma miríade de informações que devem ser relacionadas em

uma metodologia multicritério com a definição de índices e metas a serem alcançadas. Daí o papel do gestor de segurança pública em não se acomodar com as soluções fáceis e prementes.

O crescimento dos índices de criminalidade e violência faz surgir no gestor a necessidade de uma resposta urgente para a sociedade, por vezes improvisada e sem embasamento em nenhuma política clara e racional. Em segurança pública, soluções passageiras trazem resultados efêmeros e, não raro, não alcançam resultado algum. Estratégias sólidas e permanentes, alicerçadas em informações fidedignas e relevantes produzem resultados superiores (DONNELLY, 2010).

Outra solução usual dos gestores de policiamento ostensivo, ao serem confrontados com o aumento de índices negativos em suas áreas, é a busca por aparelhar e reequipar seu efetivo, justificando o insucesso da estratégia vigente de combate à criminalidade nas condições de trabalho dos policiais.

Tal proposta, de fato, pode influenciar na produtividade dos servidores, sobretudo no policiamento ostensivo, mas também evidencia a ausência de diagnóstico dos responsáveis pela elaboração dos planos e estratégias de policiamento objetivando identificar as reais causas de piora dos índices, por vezes motivadas pelo não emprego dos processos de análise criminal disponíveis.

Uma das possibilidades para a análise criminal e para a gestão do policiamento ostensivo é a utilização de mapas. Com o avanço da tecnologia e da disponibilidade de softwares de georreferenciamento, tal ferramenta tornou-se muito mais disponível ao público em geral e, por conseguinte, aos analistas criminais, passando a contar com uma interface mais amigável e propiciando aos gestores uma maneira fácil e eficiente de transmitir informações para o efetivo, bem como organizá-los no terreno.

A montagem de mapas de análise criminal possibilita uma análise mais aprofundada da realidade local, culminando em uma investigação mais profunda sobre as causas e facilitando o diagnóstico dos problemas enfrentados pela comunidade, sobretudo quando fornecem aos gestores do policiamento ostensivo a

indicação de áreas com alto índice de delinquência para o planejamento da distribuição do efetivo no terreno (BEATO; SILVA; TAVARES, 2008).

A Polícia Militar de Santa Catarina é exemplo de órgão que caminha no norte de superação do paradigma tradicional de policiamento reativo. Prova disso é a adoção, a partir do ano de 2011, de ferramentas de *Business Intelligence*, usado na gestão da instituição e customizado em conformidade com os indicadores desenvolvidos pela aplicação da Metodologia Multicritério em apoio à decisão - Construtivista (MARCINEIRO, 2020). *Business Intelligence* pode ser conceituado como o “conjunto de ferramentas e aplicativos que oferecem aos tomadores de decisão a possibilidade de organizar, analisar, distribuir e agir, ajudando a organização a tomar decisões melhores e mais dinâmicas” (BATISTA, 2006, p. 121).

A ferramenta, em pleno emprego na gestão operacional da PMSC, possibilita uma radiografia dos delitos de acordo com critérios definidos pelo gestor, como endereço, tipo de crime, horário, autor, tempo resposta até a chegada da viatura empenhada, dentre outros, fornecendo uma visão temporal, espacial e qualitativa dos delitos para que seja possível um planejamento qualificado do policiamento operacional. Tal base de dados é alimentada através do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) que conjuga informações das instituições de segurança pública no estado.

O *Business Intelligence* permite a visualização de *hot spots* de maneira simplificada, fazendo uma análise quantitativa segundo critérios definidos previamente no sistema, proporcionando uma interface visual e intuitiva ao gestor de segurança pública, de modo que seja possível, mesmo sem o conhecimento aprofundado em estatística ou tratamento de dados, ter uma noção inicial de locais que necessitam maior atenção e uma investigação mais aprofundada das causas do problema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O policiamento reativo, baseado na experiência pessoal e no tirocínio policial, já não atende mais as necessidades e os anseios da sociedade. Viu-se que estão superados os paradigmas da segurança nacional e da segurança pública, vigendo hoje o paradigma da segurança cidadã, o que exige uma abordagem diferenciada por parte dos entes que promovem a segurança desses cidadãos. Além da criminalidade ter aumentado naturalmente, acompanhando o crescimento demográfico nacional, também houve significativa evolução na sua forma de atuação, com elevação do nível de violência das ações delituosas, bem como o crescimento das facções criminosas, o que demanda uma abordagem diferenciada por parte dos órgãos de segurança.

Também se destacou a diferença entre a análise de inteligência e a Análise Criminal, sendo que esta põe em primeiro lugar a ampla distribuição de conhecimento, priorizando a divulgação de informações, ao contrário da análise de inteligência em que a confidencialidade tem especial importância.

Evidenciou-se, portanto, demanda pela adoção de recursos tecnológicos e, mais do que isso, pela implementação de ações de segurança pública de modo pensado em todos os níveis: estratégico, tático e operacional. Na PMSC, um dos recursos que demonstra a preocupação da instituição na utilização da análise criminal para o combate ao crime é a ferramenta *Business Intelligence*. Somado a isso, deve existir a distribuição racional dos recursos disponíveis para um policiamento ostensivo eficiente baseado em estudo de informações criminais de qualidade. Nessa senda, ganha papel de destaque o policial que está na ponta, o qual não pode apenas ser o executor, mas também deve entender seu papel dentro da análise criminal de modo a fazer parte e contribuir para esse sistema.

A lição final a ser aprendida é que não se deve fazer o mesmo porque sempre foi feito de determinada maneira, é preciso inovar, especialmente em um campo tão dinâmico como o da segurança pública, que tem poucos espaços para erros, os quais têm potencial de afetar toda a sociedade de cima a baixo. Além de

saber inovar, é preciso que o gestor em segurança pública saiba convencer aqueles estão na ponta do sistema acerca das necessidades dessas inovações, de modo que novas diretrizes não deixem de ser implementadas tão somente por serem novas e não demonstrarem, de forma imediata, a sua efetividade, mas sim que têm o potencial de proporcionar ótimos resultados a longo prazo. Não se trata, portanto, de trabalhar mais, mas trabalhar melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Alcebiádes Barbosa de. **Análise criminal e atividade de inteligência nas delegacias de polícia civil**. 2016. 50 f. Monografia (Especialização) - Curso de Inteligência Policial e Análise Criminal, Pós-Graduação, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/16720/1/PDF%20-%20Alceb%C3%ADades%20Barbosa%20de%20Azevedo.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2021.

AZEVEDO, Ana Luísa. RICCIO, Vicente. RUEDIGER, Marco Aurélio. **A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão**. Sci FLO, Brasília, DF, v. 40 n. 1, p.9-21, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/VrGbrXwwf3V7GBxC9FBWqpQ/?lang=pt#>. Acesso em: 25 out. 2020.

BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistemas de Informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BEATO, Claudio; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; TAVARES, Ricardo. **Crime e estratégias de policiamento em espaços urbanos**. Dados, v. 51, p. 687-717, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. Advocacia Geral da União. **Parecer GM-25 de 2001**. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/atos/detalhe/idato/8417>. Acesso em: 25 out 2021.

BRASIL. **Decreto Federal n.º 667, de 02 de julho de 1969**. Reorganiza as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 88.777, de 30 de setembro de 1983**. Aprova O Regulamento Para As Policias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (r-200). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D88777.htm. Acesso em: 12 out. 2021.

CLARKE, R. V.; ECK, J. E. **Análise de crime para solucionadores de problemas em 60 pequenos passos**. Tradução em português Alessandro Souza Soares. Revisão Elenice De Souza. [S.l.: s.n.]: [2007]. Disponível em: <https://popcenter.asu.edu/sites/default/files/library/reading/PDFs/60steps-portuguese.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

DICIONÁRIO. **Policiamento**. [s. d]. Disponível em: <https://www.google.com.br/policiamento>. Acesso em: 25 out. 2021.

DICIONÁRIO. **Policiar**. [s. d]. Disponível em: <https://www.google.com.br/policiar>. Acesso em: 25 out. 2021.

DONNELLY, Patrick. Newman, Oscar. **Defensible space theory**. Disponível em: https://ecommons.udayton.edu/soc_fac_pub/30/. Acesso em: 30 out. 2021.

FERREIRA, Nuno Gomes. **Predictive Policing: uma técnica complementar ao serviço do PIPP**. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/24519/1/Disserta%20Final%20Nuno%20Ferreira%20N%20ba152490.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

FREIRE, Moema D. **Paradigmas da segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias**. Revista Aurora, v. 3, n. 5, p. 49-58, dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1219>. Acesso em: 24 out. 2021;

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni C. **Polícia comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI**. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

MARCINEIRO, Nazareno. **A melhoria do desempenho policial: uma metodologia multicritério para aprimorar a tomada de decisão**. 1ª ed. Florianópolis. Habitus, 2020.

MARTINS, Evandro Dalton; SILVA, Wolney Ferreira da. **Analista criminal como carreira de Estado**. 2003. 200 f. TCC (Graduação) - Curso de Análise Criminal, Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, Goiânia, 2013. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/down/conjuntura27.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2020.

MARX, Carlos Augusto Alves. **Análise criminal: a compreensão da criminalidade em salvador**. 2018. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador - Unifacs, Salvador, 2018. Disponível em: <http://tede.unifacs.br/tede/bitstream/tede/654/2/Disserta%20CARLOS%20AUGUSTO%20ALVES%20MARX.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

PLANT, J. B.; SCOTT, M. S. **Effective Policing and Crime Prevention**: a problem-oriented guide for mayors, city managers, and county executives. Washington:

COPS/ U.S. Department of Justice, 2009. Disponível em: https://media.law.wisc.edu/m/dm9ym/mayors_guide.pdf. Acesso em: 24 out. 2021

RATCLIFFE, Jerry. **Intelligence-led Policing**: Anticipating risk and influencing action. Disponível em: [http://www.jratcliffe.net/papers/Ratcliffe%20\(draft\)%20ILPAnticipating%20risk%20and%20influencing%20action.pdf](http://www.jratcliffe.net/papers/Ratcliffe%20(draft)%20ILPAnticipating%20risk%20and%20influencing%20action.pdf). Acesso em: 30 out. 2021

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Polícia Militar de Santa Catarina. **Plano de comando**: Polícia Militar de Santa Catarina/Santa Catarina. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Polícia Militar de Santa Catarina. 2.ed. rev. Florianópolis: PMSC, 2013.

SILVA, João Apolinário da. **Análise criminal**: teoria e prática. Salvador, BH: Artpoesia, 2015. Disponível em: https://ibsp.org.br/wp-content/uploads/2020/07/An%C3%A1lise-criminal-teoria-e-pr%C3%A1tica_Jo%C3%A3o-Apolin%C3%A1rio-da-Silva_ISBN-978-85-66783-14-8.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.

TOSUN, Hamza. **IT management in policing**: main advantages and disadvantages of IT for police managers. 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/236406637.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário**: como começar. Trad. Mina Seinfeld de Carakushansky. 3 ed. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1994.

VILARINHO, Tatiane Ferreira; SILVA, Dênio. **Análise Criminal Tática e sua contribuição para o policiamento operacional**. RIBSP - Vol 2 nº 5 - Jul/Dez 2019. Disponível em: <http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/65/73>. Acesso em: 23 set. 2021.

**ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO:
PERCEPÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES QUANTO A DOCTRINA DE
ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO NA INSTITUIÇÃO
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO**

*Alexssandro Marcondes Freitag¹
Leonardo Domingos Gasparetto²
Susane Tamanho³*

RESUMO

A pesquisa avalia se a ausência de uma doutrina institucional de Atendimento Pré-Hospitalar Tático, juntamente com a escassez de equipamentos, interfere diretamente na redução da vitimização do policial militar em confronto armado, conforme percepção dos próprios membros da corporação. Para tanto, a consolidação dessa doutrina na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, serviria como embasamento teórico e suporte para a realização de capacitações, inclusão em matrizes curriculares em diversos cursos da instituição, bem como sensibilizaria os governantes a incluírem no orçamento a aquisição de instrumentos e materiais necessários para a aplicação efetiva dos protocolos de Atendimento Pré-Hospitalar Tático. Este trabalho também buscou estabelecer se os conhecimentos de forma institucionalizada, influenciou de alguma maneira na confiança dos policiais militares durante o serviço policial. Fez-se uso do Método Hipotético-dedutivo, com pesquisa bibliográfica, análise dos dados coletados nos questionários, bem como análise de documentos institucionais.

Palavras-chave: *Atendimento Pré-Hospitalar Tático - Protocolo - Confronto Armado - Vitimização Policial - Doutrina.*

ABSTRACT

The present study aimed to evaluate whether the absence of an institutional doctrine of Tactical Pre-Hospital Care, together with the scarcity of equipment, directly interferes in the reduction of victimization of the military police in armed confrontation, according to the perception of the members of the corporation. Therefore, the consolidation of this doctrine in the Military Police of the State of Mato Grosso, would serve as a theoretical basis and support for the accomplishment of training, inclusion in curricular matrices in several courses of the institution, as well as sensitize the governors to include in the budget the acquisition of instruments and materials necessary for the effective application of the Tactical Pre-Hospital Care protocols. This work also sought to establish whether knowledge, in an institutionalized way, somehow influenced the confidence of military police officers during police service. The Hypothetical-Deductive Method was used, with bibliographic research, analysis of data collected in the questionnaires, as well as analysis of institutional documents.

Keywords: *Tactical Pre-Hospital Care - Protocol - Armed Confrontations - Victimization of Police Officers - Doctrine.*

¹ Capitão PMMT. Especialista em Gestão de Segurança Pública pela APMCV/PMMT.

² Capitão PMMT. Especialista em Gestão de Segurança Pública pela APMCV/PMMT.

³ Tenente Coronel PMMT. Mestre em Educação Física pela UFMT.

INTRODUÇÃO

O Atendimento Pré-Hospitalar em situação de combate é uma doutrina consolidada há séculos, iniciada de forma eficaz na era napoleônica, sendo também muito utilizada e aprimorada nas principais guerras da modernidade. Em nosso país, apesar da ocorrência de relatos isolados de atividades relacionadas ao tema em outros anos, o Atendimento Pré-Hospitalar Tático (APH Tático) foi regulamentado no ano de 2010.

Atualmente, o significado de Atendimento Pré-Hospitalar Tático no Brasil, é definido no parágrafo segundo da Portaria do Ministério da Defesa nº 16, de 12 de abril de 2018, a qual regulamenta a atividade de Atendimento Pré-Hospitalar Tático:

§ 2º Atendimento Pré-Hospitalar Tático consiste no atendimento à vítima, em um ambiente tático, nas atividades militares, com o emprego de um conjunto de manobras e procedimentos emergenciais, baseados em conhecimentos técnicos de suporte de vida básicos e avançados, para serem aplicados nas vítimas ou em si mesmos, por indivíduos previamente treinados, com o objetivo de salvaguardar a vida humana e prover a estabilização para a evacuação até o suporte médico adequado. (BRASIL, 2018).

Se na atividade militar brasileira, a doutrina é de fato prioridade a pouco mais de uma década, na atividade policial o tema tem sido discutido e abordado de forma expressiva, apenas nos últimos anos.

Sabe-se que o Brasil é um dos países do mundo que a atividade policial é considerada de alto risco, pois o número de policiais mortos em serviço é muitas vezes superior ao de guerras conflagradas (KAWAMURA et al, 2018).

Diante disso, faz-se necessário a adoção de algum protocolo de Atendimento Pré-Hospitalar Tático existente na atividade policial militar do estado de Mato Grosso, pois semelhante à realidade policial de outros estados, estamos submetidos ao perigo iminente. A solidificação dessa doutrina em nossa instituição Policial Militar, viabiliza a sobrevivência do policial militar ferido em confronto armado, até a obtenção de atendimento médico adequado, reduzindo a vitimização policial no estado.

Diante dessa necessidade, propõe-se realizar no âmbito da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, um estudo bibliográfico que possa comprovar a eficiência ou não da doutrina de APH Tático. Objetiva-se ainda verificar se a ausência dessa doutrina, juntamente com a escassez de equipamentos, interfere diretamente na redução da vitimização do policial militar em confronto armado, conforme percepção dos próprios membros da corporação.

Para tanto, o presente artigo primou em analisar a capacidade do policial militar, instruído ou não em um Curso de APH Tático, após um confronto armado que ocasionou ferimentos por projétil de arma de fogo em si próprio ou em seu companheiro, em aplicar às técnicas de Atendimento Pré-Hospitalar e se, na visão desse militar, isso implicaria diretamente na chance de mortalidade do policial.

A metodologia abordada é a hipotético-dedutivo, de natureza quali-quantitativa. A conclusão se deu através de revisão literária e pesquisa de campo, as quais foram aplicados questionários aos policiais militares do Estado de Mato Grosso em atividade, bem como realizado análise documental.

DESENVOLVIMENTO

APH TÁTICO E SUA ORIGEM

O atendimento pré-hospitalar tático, APH Tático, teve seu início nas guerras Napoleônicas (1803 a 1815), onde foi sistematizado e executado, pelo que é considerado o pai do Atendimento Pré-Hospitalar Militar da era moderna, o Barão Dominique Jean Larrey (1766 -1842), que foi nomeado por Napoleão Bonaparte para ser o médico-chefe de suas tropas. Abreu (2018) discorreu sobre a importância de Larrey:

Larrey foi, também, o idealizador das bases do atendimento pré-hospitalar, como treinamento de pessoal para o atendimento dos feridos já durante o transporte, remoção rápida do campo de batalha, criação de hospitais de campanha e controle rápido de hemorragias externas. Além disso, foi o responsável pela criação de um sistema de triagem de feridos baseado na gravidade da lesão, e não na nacionalidade ou no posto do combatente. Sua fama foi tanta que chegou até os seus inimigos. Na Batalha de Waterloo, o Duque de Wellington, comandante das tropas inglesas inimigas, ordenou um cessar fogo, enquanto Larrey e suas equipes retiravam os feridos do campo de combate. Por todo esse trabalho, o Barão de

Larrey é considerado o pai do atendimento pré-hospitalar da era moderna. (ABREU, 2018, p. 23).

Com isso, Larrey foi o responsável por uma verdadeira revolução no atendimento médico durante aquelas guerras, visto que os feridos já eram atendidos ainda em campo de batalha, impactando significativamente o número de baixas dos soldados de Napoleão, Dias (2019) relatou que:

Larrey viu as consequências do atraso no tratamento de um grupo de feridos que morreram por causa de uma pronta falta de ajuda. Assim, organizou um serviço de ambulância que pudesse auxiliar os feridos no campo de batalha. (DIAS, 2019, p. 26).

A ideologia do Atendimento Pré-Hospitalar Militar, desde as guerras napoleônicas como observado, é ganhar tempo, aumentando assim a sobrevivência do combatente para que possa receber atenção adequada em um centro médico de referência, com materiais e instrumentos especializados, proporcionando um atendimento mais completo aos pacientes.

Com esse foco, o APH teve evoluções significativas durante as demais guerras da era moderna, principalmente em relação ao transporte dos feridos nos campos de batalha. Na Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), com o advento dos helicópteros, iniciou-se uma nova fase quanto ao resgate dos feridos. Reisdorfer (2010) discorreu sobre:

O pequeno número de evacuações e resgates realizados durante a Segunda Guerra Mundial com o uso de helicópteros foram suficientes para deixar claro que esta nova aeronave configuraria-se no futuro da evacuação aeromédica no campo de batalha. (REISDORFER, 2010, p. 34).

Contudo, foi somente nas guerras da Coreia (1950 a 1953) e Vietnã (1959 a 1975), que a utilização dessa importante ferramenta que possibilita a remoção, quase instantaneamente, dos feridos em batalha foi intensificada, transportando com sucesso 20.000 militares feridos na Guerra da Coreia e 370.000 soldados na Guerra do Vietnã (REISDORFER, 2010).

Com a estratégia de extração dos feridos através de transporte aeromédico, surgiu uma nova deficiência em relação ao tratamento desses militares, visto que, “só era possível atender os doentes e feridos ou transportá-los para os grandes centros de atendimento, a partir de bases ou aeroportos improvisados.” (REISDORFER, 2010).

Diante disso, hospitais de campanha foram desenvolvidos pelo Exército Americano durante a Guerra da Coréia, os quais reduzia ainda mais o tempo de atendimento para soldados feridos em batalha.

[...] o Exército americano começou a utilizar hospitais de campanha bem mais próximos do front de combate. Os Mobile Army Surgical Hospitals (MASHs) demoravam 24 horas para serem montados, tinham 60 leitos e necessitavam de 50 caminhões para o seu transporte para a área de conflito. Começaram a ser feitos procedimentos cirúrgicos com uma rapidez nunca vista antes nas histórias das guerras, levando à diminuição significativa do número de mortos em combate. (ABREU, 2018, p. 30).

Com o passar dos anos e o surgimento de outras guerras pelo mundo, houve evoluções constantes dentro da doutrina de Atendimento Pré-Hospitalar, tanto em questão de transporte imediato, quanto em aperfeiçoamento dos hospitais de campanha. Houve também o desenvolvimento de novas técnicas, procedimentos e materiais que devem ser utilizados em caso de militar ferido dentro do campo de batalha, podendo ser realizado até mesmo por militares que não são da área de saúde. Visto isso, surgiram novas perspectivas quanto a importância dessa doutrina durante um conflito armado, sobretudo, a importância de ganhar tempo para que o combatente possa receber um atendimento em local adequado para essa finalidade. (ABREU, 2018).

Depois de feito um arrazoado do APH Tático no mundo e sua origem, passamos agora a fazer um relato sobre o tema no nosso país, sua origem e como chegou aos dias atuais, sua evolução, amparo legal e fortalecimento da doutrina.

APH TÁTICO NO BRASIL

O surgimento do APH Tático no Brasil tem suas controvérsias, visto as literaturas disponíveis não relatarem especificamente sobre o tema, contudo, acredita-se que o Atendimento Pré-Hospitalar Militar no Brasil, tenha suas origens no ano de 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa, havendo, naquela época, a criação do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro (BRAGA e COSTA, 2020).

Para tanto, durante a Guerra do Paraguai (1864 a 1870), há relatos de que o Tenente Médico João Severino da Fonseca, cuja atualmente é o Patrono do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro, teria realizado atendimentos médicos no campo de batalha, utilizando diversos recursos, tais como: Padiolas, redes, liteiras rústicas, carretas, carro de boi e a ambulância voadora de Larrey. Além dos veículos de transporte, havia equipes móveis que realizavam o socorro no terreno, estabelecendo a evacuação dos feridos para os hospitais de campanha e posteriormente para os hospitais fixos (BRAGA e COSTA, 2020).

Já no ano de 1969, foi criado o Destacamento de Saúde Paraquedista no Exército Brasileiro (DST Sau Pqdt), por força da Portaria Ministerial NR 02/Res de 21 de Janeiro de 1969, a qual tinha a finalidade de otimizar os apoios prestados à saúde nas missões aeroterrestre, sendo que no ano de 1977, militares desse destacamento realizaram um curso de ATLS (*Advanced Trauma Life Support*), traduzindo literalmente para a nossa língua, Suporte Avançado de Vida no Trauma, e com os conhecimentos adquiridos, surgiu uma vertente voltada para o Atendimento Pré-Hospitalar e de resgate. (BRASIL, 2016).

Contudo, somente na década passada que ocorreu, por parte do governo, as verdadeiras intenções em adotar uma doutrina de APH, sendo ele tático ou civil, vejamos:

Na década de 2010, o Ministério da Defesa deu os primeiros passos em direção à adoção de políticas institucionais de atendimento pré-hospitalar, seja em nível tático ou civil, chamado internamente de APH (atendimento pré-hospitalar) (BRASIL, 2010). Essas políticas internas eram baseadas, inicialmente, nas premissas do PHTLS (*Prehospital Trauma Life Support*) da National Association of Emergency Medical Technicians (NAEMT), órgão responsável pela padronização internacional destes protocolos. (FERNANDES, 2021, p. 18).

Com isso, o Exército Brasileiro, por meio da Portaria nº 196-EME, de 23 de dezembro de 2010, em seu Capítulo IV, discorreu sobre o assunto, com a finalidade de guiar o planejamento e as ações a serem realizadas por aquela força terrestre, para a implementação do atendimento pré-hospitalar em suas atividades de risco, fazendo a seguinte constatação:

4.1.2 Estudos atuais comprovam que o risco de morte ou incapacidade permanente é reduzido de forma significativa se os pacientes forem atendidos com rapidez, após uma lesão ou doença com risco de vida. Com base nessas evidências, é de extrema importância que procedimentos adequados de suporte de vida sejam realizados dentro de prazos específicos, juntamente com a cadeia de sobrevivência apropriada para o evento. (BRASIL, 2010).

A partir desse momento, houve diversas reedições da portaria que regulamenta as diretrizes de APH Tático, houve a criação do manual de campanha, bem como instituíram por força de portaria ministerial, o Curso de Saúde Operacional e APH Tático, conforme demonstrado na figura 1.

Figura 1 - Evolução temporal simplificada do ensino da Medicina Operacional no Exército



Fonte: Fernandes (2021)

Levando essa temática para a atividade policial, ainda é um assunto carente de doutrinas e produções científicas, contudo tem sido muito falado nos

últimos anos sobre a importância de se ter o conhecimento na área de Atendimento Pré-Hospitalar Policial.

No entanto, a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, através da Força Nacional de Segurança Pública – FNSP, realizam desde a sua criação no ano de 2003, treinamentos e instruções de pronto socorrismo aos policiais e bombeiros que atuavam no Batalhão Escola de Pronto Emprego - BEPE. Contudo, para os Jogos Panamericanos de 2007, na cidade do Rio de Janeiro, houve a efetiva utilização operacional das técnicas de Atendimento Pré-Hospitalar Tático, sendo criada uma equipe de APH, cuja operava diariamente com o Batalhão de Pronto Resposta – BPR da FNSP, durante a “Operação Contenção no Alemão”, e também foi realizado o primeiro curso nacional de APH Tático (REISDORFER, 2010).

O Grupo Tático Integrado de Grupos de Repressão Especiais (T.I.G.R.E.), unidade de operações especiais da Polícia Civil do Paraná, foi o pioneiro em realizar adaptações dos protocolos de Atendimento Pré-Hospitalar Tático internacionais, adequando-os à realidade policial daquele estado, conseqüentemente do Brasil (NICOLA, 2019).

Prosseguindo com o anseio de difundir o protocolo criado, foi conduzido no estado do Paraná, através da Escola Superior de Polícia Civil e do TIGRE, curso de pós-graduação em APH Policial, sendo ministrado a diversos policiais de todo o Brasil. Com isso, os pós-graduados em APH Tático iniciaram a disseminação do conhecimento pelo país, e em específico naquele estado. (NICOLA, 2019).

É importante ressaltar que algumas unidades policiais já utilizavam alguns protocolos de APH de Combate, contudo, a ampla divulgação aconteceu apenas no ano de 2018, com o curso de pós-graduação acima citado. (DIAS, 2019).

Ainda assim, faz-se necessário o entendimento do que é um protocolo de Atendimento Pré-hospitalar Tático, diferenciação do APH convencional do APH Tático, e os principais protocolos adotados no mundo e no Brasil.

PRINCIPAIS PROTOCOLOS DE APH TÁTICO

Protocolo é um conjunto de passos específicos que foram pensados e estudados por especialistas para que se possa ter maior efetividade no atendimento de um tipo de trauma específico. O protocolo é idealizado visando atender as intercorrências apresentadas pela vítima, e que o socorrista saneie estas intercorrências, na sequência do que mata o paciente mais rápido para o que mata mais tarde, sendo uma sequência orientada para que erros no atendimento possam ser minimizados.

Protocolo - passos específicos a serem adotados em situações de emergência, que são parte das diretrizes de um sistema de resgate, direcionados para a segurança, avaliação, assistência, transporte e transferência. Envolve toda avaliação do paciente e procedimentos. (DISTRITO FEDERAL, 2007, p. 234).

Os protocolos são idealizados com uma única finalidade, salvar vidas com os meios disponíveis, seja no APH convencional ou no APH Tático, para tanto, há várias diferenças que distinguem um do outro, tais como, “segurança da área, acesso a ressuprimento de material básico, distância de estruturas hospitalares, tempo de evacuação prolongado, entre outros.” (BRASIL, 2020, p. 2-1).

Kawamura (2018), também diferencia o APH civil do policial, sendo o último muito próximo ao Tático, visto a hostilidade em que se deve acontecer o atendimento:

Inicialmente, é necessário esclarecer que há uma grande diferença entre o Atendimento Pré-Hospitalar Civil e o Policial. O primeiro é aquele que poderá ser desenvolvido por pessoas ou instituições capacitadas (como SAMU ou SIATE, por exemplo) para o atendimento emergencial, que ocorre fora do ambiente hospitalar, a vítimas de trauma (acidente automobilístico, incêndios, afogamentos, desastres naturais, etc.) visando estabilização clínica e rápida remoção para uma unidade hospitalar adequada. Já nos incidentes policiais, os procedimentos usuais normalmente não são suficientes para estabilização do quadro clínico, diminuindo as chances de sobrevivência da vítima até a chegada do serviço médico especializado. Muitas vezes, o próprio acesso de tal serviço médico é impossibilitado devido às condições de acesso ao local (área de confronto, área de difícil acesso, região com dificuldades de comunicação, dentre outros). (KAWAMURA, *et al*, 2018 p. 12).

Na área de Atendimento Pré-Hospitalar Tático, existem protocolos já consagrados, sendo eles, *TCCC Tactical Combat Casualty Care*, *MARCHH PAWS* usado pelos *PJ's Pararecue Jumper* (algo como o *PARA-SAR* no Brasil, Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento), *PHTLS Prehospital Trauma Life Suporte Militar*, *PHTLS Prehospital Trauma Life Suporte*, *TECC Tactical Emergency-Casualty Care*, *TECC LEO Tactical Emergency-Casualty Care Law Enforcement Officer*, e *MARC3*. (NICOLA, 2019).

Para tanto, este artigo discorrerá um pouco mais sobre o *TCCC*, *TECC* e o *MARC*.

TACTICAL COMBAT CASUALTY CARE - TCCC

Na última década do século XX, ocorre um passo significativo para o APH tático, "O projeto *Tactical Combat Casualty Care* (*TCCC*) foi iniciado em 1993, pelo Comando Especial da Marinha Americana, e depois continuado pelo Comando de Operações Especiais do Exército Americano". (ABREU, 2018, p. 33). Diante disso, houve criações de protocolos para atendimento imediato dos combatentes ainda em campo de batalha, bem como um manual para esse tipo de procedimento.

A doutrina mais atual para APH tático em combate começou a ser mais explorada após a Operação Gothic Serpent em 1993 em Mogadíscio, na Somália, onde foi considerado um marco para diversas mudanças doutrinárias no Exército dos Estados Unidos. Os erros cometidos e mudanças nos cenários de batalha encontrados pelas Operações Especiais dos EUA, culminaram com um estudo aprofundado pela Associação Americana de Cirurgiões Militares, que concluíram em 1996 o primeiro manual *TCCC* atualizado periodicamente desde então, para os conflitos modernos colhendo experiências nos mais diversos conflitos em que a humanidade se envolveu (BORTOLASSI JUNIOR, 2019, p.12).

O *TCCC* possui três fases distintas, são elas, *Care Under Fire* (*CUF*), cuidado sob fogo, que são os cuidados iniciais feitos pelo próprio militar em si mesmo, enquanto os outros componentes da equipe se preocupam em conter as ameaças ativas, *Tactical Field Care* (*TFC*), cuidado no campo tático, tratamento feito preferencialmente por médico ou paramédico logo após cessada às ameaças, ou até mesmo quando se ocorre uma lesão em missão, porém, nas duas situações, não há

mais riscos ou eles tenham diminuídos circunstancialmente, tanto para o socorrista, quanto para o socorrido, e por último, *Tactical Evacuation Care (TEC)*, cuidados táticos de evacuação, sendo nessa fase, a evacuada da vítima para um hospital, por meios terrestre, aquático ou aéreo, para que seja prestado atendimento mais adequados, em que os cuidados iniciados na fase anterior, serão constantemente revisados. (EUA, 2012).

As técnicas deste protocolo são tão importante para os militares, por se ter uma salvaguarda em caso de acidentes, ferimentos por arma de fogo, explosão de algum artefato ou ser atingido por algum tipo de arma branca, influenciando diretamente na capacidade e qualidade de trabalho deles, sendo que o resultado de uma pesquisa realizada com combatentes do Exército dos Estados Unidos, foi de que o treinamento em TCCC/APH Tático, só perde para o treinamento no uso de armas pessoais, no quesito importância dentro de uma batalha.

TCCC: o novo padrão de atendimento para o tratamento do trauma no Campo Operacional.

- a) Usado pelo Exército, Marinha, Aeronáutica, Fuzileiros Navais, Guarda Costeira Americana;
- b) Usado pela maioria das Forças de Coalisção;
- c) Usado pela OTAN;
- d) Usados por outros países em todo o mundo.

Uma recente pesquisa do U.S. Army Training and Doctrine Command em unidades de combate revelou que o TCCC é o segundo elemento mais importante de seu treinamento, perdendo apenas para o treinamento no uso de suas armas pessoais. (CARAPEBA, 2018, p. 9).

A utilização desse protocolo, foi apontado em um estudo realizado por um grupo de pesquisadores liderados por Holcomb (2006), como um dos fatores relevantes para a redução da mortalidade dos soldados americanos durante as guerras do Afeganistão (2001 a 2021) e Iraque (2003 a 2011). (HOLCOMB et al, 2006).

Sendo assim, diante das evidências que comprovavam a eficiência do protocolo TCCC durante os combates, no ano de 2009, o Comitê de Saúde de Defesa dos Estados Unidos da América, em um memorando encaminhado a Secretária Adjunta de Defesa dos EUA, recomendou que todos os militares americanos enviados às batalhas, fossem treinados com os princípios do TCCC.

RECOMENDAÇÕES

16. Após uma rígida análise das diretrizes do atual TCCC, o Conselho orienta o Departamento a seguir as revisões recomendadas:

a. Treinar todos os membros destacados do Serviço que possam ser empregados em campo de batalha nas mais importantes técnicas de salvamento do TCCC, que estão sublinhadas na seção "Todos os Combatentes Destacados" dos Conjuntos de Habilidades recomendados pelo Provedor postados no site do Sistema de Saúde Militar na seção de treinamento TCCC. (HOLCOMB; WILENSKY, 2009, p. 4, tradução nossa).

Um outro estudo mais aprofundado foi concluído no ano de 2012, a qual revisou 4.596 (quatro mil, quinhentos e noventa e seis) laudos de militares mortos em combate, em um intervalo de tempo compreendido entre outubro de 2001 e junho de 2011, sendo que do total desses óbitos, 87,3% (n=4016) ocorreram durante o atendimento em uma instalação pré-hospitalar, e dentro desse resultado, 75,7%(n=3040) dos óbitos foram classificados como incompatíveis com a vida, e uma parcela de 24,3(n=976) foram classificados como potencialmente sobreviventes, ou seja, traumas que, com o atendimento pré-hospitalar adequado, principalmente no controle de hemorragias, poderiam ter a chance de permanecerem vivos, concluindo que estratégias deveriam ser desenvolvidas para remediar as lacunas nos atendimentos e treinamentos, bem como o aprimoramento de equipamentos daquela força. (EASTRIDGE et al, 2012).

Como foi visto, inúmeros estudos foram realizados para constatar a eficiência do protocolo TCCC, sendo que os resultados obtidos demonstraram a importância do atendimento rápido ao ferido e principalmente do controle das hemorragias ocasionadas pelo trauma, consolidando a importância dessa doutrina para resguardar a vida do combatente.

TACTICAL EMERGENCY CASUALTY CARE - TECC

O TECC surgiu com a necessidade de se adaptar o protocolo militar, nesse caso, diz respeito ao efetivo empregado em guerras, ao mundo civil, podendo se enquadrar também ao mundo policial, por ser uma atividade de alta risco. (OLIVEIRA, 2021).

No mundo civil, o Comitê *Tactical Emergency Casualty Care* (C-TECC) usou as diretrizes do campo de batalha militar como um ponto de partida baseado em evidências no desenvolvimento de diretrizes médicas específicas para pacientes civis em operações de alta ameaça. (TEMS, 2018, p.2).

Essa mudança de técnicas se deu principalmente pelo aumento da violência contra civis, tratando-se especificamente de atentados terroristas com artefatos explosivos, atiradores solitários e atropelamento intencional de pessoas, as quais tem afetado diversos países no mundo, causando comoção diante tamanha tragédia. (ABREU, 2018).

O TECC está mais adaptado ao ambiente civil do que o TCCC. O TECC omite certos aspectos do TCCC que não se aplicam ao ambiente civil, incluindo o uso de 9 linhas e ameaças específicas em um ambiente de combate. O TECC concentra-se mais na resposta à aplicação da lei/TEMS e nas ameaças que provavelmente seriam encontradas nesse cenário. (TEMS, 2018, p. 6).

Esse protocolo foi desenvolvido para que qualquer pessoa dentro do cenário de atuação do agente causador do evento, possa estar aplicando as técnicas de atendimento pré-hospitalar às vítimas, desde que sejam devidamente treinados dentro dos conceitos desse protocolo. Por exemplo, professores, guardas de trânsito, seguranças privados, entre outros profissionais poderão estar sendo capacitados com as técnicas e procedimentos previsto no TECC. (FERNANDES, 2021).

Os cenários operacionais e os níveis relativos de ameaça, geram intervenções clínicas. As três fases do TECC são modeladas a partir do TCCC, e representam as “lições aprendidas” traduzidas do combate, e sua aplicação ao contexto civil de alta ameaça”. (DIAS, 2019, p. 28).

Como exposto, o protocolo TECC segue as três fases do TCCC, contudo, foram adequadas para a realidade civil de alta ameaça. Com isso, as três fases de atenção recomendadas pelo TECC, são:

1. Assistência sob Ameaça Direta/Assistência sob Incêndio [Direct Threat Care/Care Under Fire (DT/CUF)]: descreve as ações tomadas em resposta a uma ameaça, em uma situação em que riscos iminentes para vida são tão perigosas, ou mais, do que a ferida recebida.
2. Assistência sob Ameaça Indireta/Assistência em Ambiente Tático [Indirect Threat Care/Tactical Field Care (ITC/TFC)]: prioridades de atendimento no

trauma que ocorre em operações de alto risco aplicáveis às situações em que a vítima e o assistente estão em uma área mais segura.

3. Assistência durante a Evacuação/Evacuação Tático [Evacuation/Tactical Evacuation (EVAC/TACEVAC)]: Descreve os cuidados prestados durante a transferência do paciente para assistência médica definitiva, período em que, em geral, tanto a vítima e os intervenientes estão expostos a um risco relativamente baixo. (USERO-PEREZ et al, 2017, p. 417, tradução nossa).

Assim como TCCC, o protocolo TECC também foi submetido a pesquisas que evidenciavam a eficiência de suas práticas, principalmente com distinções etimológicas da mortalidade em combate e incidentes civis de alta ameaça. Com isso, houve uma mudança de paradigmas, as quais desenvolveram programas de capacitação TECC a todos que laborassem com a aplicação da lei, ou em local de alto risco de atentados violentos. (CALLAWAY, 2017).

PROTOCOLO MARC - MASSIVO, AR, RESPIRAÇÃO E CALOR

Buscando um protocolo mais adaptado à realidade policial brasileira, baseado nos vários protocolos existentes a nível internacional e nas experiências do Grupo T.I.G.R.E, unidade de Operações Especiais da Polícia Judiciária Civil do estado do Paraná, foi desenvolvido o protocolo MARC.

No Estado do Paraná o conhecimento e prática em APHC passou a ser referência nacional através do Grupo TIGRE da Polícia Civil, unidade de operações especiais que têm em seus quadros um Investigador de Polícia, portanto, antes de tudo, combatente, também médico, e buscou nos EUA, conhecimentos profundos e estudos sobre o protocolo TCCC. O Investigador e Médico, Dr. Sérgio Maniglia, estudou, além do protocolo TCCC, outros protocolos como PHTLS, ATLS, TECC, MARCH PAWS (PJs), e, conhecedor do serviço policial e do sistema de saúde do Brasil, adaptou conhecimentos de todos os protocolos citados, à realidade de combate policial nacional, criando o protocolo MARC [...]. (NICOLA, 2019, p. 10).

A denominação MARC, é um acrônimo, em que “M” significa Massivo, usado para designar o sangramento massivo, e seu tratamento, tanto em áreas juncionais quanto em extremidades, membros inferiores e superiores. “A” significa Ar, nessa letra o objetivo é manter as vias aéreas pervias. “R”, significa Respiração, usado para a designar prevenção da instalação de pneumotórax hipertensivo, automaticamente, deixando o sistema respiratório em funcionamento. “C” significa

Calor, já neste item, técnicas para manter a vítima aquecida são empregadas (BAHIA, 2020).

Dentro do protocolo MARC, foram criados três cursos a serem ministrados aos policiais e bombeiros, sendo o MARC1, MARC2 e MARC3. Cada curso citado anteriormente, tem a sua destinação conforme especialização e graduação dos policiais que dispuserem fazê-los. MARC1 é considerado o nível básico do APH, sendo este destinado a todos os policiais e bombeiros, independente de especialização do agente. MARC2 é considerado de nível intermediário, sendo destinado a operadores de unidades especializadas ou específicas de alto risco. MARC3 é o nível avançado deste protocolo, em nível de pós-graduação, cuja destinação é médicos e enfermeiros, podendo serem atendidos por policiais com Curso de Operações Especiais ou similar, onde preferencialmente atuem em unidades de operações especiais ou unidades de risco máximo, cuja atuação é em ambientes isolados ou hostis (NICOLA, 2019).

Oliveira (2021), em seu estudo, demonstra através de tabela (Figura 2), a destinação do Protocolo MARC, conforme atribuição do criador do protocolo, Dr. Sérgio Maniglia.

Figura 2 - Tabela de destinação do Protocolo MARC

PROTOCOLO	DESTINAÇÃO
MARC1	Todos os policiais.
MARC2	Policiais com atuação em zonas de difícil acesso à hospitais urbanos: operações rurais, de mata, ribeirinha, aéreas, de fronteiras e operações especiais.
MARC3	Profissionais de saúde (médicos e enfermeiros).

Fonte: Oliveira (2021)

Como já foi dito, cada curso tem um nível conhecimento, indo do básico ao avançado. O MARC1 por ser destinado a todos os policiais, tem como objetivo capacitar na “[...] celeridade no atendimento das causas fatais em combate policial, na

facilidade de treinamento e repasse da informação, com atenção em diminuir o tempo de deslocamento para os hospitais que poderiam receber o paciente vítima de combate policial.” (OLIVEIRA, 2021, p. 27).

O protocolo MARC2, acrescenta-se o segundo “C” de Circulação, a qual deve-se atentar ao sistema circulatório do corpo humano, deixando-o em funcionamento, sendo por isso destinado a policiais que atuam principalmente em área isolada, com difícil acesso a hospitais, por haver a necessidade desse conhecimento para que a vítima possa resistir até a chegada em uma unidade de saúde (NICOLA, 2021).

Já o protocolo MARC3, agrega-se aos outros procedimentos, um terceiro “C”, de Cérebro, a qual deve-se ser executado por policiais especialistas em saúde, por esse motivo é um curso de pós-graduação. Contudo, o MARC3 por ser um protocolo adequado a atividade policial, teve como base o protocolo americano MARCHH PAWS, que além de incluir o cérebro, busca atender Comprimidos em Combate, Feridas, Fraturas e Evacuação (OLIVEIRA, 2021).

Abaixo (Figura 3), tem-se uma tabela confeccionada por Oliveira (2021), simplificando o acrônimo, identificando cada curso com às suas habilidades.

Figura 3 – Tabela de níveis do Protocolo MARC

M	Massivo (sangramento)	MARC1 ou MARC	MARC2 ou MARCC	MARC3 ou MARCCC
A	Ar			
R	Respiração			
C	Calor			
C	Circulação			
C	Cérebro			
Co	Comprimidos de combate			
F	Feridas			
F	Fraturas			
E	Evacuação			

Fonte: Oliveira (2021)

No ano de 2018, foi realizado o curso de Pós-graduação e de Extensão em Atendimento Pré-Hospitalar Policial, ministrado conjuntamente pela Escola Superior de Polícia Civil e pelo Grupo T.I.G.R.E. da PJC do Paraná, em que os concludentes do curso saíram com a capacitação em MARC2. O curso foi fundamental para a difusão dos conhecimentos de APH Policial pelo Brasil, principalmente no estado de Mato Grosso, visto que dois policiais militares do estado, concluíram o referido curso, sendo o Ten Cel PM Sávio Pellegrini Monteiro e 3º Sgt PM Marcus Vinicius Trolesi Leite, ambos operadores especiais, sendo os maiores incentivadores deste protocolo em Mato Grosso.

Cerca de 50 alunos de 16 diferentes estados concluíram na terça-feira (23/10), o curso de Pós-Graduação e de Extensão em Atendimento Pré-Hospitalar Policial (APH), ministrado pela Escola Superior de Polícia Civil (ESPC). O curso é o primeiro de nível de pós-graduação e extensão em academias de polícia no Brasil. (PARANÁ, 2018).

Um estudo conduzido por Gustavo Bongiovanni Korp e Robson Moreira de Souza em 2019, com objetivo de avaliar os seis principais cursos que são conduzidos nas diversas instituições do Brasil, buscou reunir um panorama de capacidades dos cursos de atendimento pré-hospitalar em atividade policial, tendo como referência “padrão” o TCCC. O motivo da escolha do protocolo citado, foi explicado pelos autores do estudo.

Tal protocolo, que será utilizado em nosso estudo por conter componentes não apenas de atendimento a combatentes feridos, mas também de elementos de combate a ameaças ativas e considerações acerca de ambientes desfavoráveis ao atendimento (que é o caso do atendimento realizado por forças policiais), emprestará a sua tabela de habilidades necessárias em campo ao nosso estudo. (KORP; SOUZA, 2019, p.9).

A conclusão do estudo supracitado foi de que embora não se possa considerar um curso melhor que outro, pois são baseados nas necessidades de cada uma das equipes que conduzem os variados cursos existentes, o que mais se enquadra na tabela de comparação “*Tactical Combat Casualty Care - Skill Sets by Provider Level - 1 August 2018*”, foi estabelecida como parâmetro, o protocolo MARC. Para tanto, a escolha se deu não somente pelo fato estritamente doutrinário, mas

também por atender a regulamentação brasileira vigente, através da Portaria nº 16, de 12 de abril de 2018, do Ministério da Defesa. (KORP; SOUZA, 2019).

A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso no ano de 2020, de maneira pioneira entre as forças policiais militares do Brasil, realizou o 1º curso de formação de instrutores em atendimento pré-hospitalar policial - MARC1, curso este que visou capacitar agentes de segurança pública a serem instrutores institucionais, de maneira tácita adotando o protocolo MARC.

O curso foi aprovado através da Portaria nº 019/DEIP/PMMT/2020, de 09 de outubro de 2020, visando preparar equipes policiais para o atendimento pré-hospitalar, bem como disseminar o Protocolo MARC1 às forças de segurança no Estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2019).

Feito esse relato dos protocolos e doutrina que é seguida e difundida nas mais variadas instituições de segurança pública e de defesa, temos que nos ater a realidade brasileira, bem como, em específico a realidade mato-grossense de risco policial, é o que veremos no próximo tópico.

RISCO POLICIAL E OS MEIOS DE SOBREVIVÊNCIA

A atividade policial, principalmente a policial militar, é detentora de várias características, sendo uma delas, o risco de morte do agente público. Bardagi e Oliveira (2009) explicam que: “A principal função da polícia ostensiva, por exemplo, é o combate à criminalidade. Então, pode-se dizer que estes policiais lidam diretamente com a violência e, portanto, exercem uma atividade que envolve riscos à vida [...]” (BARDAGI; OLIVEIRA, 2009). Para tanto, essa característica, não tem acompanhado o policial apenas durante a execução do serviço, mas também fora dele, e com o passar dos anos, os números de vitimização de policiais tem aumentado significativamente, conforme mostra o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021, a qual relata o aumento em 11,34% de Policiais Civis e Militares mortos por crimes violentos letais e intencionais, estando em serviço ou não, comparando o ano de 2019 com o de 2020 (ANUÁRIO, 2021).

Esse aumento exponencial dos números, muito se deu em virtude da organização do crime, e pelo aumento do poder de fogo dos criminosos, proporcionando cada vez mais confrontos entre o policial e o criminoso, Misse (2011) indica início dessa prática:

Nos anos 1990, a rota que liga o Paraguai a São Paulo e Rio de Janeiro passou também a ser usada para o tráfico de armas de guerra (fuzis AK-47, AR-15, granadas, bazucas antiaéreas, metralhadoras etc.) para abastecer as disputas pelos pontos de venda entre quadrilhas e facções nos morros do Rio de Janeiro e nos **confrontos com a polícia**. (MISSE, 2011, grifo nosso)

Conseqüentemente, havendo no Brasil a existência de facções criminosas capazes de confrontar a polícia, no Estado de Mato Grosso não seria diferente, um estudo realizado por Carvalho (2014), chegou à conclusão da existência de organizações criminosas atuantes e estruturadas em nosso estado (CARVALHO, 2014).

Partindo desse pressuposto, a atividade policial militar no Estado de Mato Grosso, também é uma atividade de alto risco, pois sofre com os mesmos problemas que outras instituições policiais, inclusive com ocorrências que geram alta probabilidade de letalidade do policial militar, devido ao histórico de vários confrontos, sendo a modalidade de roubo a banco denominada “Novo Cangaço” (PEREIRA, 2015).

Diante disso, há a necessidade de se ter um policial militar preparado e equipado para atendimento de qualquer tipo de ferimento em combate, pois a todo momento, convive com o risco iminente de um confronto armado, sendo em serviço ou no horário de folga. Cabelho e Ferreira (2020) demonstram isso em seu estudo:

A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT) tem parcela de contribuição nestes dados estatísticos de vitimização policial ao nível nacional, demonstrando ao longo do quinquênio delimitado entre os anos de 2014 a 2018, uma projeção de redução do número total (dentro e fora de serviço) de policiais mortos ao longo dos anos, todavia, nessa estatística prevalece ainda a supremacia do número de policiais mortos durante o período de folga em detrimento ao número de policiais militares tombados durante o serviço. (CABELHO; FERREIRA, 2020, p. 2).

Diante dessa realidade em que se vive, é fundamental o policial militar ter o domínio das técnicas de atendimento pré-hospitalar, principalmente quando deparar com ferimentos ocasionados por projétil de arma de fogo.

Alves et. al [entre 2010 e 2021], demonstra a importância do atendimento pré-hospitalar: “Percebe-se que o Atendimento Pré-Hospitalar – APH consiste em um dispositivo imprescindível no tocante a manter a vida do indivíduo até que este receba os cuidados avançados, assim como evitar um agravamento do estado geral do seu quadro.” (ALVES et al, [entre 2010 e 2021], p. 2). Para tanto, existem ressalvas para a execução dessas técnicas, conforme o próprio Alves et al, [entre 2010 e 2021] faz: “Vale destacar que um desempenho inadequado dessas estratégias de socorro primário pode ocasionar uma série de sequelas e, na pior das hipóteses, a antecipação do óbito.” (ALVES et al, [entre 2010 e 2021], p. 2). Isso apenas corrobora com a seriedade em que devemos tratar esse tipo de doutrina, pois, caso aplicado de forma correta, poderá salvar uma vida policial, contudo, se for aplicado de forma equivocada, poderá ocasionar graves consequências.

As circunstâncias nas quais os policiais atuam sem os conhecimentos em APH, poderá causar sérios agravamentos no quadro de saúde do seu companheiro, pois somente o restará duas opções a se fazer, a primeira seria ligar para um serviço de emergência, o que poderá causar a morte do policial, devido o tempo que acontecerá o atendimento, e segundo, com a própria viatura, encaminhar o policial para uma unidade de emergência mais próxima, a qual poderá causar sérias lesões e agravamento do quadro clínico por não ser o transporte ideal para a condução de feridos. Sendo assim, a sobrevivência está atrelada a sorte, algo que não se deve contar na atividade policial.

Contudo, existem diversas técnicas e doutrinas a serem adotadas pelos policiais, inclusive, o Ministério da Defesa demonstrando a importância da utilização dessas técnicas, publicou no ano de 2018, a Portaria Normativa nº 16, de 12abr18, a qual aprovou a Diretriz de Atendimento Pré-Hospitalar Tático do Ministério da Defesa, regulamentando a atuação das classes profissionais, capacitação, os procedimentos envolvidos e as situações prevista para a atividade.

Essa própria normativa, institui, de forma legal, os procedimentos de APH Tático que poderão ser utilizados por operadores em que se depararem com pacientes graves com risco de morte durante o emprego operacional de ações militares, sendo eles: aplicação de torniquete, garantia de vias aéreas, descompressão torácica com agulha, acesso venoso periférico, acesso intraósseo e prescrição tática. (BRASIL, 2018).

Depois de trilhado o caminho teórico, em que se buscou o entendimento das possíveis soluções para o problema, de ponto de vista de vários autores, arcabouço doutrinário, e legal, passamos agora a parte metodológica.

METODOLOGIA

A metodologia empregada neste trabalho científico, teve a finalidade básica estratégica; com objetivo, descritivo e exploratório; a abordagem, qualitativa; se valeu do método, hipotético-dedutivo; com procedimento, bibliográfico, documental, e levantamento de dados.

Dito isto, procurou-se avançar no desenvolvimento do tema e provocar novos pesquisadores a aprofundar no conhecimento do APH Tático, bem como, suscitar na instituição e membros da mesma sua importância. Na etapa de objetivo da metodologia, na parte descritiva, foi conduzida as buscas em fontes acadêmicas, tais como Scielo, e PubMed, bem como nos acervos das diversas academias militares e universidades que trataram sobre segurança pública, entre elas, a Academia Militar das Agulhas Negras, Academia de Polícia Militar do Barro Branco, Academia de Polícia Militar do Guatupê e com mais afinco nos artigos da Escola Superior de Polícia Civil do Paraná. Como o tema é relativamente novo, nos valem ainda de material internacional, vindo em grande parte dos Estados Unidos da América.

Já na parte exploratória do objetivo, foi realizada pesquisa de campo, com a aplicação de questionários sobre o tema proposto, em que 293 (duzentos e noventa e três) questionários através da plataforma “Google Forms” foram respondidos, sendo que foi facultado ao entrevistado se gostaria ou não de responder às perguntas.

Na etapa da abordagem foi escolhida a abordagem Quali-quantitativa, em que nos questionários pode-se trazer para a análise dos resultados a perspectiva dos entrevistados de maneira valorativa, bem como perguntas que puderam evidenciar matematicamente, as quantidades de equipamentos e pessoal capacitados dentre outros, corroborando então a natureza quali-quantitativa, cuja “oferecem perspectivas diferentes, mas não necessariamente polos opostos. De fato, elementos de ambas as abordagens podem ser usados conjuntamente em estudos mistos, para fornecer mais informações do que poderia se obter utilizando um dos métodos isolados.” (MORESI, 2003, p. 72).

Para alcançar os objetivos propostos neste artigo, utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, que parte de um problema, A ausência de uma doutrina institucional de Atendimento Pré-Hospitalar Tático, contribui para que haja uma maior vitimização de Policiais Militares do Estado de Mato Grosso, em casos de confronto armado, na percepção dos membros da corporação? gerando-se uma hipótese, A ausência de domínio das técnicas, alinhado com a escassez de equipamentos para a aplicação dos protocolos de Atendimento Pré-Hospitalar Tático por policiais militares do Estado de Mato Grosso, contribui na visão dos militares da PMMT, para a vitimização de policial em decorrência de ferimentos provocados por arma de fogo durante um confronto, passiva de teste de falseamento, e o teste propriamente dito, a qual mostrará se a conjectura proposta inicialmente, iniciará uma nova teoria (LAKATOS; MARCONI, 2017).

Sendo que na etapa de procedimento, além do bibliográfico e do levantamento de dados já demonstrado, foi feita na parte documental, a pesquisa em legislações, portarias internas dentre outros documentos.

Por ser uma pesquisa com seres humanos, foi solicitado autorização ao Comitê de Ética do Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT para a coleta de dados, bem como incluído nos questionários o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, a qual relatou os objetivos da pesquisa e a sua importância, e descreveu os riscos contido no estudo, cuja são mínimos nesta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Com o objetivo de obter os dados para análise, foram encaminhados via aplicativo *Whatsapp*, os questionários para avaliação do público-alvo. Com isso, 293 (duzentos e noventa e três) questionários foram respondidos por Policiais Militares do Estado de Mato Grosso, significando uma população amostral de aproximadamente 5%, as quais expuseram suas opiniões quanto a temática proposta neste artigo.

Da primeira a terceira pergunta, são questionamentos com a finalidade de conhecer os participantes, tendo como ponto positivo a ampla aceitação, visto que houve respostas de todos os níveis da hierarquia policial militar, ou seja, de Coronel ao Soldado participaram desta pesquisa. A primeira pergunta foi: 1 - Qual o seu posto ou graduação? todos da PMMT, em que 2% foram Coronéis; 12,3%, Tenente Coronéis; 3,4%, Majores; 6,8%, Capitães; 11,9%, Tenentes; 2%, Subtenentes; 23,5% Sargentos; 14% Cabos; e 23,9%, Soldados.

Outro ponto que enriquece esta pesquisa, é que o questionário alcançou policiais militares com tempo de efetivo serviço em todos os períodos propostos, ou seja, havendo uma diversificação do conhecimento inicialmente adquirido nos bancos de formação da nossa instituição. Segue a segunda pergunta: Quanto tempo de efetivo serviço possui? em que 31,1% têm até dez anos; 28% entre dez à quatorze anos; 20,1% entre quinze à dezenove anos; 14% entre vinte a vinte e quatro anos; e 6,8% entre vinte e cinco a trinta e cinco anos.

Na terceira pergunta, identificamos se o policial labora na atividade fim ou na atividade meio, segue a pergunta e as respostas: Qual tipo de Unidade da Polícia Militar você trabalha? Em que 39,4% responderam Unidade de Área; 34,9% Unidade Especializada; e 25,7% na Atividade Meio. Com essas respostas, a pesquisa obteve um pouco menos de 75% de policiais militares laborando diretamente no serviço operacional, isso significa que a pesquisa foi realizada com quem tem maior probabilidade de, em serviço, deparar com um confronto armado durante uma ocorrência policial, e necessitar de técnicas e materiais de APH Tático, engrandecendo ainda mais nossa pesquisa. Contudo, o policial militar que labora na

atividade meio, também necessita dos conhecimentos de APH Tático, pois poderão se deparar com situação de confronto armado fora do serviço policial, inclusive comprovado cientificamente, que as mortes de policiais ocorrem com maior frequência nos momentos de folga (CABELHO; FERREIRA, 2020).

Passada a primeira etapa do questionário, a qual identificou o perfil do policial militar participante, inicia-se a etapa em que as respostas, efetivarão ou não a hipótese levantada no início da presente pesquisa.

Diante disso, a quarta pergunta tem por intenção identificar se o profissional é capacitado ou não na temática proposta, segue a pergunta: Já fez algum curso na área de atendimento pré-hospitalar tático? Neste tópico podemos ver que 55,6% dos que responderam o questionário, tem curso na área de APH Tático; 43,3% não; e 1% preferiu não responder. Com isso, identificou-se um ponto de grande relevância para a pesquisa, que é a maioria dos policiais já disporem de algum curso na área de APH Tático, contudo, observou-se que ainda resta uma grande parcela que não possui tal capacitação, fazendo com que a doutrina ainda não seja consolidada e aplicada a todos os policiais militares, ocasionando lacunas de conhecimento, cuja em um confronto armado poderá ocasionar o óbito de um policial militar, causando o aumento da vitimização policial no estado de Mato Grosso.

A quinta pergunta foi: Sabe o que é atendimento pré-hospitalar tático? Em que apenas 11,6% responderam, não; 87,4% responderam Sim; e 1% Preferiu não responder. Os resultados obtidos nessa pergunta são de grande satisfação, visto que, mesmo sem o conhecimento específico de um Curso Básico em APH Tático, a grande maioria sabe o que o tema se trata e a sua finalidade.

A sexta e a sétima questões, foram expostos casos hipotéticos e práticos em que o policial militar poderá se deparar em seu dia a dia, verificando o nível de conhecimento em que o pesquisado possui em uma situação real. Sendo assim, a sexta pergunta diz: Atualmente, em caso de confronto armado e seu companheiro ser ferido por projétil de arma de fogo, você teria condições técnicas e materiais de realizar o Atendimento Pré-Hospitalar, visando minimizar a possibilidade de óbito do policial militar? Em que 52,9% responderam, não; 45,4% responderam, sim; e 1,7% preferiram não responder.

A sétima pergunta foi: No caso hipotético de estar assumindo o serviço e ocorrer um disparo acidental em sua própria mão, vindo a ter um grande volume de sangue perdido, você saberia como agir? Em que 72,4% responderam, sim; 24,9% responderam, não; e 2,7% preferiram não responder.

Nas questões anteriores, avaliou-se que, ao se tratar apenas de conhecimento, grande parte dos participantes relataram saber como agir, conforme visto as respostas da questão 6, contudo, quando inclui na pergunta, conhecimento e material, a redução é significativa, não por conta do conhecimento, como foi visto na questão 7, mas sim em decorrência do indisponibilização dos materiais para realizarem o atendimento conforme preconiza a doutrina de APH Tático.

Nessa parte do questionário, buscou-se avaliar a percepção do policial militar quanto ao tema pesquisado, partindo dos seus conhecimentos, independente se possui cursos ou não na área de Atendimento Pré-hospitalar Tático. Diante disso, a oitava pergunta trouxe a seguinte descrição: Acredita que o APH Tático seria um recurso importante, trazendo uma salvaguarda a mais para o policial que detém o conhecimento e os materiais mínimos necessários? Em que 99,3% responderam, sim; 0,3% responderam, não; e 0,3% preferiram não responder.

Em continuidade a percepção dos policiais, a nona pergunta foi: Acredita que o APH Tático melhoraria o atendimento realizado pela Polícia Militar, do ponto de vista de aumentar a confiança do policial militar para atender as diversas ocorrências em que é acionado? Em que 92,2% responderam, sim; 7,2% responderam, não; e 0,7% preferiram não responder.

Com base nos dados obtidos acima, verifica-se um resultado indiscutível quando entramos na etapa perceptual do policial militar. Está mais que evidente que a consolidação de uma doutrina de APH Tático na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, na visão dos seus policiais, aumentará a confiança na prestação de serviço por parte de seus militares, visto que, a atividade policial, como foi exposto no referencial teórico deste artigo, é uma atividade de alto risco, e a partir do momento em que se atua com técnicas e equipamentos necessários, consegue-se mitigar os riscos inerentes desta atividade.

Passando para as próximas perguntas, as quais tiveram como objetivo verificar os materiais disponíveis para a perfeita aplicação dos protocolos de APH. A décima pergunta foi: Você tem equipamentos de APH Tático em seu Equipamento de Proteção Individual? Em que 74,7% responderam, não; 25,3% responderam, sim; e 0% preferiram não responder.

A décima primeira pergunta foi: A Unidade em que labora dispõe equipamentos de APH Tático para cautela e uso durante o serviço operacional? Em que 79,9% responderam, não; 16% responderam, sim; e 4,1% preferiram não responder.

Com as respostas obtidas, reforça a análise realizada da questão 6, que a grande parte dos pesquisados não possuem os equipamentos de APH Tático, bem como a unidade não dispõe desses materiais para a cautela, evidenciando a ausência de prioridade quanto a essa doutrina, pois somente o conhecimento técnico por parte do policial, não será eficaz sem a utilização dos equipamentos.

E por último, a décima segunda questão foi: Você acredita que deveria ter a disciplina “APH Tático” nos cursos de formações, bem como nos estágios de qualificação, oferecidos pela PMMT? Em que 98,3% responderam, sim; 0,7% responderam, não; e 1% preferiu não responder. Deixando mais uma vez, evidenciado o anseio dos policiais militares na consolidação da Doutrina de APH Tático na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

Quanto a parte documental, foram analisadas as malhas curriculares dos cursos de formação às quais dão acesso aos quadros operacionais da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, sendo o Curso de Formação de Oficiais – CFO e Curso de Formação de Soldados. Contudo, em nenhuma das malhas consta a disciplina de Atendimento Pré-Hospitalar Tático em específico, apenas constando a disciplina de Emergência e Traumas, disciplina esta que mais se aproxima da doutrina de APH Tático.

Para tanto, no Boletim do Comando Geral da PMMT de nº 2875, de 02 de março de 2022, foi publicada a Portaria nº 002/DEIP/PMMT, de 23 de fevereiro de 2022, cuja institui no âmbito da PMMT, diversas comissões que deverão elaborar ementas de diversas disciplinas, as quais deverão ser inclusas nas malhas

curriculares dos cursos de formação de oficiais e soldados, sendo uma dessas disciplinas a de Atendimento Pré-Hospitalar.

Isso significa que está havendo a conscientização da importância do Atendimento Pré-Hospitalar dentro da atividade policial militar, sendo que, tem se investido em capacitação de seus membros, contudo, ainda é necessário a intensificação das capacitações visando instruir todo o efetivo ativo da Polícia Militar, bem como investir em equipamentos destinados para essa atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu analisar através das literaturas disponíveis e dentro da percepção dos policiais militares, qual é o nível de importância quanto ao tema Atendimento Pré-Hospitalar Tático, e se a aplicação dos protocolos disponíveis dessa doutrina, poderá reduzir a vitimização policial militar no estado de Mato Grosso, em casos de confronto armado. Com isso, a hipótese levantada de que a ausência de técnicas, alinhado com a escassez de equipamentos para a aplicação dos protocolos previstos, poderá sim, na percepção dos policiais militares da PMMT em atividade, contribuir para que haja maior chance de vitimização do policial militar ferido por projétil de arma de fogo.

Além disso, pode-se concluir que é imprescindível para os policiais militares, a consolidação da Doutrina de Atendimento Pré-Hospitalar Tático dentro da instituição, pois sentem-se mais confiantes para desempenhar o serviço policial, impactando diretamente na motivação do militar, algo que se deve ser destacado por esta pesquisa.

Para tanto, atualmente, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, tem investido em capacitação dos seus membros, inclusive com a criação de uma comissão para inclusão da disciplina de Atendimento Pré-Hospitalar em malha curricular dos cursos de formação no âmbito da PMMT. Isso significa que está havendo um interesse em estabelecer a doutrina de APH Tático em nossa instituição, contudo, para que realmente a aplicação das técnicas seja eficiente e possa reduzir as chances de mortalidade do policial militar, é necessário capacitar todo o efetivo ativo

da Polícia Militar, bem como investir em equipamentos de APH Tático, as quais deverão estar à disposição dos operadores, pois se tratando de doutrina de atendimento pré-hospitalar, pouco se faz somente com as técnicas, havendo a necessidade de materiais adequados para chegarmos ao objetivo final de salvar a vida policial militar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Augusto Nunes de. **Introdução de noções de medicina tática nos cursos de formação da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública) – Curso Superior de Polícia. São Paulo: APMBB, 2018.

ALVES, Thiago Enggle de Araújo *et al.* **A realização do atendimento Pré-Hospitalar pelos policiais militares do município de Pau dos Ferros – RN**. Mossoró: UERN, [entre 2010 e 2021]. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/441238/a-realiza%C3%A7%C3%A3o-do-atendimento-pr%C3%A9-hospitalar-pelos-policiai...> Acesso em: 12 fev. 2022.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 15. ed. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf> Acesso em: 22 out. 2021.

BAHIA. Polícia Militar. **Manual de Resgate e Atendimento Pré-Hospitalar Tático**. Salvador: 2020.

BARDAGI, Marúcia Patta; OLIVEIRA, Paloma Lago Marques de. **Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares**. Bol. psicol, São Paulo: v. 59, n. 131, p. 153-166, dez. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432009000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 12 fev. 2022.

BORTOLASSI JUNIOR, Leandro Rodrigo. **A inserção do atendimento pré-hospitalar tático na formação do combatente brasileiro**. Monografia - Curso de Ciências Militares. Resende: AMAN, 2019.

BRAGA, Erika Cristina Schroder; COSTA, Cláudia de Almeida Guaranha. **A evolução da medicina operacional do Brasil**. 2020. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/7501/1/Cap_Erika%20Cristina%20Schroder%20e%20Braga.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Brigada de Infantaria Pará-quedista**. História do Destacamento de Saúde Paraquedista. 2016. Disponível em: <http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/oms/60-organiza%C3%A7%C3%B5es-militares/114-dst-sau-pqdt.html>. Acesso em: 25 mar. 2022.

_____. Exército Brasileiro. **PORTARIA Nº 196-EME, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010**. Aprova a Diretriz para a Implementação do Atendimento Pré-Hospitalar nas Atividades de Risco no Exército Brasileiro. Brasília: 2010. Disponível em:

<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/759/1/Portaria%20n%C2%BA%20196%20-%20EME.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

_____. Ministério da Defesa. Portaria Normativa MD/GM Nº 16. **Aprova a Diretriz de Atendimento Pré-Hospitalar Tático do Ministério da Defesa para regular a atuação das classes profissionais, a capacitação, os procedimentos envolvidos e as situações previstas para a atividade.** Brasília: 2018.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. PORTARIA Nº 040-COTER. DE 1º DE ABRIL DE 2020. **Aprova o Manual de Campanha EB70-MC-10.343 Atendimento Pré-Hospitalar (APH). Básico, 1ª Edição, 2020, e dá outras providências.** Brasília: 2020.

CABELHO, Victor Hugo; FERREIRA, Rodrigo Varela. **Vitimização Policial: estudo das violências sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso durante o período de folga.** RIBSP- Vol 3 nº 6 – Jan/Jun 2020, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v3i1.75>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CALLAWAY, David W. **Translating Tactical Combat Casualty Care Lessons Learned to the High-Threat Civilian Setting: Tactical Emergency Casualty Care and the Hartford Consensus.** v. 28, 2 ed. P. 140-145. Charlotte: Wilderness & Environmental Medicine, 2017. Disponível em: [https://www.wemjournal.org/article/S1080-6032\(16\)30288-5/pdf](https://www.wemjournal.org/article/S1080-6032(16)30288-5/pdf). Acesso em: 13 fev. 2021.

CARVALHO, Juliano Silva de. **Crime Organizado no Estado de Mato Grosso.** Cuiabá: UFMT, 2014. Disponível em: https://bdm.ufmt.br/bitstream/1/871/1/TCCP_2014_Juliano%20Silva%20de%20Carvalho.pdf Acesso em: 12 fev. 2022.

CARAPEBA, Gabriel de Oliveira Lima *et al.* **Manual de atendimento pré-hospitalar para vítimas por arma de fogo.** Presidente Prudente: UNOESTE, 2018.

DIAS, Vitor Luiz. **A Atendimento Pré-Hospitalar de Combate: A compatibilidade entre os protocolos internacionais e as ocorrências policiais na PMPR.** TCC (Bacharel em Segurança Pública) – Curso de Formação de Oficiais – Academia de Polícia Militar do Guatupê. São José dos Pinhais: 2019.

DISTRITO FEDERAL. Corpo de Bombeiros Militar. **Manual de Atendimento Pré-Hospitalar.** Brasília: 2007.

EASTRIDGE, Brian J *et al.* **Death on the battlefield (2001-2011): Implications for the future of combat casualty care.** Disponível em: <https://www.east.org/content/documents/MilitaryResources/b/TCCC%20Eastridge%20Death%20on%20the%20Battlefield%20J%20Trauma%202012.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

EUA. U.S Army. Military. Medicine: n. 12-10: **Tactical Combat Casualty Care Handbook**, Observations, Insights, and Lessons. Leavenworth: 2012. Disponível em: https://www.globalsecurity.org/military/library/report/call/call_12-10.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

FERNANDES, Marcelo Manaia Gonçalves. **Atendimento pré-hospitalar tático: importância da educação permanente no atendimento às baixas em combate no Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Escola de Saúde do Exército, 2021. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9671/1/Cap_Marcelo%20Manai%20Gon%C3%A7alves%20Fernandes.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

HOLCOMB, J. B; WILENSKY, G. **Tactical Combat Casualty Care and minimizing preventable deaths in combat casualties**. Defense Health Board Memorandum. 2009. Disponível em: <https://health.mil/Reference-Center/Reports/2009/08/06/Tactical-Combat-Casualty-Care-and-Minimizing-Preventable-Fatalities-in-Combat>. Acesso em: 22 out. 2021.

HOLCOMB, J. B *et al.* Understanding combat casualty care statistics. **Journal of Trauma**, v. 60, p. 397-401, 2006. Disponível em: <https://learning-media.allogy.com/api/v1/pdf/59ca4340-e2f2-4a1d-92d9-ee0398092628/contents>. Acesso em 24 mar. 2022.

KAWAMURA, Maykel Akio *et al.* **Análise dos aspectos legais do Atendimento Pré-Hospitalar policial**. Curitiba: Escola Superior da Polícia Civil, 2018.

KORP, Gustavo Bongiovanni; SOUZA, Robson Moreira de. **A necessidade de criação de um curso de paramédico policial/militar no Brasil**. Curitiba: Escola Superior da Polícia Civil, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATO GROSSO. Polícia Militar. **Portaria nº 019/DEIP/PMMT/2020**. Regulamenta o Curso Para Formação de Instrutores de Atendimento Pré-hospitalar Policial no âmbito da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: 2020.

_____. **Portaria nº 002/DEIP/PMMT/ 23 de Fevereiro de 2022**. Institui as comissões para elaboração das ementas para as disciplinas de Termo Circunstanciado de Ocorrência - TCO, Tiro Policial - TP, Estágio de Patrulhamento Tático - EPT, Curso de Táticas Policiais Avançadas - CTPA, Sobrevivência Policial - SP, Atendimento Pré Hospitalar - APH, Licitações e Contratos - LC, bem como atualizações das ementas contidas nas disciplinas de Policiamento Comunitário - PC, e Procedimento Operacional Padrão - POP. Cuiabá: 2022.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Dossiê Crime, Segurança e Intituições Estatais: Problemas e Perspectivas**. Rev. Sociol. Polit. 19 (40). 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000300003>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação - Universidade Católica de Brasília. Brasília: 2003. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~pdcosta/ensino/2010-2-metodologia-de-pesquisa/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

NICOLA, Lucas Eduardo. **Proposta de implantação da doutrina de atendimento pré-hospitalar em combate (Protocolo MARC) na PMPR**. Curitiba: 2019.

OLIVEIRA, Renan Arakaki de. **Proposta de ensino de atendimento pré-hospitalar na Polícia Militar do Distrito Federal**. Instituto Superior de Ciências Policiais. Brasília: 2021.

PARANÁ. Polícia Civil. **Curso pioneiro no Paraná forma cerca de 50 policiais de forças de segurança do Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.seguranca.pr.gov.br/Noticia/Curso-pioneiro-no-Parana-forma-cerca-de-50-policiais-de-forcas-de-seguranca-do-Brasil>. Acesso em: 13 fev. 2022

PEREIRA, Reinaldo da Silva. **Organizações criminosas e novo cangaço: uma análise dos crimes ocorridos na região norte de Mato Grosso no período dos anos de 2010 a 2012**. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: 2015. Disponível em: https://bdm.ufmt.br/bitstream/1/257/1/TCCP_2015_Reinaldo%20da%20Silva%20Pereira.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

REISDORFER, Marcio Leandro. **Emprego do Atendimento Pré-Hospitalar Tático na Polícia Militar de Santa Catarina através do batalhão de aviação**. Florianópolis: UNISUL, 2010.

TACTICAL COMBAT CASUALTY CARE SKILL SETS BY PROVIDER LEVEL. 2018. Disponível em: http://www.naemt.org/docs/default-source/education-documents/tccc/tccc-mp/skill-sets/tccc-skill-sets-by-provider-level-180101.pdf?sfvrsn=3023c892_2. Acesso em: 13 fev. 2022.

TEMS, Committee. **Tactical emergency casualty care vs tactical combat casualty care**. InfoBrief International Public Safety Association. v. 1, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://www.joinipsa.org/resources/International%20Public%20Safety%20Association%20InfoBrief%20TECC%20v%20TCCC.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2022.

USERO-PEREZ, Carmen *et al.* **Implementación de las recomendaciones del Consenso de Hartford y Tactical Emergency Casualty Care (TECC) en los servicios de emergencia: revisión bibliográfica.** p. 416-421. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Valentin-Alonso-2/publication/333878901_Consenso_Victoria_I_la_cadena_de_supervivencia_tactica_civil_ante_incidentes_de_multiples_victimas_intencionados/links/5d13ec35a6fdcc2462a91429/Consenso-Victoria-I-la-cadena-de-supervivencia-tactica-civil-ante-incidentes-de-multiples-victimas-intencionados.pdf. Acesso em: 26 mar. 2022.

MONITORAMENTO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA NA BAHIA

Ana Flávia Ferreira de Brito Oliveira¹

Edval Carlos dos Santos Filho²

Luciana Araujo Rios³

Sandra Santos Vieira⁴

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma proposta de criação de mecanismos para realização do monitoramento do Programa de Resistência às Drogas e à Violência, no que se refere ao acompanhamento da conduta dos alunos egressos do programa, em relação ao cometimento de crimes, através da utilização da Tecnologia da Informação, efetuando o cruzamento entre os dados dos alunos e os registros da Secretaria de Segurança Pública. Os resultados apresentados pelo monitoramento serão utilizados como indicadores da efetividade do Programa, uma vez que irão demonstrar, de forma objetiva e real, dados e informações que justifiquem os investimentos destinados à aplicação do Programa, ao tempo em que poderão atestar sua relevância para sociedade.

Palavras-chave: *Proerd – Monitoramento – Indicadores – Tecnologia da Informação.*

ABSTRACT

This article aims to present a proposal for the creation of mechanisms to carry out the monitoring of the Resistance to Drugs and Violence Program, with regard to monitoring the conduct of students graduating from the program, in relation to the commission of crimes, through the use of Information Technology, making the crossing between the students' data and the records of the Secretary of Public Security. The results presented by the monitoring will be used as indicators of the Program's effectiveness, since they will demonstrate, in an objective and real way, data and information that justify the investments destined to the application of the Program, at the same time that they will be able to attest to its relevance to society.

Keywords: *Proerd - Monitoring – Indicators - Information Technology.*

¹ Mestre em Gestão Escolar e Tecnologia Aplicada à Educação pela UNEB.

² Coronel PMBA. Mestre em Administração Avançada pela UNEB.

³ Capitã PMBA. Especialista em Prevenção da Violência e Promoção da Segurança e Cidadania pela UFBA.

⁴ Capitã PMBA. Especialista em Segurança Pública PMBA.

INTRODUÇÃO

As drogas são consideradas uma das maiores mazelas presentes na sociedade, capazes de produzir prejuízos irreparáveis em todos os envolvidos neste ciclo destrutivo. As crianças e os adolescentes, pelo fato de ainda estarem em formação, são caracterizados como grupos vulneráveis, de fácil influência e convencimento por parte de traficantes e usuários. É nesse contexto que as ações de prevenção têm um papel de imprescindível relevância nesse combate, pois através do diálogo e da orientação, é possível preparar essas crianças e adolescentes para que possam se manter longe das drogas e da violência.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), de abrangência internacional, possui caráter socioeducacional preventivo, e é desenvolvido pela Polícia Militar, que juntamente com a Escola e a Família, promove resultados positivos diante desse desafio.

Observa-se que, desde a chegada do Proerd na Bahia, o seu principal indicador, seguindo a vertente nacional, tem sido o quantitativo de alunos atendidos em cada currículo, acompanhado do quantitativo de escolas, organizados nas regiões do Interior e da Capital e Região Metropolitana de Salvador (RMS), não havendo um acompanhamento posterior à aplicação do Proerd, um monitoramento para verificar a eficácia do Programa.

O crescimento do Programa e dos investimentos realizados, levou a uma proporcional cobrança de respostas sobre a efetividade do Proerd frente à criminalidade baiana e passou-se a suscitar a necessidade de uma verificação de indicadores diretamente vinculados às ações de segurança pública.

A partir da necessidade de produzir indicadores do Programa na Bahia, diretamente relacionados às ações de Segurança Pública, o presente trabalho científico foi idealizado no sentido de viabilizar uma ferramenta tecnológica que possibilitasse de forma mais eficiente, o monitoramento dos resultados obtidos com a aplicação do Proerd, a partir da verificação da participação dos alunos em ocorrências policiais, através do cruzamento entre os dados dos alunos egressos do Programa e os registros da Secretaria da Segurança Pública.

OBJETIVO

O desenvolvimento do trabalho teve por objetivo propor a criação de mecanismos, por meio da Tecnologia da Informação, para monitorar o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência na Bahia e possibilitar a verificação de sua efetividade em relação à participação dos alunos egressos em ocorrências policiais. O monitoramento resultante deste projeto de intervenção permitirá a avaliação objetiva do desempenho do Proerd na Bahia e fortalecerá o reconhecimento de sua importância para a segurança pública.

Busca ainda, efetuar um levantamento de informações junto à Coordenação do Proerd Bahia, com a finalidade de constituir uma amostra capaz de permitir a verificação de formas de acompanhamento que pudessem possibilitar o monitoramento dos alunos egressos em relação ao seu envolvimento em ocorrências. O processo de desenvolvimento da pesquisa, permitirá também, a identificação da existência de possíveis práticas de monitoramento dos alunos egressos do PROERD, por parte de outras Corporações no Brasil.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido no formato estudo de caso, tendo como objeto de estudo o PROERD da Bahia, utilizando o método dedutivo pela coleta de dados, pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, aplicação de questionário virtual direcionado às Coordenações Estaduais do país, e realização de entrevistas, com Promotor de Justiça da Infância e da Juventude de Vitória da Conquista e com Policial Militar, aluno egresso do Proerd. Utilizou-se ainda da pesquisa-ação, associada à resolução de um problema coletivo e com participação e cooperação das pesquisadoras, que atuavam junto ao Programa em suas unidades e acresceram seus conhecimentos à fundamentação do trabalho.

Para a construção da ferramenta e testagem das suas possibilidades, foi constituída uma amostra delimitada. O universo da pesquisa para o teste foi formado por 310.089 (trezentos e dez mil e oitenta e nove) alunos formados pelo

PROERD na Bahia nos primeiros anos que se tem o registro de dados (2008 e 2009) e nos dois últimos anos de aplicação (2018 e 2019), com uma diferença de dez anos entre os grupos pesquisados.

Para Cerqueira, Rosário e Moraes (2018, p.49), é possível o pesquisador determinar a amostra representativa de uma pesquisa no enfoque quantitativo através de uma fórmula, “e isso será suficiente para que ele possa coletar os dados de que necessita para analisá-los e discuti-los e emitir a sua opinião conclusiva sobre o seu objeto”.

A fórmula considera o tamanho da amostra sem ajuste um valor imutável (400), n = tamanho da amostra e N = tamanho da população, resultando desta forma, a determinação da amostra que dará validade científica à pesquisa, com confiança de 95%.

$$n = 400 / (1 + 400 / N)$$

Totalizando 7.771 (sete mil setecentos e setenta e um) pesquisados no teste para construção da ferramenta, foi constituída uma amostra formada por 6.957 (seis mil novecentos e cinquenta e sete) alunos com CPF, atendidos nos dois últimos anos de realização do PROERD na Bahia (2018 e 2019), sendo 2.771 (dois mil setecentos e setenta e um) em 2018 e 4.186 (quatro mil cento e oitenta e seis) em 2019; e 814 (oitocentos e quatorze) alunos que apresentaram no cadastro a data de nascimento e foram atendidos nos dois primeiros anos que se tem registro de aplicação no estado (2008 e 2009), sendo 402 (quatrocentos e dois) em 2008 e 412 (quatrocentos e doze) em 2009. Como os períodos são anteriores à construção do SiGProerd, na fase de testes iniciais a amostra foi pesquisada diretamente em uma cópia do banco de dados do Sistema de Informação e Gestão Integrada Policial (SIGIP).

Quadro 1. Composição da amostra para a pesquisa.

ANO	POPULAÇÃO	AMOSTRA REPRESENTATIVA	AMOSTRA UTILIZADA
2008	57.729	397	402
2009	39.119	396	412
2018	98.920	398	2.771
2019	114.321	399	4.186
TOTAL	310.089	1.590	7.771

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

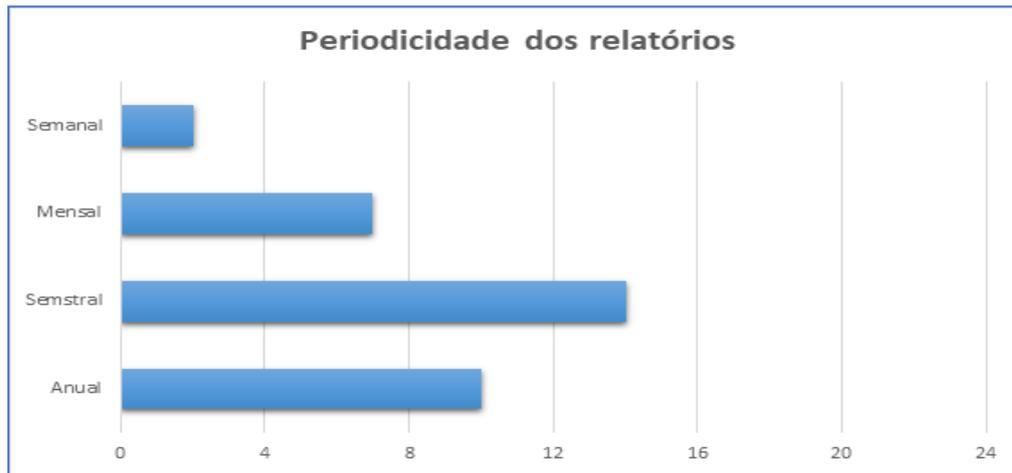
A amostra pesquisada pela data de nascimento apresenta a possibilidade de pesquisa dos egressos desde o início dos registros da aplicação do Programa na Bahia, no entanto, 88,9%, maior parte da amostra, baseia-se na existência de CPF, documento de identificação mais utilizado pelos cidadãos, em decorrência de ser um dado que permite pesquisa com mínima margem de erro.

Com o objetivo de conhecer o cenário nacional do Programa em relação aos indicadores utilizados e sua gestão, foi confeccionado um questionário virtual e encaminhado a todas as coordenações estaduais do PROERD no Brasil. Nas respostas foi possível verificar que não há, de fato, uma padronização nacional nos dados solicitados às escolas atendidas, ou um planejamento para pesquisas mais aprofundadas sobre os resultados do PROERD.

Neste sentido, no estado da Bahia, no ano de 2021 foi elaborado o Sistema de Gestão do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (SiGProerd), que substituirá os projetos e relatórios confeccionados em meio físico e facilitará a gestão do Programa.

Apesar da periodicidade na confecção de relatórios do Proerd no cenário nacional, constatou-se na pesquisa que 58,3% das coordenações estaduais do Programa no Brasil não possui um sistema para gestão informatizada das informações.

Gráfico 1. Periodicidade na confecção de relatório do Proerd pelas coordenações estaduais no Brasil.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Gráfico 2. Coordenações estaduais que possuem sistema para gestão informatizada do Proerd



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Os resultados da pesquisa reforçam a necessidade de apresentação de dados estatísticos, e conforme constatado no questionário da pesquisa, apenas as coordenações estaduais do Mato Grosso e Amazonas computam dados voltadas à identificação de alunos Proerd que posteriormente se envolveram como autores em

ocorrências policiais, mas ainda não utilizam essa informação como um de seus indicadores.

Em um segundo questionário, voltado ao aprofundamento da pesquisa, a coordenação do Mato Grosso explicou que os dados tabulados são resultados de pesquisa dos últimos 20 (vinte) anos de formação do Programa no estado, existentes no banco de dados da coordenação estadual. O Ten Cel PM Darwin Salgado Germano, Coordenador estadual do Proerd, apresentou o relatório “Estatísticas de aproveitamento e atuação do PROERD no estado de Mato Grosso”, no qual compilou as ocorrências policiais de 24 (vinte e quatro) naturezas, no período de 2017 a 2019, apresentando o aproveitamento percentual do período por comando regional. No mesmo relatório apresentou como resultado das ações do Proerd, a redução das ocorrências nos locais em que ocorre a aplicação do Programa e em seu entorno.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o passar dos anos, as comunidades e as escolas nelas inseridas têm aberto as portas para a Polícia Militar e para aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, reconhecendo seus resultados positivos no comportamento dos alunos participantes. Embora o ensino não seja a atividade fim da Polícia Militar, a potencialidade dos resultados benéficos das ações preventivas junto às crianças e adolescentes tem levado cada vez mais à amplificação desta ação pela instituição. Urpia e Oliveira (2018) citam Balestreri (1998) evidenciando que “os paradigmas contemporâneos na área da educação nos obrigam a repensar o agente educacional de forma mais includente. (...) é preciso incluir com primazia no rol pedagógico também outras profissões irrecusavelmente formadoras de opinião (...) policiais, por exemplo.”

A ação policial frente às drogas a muito deixou de ser apenas repressiva para a inclusão do viés preventivo, o que caracteriza como mais um dos resultados da disseminação da doutrina de policiamento comunitário na Bahia, uma vez que, o Proerd evidencia-se como uma importante ferramenta de policiamento comunitário,

afinal, tendo cunho educacional, aproxima a polícia da comunidade, proporciona segurança nos espaços educacionais em que atua e em seu entorno, seu currículo se estende aos familiares e torna os alunos PROERD seus multiplicadores.

A Portaria Nº 103 - CG / 2021, publicada no Boletim Geral Ostensivo Nº 150, datado de 06 de agosto de 2021, regulamenta “o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD - na Polícia Militar da Bahia, como uma estratégia de Segurança Pública voltada à prevenção do uso de drogas, da criminalidade e da violência.” Desta forma o PROERD é oficialmente, uma ação de Segurança Pública da Polícia Militar da Bahia, voltada à prevenção da violência, do uso indevido de drogas e da criminalidade.

Nos últimos anos o Programa passou por uma atualização e os currículos atuais, denominados PROERD “Caindo na REAL”, foram baseados em evidências científicas e com um enfoque maior na formação cidadã, preparando as crianças e adolescentes para conduzirem suas vidas de maneira segura e responsável.

É importante salientar, que o principal objetivo do Programa é levar os alunos à reflexão, desenvolvendo estratégias e habilidades para tomada de decisões seguras, responsáveis e optando por escolhas saudáveis. Essas atividades são desenvolvidas pelos policiais instrutores em sala de aula, e o principal indicador do Programa, em todo o país, é o número de alunos PROERD atendidos nos respectivos currículos. Ao término do currículo, para o aluno ser considerado concluinte, é preciso demonstrar que compreendeu e assimilou o que foi discutido. Há, no entanto, uma cobrança institucional para que a Coordenação Estadual do PROERD Bahia apresente uma forma de quantificar o impacto positivo do Programa em indicadores diretamente vinculados à segurança pública. No entanto, ele não pode ser a única forma de análise e não deve ser utilizado isoladamente para medir a efetividade do Proerd, pois existe uma série de fatores, entre os quais, os sociais, familiares, pessoais e econômicos, que impactam nos resultados das ações preventivas.

Analisada a primeira hipótese deste trabalho científico, verificou-se ser possível, através dos dados já existentes na Coordenação Estadual e consulta no banco

de dados dos Sistemas da Secretaria da Segurança Pública, efetuar o monitoramento dos resultados obtidos com a aplicação do PROERD, a partir da verificação da participação dos alunos egressos, em ocorrências policiais.

Tal experimento foi realizado uma única vez pelas Coordenações Estaduais do PROERD no Brasil, e seu resultado foi apresentado em 2013. No ano de 2012 a coordenação estadual do Mato Grosso pesquisou dez mil alunos atendidos pelo Programa de 2002 a 2004. A verificação foi realizada por um policial que se empenhou na atividade por dois meses.

No processo de elaboração do presente estudo, também foi possível identificar outros trabalhos desenvolvidos com o objetivo de avaliar a eficácia do Proerd, mas com foco qualitativo, dentre os quais podemos destacar Projetos de Intervenção disponíveis na Biblioteca da Academia de Polícia Militar (APM), de autoria de oficiais integrantes das Polícias Militares do Distrito Federal, e dos estados de Roraima e da Bahia.

Analisada a segunda hipótese, foi observado que a partir da verificação da participação dos alunos egressos, em ocorrências relacionadas ao tráfico ou uso de drogas e à violência, é possível avaliar a efetividade do PROERD. Se mostrou necessária para tanto, uma ferramenta que realize o acompanhamento e monitoramento dos alunos do PROERD de forma automatizada, informando se eles se mantiveram longe das drogas e da violência, dados atualmente inexistentes. observa-se que não há no Brasil, ferramenta com o mesmo formato e metodologia da proposição desta pesquisa, e que, pelas respostas obtidas no questionário respondido pelas Coordenações Estaduais do Brasil, esta intervenção suprirá os impeditivos que foram apontados, servindo de modelo para o PROERD de todo país.

Silva (2008) estabelece, o conceito de indicadores, apresentando seu interesse básico de quantificar a realidade a ser avaliada, e evidencia que na atividade policial militar, os indicadores admitidos também serão considerados em parte, indicadores sociais.

Através do cruzamento de informações entre sistemas, será possível com esta ferramenta tecnológica, o acompanhamento e monitoramento dos alunos

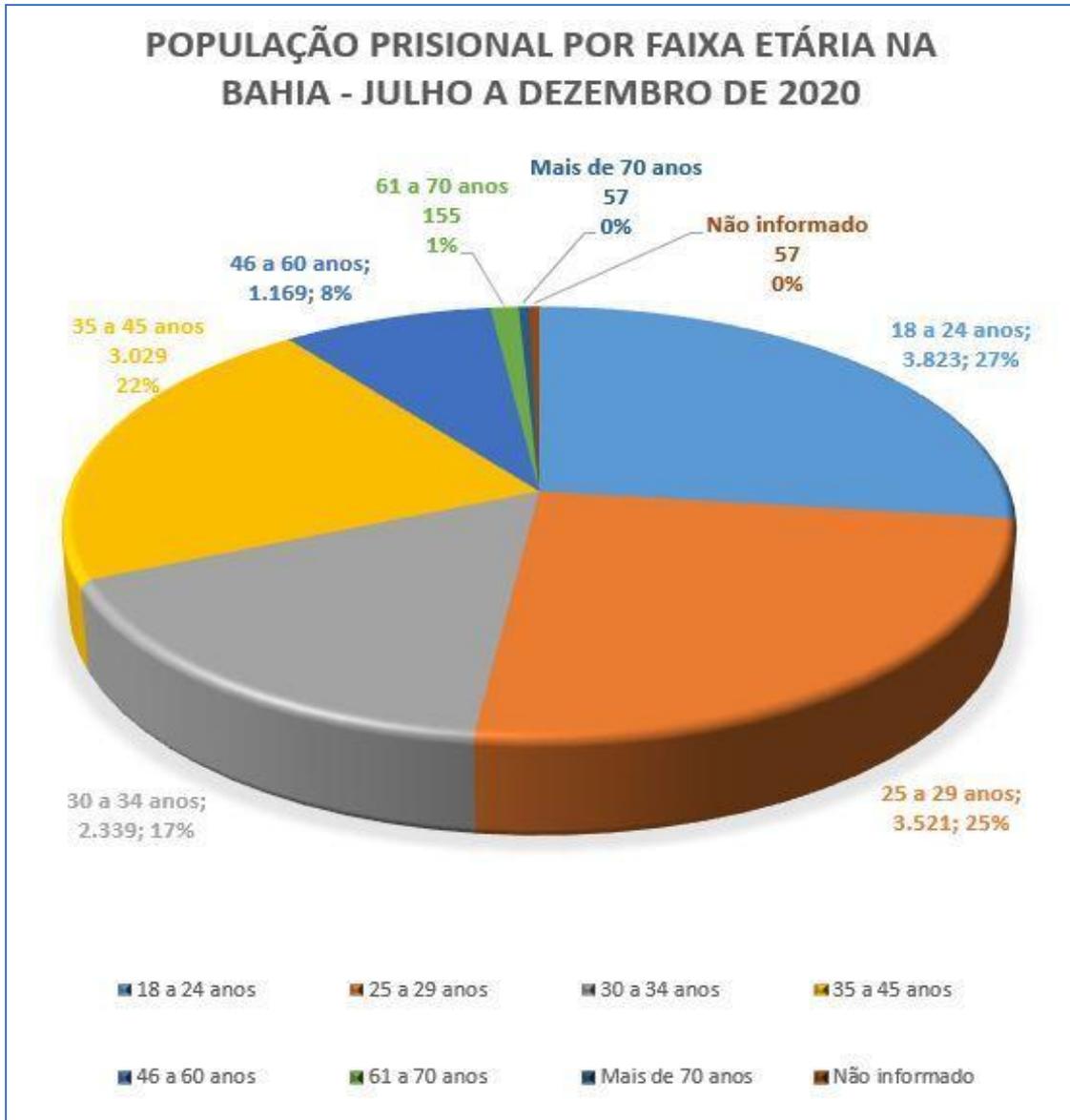
egressos do PROERD e seu envolvimento em ocorrências policiais, para assim constituir um indicador que avalie estatisticamente a eficácia do Programa e o retorno do investimento realizado pelo estado. O intento é que esta verificação ocorra através do sistema de registro de ocorrências policiais, e o utilizado atualmente na Bahia é o SIGIP, o qual, segundo o Manual do Usuário, se estruturou com o propósito de “criar um moderno sistema policial, que incorpore as últimas inovações tecnológicas de *software* a *hardware*, para melhorar o atendimento ao cidadão”. (BAHIA. SIGIP, 2008, p. 4).

Salienta-se no entanto, que o estado passa por um processo de mudança para o Sinesp PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos, disponibilizado pela Senasp/MJSP às Unidades da Federação, que permite o registro de ocorrências, despacho homologatório e a lavratura de procedimentos de polícia, além de fornecer recursos que permitem a gestão cartorária e compartilhamento/uso de dados e informações registrados pelos entes federados participantes. Desta forma, tão logo seja concluída a mudança, a ferramenta objeto deste Projeto de Intervenção deverá ser adaptada ao novo banco de dados.

A pesquisa será realizada através do nome dos egressos do PROERD, acompanhado de outro dado pessoal disponível, sendo eles CPF ou data de nascimento, ocorrendo desde a conclusão das atividades do aluno no Programa até que complete 35 (trinta e cinco) anos de idade, quando deixará de participar da rotina de avaliação.

De acordo com os dados do segundo semestre de 2020 apresentados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), através do SISDEPEN, 69% da população carcerária baiana pertence à faixa etária entre 18 e 34 anos, desta forma, o lapso temporal da pesquisa abrange o maior percentual de indivíduos condenados no sistema prisional baiano.

Gráfico 3. População prisional por faixa etária na Bahia - Período de Julho a Dezembro de 2020.



Fonte: SISDEPEN, 2020.

Considerando que o SIGIP abarca todas as legislações vigentes, e uma pesquisa periódica completa demandaria uma carga de recursos tecnológicos que atualmente estariam além dos disponíveis na Secretaria da Segurança Pública, inviabilizando o procedimento; e buscando um direcionamento na pesquisa aos registros policiais relacionadas às ações que não se esperam de um aluno egresso do PROERD, foi realizado um recorte para análise das ocorrências relacionadas direta ou indiretamente aos ensinamentos do Programa.

Quadro 2. Legislações analisadas na pesquisa.

ID	Legislação	Recorte
1	Lei 2.848/40 - Código Penal	
2	Lei 3.688/41 - Contravenções Penais	Arts. 18, 19, 21, 24, 25, 26, 28 e 62
3	Lei 7.437/85 - Lei do Preconceito	
4	Lei 8.069/90 - ECA	
5	Lei 9.455/97 - Crimes de Tortura	
6	Lei 9.503/97 - Código de Trânsito	Arts. 302 a 308. (Crimes em espécie)
7	Lei 9.605/98 - Crimes Contra o Meio Ambiente	Art. 65 (Pichação)
8	Lei 10.671/03 - Estatuto do Torcedor	Art. 41-B (Causar tumulto)
9	Lei 10.741/03 - Estatuto do Idoso	
10	Lei 10.826/03 - Armas de Fogo	
11	Lei 11.340/06 - Maria da Penha	
12	Lei 11.343/06 - Antitóxicos	
13	Lei 12.737/12 - Tipificação Criminal de Delitos Informáticos	
14	Lei 13.104/15 - Lei do Feminicídio	
15	Lei 13.146/15 - Estatuto da Pessoa com Deficiência	
16	Lei 13.718/18 - Crimes de Importunação Sexual e de Divulgação de Cena de Estupro	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Desta forma, a informação estatística apresentada atuará como mais um indicador da efetividade do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, diretamente vinculado às ações de segurança e prevenção à criminalidade, atendendo assim a demanda da instituição e preenchendo uma lacuna que atualmente consta no rol de dados do Programa.

No decorrer da pesquisa foi elaborada a ficha técnica do indicador, com seus metadados (informações que descrevem os dados), cujo processo de elaboração apresenta a viabilidade da sua utilização, a ser disponibilizada aos seus usuários.

Quadro 3. Ficha técnica do indicador: Percentual de alunos egressos do Proerd Bahia autores de ocorrências policiais relacionadas às drogas e à violência.

Definição	Percentual de alunos participantes do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência na Bahia identificados como autores em ocorrências policiais relacionadas às drogas e violência.
Interpretação e uso	<p>Estima o percentual de egressos do Programa Educacional de Resistência às Drogas na Bahia que se envolveram como autores em ocorrências relacionadas às drogas e à violência.</p> <p>De maneira geral, altos percentuais refletem baixa efetividade da aplicação do Programa, e baixos percentuais refletem alta efetividade da aplicação do Programa frente aos objetivos da Segurança Pública.</p>
Limitações	<p>Existem casos de envolvimento com drogas e violência que não são finalizados em registros de ocorrências policiais, e só serão analisados pelo indicador as ocorrências registradas no SIGIP ou outro sistema que venha a substituí-lo na ação de registro de ocorrências policiais.</p> <p>O indicador não pode ser analisado de forma isolada uma vez que resultados de ações preventivas necessitam de análise conjunta com demais fatores que impactam no objeto de análise.</p>
Metodologia de cálculo simplificada	<p>Contagem de alunos do Proerd que se envolveram como autores em ocorrências relacionadas às drogas e à violência, descrito como percentual.</p> <p>Unidade de medida: unidade; Apresentação: percentual.</p>
Desagregação geográfica	Municípios, Estados e Regiões.
Periodicidade	<p>Mensal.</p> <p>Período disponível: a partir de 2008 (com restrições).</p>
Fonte	<p>Dados:</p> <p>Sistema de Gestão do Programa Educacional de Resistência às Drogas à Violência – SiGProerd; Sistema de Informação e Gestão Integrada Policial – SIGIP ou outro sistema que venha a substituí-lo na ação de registro de ocorrências policiais.</p>
Categorias disponíveis (subgrupos)	<p>Autores em ocorrências relacionada às drogas;</p> <p>Autores em ocorrências relacionadas ou equiparadas à violência;</p> <p>Autores em outras ocorrências.</p>

Parâmetros e recomendações	Alto se > 2,04% Intermediário se = 2,04% a 1,67% Bom se = 1,66% a 1,11% Excelente se < 1,11%
Informações complementares	Quando o percentual for alto, analisar os parâmetros de aplicação do Programa juntamente com fatores sociais, pessoais e econômicos, que interferem diretamente no indivíduo e em suas escolhas.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Os parâmetros foram obtidos tomando por base estudos e pesquisas realizadas no ano de 2019, e considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Relatório da Defensoria Pública do Estado das Audiências de Custódia em Salvador/Bahia, e da Superintendência de Gestão Tecnológica e Organizacional da Secretaria da Segurança Pública da Bahia, através dos quais conclui-se então que a proporção de ocorrência policiais com autores da faixa etária em análise, no estado em 2019 é de 2,04%. Então compreende-se que um dos objetivos do Programa seria reduzir esse percentual entre seus egressos e foram elaboradas métricas para avaliação do resultado estatístico obtido.

Considerando que não houve ainda, estudo resultante de uma tecnologia semelhante, salienta-se a possível necessidade de uma revisão futura dos parâmetros do indicador, à medida que sua utilização ocorre pela equipe responsável em analisar os dados e informações.

RESULTADOS

O crescimento do PROERD na Bahia, tem levado a um consequente aumento de investimentos de recursos estatais e à cobrança institucional de verificação dos resultados através de indicadores diretamente relacionados às ações de segurança pública, quantificando o impacto positivo do Programa. Assim, é importante salientar que, a partir dos resultados obtidos através do monitoramento pós PROERD, a Polícia Militar da Bahia estará atendendo o quanto estabelecido pela

auditoria operacional realizada pelo TCE (2015) que elencou um rol de atividades a serem realizadas para melhorar o desempenho do Programa no estado.

Iniciada a utilização da ferramenta, a Polícia Militar da Bahia e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência fruirão dos benefícios de acompanhamento e monitoramento dos alunos egressos do Programa, com a verificação se houve redução do envolvimento de crianças e adolescentes em ocorrências policiais por influência da participação no Programa, e o demonstrativo percentual dos alunos que se envolveram em ocorrências e os que permaneceram longe delas.

Na ferramenta também podem ser trabalhados os dados de aplicação do Programa, a exemplo do semestre, Comando de Policiamento Regional (CPR), unidade, escola e currículo, a fim possibilitar, no caso de envolvimento em ocorrências, identificar quando o aluno foi atendido pelo PROERD e os detalhes da aplicação pertinentes, para ser possível identificar melhoramentos necessários.

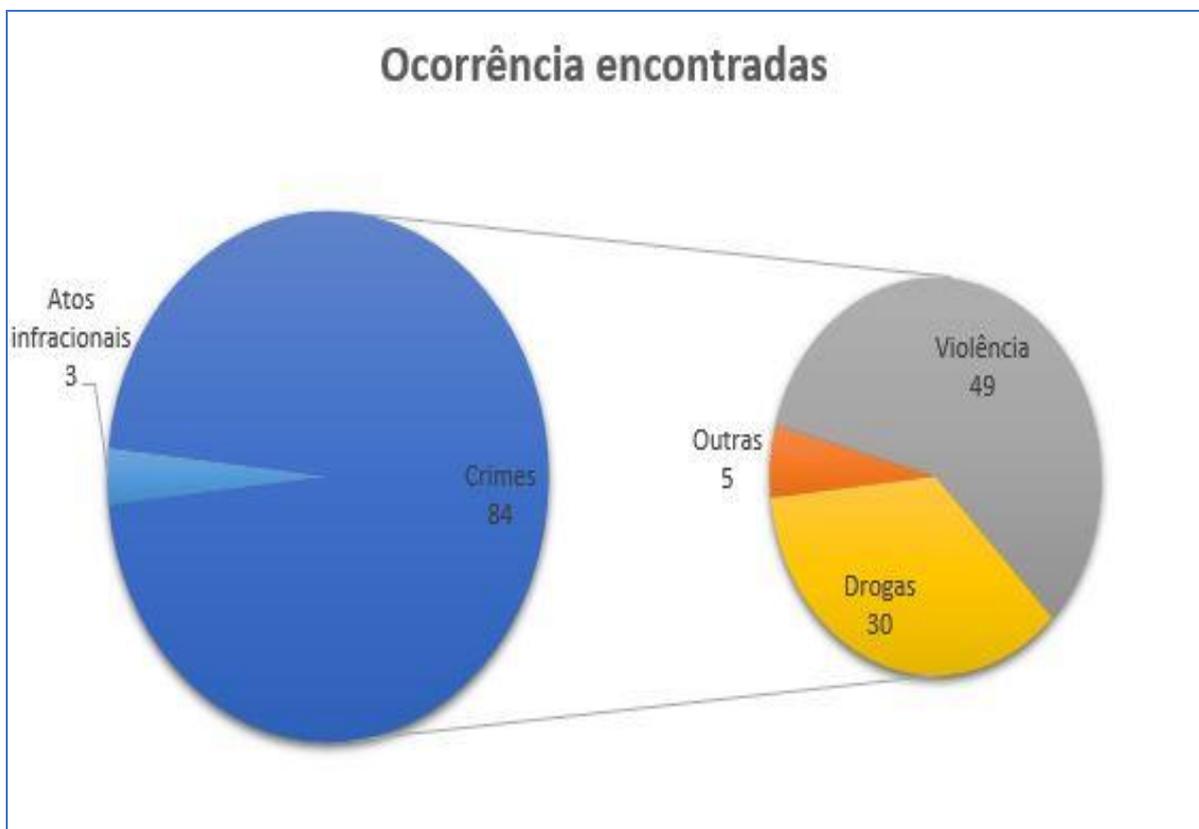
A construção da ferramenta, não acarretará custos adicionais à Polícia Militar da Bahia, considerando que todo o processo de implantação será desenvolvido por profissionais integrantes da Secretaria de Segurança Pública, em específico, do Departamento de Modernização e Tecnologia da PMBA (DMT) e da Superintendência de Gestão Tecnológica e Organizacional (SGTO).

No que se refere ao acesso de dados pessoais, a operacionalização da ferramenta será efetuada em cumprimento ao quanto estabelecido pela Lei nº 13.853 de 8 de julho de 2019 (Lei Geral de Proteção de Dados), considerando que as informações apresentadas nos relatórios estarão sob a forma de indicadores quantitativos, transmissão dos dados Inter sistemas, impedindo a exposição dos dados pessoais, bem como, a disponibilização de acesso aos registros, para outras operações não autorizadas.

Concluídos os testes realizados pela SGTO na base de dados do SIGIP para constituição do lastro da aplicação, constatou-se que, dos 7.771 (sete mil setecentos e setenta e um) alunos do Programa pesquisados, foram identificadas 87 (oitenta e sete) ocorrências policiais, sendo 84 (oitenta e quatro) dos anos de 2008 e 2009, e 03

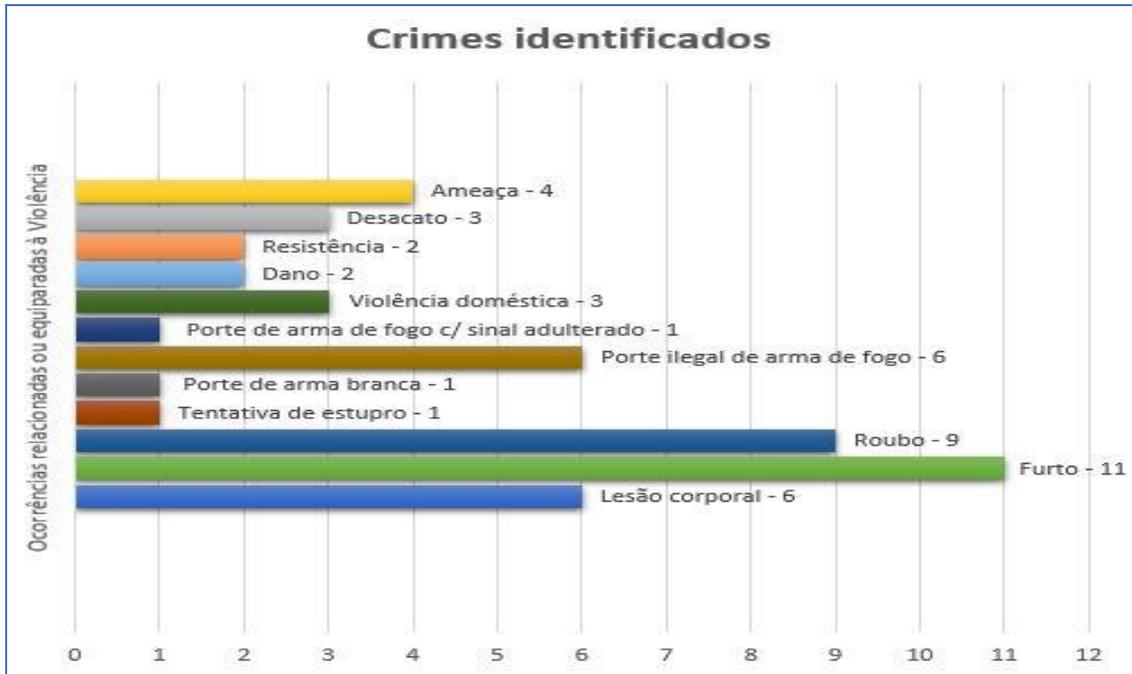
(três) dos anos de 2018 e 2019. Salienta-se que das ocorrências identificadas, as 03 (três) dos anos de 2018 e 2019 foram atos infracionais, e das 84 (oitenta e quatro) dos anos iniciais, 30 (trinta) eram ocorrências relacionadas às drogas (35,7%), 49 (quarenta e nove) eram relacionadas ou equiparadas à violência (58,3%) e 05 (cinco) eram relacionadas a outras ocorrências (6%). As 87 (oitenta e sete) ocorrências foram praticadas por 40 (quarenta) egressos, o que significa um retorno de 0,51%, avaliado pelo indicador como um nível excelente de efetividade do Programa na Bahia.

Gráfico 4. Ocorrências policiais encontradas na pesquisa durante a elaboração da aplicação.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Gráfico 5. Crimes identificados na pesquisa durante a elaboração da aplicação: ocorrências relacionadas ou equiparadas à violência.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Gráfico 6. Crimes identificados na pesquisa durante a elaboração da aplicação: ocorrências relacionadas às drogas.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Gráfico 7. Crimes identificados na pesquisa durante a elaboração da aplicação: outras ocorrências.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

A apresentação do rol de ocorrências registradas possibilita conhecer as ações delituosas praticadas e afirmar, conforme o resultado da pesquisa, que o mesmo autor praticou mais de um delito e todos foram lançados no mesmo registro, que computou as diversas ações.

Dos egressos identificados como autores, 50% praticou apenas um delito, no entanto, também foi constatada nesta pesquisa, a prática reiterada por parte de alguns autores. Foi observado que a outra metade dos egressos se distribuiu entre a prática de 2 (duas) e 10 (dez) ocorrências, registradas entre 1 (um) e 5 (cinco) anos, dado obtido em decorrência de que o banco de dados do SIGIP fornece a idade do autor na data de registro do fato.

Quadro 4. Panorama das ocorrências registradas.

ORD	QUANTIDADE DE AUTORES	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS	IDADES NOS REGISTROS*
1	20	1	1
2	6	2	1
3	5	2	2

4	3	3	2
5	2	6	4
6	1	4	1
7	1	4	2
8	1	6	2
9	1	10	5
TOTAL	40	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

*Consta que algumas ocorrências foram registradas quando o autor tinha idades diferentes.

Após análise da ferramenta por parte da SGTO e do DMT, concluiu-se que ocorrerá uma utilização mais eficiente e eficaz, a partir da composição do banco de dados do Sistema de Gestão do PROERD (SiGProerd), iniciado em 2021. Os técnicos contraindicaram a utilização dos dados de anos anteriores de alunos que não possuam CPF e data de nascimento, pois haveria a possibilidade de erro em decorrência da existência de homônimos com mesma data de nascimento, impactando na performance da consulta e na confiabilidade dos dados.

Os resultados da pesquisa na aplicação serão representados na tela do SiGProerd da seguinte forma:

- a) Quantidade de alunos pesquisados, e quantidade total e percentual de alunos egressos do PROERD Bahia autores em ocorrências policiais da pesquisa mensal mais recente;
- b) Quantidade de ocorrências policiais encontradas, representadas em gráfico dividido em atos infracionais e crimes, e estes desmembrados em ocorrências relacionadas às drogas, relacionadas ou equiparadas à violência e outras ocorrências;
- c) Histórico com o comparativo mensal do percentual de alunos egressos do PROERD Bahia autores em ocorrências policiais, constando os meses em que foram realizadas as pesquisas, representado em gráfico;

- d) Quantidade de crimes identificados na pesquisa mensal mais recente, que tiveram alunos egressos do PROERD Bahia como autores, representados em 03 (três) gráficos:
 - i) Ocorrências relacionadas às drogas;
 - ii) Ocorrências relacionadas ou equiparadas à violência;
 - iii) Outras ocorrências.
- e) Indicador PROERD: Percentual de alunos egressos do PROERD Bahia autores em ocorrências policiais, representado por um medidor com as cores e análise conforme apresentado:

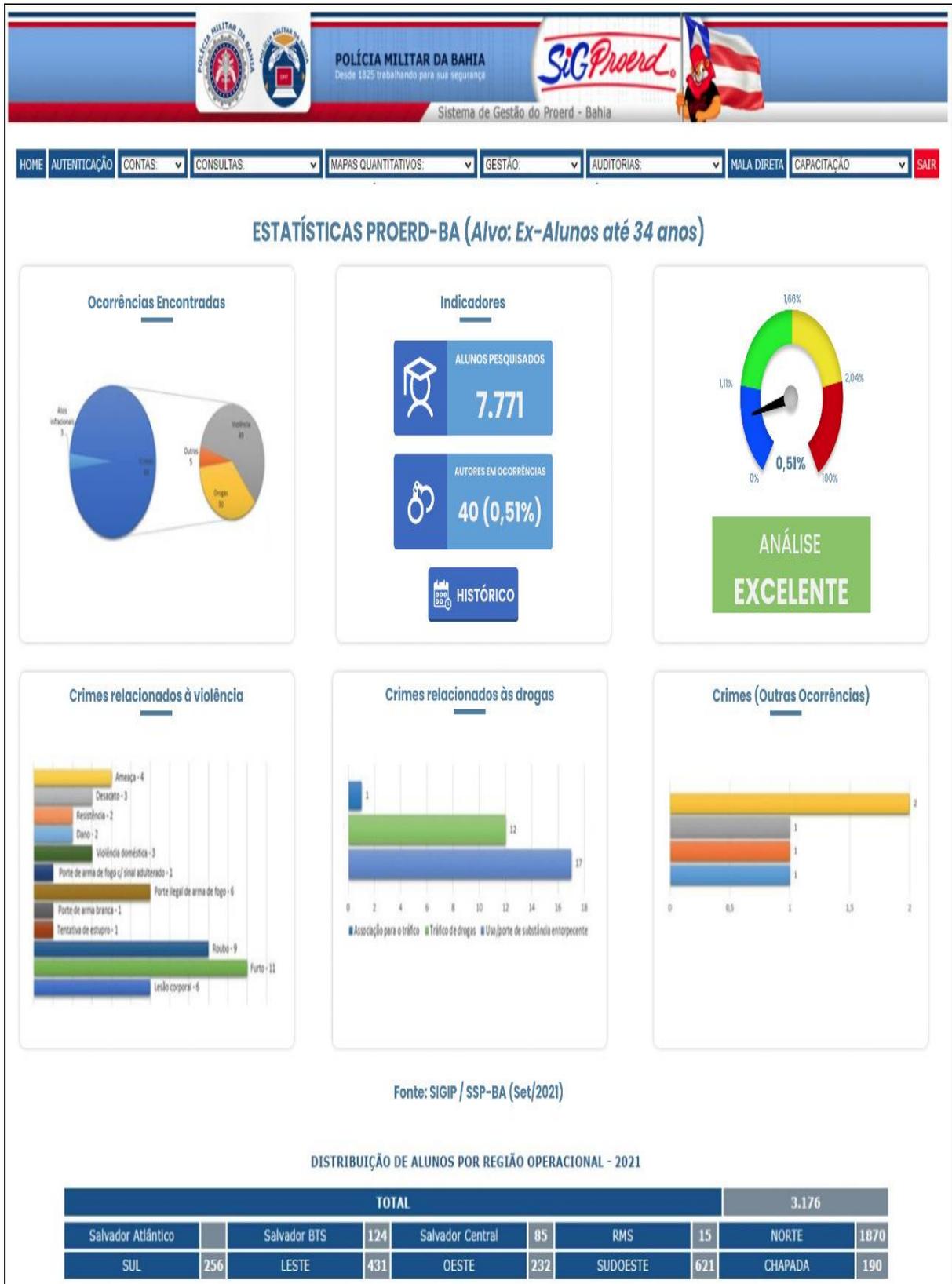
Quadro 5. Representação do medidor do indicador.

PERCENTUAL	ANÁLISE	COR
> 2,04%	Alto	Vermelho
2,04% a 1,67%	Intermediário	Amarelo
1,66% a 1,11%	Bom	Verde
< 1,11%	Excelente	Azul

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

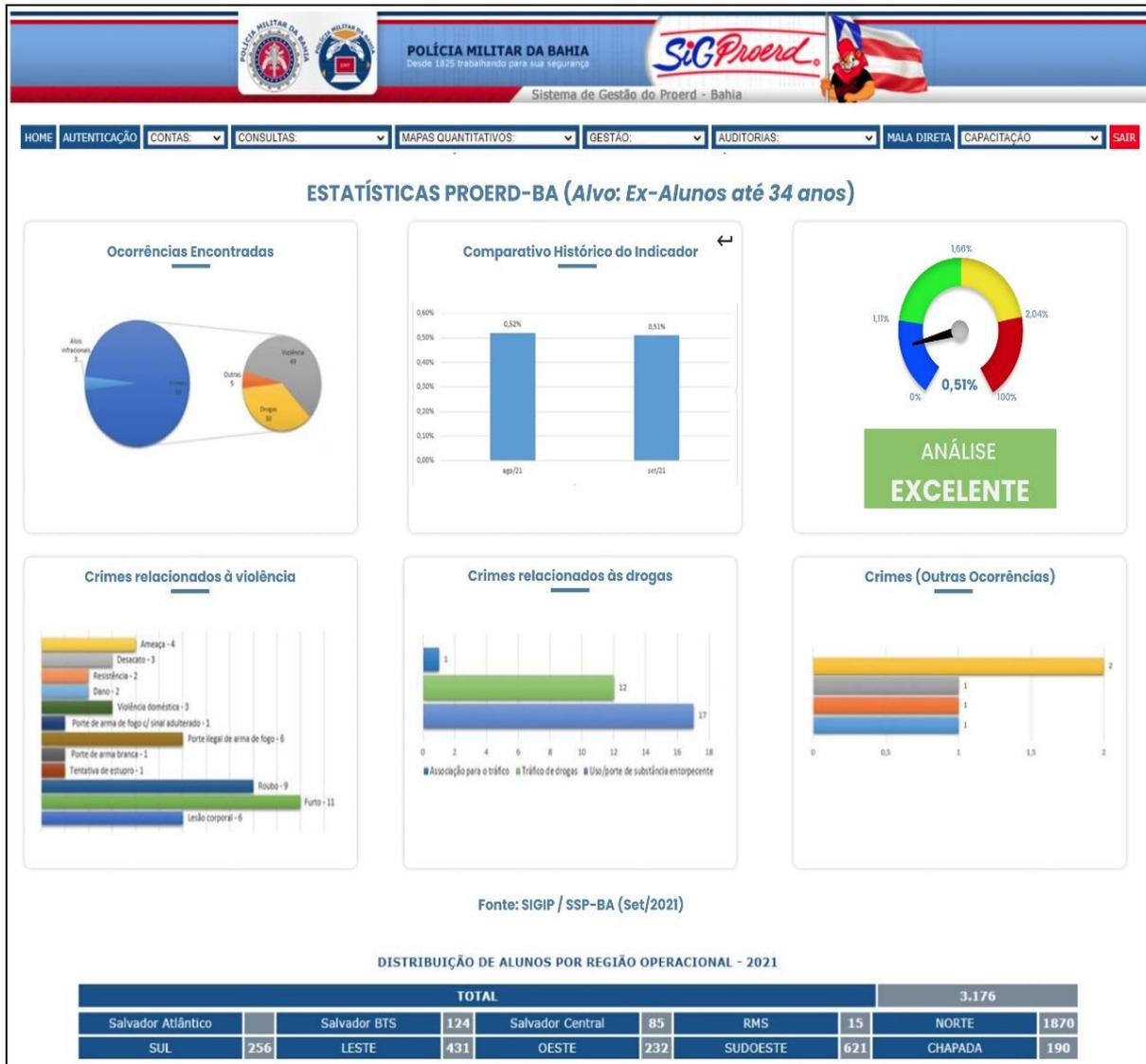
Todas as informações serão apresentadas com possibilidade de filtro de alunos atendidos por OPM, Comando regional ou Território de Identidade, o que possibilitará que os comandantes tenham conhecimento dos resultados estatísticos de sua área de atuação.

Figura 1. Tela 01 do SiGProerd com as informações resultantes da ferramenta tecnológica.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Figura 2. Tela 02 do SiGProerd com as informações resultantes da ferramenta tecnológica.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

No que se refere ao processo de identificação de áreas com um maior índice de criminalidade, informações que podem ser utilizadas para intensificação da aplicação do Proerd, será possível que, após a análise dos dados e informações, bem como, de todos os aspectos que determinam o diagnóstico dessas localidades específicas, alinhados com mapeamento de ocorrências, manchas criminais, georreferenciamento de crimes, sejam estabelecidos os direcionamentos e procedimentos para aplicação do Proerd, inclusive a escolha das escolas e a abordagem junto à comunidade local. O processo de aplicação do Proerd nessas áreas, se traduz como uma ação preventiva de aproximação com a comunidade, com vistas a promover a redução da influência degradante, provocada pelos agentes da

criminalidade, em determinadas localidades.

Alcançados os propósitos de constituição e apresentação de um indicador relacionado diretamente à segurança pública acessível no SiGProerd, será disponibilizado pela SSP/BA um banco de dados rico em informações, que não só atenderá a demanda deste produto, como possibilitará acréscimos de outras pesquisas, como a apresentação do quantitativo de ocorrências no qual cada egresso se envolveu após o Programa. É possível ainda, no decorrer de sua utilização, se verificada a necessidade, a alteração dos parâmetros das pesquisas já existentes, por exemplo, a alteração da idade limite da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do processo de monitoramento do PROERD aqui proposto, e com base na análise dos resultados obtidos, será possível estabelecer um diagnóstico sobre o desempenho das ações desenvolvidas no cumprimento da missão, neste caso e de maneira específica, face às ações preventivas no desenvolvimento do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, justificar a destinação dos investimentos aplicados, e assim efetuar as devidas adequações e o aperfeiçoamento das atividades relacionadas ao emprego do Policiamento Comunitário. A partir de um trabalho integrado utilizando a Tecnologia da Informação, a Secretaria de Segurança Pública amplia, cada vez mais, o desempenho operacional dos órgãos e instituições que compõem o sistema de segurança do Estado, nas ações voltadas à repressão, e de maneira, imprescindível, na atuação e no desenvolvimento de ações preventivas.

O produto desenvolvido por este Projeto de Intervenção contribuirá para a otimização das ações preventivas da PMBA, com foco na filosofia de Polícia Comunitária, no que se refere à finalidade do Plano Estratégico 2017-2025, em referência ao modelo de gestão centrado em resultados. O aprimoramento das ações estabelecidas na elaboração de um planejamento, se define a partir da análise e mensuração dos resultados já alcançados, possibilitando ao tomador de decisões, a

realização de mudanças e/ou criação de novos direcionamentos na gestão organizacional, em busca de um nível de excelência na prestação de um serviço de maior qualidade à população.

O presente trabalho não apresenta um produto engessado em seu funcionamento, nem tampouco se encerra aqui, pelo contrário, permite a ampliação e o surgimento de novas oportunidades para a realização de aperfeiçoamentos e adequações que vão surgindo com a evolução da tecnologia. Da mesma forma, objetivando sua efetividade, se trata de uma ferramenta que permite as alterações necessárias, com a finalidade de promover o acompanhamento das mudanças sociais, as quais acontecem, em um ritmo cada vez mais acelerado, exigindo da administração pública, um crescente desempenho nas mais diversas áreas do conhecimento, neste caso, da Tecnologia da Informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. Defensoria Pública Do Estado. **Relatório das Audiências de Custódia em Salvador/Bahia**: ano 2019 e dados globais 2015-2019. Salvador, BA: ESDEP, 2020. 71 p.

BAHIA. Polícia Militar. Comando Geral da - PMBA. Portaria nº 103 - CG/21. Regula o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd, no âmbito da PMBA, revoga a Portaria n. 038-CG/07 e dá outras providências. BAHIA. Polícia Militar da Bahia. Subcomando-Geral. **BGO**, [Salvador, BA], n. 150, p. 6264-6284, 06 de ago. 2021.

BAHIA. Polícia Militar. **Plano Estratégico da Polícia Militar da Bahia 2017-2025**: a PMBA rumo ao seu bicentenário. Salvador, BA: EGBA, 2017. 112 p.

BAHIA. Polícia Militar. **Plano de Trabalho Anual - PTA 2021**: PMBA, uma força a serviço do cidadão. Salvador, BA: [PMBA], 2021. 52 p.

BAHIA. Polícia Militar. **Relatório do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência** – Proerd 2020. Salvador, BA: PMBA, 2020. 33 p.

BAHIA. Secretaria da Segurança Pública. **O NCGEO**. Salvador, BA. Disponível em: <http://www.ssp.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=47>. Acesso em: 29 set. 2021.

BAHIA. SIGIP. **Sistema de Informação e Gestão Integrada Policial**: manual do usuário. [Salvador, BA], 2008. 21 p.

BAHIA. Superintendência de Gestão Tecnológica e Organizacional. Secretaria da Segurança Pública. **Levantamento de ocorrências registradas no SIGIP**. Salvador, BA: SGTO, 2021. Planilha excel.

BAHIA. Tribunal de Contas do Estado. **Auditoria operacional**: Programa Educacional de Resistência às Drogas- Proerd. Salvador, BA: TCE/BA, 2017. 33 p. Sumário Executivo/TCE/BA. n. 17.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas;

define crimes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.853, de 08 de julho de 2019**. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113853.htm. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Bahia: relatórios analíticos Infopen**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 04 set. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/bahia>. Acesso em: 19 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Depen lança dados do Sisdepen do primeiro semestre de 2020**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 15 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/noticias/depen-lanca-dados-do-sisdepen-do-primeiro-semester-de-2020>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias: período de janeiro a junho de 2020**. [Brasília, DF]: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 30 set. 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjU3Y2RjNjctODQzMm00YTE4LWUwMDAtZDIzNWQ5YmIzMzk1IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **PPE**. [Brasília, DF]: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/sinesp-1/sinesp-ppe/ppe>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Portaria N° 43, 12 de maio de 2019**. Institui a Diretriz Nacional de Polícia Comunitária e cria o Sistema Nacional de Polícia Comunitária. Brasília, DF: [SENASP], 2019. 40 p.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos. **Guia metodológico para indicadores: orientações básicas aplicadas à metodologia do Plano Plurianual, PPA 2016-2019**. Brasília, DF: MP, 2018. 36 p. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/ppas>

anteriores/ppa-2016- 2019/guia_indicadores_ppa.pdf. Acesso em: 03 ago.2021.

BRASIL. Ministério da Segurança Pública. **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2018-2028: SUSP - Sistema Único de Segurança Pública**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.justica.gov.br/news/copy_of_PlanoePolticaNacionaldeSeguranaPblicaDefesaSocial.pdf. Acesso: 13 jun. 2021.

CERQUEIRA, Lílian; ROSÁRIO, Dilson; MORAES, Deraldo. **Manual de metodologia científica: desmistificando o método**. Salvador, BA: Áster, 2018.

CPF é incluído pelos cartórios nas certidões de nascimento. **Registro Civil**. [s. l.], 16 abr. 2020. Disponível em: <https://blog.registrocivil.org.br/2020/04/16/cpf-e-incluido-pelos-cartorios-nas-certidoes-de-nascimento/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar Distrito Federal. **Proerd Programa Educacional de Resistência às Drogas: manual do instrutor curso de pais, capacitando os pais para ajudarem os filhos a fazerem escolhas positivas**. Brasília, DF. 76 p.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **The practice of management**. Amsterdam; Londres: Butterworth-Heinemann, 2007. Xiv, 355 p. A coleção clássica de Drucker.

FERREIRA, Carolina Cutrupi; CORRALES, Beatriz Rossi; COTE, Larissa Costa; TEIXEIRA, Mariana Toledo. **A tecnologia a serviço da segurança pública: caso PMSC mobile**. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322020000100400&tlng=pt. Acesso em 4 jan. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de Segurança Pública**. [São Paulo], ano 14, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. Série Educação a Distância.

GERMANO, Darwin Salgado. **Estatísticas de aproveitamento e atuação do PROERD no estado de Mato Grosso**. Mato Grosso [s. n.], [2020]. 11 slides.

GOMES, Sidney Costa; RESENDE, Solange da Silva. **Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd, na Bahia: uma mudança de sentido**. Orientador: Antônio Jorge Ferreira Melo; Nadja Maria Lima Maciel. 2008.139 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública - CEGESP) - Polícia Militar do Estado da Bahia. Academia de Polícia Militar, Universidade do Estado da Bahia. Salvador, BA, 2008.

IBGE. **Bahia**: censo, universo, características da população e dos domicílios [s.l]: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/pesquisa/23/24304>. Acesso em: 19 ago. 2021.

IBGE. **SIDRA**, Banco de Tabelas Estatística: projeção da população, tabela 7358, população por sexo e idade. [s.l]: IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7358>. Acesso em: 19 ago. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2003. 311 p.

MATO GROSSO. Polícia Militar. Quartel do Comando Geral. Coordenação Estadual do D.A.R.E/Proerd. **Relatório sobre levantamentos realizados pela coordenação do Proerd, para busca de ampliação das ações para o ano de 2013**. Cuiabá, MT: PM, 2013. 14 p.

MELO, Silas Tiago Oliveira de **Revisão histórica do Programa Educacional de Resistência às Drogas**: uma estratégia eficiente e de baixo custo adotada pela Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: PMMG, 2019. 15 p.

MINAS GERAIS. Polícia Militar de Minas Gerais. **Proerd coletânea de manuais**: Curso de Formação de Instrutores. Belo Horizonte, MG: PMMG, 2015. 324 p.

MINAS GERAIS. Polícia Militar de Minas Gerais. **Proerd manual do instrutor**: currículo para crianças 5º ano, caindo na real. Belo Horizonte, MG: PMMG, 2013. 112 p.

MORAES, Vanessa Chaves de Jesus de. **Análise do grau de eficiência do Proerd aferido a partir da não entrada na carreira criminosa das crianças e adolescentes submetidas ao programa a partir do estudo de caso de uma escola em Belo Horizonte entre os anos de 2005 e 2016**. Orientador: Bráulio Figueiredo Alves da Silva. 2016. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública/CRISP) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2016.

PACHECO, Cesar de Sá. et al. **Policciamento comunitário na Bahia**. Salvador, BA: EGBA, 2019. 270 p.

PALADINI, Edson Pacheco. Histórico da gestão da qualidade. In: CARVALHO, Marly Monteiro de; PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da qualidade**: teoria e casos. 4. imp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. cap. 1, p. 1-24.

PALADINI, Edson Pacheco. Perspectiva estratégica da qualidade. In: CARVALHO, Marly Monteiro de; PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da qualidade**: teoria e casos. 4. imp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. cap. 2, p. 25-84.

PARANÁ. Serviço Social da Indústria. Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade. **Construção e análise de indicadores**. Curitiba, PR: [s.n.], 2010. 108 p. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/construca-o-e-analise-de-indicadores.pdf. Acesso em: 03 ago.2021.

RODRIGUES, Marlon Leal; SOUTO, Dieny (org.). **Diagnóstico Proerd: uma introdução ao estudo dos discursos de alunos e professores que vivenciaram o Programa Educacional de Resistência às Drogas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. 375 p.

SANTOS, Silvanio Aquino dos. **Proerd: continuar é preciso! proposta de criação de uma rede de suporte contínuo aos alunos egressos do programa no município de Barreiras**. Orientador: Camilo Otávio Alonso Uzêda; Francisco César Cunha Bomfim. 2017. 109 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Segurança Pública/CESP) - Polícia Militar do Estado da Bahia. Academia de Polícia Militar, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, 2017.

SERRA, Alberto. **Modelo aberto de gestão para resultados no setor público**. Tradução: Ernesto Montes-Bradley y Estayes. Natal, RN: SEARH/RN, 2008. 151 p. Título original: Modelo aberto de gestión para resultados en el sector público. Disponível: https://issuu.com/saberes.seap/docs/modelo_aberto_de_gestao_para_resultados_n_o_setor_p. Acesso em: 25 set. 2021.

SILVA, João Apolinário da. **Indicadores estatísticos: de atividade policial militar**. [Salvador, BA], 2008. 87 p.

URPIA, Igor Bacelar da Cruz; OLIVEIRA, Flávia Ferreira de Brito (org.). A Polícia Militar da Bahia e a escola: contribuindo na prevenção ao uso indevido das drogas. *In*: BOMFIM, Francisco César Cunha; RODRIGUES, Nívia Bomfim Queiroz; OLIVEIRA, Flávia Ferreira de Brito (org.). **Memórias, histórias e práticas educativas: experiências e vivências do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) da Bahia**, Salvador, BA: EGBA, 2018. p.121.

VASCONCELOS, Antônio Bezerra de; MOURA, Elson Paiva de; INÁCIO, Flávio Roberto da Silva. **Projetos sociais implementados pela PMRR e sua importância para a sociedade: propostas objetivando a minimização do uso de drogas e da violência pela população infanto-juvenil na capital Boa Vista- RR**. Orientador: Cláudio Reynaldo Barbosa de Souza; Fernando Jorge Portugal do Nascimento. 2009. 144 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Segurança Pública/CESP) - Polícia Militar do Estado da Bahia. Academia de Polícia Militar, Universidade do Estado da Bahia. Salvador, BA, 2009.

**A EFETIVIDADE DOS TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE
OCORRÊNCIA LAVRADOS PELO 23º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR
DO ESTADO DE MATO GROSSO NO 2º SEMESTRE DE 2021
NA QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS, TRANSAÇÕES PENAIS E
PRESCRIÇÕES EM RELAÇÃO A 2020**

Arthur Merlim Rodrigues Major¹

Marcelo Gusmão Oliveira²

Patrícia Marina Silva Santos³

RESUMO

Este artigo problematiza a efetividade dos termos circunstanciados de ocorrência lavrados pelo 23º Batalhão da Polícia Militar no 2º semestre de 2021. Partiu-se da hipótese de que o início da lavratura pela Polícia Militar aumentaria as transações penais realizadas em Vila Rica e traria mais recursos para a sociedade. O objetivo foi comprovar alguns dos benefícios trazidos pela lavratura do termo circunstanciado pela Polícia Militar, dentre eles, o aumento de transações penais, diminuição de processos prescritos e a diminuição do tempo resposta do poder público ao infrator. Para isso, utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo com análise descritiva e estatística. O resultado confirmou a hipótese de que o início da lavratura do termo circunstanciado pelo 23º Batalhão aumentou as transações penais e os recursos para a sociedade de Vila Rica, ratificando benefícios como a celeridade, redução de prescrições, entre outros.

Palavras-chave: *Polícia Militar - Termo Circunstanciado de Ocorrência - Transação Penal - Impunidade - Poder Público.*

ABSTRACT

This article discusses the effectiveness of the detailed terms of occurrence drawn up by the 23rd Battalion of the Military Police in the 2nd semester of 2021. It was hypothesized that the beginning of the drafting of the term by the military police would increase the criminal transactions carried out in Vila Rica and bring more resources to society. The objective was to prove some of the benefits brought by the drafting of the detailed term by the military police, among them the increase of criminal transactions, reduction of prescribed processes and the reduction of the response time of the public power to the offender. For this, the hypothetical-deductive approach method with descriptive and statistical analysis was used. The result confirmed the hypothesis that the beginning of the drafting of the detailed term by the 23rd Battalion increased criminal transactions and resources for the society of Vila Rica, ratifying benefits such as celerity, reduction of prescriptions, among others.

Keywords: *Military Police - Detailed Term of Occurrence - Criminal Transaction - Impunity - Public Power.*

¹ Capitão PMMT. Especialista em Gestão de Segurança Pública pela APMCV/PMMT.

² Capitão PMMT. Especialista em Gestão de Segurança Pública pela APMCV/PMMT.

³ Tenente Coronel PMMT. Mestre em Educação Física pela UFMT.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências), criou no Brasil a justiça especializada na solução de conflitos de menor complexidade, especialmente o Juizado Especial Criminal (JECRIM), que de acordo com o art. 60 da referida lei, é provido por juízes togados ou togados e leigos, que têm competência para o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo.

As infrações penais de menor potencial ofensivo são os crimes cuja pena máxima não ultrapasse 2 (dois) anos e as contravenções penais (BRASIL, 1995).

Nesse sentido, o art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, trouxe a previsão do termo circunstanciado de ocorrência como sendo o documento lavrado pela autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência, e que encaminhará imediatamente ao Juizado (BRASIL, 1995).

Nota-se que o legislador buscou solucionar diversos problemas atinentes ao modelo de justiça nacional, tentando trazer maior celeridade, informalidade, economia processual e simplicidade aos processos oriundos de crimes de menor potencial ofensivo.

Na mesma linha, Damásio de Jesus entende que os princípios mais importantes da Lei nº 9.099 são justamente os da simplicidade, oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, portanto, todas as regras da referida lei deverão ser interpretadas visando garantir estes princípios. Tudo aquilo que contrarie estes princípios foge do intento da norma (JESUS, 2010).

Embora expressamente contidos no art. 62 da Lei nº 9.099, os princípios acima citados são constantemente violados, uma vez que, para o registro de ocorrências, muitas vezes, os policiais militares deslocam-se com os envolvidos por grandes distâncias (por vezes, até para outras cidades, quando não há delegacia na cidade onde ocorreu o crime), passam longos períodos registrando fatos que serão novamente registrados pela Polícia Judiciária Civil, causando lentidão e prejuízos ao processo e à vítima.

Ou seja, com o modelo de atendimento ao cidadão mato-grossense pelas polícias estaduais onde a Polícia Militar não faz a lavratura do termo circunstanciado, há uma vitimização secundária do cidadão, por ter que deslocar para o local de registro com meios próprios ou até mesmo junto com o infrator na mesma viatura, há uma sensação de insegurança na sociedade, em virtude do tempo despendido para os registros, ocasionando a ausência de viaturas nas ruas e gastos dispendiosos para o Estado, como deslocamentos desnecessários até a delegacia, tempo dos policiais empregados nessas atividades e custo de manutenção das viaturas (combustível, borracharia e mecânica resultantes dos deslocamentos) (JESUS; DIAS, 2020).

Diante desta realidade, houve uma série de discussões em todo o país quanto à lavratura do termo circunstanciado de ocorrência pelas polícias militares, bem como questionamentos quanto sua viabilidade e legalidade, principalmente no tocante ao entendimento sobre o termo “autoridade policial” referida no art. 69 da Lei nº 9.099 e sobre a definição da lavratura do termo como, em tese, sendo uma atividade investigativa e, portanto, de exclusividade da Polícia Judiciária Civil.

No entanto, após inúmeras ações, recursos e decisões, o entendimento prevalecente sobre a autoridade policial foi o mesmo já esclarecido pela Comissão Nacional de Interpretação da Lei 9.099/95, sob a Coordenação da Escola Nacional da Magistratura, reunida em Belo Horizonte em 27/10/1995, de que “a expressão autoridade policial referida no art. 69 compreende quem se encontre investido em função policial” (ANDRIGHI, 1995, p. 3).

No que tange ao questionamento do termo circunstanciado ser atividade de investigação, o Supremo Tribunal Federal decidiu recentemente, em processo de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3807, que a lavratura do termo circunstanciado de ocorrência não pode ser configurada como atividade investigativa e, dessa forma, não é considerada função privativa da Polícia Judiciária Civil (BRASIL, 2020).

Nesse diapasão, dessa vez lastreada pela decisão do Supremo, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT), no 2º semestre de 2021, reiniciou a confecção de termos circunstanciados, agora na cidade de Vila Rica. Desta feita, cabe

verificar se os benefícios pretendidos pela lei federal foram alcançados com o início da lavratura do termo circunstanciado pela Polícia Militar.

Em outras palavras, houve aumento nas transações penais realizadas na Comarca de Vila Rica oriundas exclusivamente das ocorrências ocorridas no município de Vila Rica, e conseqüentemente melhorias na segurança pública local?

Partiu-se da hipótese que, com a implementação dos termos circunstanciados pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso na cidade de Vila Rica, houve um aumento de transações penais realizadas e conseqüentemente aumento de recursos voltados para a sociedade, gerando os benefícios pretendidos pela norma federal.

Dentre as possíveis vantagens, o presente artigo busca evidenciar que após o início dos trabalhos atinentes à lavratura do termo circunstanciado pela Polícia Militar houve diminuição da prescrição de processos e de ocorrências de maior potencial ofensivo, além de aumento da efetividade dos termos circunstanciados, gerando a tão esperada celeridade, simplicidade e economia processual, conseqüentemente encerrando qualquer discussão quanto à competência dos policiais militares para realizarem tal lavratura.

Para isso, faz-se necessário realizar uma contextualização acerca dos termos circunstanciados de ocorrência, sua implementação na Polícia Militar no Estado de Mato Grosso, bem como, fazer uma breve explanação sobre os trabalhos anteriores desenvolvidos no Estado de Mato Grosso, nas cidades de Comodoro e Juara, de forma a melhor esclarecer os questionamentos quanto a sua legalidade.

Para a elaboração do estudo, foi utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo com análise descritiva e estatística. O universo espacial delimitado foi a circunscrição policial do município de Vila Rica-MT e, no tempo, o período referente ao 2º semestre dos anos de 2020 e 2021. Os dados analisados foram o número de ocorrências de crimes registradas, o número de transações penais executadas, a quantidade de prescrições ocorridas no Juizado Especial Criminal e as informações dos termos circunstanciados lavrados pelo 23º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

A coleta de dados foi realizada por meio do Sistema de Registro de Ocorrências Policiais (SROP) e do Processo Judicial Eletrônico (PJe), fornecidos pela Superintendência de Planejamento Operacional e Estatística (SPOE) da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, pelo Fórum da Comarca de Vila Rica e pelo 23º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

Após as pesquisas, restou evidente a viabilidade e legalidade da lavratura dos termos circunstanciados de ocorrências pelas polícias militares do Brasil. Verificou-se, de acordo com as informações obtidas, uma queda nas ocorrências registradas de crimes com penas acima de 02 (dois) anos e redução de prescrições de processos do Juizado Especial Criminal, outrossim, observou-se incremento nas transações penais realizadas. Mesmo com o curto prazo de início dos registros de termos circunstanciados de ocorrência pelo 23º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, foi observado que todos os termos lavrados pela Polícia Militar foram devidamente encaminhados ao Juizado Especial Criminal de Vila Rica, e destes, mais da metade culminou em transação penal gerando a tão pretendida celeridade, economia processual, decréscimo de crimes, além de vários outros benefícios abordados ao longo do artigo.

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA

Primordialmente, faz-se necessário diferenciar o boletim de ocorrência policial militar do termo circunstanciado de ocorrência, enquanto o primeiro é o documento administrativo produzido pela corporação, no qual se registra um atendimento policial, podendo ser de natureza criminal, administrativa ou assistencial, o segundo, por outro lado, é peça pré-processual regulamentada por lei federal que substitui o inquérito policial e impossibilita a prisão em flagrante (SILVA JÚNIOR, 2009).

Mais especificamente, o termo circunstanciado de ocorrência é o documento lavrado nos crimes de menor potencial ofensivo e/ou nas contravenções penais. Com o advento da Lei nº 9.099/95, surgiu a previsão da lavratura de tal termo nos crimes de menor potencial ofensivo:

Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessário

s.

Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima (BRASIL, 1995).

Conforme já mencionado, durante um longo período houve questionamentos quanto à legalidade da aplicação do artigo acima descrito às polícias militares de todo o Brasil. *“O problema de atuar ou não a Polícia Militar no registro de infrações penais de menor potencial ofensivo é extremamente complexo, vez que sofre influxos de ordem jurídica, política e operacional”* (SILVA JÚNIOR, 2008, p. 6).

Vários foram os argumentos levantados questionando tal possibilidade, dentre eles destacam-se: qual a amplitude do conceito jurídico de autoridade policial, a hipotética legitimidade exclusiva da Polícia Judiciária Civil e Polícia Federal e até mesmo a falta de preparo e conhecimento jurídico dos policiais militares.

Amplitude do conceito jurídico de autoridade policial

No que diz respeito à amplitude do conceito jurídico de autoridade policial, em que pese alguns autores já esclarecerem o tema desde o surgimento da Lei nº 9.099, de 1995, muitos persistem, alegando exclusividade da terminologia autoridade policial ao delegado de polícia.

Em 1996, um ano após o início da vigência da Lei Federal, Damásio de Jesus já ensinava:

No caso específico dos agentes públicos policiais, que são servidores públicos, todos são considerados autoridades, de maior ou menor poder, uma vez que este é pressuposto necessário para o desempenho da função de policiamento. Não importa se o policiamento é preventivo ou repressivo. A finalidade da atividade policial não desnatura a condição de quem a exerce. A autoridade decorre do fato do agente ser policial, civil ou militar (JESUS, 1996, p. 56).

No mesmo seguimento, Álvaro Lazzarini leciona:

Autoridade policial é um agente administrativo que exerce atividade policial, tendo o poder de se impor a outrem nos termos da lei, conforme o consenso daqueles mesmos sobre os quais a sua autoridade é exercida, consenso esse que se

resume nos poderes que lhe são atribuídos pela mesma lei, emanada do Estado em nome dos concidadãos (LAZZARINI, 1999, p. 269).

Os renomados juristas brasileiros são enfáticos ao afirmar que o termo autoridade policial se refere também ao policial militar, estendendo-se, ao dizer, que são todos agentes administrativos que exercem função policial.

O mesmo entendimento foi utilizado por diversas vezes pela Suprema Corte. Recentemente na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5637 o Ministro Alexandre de Moraes refletiu:

Aduz doutrina de Ada Pellegrini e Cândido Rangel Dinamarco para ratificar o entendimento de que a expressão “autoridade policial”, contida Plenário Virtual - minuta de voto - 04/03/2022 3 no art. 69 da Lei 9.099/95, se refere a todas as autoridades reconhecidas e não apenas ao delegado. Nesse mesmo sentido, cita também as orientações do Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE), do Manual de Procedimentos Especiais do CNJ, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e do Colégio dos Desembargadores Corregedores-Gerais de Justiça do Brasil (BRASIL, 2022).

Na mesma linha de pensamento, o Ministro Edson Fachin, na mesma ação, complementou:

É que, como não há atribuição privativa do delegado de polícia ou mesmo da polícia judiciária para a lavratura do termo circunstanciado, não há falar em ofensa dos referidos incisos constitucionais. Tendo a norma federal indicado ser possível que qualquer autoridade possa proceder à lavratura do termo, aos Estados cabe apenas indicá-las e foi, precisamente, o que fez o Estado de Minas Gerais (BRASIL, 2022).

O trecho acima citado evidencia a amplitude do conceito jurídico de autoridade policial e transparece que não se trata de função exclusiva de delegado de polícia.

Hipotética legitimidade exclusiva da Polícia Judiciária Civil e Polícia Federal na lavratura dos termos circunstanciados de ocorrência

A hipotética legitimidade exclusiva da Polícia Judiciária Civil e Polícia Federal para a lavratura dos termos circunstanciados, já que, em tese, seriam de atividade investigativa, também foi utilizada por diversas vezes em processos judiciais na tentativa incessante de cessar o avanço da lavratura dos termos circunstanciados pela Polícia Militar.

Damásio de Jesus, ao abordar o tema, entende que:

A função da polícia judiciária, que compreende toda a investigação e produção extrajudicial de provas, é conduzida por Delegado de polícia de carreira e não por policial militar, no caso da Lei nº 9.099/95, contudo, não existe função investigatória nem atividade de polícia judiciária. A lei, em momento algum, conferiu exclusividade da lavratura do termo circunstanciado às autoridades policiais, em sentido estrito (JESUS, 2010, p. 53).

O doutrinador demonstra que não há exclusividade da lavratura do termo circunstanciado conferida pela lei, ou seja, qualquer autoridade policial tem a competência para a devida lavratura.

Além disso, o tema já foi exaustivamente abordado no Supremo Tribunal Federal, que já emitiu diversas decisões como a emitida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2862, de 26 de março de 2008, onde o Ministro Cezar Peluso ao acompanhar a Relatora Ministra Cármen Lúcia afirmou que *“não se trata de ato de polícia judiciária, mas ato típico da polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, de que trata o parágrafo 5º, do art. 144, e são atos típicos do exercício da competência própria da Polícia Militar”* (BRASIL, 2008, p. 41).

No mesmo sentido, na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3807 de 29 de junho de 2020, a Ministra Cármen Lúcia (Relatora) ratificou o *“entendimento de que a lavratura de termo circunstanciado não configura atividade investigativa e, portanto, não é função privativa de polícia judiciária não contraria jurisprudência assentada deste Supremo Tribunal Federal”* (BRASIL, 2020, p. 25).

Na mesma Ação Direta de Inconstitucionalidade, esse entendimento foi reforçado pelo Ministro Gilmar Mendes:

No voto que proferi na ADI 3.614 (Rel. Min. Gilmar Mendes, Red. p/ Acórdão Min. Cármen Lúcia, DJe 23.11.2007), já me manifestei no sentido de que a lavratura excepcional de TC não usurpa funções investigativas, pois se trata de *“simples registro de notícias sobre um crime, que, no caso específico, se operacionaliza mediante a elaboração de termo circunstanciado* (BRASIL, 2020, p.37).

Mais recentemente, em decisão unânime da Suprema Corte, na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5637 encerrada no dia 14 de março de 2022, foi declarada a constitucionalidade da Lei do Estado de Minas Gerais nº 22.257 de 27 de julho de 2016, que atribuía a lavratura do termo circunstanciado a todos os

integrantes dos órgãos de segurança pública contidos nos incisos IV e V do artigo 144 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2022).

Dessa forma, tal decisão pacificou o tema no âmbito nacional, removendo quaisquer dúvidas quanto à legitimidade da lavratura dos termos circunstanciados de ocorrência pela Polícia Militar.

Competência técnica dos policiais militares para a lavratura do termo circunstanciado de ocorrência

Quanto à competência técnica, é imprescindível mencionar que *“talvez não haja carreira pública em que se invista tanto na formação da força de trabalho quanto à despendida na formação de policiais militares”* (SILVA JÚNIOR, 2008, p. 20):

Os cursos de formação das polícias militares, em grande parte dos Estados, possuem carga horária extremamente alta, equiparando-se a cursos de graduação e pós-graduação, vejamos:

A grade curricular para formação de um soldado da Polícia Militar, apresentada pelo Conselho Nacional dos Comandantes Gerais (CNCG), conta com um total de 1.425 horas-aula, dentre elas 200 reservadas ao ensino do Direito. A título de exemplo, o Estado de Minas Gerais reserva ao ensino do Direito 305 horas-aula de um total de 2.195 despendidos na formação de um soldado; no Estado da Paraíba são 241 horas-aula atribuídas ao ensino do Direito de um total de 930; no Estado de São Paulo a Lei Complementar n. 1.036, de 11 de janeiro de 2008, com fundamento no que dispõe o artigo 83 da Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1.996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), regulamentou o ensino na Polícia Militar, estabelecendo que o Curso de Formação de Soldados é em nível de Curso Sequencial de Formação Específica.

De outro lado, a formação dos Oficiais, em curso de nível superior, tem carga horária e conteúdo ainda mais robustecido. No Estado de São Paulo, o Oficial recebe formação pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco, onde “6.243 horas-aula que garantem a orientação jurídica, administrativa e social indispensável ao perfil do homem e do policial comunitário, responsável direto por institutos prescritos na Carta Magna (preservação da ordem pública e polícia ostensiva) e consequentes garantias dos direitos do cidadão. Na Polícia Militar do Distrito Federal, o Curso de Formação de Oficiais tem duração de 3 anos, com carga horária de 4.548 horas-aula (SILVA JÚNIOR, 2008, p. 22).

Nota-se, com base nas cargas horárias acima demonstradas, que a formação do policial militar é extremamente exigente e robusta academicamente. Além disso, o termo circunstanciado de ocorrência é muito semelhante ao boletim de ocorrência, que é rotineiramente elaborado pelos policiais militares no exercício de sua profissão.

Nas palavras de Damásio, o termo circunstanciado:

Trata-se de um breve, embora circunstanciado, registro oficial da ocorrência, sem qualquer necessidade de tipificação legal do fato, bastando a probabilidade de que constitua alguma infração penal. Não é preciso qualquer tipo de formação técnico-jurídica para se efetuar esse relato (JESUS, 1996, p. 56).

Em outra obra, complementa:

Seria uma superposição de esforços e uma infringência à celeridade e economia processual sugerir que o policial militar, tendo lavrado o respectivo talão de ocorrência, fosse obrigado a encaminhá-lo para o Distrito Policial, repartição cujo trabalho se quis se aliviar, a fim de que o Delegado, após um período variável de tempo, repetisse idêntico relato, em outro formulário, denominado boletim de ocorrência. O policial militar perderia tempo, tendo de se deslocar inutilmente ao Distrito. O Delegado de Polícia passaria a desempenhar a supérflua função de repetir registros em outro formulário. O juizado não teria conhecimento imediato do fato (JESUS, 2010, p. 53).

Mesmo não sendo necessária nenhuma formação técnico-jurídica para a lavratura do termo circunstanciado, os policiais militares, como vimos acima, possuem extenso período dedicado ao ensino do Direito na sua formação profissional.

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO ANTES DO PROVIMENTO Nº 34 DE 25 DE NOVEMBRO 2020

Termo circunstanciado de ocorrência na Comarca de Comodoro

O termo circunstanciado de ocorrência não é algo desconhecido na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. As unidades das comarcas de Comodoro e Juara já tiveram experiência na lavratura do termo circunstanciado de ocorrência. No ano de 2009 o excelentíssimo senhor José Eduardo Mariano, juiz da Comarca de Comodoro (que abrange as cidades de Comodoro, Nova Lacerda e Campos de Júlio), inovou no Estado quando autorizou o Juizado Especial da referida comarca a receber os termos circunstanciados lavrados pela Polícia Militar. Tal autorização foi feita com a emissão da Portaria nº 37/2009 da Comarca de Comodoro, que em seus artigos 1º e 2º previam:

Art. 1º - A autoridade policial que atue no policiamento ostensivo ou investigatório, ao tomar conhecimento da ocorrência, lavrará o termo circunstanciado, que encaminhará imediatamente ao Juizado.

Art. 2º - O Juiz de Direito responsável pelas atividades do Juizado é autorizado a tomar conhecimento dos termos circunstanciados elaborados por policiais militares, desde que também assinados pelo Comandante da Polícia Militar (MATO GROSSO, 2009).

Nota-se que na referida data o magistrado deixou claro a possibilidade do início dos trabalhos referentes ao termo circunstanciado de ocorrência pela Polícia Militar. A emissão desta portaria se deu por diversos motivos, alguns deles citados na própria portaria, vejamos:

CONSIDERANDO o propósito de aprimorar os trabalhos prestados pelos Juizados Especiais em decorrência da falta de servidores junto à polícia civil desta cidade, fato que impede a celeridade no encaminhamento dos Termo Circunstanciados (TCO) ao Juízo;

CONSIDERANDO o teor do artigo 69 da Lei 9.099/95 que possibilita a atuação da Polícia Militar na lavratura do TCO;

CONSIDERANDO o grande número de processos represados junto à Polícia Judiciária Civil desta localidade, o que acarreta geralmente a prescrição pela extinção da punibilidade ante o decurso de tempo (MATO GROSSO, 2009).

Nas motivações acima referenciadas, o magistrado retira qualquer dúvida quanto à interpretação do termo “autoridade policial” referenciada no artigo 69 da Lei 9.099/95, uma vez que assevera a possibilidade de a Polícia Militar fazer tal lavratura.

Tais motivações também evidenciam as dificuldades da Polícia Judiciária Civil da referida cidade em proceder com todos os trâmites decorrentes da lavratura do termo circunstanciado de ocorrência, tais como a falta de efetivo da referida instituição e o excesso de processos represados, o que ocasiona a prescrição de diversos processos e gera a tão comentada sensação de impunidade perante a sociedade.

A decisão do magistrado não poderia ser mais assertiva, visto que os resultados obtidos logo após a referida portaria foram extremamente positivos. O então Cap PM Mario Roberto Pereira – Comandante da 2ª Companhia da Polícia

Militar do Estado de Mato Grosso, em relatório circunstanciado elaborado em 2012
relatou:

Levantamentos estatísticos realizados no ano de 2009 pela Polícia Militar e Ministério Público local, foi possível perceber que somente no primeiro semestre de 2009 a Polícia Militar registrou mais de 140 (cento e quarenta) ocorrências policiais, relatando delitos de menor potencial ofensivo, e foram propostas pelo Ministério Público local, apenas 02 (duas) transações penais no mesmo período, o que demonstra claramente que os fatos noticiados através do boletim de ocorrências da Polícia Militar, eram transformados em arquivo, lixo, ou apenas estatísticas pela Delegacia de Polícia Judiciária, e certamente este é o principal gerador da impunidade e a conseqüente escalada dos crimes (MATO GROSSO, 2012).

Logo após o início dos trabalhos relativos ao termo circunstanciado pela
Polícia Militar, o cenário mudou:

Vale ainda observar, que levantamentos estatísticos realizados pela Polícia Militar e Ministério Público local, foi detectado que a partir do mês de outubro de 2009, quando a Polícia Militar em Comodoro, Campos de Júlio e Nova Lacerda iniciaram a elaboração dos TCOs, somados ao primeiro semestre de 2010, foram registradas cerca de 240 (duzentos e quarenta) ocorrências policiais e neste mesmo período foram propostas 223 (duzentas e vinte e três) transações penais por parte do Ministério Público, ou seja, um aumento absurdamente considerável em se comparando com o período em que a PM apenas elaborava o BO e o registrava na Delegacia (MATO GROSSO, 2012).

O relatório acima mencionado demonstra um resultado exorbitante, refletindo não apenas nas instituições envolvidas, mas principalmente na sociedade das referidas cidades.

Mesmo diante dos extraordinários resultados obtidos durante o período de confecção dos termos circunstanciados pela Polícia Militar na Comarca de Comodoro, no dia 13 de março de 2014 o magistrado da referida comarca Evandro Juarez Rodrigues revogou a Portaria nº 037/2009, sob o argumento de que o motivo de sua criação foi pelo fato de a Polícia Judiciária Civil não possuir efetivo para suprir a demanda de lavratura dos termos circunstanciados e que esse fato já havia sido sanado (SIQUEIRA; SIQUEIRA, 2017).

Termo circunstanciado de ocorrência na Comarca de Juara

Seguindo o exemplo de Comodoro, a Polícia Militar do município de Juara também iniciou o mesmo procedimento a partir do segundo semestre de 2010:

Já no 2º semestre de 2010 através da Portaria 036/2010 do magistrado Diretor do Fórum da Comarca de Juara foi autorizado o recebimento por parte do Juizado Especial Criminal dos Termos Circunstanciado de Ocorrência lavrados pelos policiais militares da 1ª Companhia de Polícia Militar de Juara. Tal instrumento disciplinou os dias, horários e intervalos das audiências agendadas pela Polícia Militar no JECRIM (AVILA, 2014, p. 31).

Com o início da lavratura pela 1ª Companhia da Polícia Militar de Juara, o número de transações penais realizadas também aumentou consideravelmente. Desde o início da lavratura do termo circunstanciado pela Polícia Militar em 2010 até o fim de 2013 *“aproximadamente 61% dos termos circunstanciados de ocorrência elaborados pela Polícia Militar em Juara, foram transacionados, seja por meio de prestação pecuniária, serviço social ou medida protetiva cumulada com multa”* (AVILA, 2014, p. 43).

Além disso, logo na sequência Ávila complementa:

Dos 217 termos circunstanciados de ocorrência lavrados pela Polícia Militar, apenas 3,2% foram remetidos a delegacia para cumprimento de diligências, evidenciando a qualidade dos termos elaborados pela Polícia Militar, uma vez que mais de 96% deles não precisaram passar por nenhum cumprimento de cota ou diligência extra (AVILA, 2014, p. 44).

Mesmo com um resultado extremamente satisfatório, fato é, que em 2014 a Polícia Militar local parou de lavrar os termos circunstanciados, retomando ao procedimento anterior de fazer o boletim de ocorrências e entregar na Polícia Judiciária Civil para a lavratura, conforme o trabalho da Tenente Coronel Rubia Fernanda Diniz Robson Santos de Siqueira e do Tenente Coronel Wanderson Nunes de Siqueira:

Conforme informação prestada pelo ilustre Comandante da Polícia Militar local, Maj. PM Wesmensandro Auto Rodrigues, a elaboração dos termos circunstanciados pela PM e encaminhamento direto à secretaria do Juizado Especial Criminal foram reduzidos quase a zero, em virtude da mudança dos Oficiais da PM do município que eram responsáveis pela homologação dos termos

lavrados pelos policiais militares. Diante dessa condição, a polícia militar passou a conduzir todas as ocorrências, inclusive as que caracterizavam termo circunstanciado para a Delegacia de Polícia (SIQUEIRA; SIQUEIRA, 2017, p. 148).

Observa-se que, assim como em Comodoro, mesmo com resultados importantes, principalmente para a sociedade de Juara, os trabalhos foram suspensos, o que determinou o fim da lavratura do termo circunstanciado de ocorrências pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso na referida época.

Ressurgimento do termo circunstanciado de ocorrência na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso

Após as experiências acima mencionadas e várias outras decisões e entendimentos, reforçando o arcabouço teórico apresentado, em 25 de novembro de 2020, a Corregedoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso emitiu o Provimento nº 34, que regulamenta o recebimento, pelos juízes, dos termos circunstanciados feitos pela Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado de Mato Grosso, seguindo o entendimento dos Tribunais de Justiça da grande maioria dos Estados brasileiros e do Supremo Tribunal Federal, encerrando tal discussão em nosso Estado (MATO GROSSO, 2020).

Diante de tal provimento, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso passa a adotar todas as medidas necessárias para atender as exigências previstas no referido provimento e iniciar os trabalhos, mais especificamente os dispostos nos artigos 2º e 3º:

Art. 2º Fica autorizado, aos magistrados dos Juizados Especiais Criminais e dos demais juízos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso que cumulem tal competência, o recebimento dos Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCOs instaurados pela Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar em decorrência de sua atuação ostensiva.

§ 1º O Poder Judiciário não promoverá a capacitação para a lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência - TCO dos respectivos agentes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, a qual ficará a cargo das aludidas instituições militares.

§ 2º Em sendo imprescindíveis diligências complementares para fatos atinentes a infração penal de menor potencial ofensivo, registrada por meio de Termo Circunstanciado de Ocorrência lavrado pela Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar, estas deverão ser requisitadas pelo magistrado à Polícia Judiciária Civil.

Art. 3º O preenchimento do Termo Circunstanciado de Ocorrência - TCO será realizado por meio de formulário padronizado pela instituição militar responsável pela lavratura, o qual deve ser homologado pelo Corregedor-Geral da Justiça.

§ 1º Do formulário deve constar, no mínimo:

I - O relato fático e a descrição da infração ou contravenção penal cometida, com todas as suas características, local, data e horário do fato delituoso, além do início e término do registro da ocorrência;

II - o nome e qualificação completa (incluindo estado civil, profissão, endereço, data e local de nascimento, filiação, cédula de identidade, ou outro documento de identificação, CPF, telefone celular e e-mail, quando houver) do autor do fato, vítimas e testemunhas;

III - a descrição dos objetos e/ou documentos apreendidos; e a descrição de encaminhamento da vítima e/ou do autor do fato ao Instituto de Criminalística, ao hospital ou qualquer unidade de saúde, ou à Delegacia de Polícia Civil, quando for necessário;

IV - as informações circunstanciais do fato;

V - o compromisso de comparecimento ao juízo competente, assinado pelo autor do fato, na forma do parágrafo único do art. 69 da Lei n. 9.099/1995;

VI - o registro fotográfico e/ou filmagem, a fim de documentar indícios de autoria e materialidade delitiva, se possível;

VII - a identificação por nome completo, matrícula, lotação ou unidade do agente público que lavrou o Termo Circunstanciado de Ocorrência - TCO.

§ 2º O Termo Circunstanciado de Ocorrência - TCO será recebido pelo juízo competente exclusivamente por meio do sistema PJe, com a utilização obrigatória do Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI (MATO GROSSO, 2020).

Observa-se que para os Juizados Especiais receberem os termos circunstanciados de ocorrência lavrados pela Polícia Militar, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso deve atender vários pré-requisitos previstos no Provimento nº 34/2020. Dentre as condições, a Polícia Militar deveria realizar a capacitação do seu efetivo, elaborar formulário para a lavratura do termo circunstanciado, que deveria passar pelo crivo do Corregedor Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, e encaminhar os formulários via sistema Processo Judicial Eletrônico para o juízo competente.

Frente a essas imposições, o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso nomeou uma Comissão de Oficiais para tratar dos assuntos atinentes ao termo circunstanciado e realizar a capacitação de toda a tropa do Estado.

O 10º Comando Regional de Vila Rica foi o local escolhido para o projeto piloto. Após a capacitação da tropa, o desenvolvimento de materiais orientativos e a demonstração para a Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça de Mato Grosso de que a Polícia Militar tinha condições de iniciar os trabalhos, o início do projeto foi autorizado. No dia 7 de junho de 2021, o Corregedor Geral do Tribunal Justiça do Estado de Mato Grosso, decidiu:

Portanto, HOMOLOGO os formulários apresentados pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e AUTORIZO o início do projeto piloto de lavratura dos TCO's exclusivamente no 10º Comando Regional de Vila Rica/MT, a partir de 07 de junho de 2021, em caráter experimental e didático, até a implantação do sistema que atenda ao Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI, exigido pelo Provimento n. 34/2020-CGJ (MATO GROSSO, 2021).

Em que pese a autorização tenha se dado a partir do dia 7 de junho de 2021, os trabalhos em Vila Rica iniciaram-se apenas no dia 1º de julho de 2021, com o deslocamento da comissão do termo circunstanciado de ocorrência para o devido acompanhamento dos primeiros dias de trabalho.

IMPLEMENTAÇÃO DO TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA NO 23º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO EM VILA RICA-MT

A cidade de Vila Rica localiza-se ao nordeste do Estado de Mato Grosso, na tríplice fronteira com os Estados do Pará e do Tocantins, distante cerca de 1.250 quilômetros de Cuiabá, capital do estado, foi fundada em 1978 por Aliar Álvares Fernandes e Rubens Rezende Peres, posteriormente, a cidade foi dividida em forma de assentamentos, onde foi tornou-se município no ano de 1986 (VILA RICA, 2022).

Hoje, o município de Vila Rica, conta com uma população estimada de 26.946 habitantes numa área total de 7.436,383 km², 11 bairros e um PIB per capita de 20.273,24 reais (IBGE, 2021).

Vila Rica faz divisa com os Estados do Pará e Tocantins, devido à boa produtividade de seu solo, atraiu migrantes de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina. Cortada pela BR-158, tornou-se a cidade mais urbanizada da região norte do Araguaia. É nesta cidade, considerada a mais distante de Cuiabá, que foi criado no ano de 2010 o 10º Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, sendo antes uma área que ficava sob a responsabilidade do 5º Comando Regional - Barra do Garças. Atualmente possui outras 13 unidades, entre companhias, pelotões e núcleos, abrigando um efetivo total de cerca de 152 policiais militares, incluindo os militares do Pelotão de Força Tática que têm sede no mesmo município (MATO GROSSO, 2021).

A circunscrição do 10º Comando Regional abrange atualmente 13 cidades, sendo a cidade de Vila Rica a sua sede. Neste Comando Regional, tem-se o 23º Batalhão da Polícia Militar como o responsável pela missão constitucional da polícia ostensiva e preservação da ordem pública em toda Vila Rica, atuando sempre com missões preventivas, a exemplo da blitz educativa ou ações de aproximação com a sociedade, bem como, de forma repressiva em operações integradas, em conjunto com o patrulhamento das viaturas, que diariamente cuidam da sensação de segurança dos vila-riquenses.

Justamente com o intuito de fortalecer a segurança pública da região, no dia 23 de junho de 2021, foi pública a Portaria nº 011/2021/SPOE/PMMT, que autoriza o início da lavratura do termo circunstanciado de ocorrência policial pelo 10º Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso:

Considerando o Provimento CGJ n. 34/2020, o qual dispõe sobre a lavratura de Termos Circunstanciados de Ocorrências – TCOs pela Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, regulamenta o seu recebimento pelos magistrados dos Juizados Especiais Criminais e dos demais juizes do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso que cumulem tal competência e dá outras providências;

Considerando o Processo CIA n. 0017619-28.2021.8.11.0000, em que o Corregedor-Geral de Justiça homologa os formulários apresentados pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e autoriza o início do projeto piloto de lavratura dos TCO's exclusivamente no 10º Comando Regional de Vila Rica/MT;

O Cel PM Jonildo José de Assis, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar o início da Lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência no 10º Comando Regional, como Projeto Piloto do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Determino que a Superintendência de Planejamento Operacional e Estatística da PMMT, proceda ao acompanhamento e assessoramento do EMG na gestão do processo de expansão da lavratura do termo circunstanciado.

Art. 3º - Compete à Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa, através da comissão criada para essa finalidade, acompanhar o início do projeto piloto, revisando o material didático utilizado nas instruções de capacitações e supervisionar e coordenar os treinamentos necessários nas plataformas disponíveis, bem como monitorar a lavratura do Termo Circunstanciado nos Comandos Regionais (MATO GROSSO, 2020).

Constata-se na referida portaria que a autorização se deu exclusivamente ao 10º Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, e que a competência para monitorar a lavratura do termo circunstanciado foi atribuída à Diretoria de Instrução e Pesquisa (DEIP).

Com base na referida portaria, a comissão de implementação do termo circunstanciado de ocorrência deslocou para a cidade de Vila Rica para dar início aos trabalhos exclusivamente na referida cidade no dia 1º de julho de 2021, para posteriormente expandir para as demais cidades do referido Comando Regional.

O IMPACTO DA LAVRATURA DOS TERMOS CIRCUNSTANCIADOS PELO 23º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR NA QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS, PRESCRIÇÕES E TRANSAÇÕES PENAIS REALIZADAS EM VILA RICA-MT

Antes da análise dos dados obtidos no decorrer deste trabalho, faz-se necessário esclarecer alguns apontamentos. Conforme dito anteriormente, o projeto piloto do termo circunstanciado de ocorrência na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso iniciou-se exatamente no dia 1º de julho de 2021, data que iniciamos nossas análises, ou seja, entre o início da lavratura e o recebimento do termo circunstanciado pelo Juizado Especial Criminal há um lapso temporal para que todo o trâmite administrativo seja realizado e, portanto, a transação penal seja finalizada.

Além disso, no período em que este estudo ocorreu, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso não possuía sistema próprio para o lançamento dos termos circunstanciados no sistema de Processo Judicial Eletrônico, devendo o policial fazer a lavratura manualmente e lançar posteriormente no sistema do Juizado Especial. Deve-se observar também a falta de prática dos policiais militares, que nunca exerceram essa atividade anteriormente, além da distância de Cuiabá-MT, o que dificulta um auxílio mais próximo por parte da comissão do termo circunstanciado de ocorrência.

Os dados das ocorrências foram obtidos através do Sistema de Registro de Ocorrências Policiais - SROP pela Superintendência de Planejamento Operacional e Estatística - SPOE. E os dados das transações penais foram fornecidos pelo Fórum da Comarca de Vila Rica-MT e pelo 23º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, através do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe).

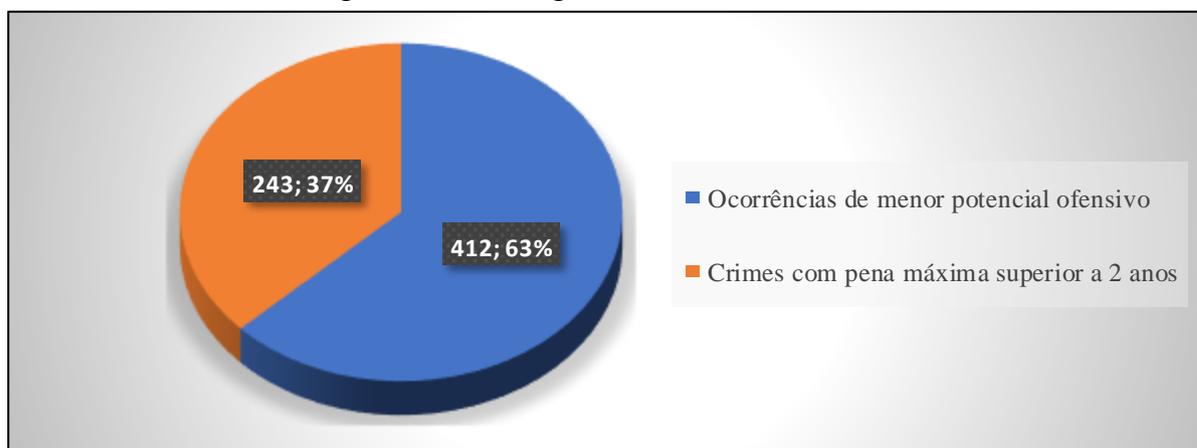
Como comparativo foram utilizados os anos de 2020 e 2021. Para que a análise fosse a mais justa possível, considerando que o termo circunstanciado em Vila Rica passou a ser lavrado pela Polícia Militar apenas em 1º de julho de 2021, foram examinados apenas os dados referentes ao segundo semestre dos referidos anos.

Outro fator importante que merece destaque é a forma de análise dos dados das ocorrências dos anos de 2020 e 2021. Os dados foram fornecidos por natureza de ocorrência, de forma que se em uma única ocorrência houve três crimes, os dados foram fornecidos separadamente como três registros de três naturezas distintas. Com isso, percebe-se um elevado número de ocorrências registradas, o que não significa que seriam lavrados termos circunstanciados em todas elas. Além disso, da forma que foram disponibilizados os dados, não foi possível fazer a soma das penas para saber se seria aplicável o termo circunstanciado em cada caso concreto.

O intuito dos dados referentes ao registro de ocorrências é única e exclusivamente saber o tipo e a quantidade total de ocorrências registradas no segundo semestre dos anos de 2020 e 2021, independentemente se seria ou não aplicável o termo circunstanciado de ocorrência.

A Figura 1 mostra a quantidade de ocorrências de crimes registradas em Vila Rica-MT no segundo semestre de 2020. Foram excluídas da análise, as ocorrências que não se tratam de crimes, como extravio de documentos, localização de veículos, preservação de direitos, naturezas diversas, entre outros.

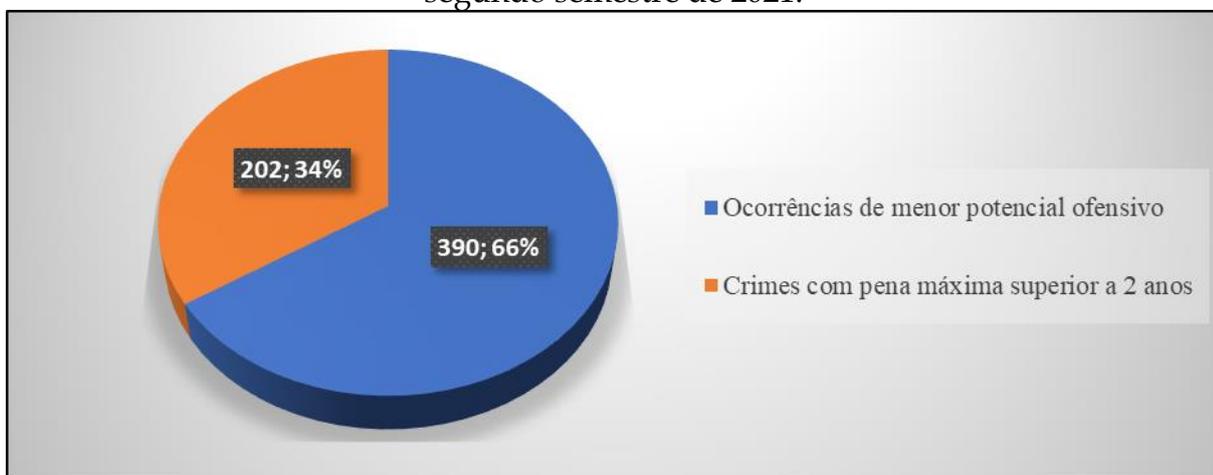
Figura 1 - Quantidade de crimes de maior e menor potencial ofensivo registrados no segundo semestre de 2020.



Fonte: Sistema de Registro de Ocorrências Policiais / Superintendência de Planejamento Operacional e Estatística (2020).

A figura revela que no segundo semestre de 2020 foram registradas 412 ocorrências de menor potencial ofensivo e 243 ocorrências de crimes com penas máxima superior a dois anos, resultando em um total de 655 ocorrências de crimes e contravenções penais na cidade de Vila Rica. Desse total, 63% foram ocorrências de menor potencial ofensivo, e apenas 37% foram ocorrências de crimes com pena máxima superior a dois anos. A Figura 2 mostra a quantidade de ocorrências de crimes registradas em Vila Rica-MT no segundo semestre de 2021.

Figura 2 - Quantidade de crimes de maior e menor potencial ofensivo registrados no segundo semestre de 2021.



Fonte: Sistema de Registro de Ocorrências Policiais / Superintendência de Planejamento Operacional e Estatística (2021).

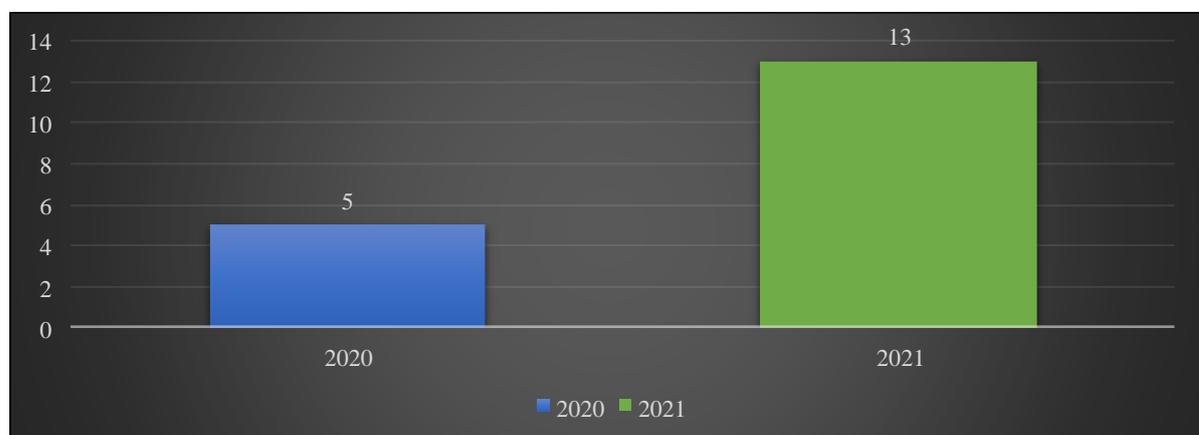
Já em 2021 foi registrado um total de 592 ocorrências de crimes e contravenções penais na cidade de Vila Rica, demonstrando uma queda de cerca de 10% em comparação ao ano anterior. Desse total, 66% foram ocorrências de menor potencial ofensivo, e apenas 34% foram ocorrências de crimes com pena máxima superior a dois anos, comprovando que o número de ocorrências referente a crimes de menor potencial ofensivo é muito superior às ocorrências dos demais crimes.

Observa-se também uma redução de 16% na quantidade de ocorrências de crimes com pena máxima superior a dois anos, sendo de 243 crimes registrados no segundo semestre de 2020, para 202 crimes registrados no mesmo período de 2021, corroborando com o pressuposto de que a lavratura de termos circunstanciados de

ocorrências pela Polícia Militar diminui as ocorrências de maior potencial ofensivo, uma vez que atuam na origem da ocorrência, impedindo que ela se torne mais grave.

A Figura 3 mostra a quantidade total de transações penais realizadas no Fórum da Comarca de Vila Rica do Estado de Mato Grosso, no segundo semestre dos anos de 2020 e 2021, oriundas exclusivamente dos termos circunstanciados de ocorrência lavrados nas unidades policiais do município de Vila Rica, tanto pela Polícia Militar, quanto pela Polícia Judiciária Civil.

Figura 3 - Quantidade de transações penais realizadas no segundo semestre de 2020 e 2021.



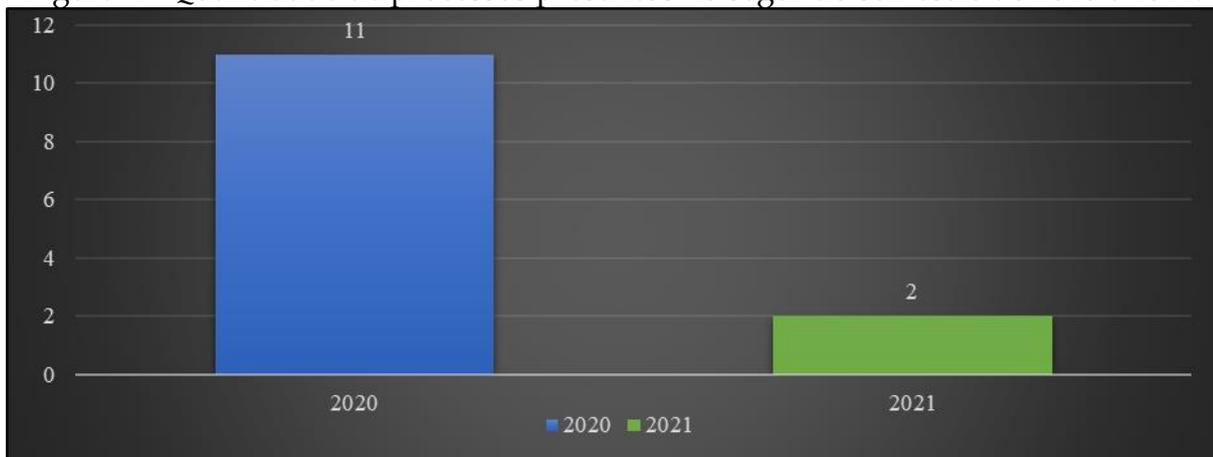
Fonte: Processo Judicial Eletrônico / Fórum da Comarca de Vila Rica (2020 - 2021).

Na figura 3, há uma comparação da quantidade de transações penais realizadas no segundo semestre dos anos de 2020 e 2021. No ano de 2020, houve apenas cinco transações penais realizadas durante todo o segundo semestre, número absurdamente baixo e que reflete a sensação de impunidade tão comentada nos dias atuais. Importante mencionar que em 2020 tivemos o início da pandemia do Coronavírus, o que influencia diretamente nesses dados, em que pese no ano de 2021 ter tido o mesmo problema. Já em 2021, houve um aumento para 13 transações penais, representando quase o triplo de transações penais do ano anterior, confirmando a hipótese de que com a lavratura do termo circunstanciado pela Polícia Militar, o número de transações penais realizadas tende a aumentar significativamente.

Embora o número tenha crescido de forma considerável, ainda está longe de uma resposta à altura dos resultados obtidos nas experiências anteriores no Estado de Mato Grosso, principalmente, se considerarmos a quantidade de ocorrências registradas na cidade de Vila Rica nos referidos períodos.

A Figura 4 mostra a quantidade de prescrições ocorridas em Vila Rica-MT no segundo semestre dos anos de 2020 e 2021.

Figura 4 - Quantidade de processos prescritos no segundo semestre de 2020 e 2021.



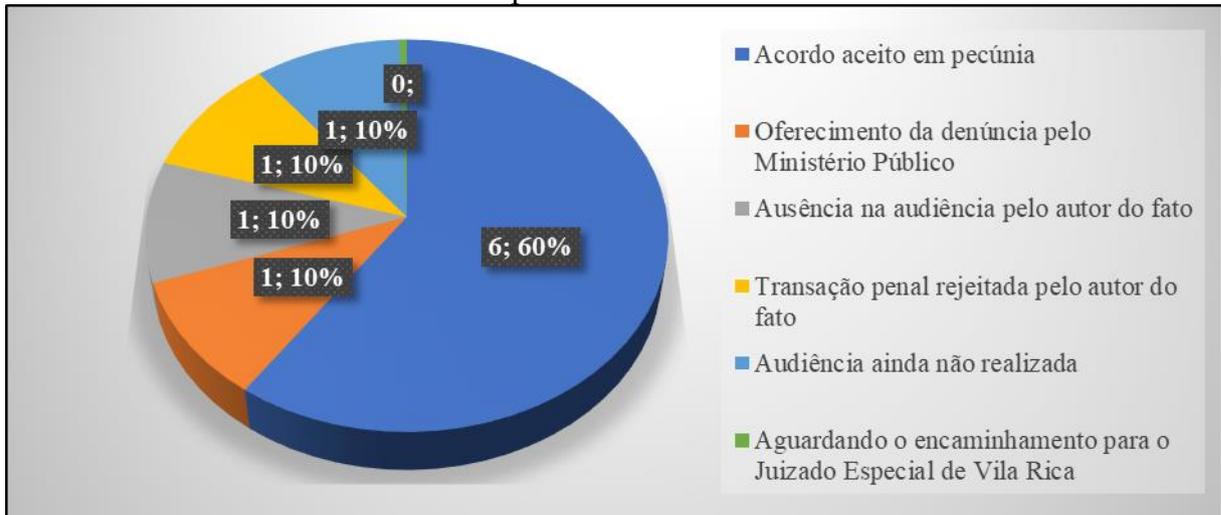
Fonte: Processo Judicial Eletrônico / Fórum da Comarca de Vila Rica (2020 - 2021).

Outro dado importante e que merece destaque é a quantidade de prescrições ocorridas nos dois anos, 2020 e 2021. Nota-se que em 2020, dos processos que chegaram no Juizado Especial, 11 (onze) estavam prescritos, ou seja, não tiveram efetividade alguma. Todo o trabalho desempenhado na condução da ocorrência, registro e encaminhamento do processo foi completamente perdido nesses casos, além de escancarar para a sociedade a ineficiência da segurança pública local.

Ao observarmos o ano de 2021, verifica-se uma melhora significativa, pois durante todo o segundo semestre de 2021 ocorreram apenas duas prescrições, o que confirma que com os novos trabalhos realizados pela Polícia Militar, as prescrições de processos do Juizado Especial Criminal tendem a reduzir expressivamente.

Em seguida, a efetividade dos termos circunstanciados de ocorrência lavrados pelo 23º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso no segundo semestre de 2021 são evidenciados na Figura 5.

Figura 5 - Resultado dos termos circunstanciados lavrados no segundo semestre de 2021 pela Polícia Militar.



Fonte: Seção Técnica do Termo Circunstanciado de Ocorrência do 10º Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (2021).

Outro ponto extremamente importante de se analisar é a efetividade dos termos circunstanciados lavrados pela Polícia Militar, pois assim conseguimos verificar qual o resultado obtido com os trabalhos realizados.

No relatório de lavratura de termo circunstanciado de ocorrência do 10º CR/2021 de 10/02/2022, foi possível verificar que a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso no segundo semestre de 2021 realizou 10 (dez) registros.

Na Figura 5 acima, podemos verificar que dos 10 (dez) termos circunstanciados lavrados, apenas um foi oferecida a denúncia pelo Ministério Público, o que representa 10% dos termos lavrados. Em um, o autor do fato não compareceu à audiência de transação penal, o que representa 10% dos termos lavrados. Em um, a transação penal foi rejeitada pelo autor do fato, o que representa 10% dos termos lavrados. Em outro, a audiência ainda não foi realizada, o que também representa 10% dos termos confeccionados. E em seis, o autor do fato aceitou a transação penal em pecúnia, o que representa 60% dos termos registrados. E por último, verificamos que nenhuma ocorrência está aguardando o envio para o Juizado Especial Criminal, o que significa que todos os termos registrados nesse período pela Polícia Militar já foram devidamente encaminhados para as devidas providências.

Diante de tais dados, é possível confirmar alguns dos benefícios citados ao longo do trabalho. Tais como a celeridade no encaminhamento dos processos e, conseqüentemente, penalização do autor do fato, o que traz imediato retorno para a sociedade de Vila Rica, seja através de serviços sociais, pecúnia ou até mesmo retratação, diminuindo a sensação de insegurança e a prescrição de processos.

CONCLUSÃO

Após a revisão de estudos acadêmicos e literários, bem como das portarias e jurisprudências recentes, resta cristalina a possibilidade e legalidade da lavratura dos termos circunstanciados de ocorrências pelas Polícias Militares do Brasil.

Superados tais imbrólios jurídicos, inicia-se uma nova fase na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso: o início da lavratura do termo circunstanciado de ocorrência pela instituição militar.

Analisando os dados estatísticos fornecidos pela Superintendência de Planejamento Operacional e Estatística (SPOE) da PMMT, referentes às ocorrências registradas nos anos de 2020 e 2021, não foram observadas diferenças significativas na quantidade de registros, sendo que em 2021 houve um decréscimo de aproximadamente 10% do número total de ocorrências de crimes registradas em comparação ao ano anterior, além disso observou-se uma redução de 16% no número de ocorrências de crimes com pena superior a dois anos também em relação ao ano anterior. Embora haja uma redução nos índices, tal análise poderá ser feita em novos estudos futuramente para obter informações mais precisas, uma vez que o impacto no número de ocorrências pode e deve ser gerado a longo prazo.

Com relação aos dados de transações penais e prescrições, fica evidente que o início dos trabalhos pela Polícia Militar aumentou a quantidade de transações penais e diminuiu significativamente o número de prescrições dos processos do Juizado Especial Criminal, confirmando a hipótese inicial.

Além disso, constatou-se que durante o segundo semestre de 2021 a Polícia Militar de Vila Rica registrou 10 (dez) termos circunstanciados de ocorrência, sendo que em 10 de fevereiro de 2022, todos os termos circunstanciados já haviam sido enviados ao Juizado Especial Criminal de Vila Rica para as devidas providências. Em

60% destes termos, o resultado foi a transação penal em pecúnia, gerando, além da celeridade e economia processual, um retorno monetário à sociedade, uma vez que tal transação foi direcionada à instituições e órgãos públicos de Vila Rica, traduzindo-se em melhorias diretas e indiretas na segurança pública local.

Por fim, ao analisarmos o conjunto de elementos abordados ao longo deste trabalho, são evidentes os benefícios gerados a curto prazo pelo início da lavratura do termo circunstanciado pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso na cidade de Vila Rica, tais como diminuição dos crimes de maior potencial ofensivo, aumento do número de transações penais realizadas, diminuição de processos prescritos e celeridade no encaminhamento dos termos circunstanciados a Juizado Especial Criminal, entre outros.

Diante de tamanha expressividade dos resultados, faz-se necessária a ampliação dos trabalhos atinentes ao termo circunstanciado de ocorrência para os demais Comandos Regionais da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, objetivando estender os benefícios aqui apresentados para toda a sociedade mato-grossense. Assim, em posse de uma amostragem maior, novos estudos podem ser realizados, fins de analisar não somente os benefícios a curto prazo, como também os de médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRIGHI, F. N. **Comissão nacional de interpretação da Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995, sob a coordenação da Escola Nacional da Magistratura**. Brasília, DF, 1995. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br//dspace/handle/2011/1281>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

AVILA, P. J. S. **O Termo Circunstanciado de Ocorrência: A Polícia Militar e os seus resultados no município de Juara**. Curso de Especialização em Gestão de Segurança Pública da PMMT. Várzea Grande: APMCV, 2014.

BRASIL. **Lei Federal n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995** - Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm. Acesso em: 12 out. 2021.

_____. **Lei Federal n.º 10.259, de 12 de julho de 2001** - Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110259.htm. Acesso em: 27 set. 2021.

_____. **Lei Federal n.º 11.313, de 28 de junho de 2006** - Altera os arts. 60 e 61 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, e o art. 2º da Lei no 10.259, de 12 de julho de 2001, pertinentes à competência dos Juizados Especiais Criminais, no âmbito da Justiça Estadual e da Justiça Federal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111313.htm. Acesso em: 27 out. 2021.

_____. **Supremo Tribunal Federal**. ADI 2862, Relator (a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 26/03/2008. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2108594>. Acesso em: 15 mar. 2022.

_____. **Supremo Tribunal Federal**. ADI 3807, Relator (a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2020. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2425065>. Acesso em: 01 nov. 2021.

_____. **Supremo Tribunal Federal**. ADI 5637, Relator (a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 14/03/2022. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5114415>. Acesso em: 18 mar. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Vila Rica**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/vila-rica.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

JESUS, A. P. de; DIAS, N. C. S. **A confecção do Termo circunstanciado de ocorrência no local dos fatos: instrumento de garantia de direitos e deveres**. Curso Superior de Polícia da PMMT. Várzea Grande: APMCV, 2020.

JESUS, D. E. de. **Lei dos juizados especiais criminais anotada**. 3ª. ed. ver. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. **Lei dos Juizados Criminais anotado**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LAZZARINI, Á. **Estudos de Direitos Administrativos**. Sistematização Rui Stoco. 2ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p.269.

MATO GROSSO. Provimento n. 34, de 25 de novembro de 2020. Dispõe sobre a lavratura de Termos Circunstanciados de Ocorrência – TCOs pela Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, regulamenta o seu recebimento pelos magistrados dos Juizados Especiais Criminais e dos demais juízes do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso que cumulem tal competência e dá outras providências. **Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá - MT, 25 nov. 2020. Disponível em: <https://corregedoria.tjmt.jus.br/pagina/2>. Acesso em: 01 nov. 2021.

_____. **Polícia Militar do Estado de Mato Grosso**. Portaria nº 011/2021/SPOE/PMMT. Cuiabá: Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. 23 jun. 2021.

_____. **Polícia Militar do Estado de Mato Grosso**. Relatório Circunstanciado. Comodoro, MT: Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. 2012.

SILVA JÚNIOR, A. L. **Fundamentos jurídicos da atividade policial: Uma abordagem histórica e de Direito Comparado das atividades de polícia administrativa e polícia judiciária**. São Paulo: Suprema Cultura Editora, 2009.

_____. **Os gestores das polícias militares no Brasil e o “ciclo completo de polícia”:** Pesquisa de campo com membros do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais. Revista de Laboratório de Estudos da Violência e Segurança, Marília, n. 16, p. 68-84, nov. 2015. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/5590>. Acesso em: 18 mar 2022.

_____. **Reflexões de legalidade e conveniência da atuação da Polícia Militar no registro de infrações penais de menor potencial ofensivo: Estudo de caso sobre a Experiência propiciada pela Resolução SSP-403/01**. São José dos Pinhais: Academia Policial Militar do Guatupê, 2008.

SIQUEIRA, R. F. D. R. S. de; SIQUEIRA, W. N. de. Termo Circunstanciado de Ocorrência. Fatores que levaram a suspensão da lavratura pela polícia militar nas cidades de Comodoro e Juara. **Revista Homens do Mato**. Cuiabá, v. 17, n. 03, set/dez, 2017, p. 130-160. Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/380>. Acesso em: 25 out. 2021.

VILA RICA. Prefeitura Municipal de. **História**. Disponível em: <https://www.vilarica.mt.gov.br/O-Municipio/Historia/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS ESTADUAIS MILITARES DE MATO GROSSO: HOUVE MUDANÇAS QUANTO À GESTÃO?

Everson Brito Fortes¹
Márcio Pereira da Silva²
Nagila Moura Brandão³

RESUMO

Este artigo teve por finalidade pesquisar a percepção dos servidores da educação que laboram nas escolas estaduais militares de Mato Grosso, sob a gestão da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar. Nesse sentido, buscou-se responder ao seguinte problema: houve mudança, na percepção dos profissionais de educação, quanto à administração das escolas estaduais militares após a assunção da Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar? As hipóteses foram elaboradas considerando a possibilidade ou não de mudança. Em caso positivo, buscou-se identificar se elas foram sentidas negativa ou positivamente. Pesquisa pura, com abordagem qualitativa, método hipotético-dedutivo, objetivos descritivos e coleta de dados com aplicação de um questionário *online* na plataforma *Google Form*. Os resultados inferem que os servidores questionados observaram mudanças na cultura escolar a partir da transformação das escolas regulares em escolas militares estaduais e as perceberam positivamente.

Palavras-chave: *Cultura Escolar - Espaço Escolar - Gestão Democrática. Escolas Militares. Mato Grosso.*

ABSTRACT

This article aimed to research the perception of education servants who work in state military schools in Mato Grosso under the management of the Military Police or the Military Fire Department. In this sense, we sought to answer the following problem: was there a change in the perception of education professionals regarding the administration of state military schools after the assumption of the Military Police or Military Fire Department? The hypotheses were elaborated considering the possibility of perceiving or not change. If so, we sought to identify whether they were felt as negative or positive. Pure research, with a qualitative approach, hypothetical-deductive method, descriptive objectives and data collection with the application of an online questionnaire on the Google Forms platform. The results infer that the questioned public servants observed positive changes in the school culture since the transformation of regular schools into state military schools.

Keywords: *School Culture. School Space. Democratic Management. Military Schools. Mato Grosso.*

¹ Capitão PMMT. Especialista em Gestão de Segurança Pública pela APMCV/PMMT.

² Capitão PMMT. Especialista em Gestão de Segurança Pública pela APMCV/PMMT.

³ Tenente Coronel PMMT. Doutora em Educação pela UNISINOS.

INTRODUÇÃO

A expansão das escolas militares, em suas diversas formas, é uma realidade notória no país. A título de exemplo, segundo a Agência Brasil, o Ministério da Educação afirma que há 127 (cento e vinte e sete) escolas nesse modelo em 26 estados, sendo que a meta do governo federal era implantar 216 (duzentas e dezesseis) escolas cívico-militares até 2023, porém, com o rápido crescimento do número das escolas pelo país, a meta foi antecipada para 2022 (VILELA, 2021).

Em Mato Grosso, vale destacar que, em 2019, havia 07 (sete) escolas militares estaduais e, em 2020, já havia 13 (treze), número esse que saltou para 22 (vinte e duas), em 2021 (SIQUEIRA, 2021). Quanto aos alunos matriculados, em 2020, havia cerca de três mil alunos, passando para quase nove mil em 2021 (FONTES, 2021). Esse crescimento insinua a ocorrência de mudanças no ambiente escolar, ainda mais ao considerar o que se tem observado em Mato Grosso, onde algumas escolas de modelo regular foram trasladadas para a gestão militar.

Nesse sentido, ao ponderar que toda mudança gera resistências (SANTOS, 2005, p. 65), torna-se imperativo debruçar-se sobre essa modificação, ao inquirir, ao menos, parte da comunidade escolar - neste trabalho, trata-se dos servidores da educação que laboram nas escolas militares de Mato Grosso - que presenciou a transição da gestão nas escolas militares.

O objetivo geral deste artigo foi pesquisar junto aos profissionais da educação lotados nas escolas estaduais militares se e como percebem possíveis mudanças em comparação às escolas estaduais regulares, nas quais tenham trabalhado anteriormente.

Os objetivos específicos foram: a) Realizar uma pesquisa nas escolas estaduais criadas ou transformadas em escolas estaduais militares no estado de Mato Grosso; b) Analisar a legislação relativa à educação em âmbitos nacional e estadual, enfatizando aquelas relacionadas à educação nas escolas militares estaduais; c) Processar um levantamento de normativas internas referentes ao funcionamento e à administração do espaço escolar em relação à gestão por militares estaduais à frente

das escolas estaduais militares e; d) Promover um levantamento teórico acerca do conceito de culturas escolares e gestão escolar democrática.

Concernente ao problema, destacou-se a necessidade de responder à seguinte indagação: houve mudança, na percepção dos profissionais de educação, em relação à administração das escolas estaduais militares após a assunção da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT) ou do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso (CBMMT)? As hipóteses levantadas foram: H1: Houve mudança na cultura escolar sob a gestão de militares e ela foi considerada positiva pelos profissionais de carreira da educação; H2: Houve mudança na cultura escolar sob a gestão de militares e ela foi considerada negativa pelos profissionais de carreira da educação; H3: Os profissionais de carreira da educação não perceberam mudança na cultura escolar após o início da gestão de militares.

Em relação à parte metodológica, o trabalho desenvolvido teve como base uma abordagem qualitativa. Fez-se uso, ainda, do método hipotético-dedutivo, por meio do qual partiu-se de conceitos gerais e das hipóteses levantadas, afunilando-os até estarem concentrados no tema. Quanto aos objetivos, este trabalho pode ser classificado como descritivo, considerando que seu propósito fundamental é identificar a percepção dos profissionais da educação que estão atuando nas 22 (vinte e duas) escolas estaduais militares existentes em Mato Grosso. Para tanto, perfaz a pesquisa bibliográfica para coleta de dados e aplica questionário com 10 (dez) questões fechadas e 01 (uma) aberta sobre a percepção dos participantes, disponibilizando-o a um universo de 1.025 (mil e vinte e cinco) servidores, oportunidade na qual 106 (cento e seis) deles responderam, representando 10,34% (dez inteiros e trinta e quatro centésimos percentuais) de amostra. O critério de inclusão foi o profissional possuir experiência anterior em unidades escolares de ensino regular do Estado. Para analisar os dados obtidos, esses foram tabulados e apresentados na forma de quadro, e as respostas obtidas foram postas a dialogar com a teoria.

Observa-se que, conforme dados recentes da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, existem 22 (vinte e duas) escolas estaduais militares no estado, contudo, devido à dinâmica de crescimento na quantidade das referidas

unidades de ensino, é possível mudança no número apresentado durante o transcorrer deste trabalho.

Para que sejam atingidos os objetivos estabelecidos, arvorados na metodologia apresentada, em um primeiro momento discorre-se sobre conceitos de Cultura e Gestão Escolar sob o viés democrático, de maneira ampla, elencando literaturas recentes para a pesquisa. Encontra-se conceitos não padronizados de Cultura Escolar (JULIA, 2011) e positivamente acerca do princípio da gestão democrática de ensino em âmbitos nacional (Lei nº 9.394/96) e estadual (Lei nº 7.040/98).

Em seguida, disserta-se sobre o contexto histórico e a expansão das escolas militares no país no cenário atual. Nota-se que o estado de Mato Grosso acompanha o contexto nacional em relação a expansão das escolas militares (SIQUEIRA, 2021). Depois, trabalha-se a diferença entre o modelo de gestão escolar regular e o modelo de gestão militar. Em continuação, passa-se a apresentar os temas referentes às escolas militares em Mato Grosso, atravessa pela apresentação da metodologia e finaliza com os resultados e discussões sobre a pesquisa.

AS ESCOLAS ESTADUAIS MILITARES DE MATO GROSSO

Antes de adentrar no tema acerca da transição das escolas regulares para escolas estaduais militares em Mato Grosso, é imperativo discutir dois temas base para a educação: Cultura e Gestão Escolar. Tais discussões são necessárias à medida em que se contemplam mudanças na forma de administrar escolas e influências no espaço escolar advindas dessas alterações.

É fato que toda mudança traz resistências. Nesse sentido, Santos (2005, p. 65) entende que as pessoas têm medo do novo, do desconhecido, pela insegurança gerada, e preferem se manter como estão, preservando seu *status quo*.

Uma escola de gestão regular transverter-se em uma sob a gestão baseada no militarismo pode gerar mudanças para toda a comunidade envolvida no espaço escolar; e é por isso que se justifica dissertar, inicialmente, sobre Cultura e Gestão

Escolar, de modo a promover uma compreensão sobre a mudança realizada e quanto à percepção dentro do contexto de transição de um modelo de gestão para outro.

Cultura Escolar

Cultura escolar pode ser compreendida como o conjunto de condutas e práticas que permitem a transmissão de conhecimento e, ao mesmo tempo, a incorporação de comportamentos, visando a uma finalidade. Isso pode variar de acordo a época analisada devido a “questões religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização”, conforme nos ensina Julia (2011, p. 10).

Para o autor, o estudo da cultura escolar permeia o exame preciso das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, dentro do conjunto das culturas que lhe são contemporâneas. Logo, é temerário tentar compreender a cultura no âmbito da escola sem que se contextualize a sociedade na qual ela está inserida.

Note que o autor não afirma que a cultura escolar é, necessariamente, subconjunto da cultura social, uma vez que pode haver relações conflituosas, recriando culturas. Sobre esse aspecto, Azanha (1991, p. 68) assevera: “A transmissão cultural efetuada pela escola é ao mesmo tempo uma recriação cultural e, por isso, parece ingênuo querer ignorar que a escola, pela própria lógica de seu funcionamento, modifica o conteúdo e o espírito da cultura que transmite [...]”.

De maneira semelhante, Silva (2006, p. 206) afirma que a escola, enquanto instituição da sociedade, foi construída sob confrontos e conflitos entre as influências externas e seus valores, suas tradições; como resultado, criou suas próprias formas de ação e de razão, as quais refletem na sua maneira de organizar e gerir.

Com base nos autores acima citados, é possível notar que a escola tem papel autônomo no que se refere à cultura, e não se enquadra no conformismo, em decorrência de sua própria lógica de ser, de recriar, de mudar. Para Silva (*ibidem*): “a escola tem desenvolvido um padrão cultural, não apenas de repetição de comportamentos, mas de desenvolvimento de raciocínios para a solução dos diferentes problemas e para a convivência”.

Na mesma toada, Munakata (2016, p. 122) comenta que o importante sobre a noção de cultura escolar é considerar não apenas normas e regras, “mas também, e sobretudo, a práticas, apropriações, atribuições de novos significados, resistências, o que produz configurações múltiplas e variadas, que ocorrem topicamente na escola”.

Diante da noção de cultura escolar apresentada, infere-se a impossibilidade de descrevê-la de forma genérica e padronizada. Cada escola possui uma cultura própria, que se relaciona com a comunidade a que está inserida de forma dinâmica e com influências mútuas, a que Marinho e Freitas (2018, p. 3) denominaram de “entreposto cultural”. Para os autores, o cruzamento de culturas (comunidade x escola) resulta na edificação, permanentemente em movimento, de culturas singulares.

A singularidade, ou as características próprias das escolas militares de Mato Grosso, bem como suas consequentes diferenças em relação as escolas regulares, é o que se pretende abarcar com este trabalho. Ao inquirir os profissionais de carreira da educação que ali laboram, busca-se assimilar uma parte da cultura escolar nas citadas unidades de ensino, o que permite avaliar as mudanças percebidas por eles, sob o enfoque aqui proposto.

Há de se destacar, desde logo, que as escolas estaduais militares de Mato Grosso não possuem um currículo educacional específico, sendo este o mesmo utilizado em todas as escolas estaduais do Estado. Nesta seara, cita-se o Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual da Polícia Militar Tiradentes de Cuiabá-MT, que enfatiza “o desenvolvimento de habilidades conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN” (MATO GROSSO, 2020, p. 15). Percebe-se, com isso, que se torna imperativa a observância às Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura, assim como às Orientações Curriculares da Educação Básica, promovidas pela Secretaria de Estado de Educação (MATO GROSSO, 2020, p. 19).

Conclui-se que não é a matriz curricular, mas a diferença entre a gestão escolar militar e a gestão regular, além da organização do espaço escolar nestas duas formas de gestão, sob o viés da cultura escolar, que vão distinguir as escolas

estaduais militares das demais escolas estaduais, o que será debatido ao longo do trabalho.

Gestão Escolar

Os direitos sociais, que foram um marco na promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, “são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais” (SILVA, 2001, p. 285). A educação foi arrolada como um desses direitos sociais, uma vez que a CF, prevê que a educação é um “direito de todos e dever do Estado e da família” e, ainda, que esse direito deve ser promovido e incentivado em conjunto com a sociedade, “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

No mesmo sentido, a Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA) positiva que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à educação, visando o pleno desenvolvimento de uma pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, apregoa, ainda, que toda criança e adolescente tem direito à educação (BRASIL, 1990).

Entretanto, Farenzena e Luce (2014) afirmam que não se chegou a uma proteção efetiva dos direitos à educação, ao mencionar a defasagem entre a posição das normas e sua real aplicação, destacando “[...] o persistente constrangimento das condições de qualidade no trabalho escolar, dados os déficits de formação e valorização dos docentes, bem como de infraestrutura material e tecnológica [...]” (p. 211).

Doutro lado, compreende-se que a educação se concretiza por meio da participação de todos, ou seja, urge que sua instrução se dê sob a égide do princípio da gestão democrática. Esse princípio de gestão democrática de ensino tem viés

constitucional, bem como encontra-se a mesma previsão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei nº 9.394/96.

O pilar da gestão democrática de ensino é uma educação de qualidade para todos, visando ao progresso e ao conseqüente sucesso, sem restrições de acesso de qualquer natureza, conforme apregoa Luck (2009, p. 70).

Cortez (2015, p. 15), em um estudo de caso acerca das conquistas e desafios da gestão democrática participativa, conceitua-a como um processo político em que todos os envolvidos atuam buscando o pleno desenvolvimento do aluno, com diversas atividades, diferentes acompanhamentos e múltiplas avaliações.

No contexto em questão, no estado de Mato Grosso, tem-se a Lei de Gestão Democrática (Lei nº 7.040/98), que estabelece em seu artigo 3º que: “A administração das unidades escolares será exercida pelo diretor, em consonância com as deliberações do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, respeitadas as disposições legais”.

Nesta seara de gestão democrática, é indispensável tomar como exemplo o Regimento Interno da Escola Estadual da Polícia Militar Tiradentes de Cuiabá-MT, que, em sua Seção I, art. 25, trata do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE), sendo esse instância deliberativa e consultiva, de modo que, em seu artigo 26, rege: “A função deliberativa ocorre na decisão de diretrizes e a função consultiva na emissão de pareceres, propostas alternativas de soluções e procedimentos para melhoria do trabalho escolar”.

Do contexto histórico e da expansão das Escolas Militares no Brasil

Nogueira (2014, p. 146) afirma que a evolução histórica da educação militar no Brasil caminha com a do próprio Exército Brasileiro. O autor contextualiza a criação do primeiro Colégio Militar do Brasil, em 1898, abarcando o outrora denominado “Segundo Grau”, com dupla finalidade. Primeiramente, visava-se preparar os futuros candidatos às escolas militares (futuros oficiais) e, ademais, garantir que os filhos de militares tivessem o devido respaldo do Estado na sua educação secundária.

Já para Oliveira (2020, p. 08) o surgimento das escolas militares teve viés humanitário, “para acolher os órfãos de militares mortos na Guerra do Paraguai”. Continua o autor, elencando que foi por meio do Decreto Imperial de Dom Pedro II que ocorreu a implantação do primeiro colégio militar na cidade do Rio de Janeiro. Para esse autor, a criação dos colégios militares tinha objetivo puramente assistencial, afirmação essa corroborada por Santos (2011, p. 59).

Oliveira (2020, p.08) avança afirmando que, ao longo do tempo, o modelo foi se espalhando, especialmente no governo de Juscelino Kubitschek, durante o qual foram implantados colégios nas cidades de Recife, Curitiba, Salvador e Belo Horizonte. Essa expansão conheceu um declínio ao final do período historicamente conhecido como “Ditadura Militar”, e início do período chamado de “democratização” (BITTAR; BITTAR, 2012).

Alves e Toschi (2019, p. 634) lecionam que, o tema da militarização das escolas públicas, ou da gestão militarizada (como definem), entrou em outra fase, conhecendo novamente uma expansão, a partir do estabelecimento do Decreto n.º 9.465, de 2 de janeiro de 2019, que, dentre outras coisas, alterou a estrutura regimental do Ministério da Educação, criando a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Entretanto, para Camporez (2018), no período de 2013 a 2018, o número de escolas estaduais militares saltou de 39 (trinta e nove) para 122 (cento e vinte e duas) unidades, o que se contrapõe ao afirmado por Alves e Toschi (2019, p. 634).

Sobre a expansão das escolas militares no Brasil, Benevides e Soares (2020, p. 318) afirmam que o bom desempenho dos alunos em avaliações como a Prova Brasil e o ENEM, além da rígida disciplina e respeito à hierarquia, são fatores que justificam o crescimento do número dessas instituições de ensino.

Contudo, autores como Tiolet (2019, p. 811) e Santos (2020, p. 28), têm outras visões acerca disso, e afirmam que, quando os militares assumem a tarefa de disciplinar as atividades administrativas, a unidade perde a característica de gestão democrática, pois a comunidade escolar não mais tem a autonomia de escolher seus diretores.

De forma oportuna, ademais, Bezerra (2020, p. 38), por exemplo, analisou os alunos partícipes da gestão militar e concluiu que o modelo de administração militar empregado na escola, além de satisfazer pais e professores, é justamente um dos principais motivos que fazem os pais escolherem um modelo de gestão escolar estabelecido na hierarquia e na disciplina, ao tempo que, dentre outros, o modelo impacta positivamente o comportamento dos alunos.

Importante se torna a continuação das pesquisas acerca da gestão militar e seus efeitos no espaço escolar, pois tem-se a necessidade de ampliação do diálogo educacional. Assim, “persistimos em dizer que o diálogo deve se ampliar, que a educação deve ouvir e ver os espaços e os sujeitos não escolares” (BRANDÃO, 2019, p. 21). Além disso, o diálogo entre Segurança Pública e Educação é totalmente salutar, visto que, para um desenvolvimento educacional pleno, o ambiente precisa ser seguro e propício.

Leal (2015, p. 46) leciona que “não nascerá nenhum Shakespeare num país em guerra civil, de maneira que é a segurança policial que conforta a todos à paz de espírito necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades [...]”. É nesse sentido que atua a gestão militar, valendo-se de sua autonomia e capacidade de resolver problemas, dando o devido encaminhamento para a correta solução, com vistas a uma cultura escolar proativa (LUCK, 2009, p. 22).

É de se mencionar que tanto a gestão escolar quanto a cultura escolar são os temas que subsidiam este trabalho. As mudanças já ocorreram em várias escolas outrora regulares, que foram transformadas em escolas militares. Logo, é pertinente verificar, junto aos profissionais da educação que lá labutam, se e como percebem tais mudanças (positiva ou negativamente).

Escolas Regulares X Escolas Militares

É necessário, a partir deste momento do trabalho, estabelecer as diferenças entre as escolas regulares e as escolas militares.

Benevides e Soares (2020, p. 322) lecionam que, provavelmente, a palavra “disciplina” é a primeira que vem à mente quando se faz referência a uma escola

militar. Não é de se estranhar tal lição, haja vista que é consolidado em qualquer sociedade que militares pautam no rígido controle disciplinar, o qual se faz associado a outro aspecto, a hierarquia.

Como exemplo, o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (RDPM/MT) define disciplina em seu artigo 6º, como sendo a “rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo policial-militar”.

Já sobre a hierarquia, Machado (2016, p. 66) afirma que “nas organizações militares este instituto é cultuado e valorizado, estabelecendo cada indivíduo dentro de uma ordem ascendente de autoridade em relação de subordinação”, ao tempo que é um instituto eficiente na condução de várias pessoas, resistindo por eras e tendo a lei como elemento limitador de poder. Ainda segundo a autora, esses dispositivos (hierarquia e disciplina), acrescidos da possibilidade de sanção disciplinar, sempre foram tratados com muito “glamour” na Instituição em questão, a saber, a militar.

Conclui-se que a aplicação da hierarquia e da disciplina é um grande diferencial em um ambiente escolar sob gestão militar em relação a uma gestão escolar regular. No entanto, é possível apresentar outras diferenças. Benevides e Soares (2020), por exemplo, indicam três principais aspectos que diferenciam os dois modelos de gestão escolar: autonomia da gestão, disciplina na escola e desempenho escolar.

Os autores apontam “a possibilidade de uma maior autonomia de gestão com fontes complementares de recursos” (p. 320). Segundo eles, como os recursos (financeiros e humanos) são advindos de duas secretarias distintas (Educação e Segurança Pública), em contraposição com as demais escolas, cujos recursos são oriundos apenas da Secretaria de Educação, basta aplicá-los de forma correta para que os desempenhos escolares sejam melhores.

Sobre a hierarquia e disciplina, os autores afirmam (p. 322): “As escolas militares baseiam a conduta dos estudantes em um esquema hierárquico dentro e fora de sala de aula. Ao entrar em um colégio militar, o aluno deve conhecer o regulamento disciplinar e suas diversas categorizações de transgressão disciplinar”.

Nesse sentido, também vale tomar como exemplo o Regimento Interno da Escola Estadual da Polícia Militar Tiradentes de Cuiabá-MT (2020), pois, no Capítulo I, do Título V, são apresentados os Direitos e Deveres dos alunos, abarcando, dentre outros, o horário a ser cumprido, com ênfase na pontualidade, a apresentação pessoal (uso correto de uniformes) e o comportamento. O artigo 89, inciso II, do mesmo regimento, contempla os deveres dos alunos, reiterando a pontualidade, o tratamento civilizado para com os colegas e servidores da escola, o uso correto de uniformes, bem como complementa a lista tratando do respeito para com a propriedade alheia e com os superiores, além da compostura digna dentro e fora do estabelecimento escolar.

O debate sobre a questão disciplinar é salutar em âmbito educacional. Nesse sentido, Benevides e Soares (2020, p. 322) afirmam que estudos no Brasil sugerem que há relação entre a indisciplina e o baixo desempenho acadêmico, e que o impacto disso não se mostra somente na proficiência média, citando a repetência escolar como um exemplo de resultados educacionais consequentes da falta de disciplina.

Na questão do desempenho escolar, Benevides e Soares (2020, p. 323) correlacionam o público das escolas militares com os fatores que sugerem melhores resultados escolares no Brasil, como o nível socioeconômico do estudante e da escola, sendo esses elementos os “principais fatores determinantes do desempenho escolar do ensino básico”, e ainda complementam que “No Brasil, até mesmo pelo processo seletivo de ingresso de alunos, o perfil socioeconômico dessas instituições é elevado, sendo as vagas bastante concorridas” (p. 324).

Ainda no contexto de diferenciação da gestão militar da gestão regular, no estado de Mato Grosso, ao analisar o texto da Lei n.º 11.273/2020 (que trata do funcionamento, criação ou transformação das escolas estaduais militares), percebe-se a tratativa diversa dispensada às escolas militares. A exemplo, temos em seu artigo 2º, que “As Escolas Estaduais Militares de que trata esta Lei serão implementadas por intermédio de ações conjuntas da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso”. Aqui, temos duas Secretarias, a SEDUC e a Secretária de Segurança Pública -SESP, esta

representada pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros Militar, atuando juntas em prol da educação.

No mesmo artigo 2º da Lei nº 11.273/2020, encontra-se também a finalidade das referidas escolas como sendo “proporcionar uma educação de excelência e a garantia ao enfrentamento da violência no ambiente escolar, com vistas à promoção da cultura da paz, o exercício da cidadania e do patriotismo”. Verifica-se, assim, que os três aspectos diferenciadores citados por Benevides e Soares (2020) foram aglutinados nesse artigo: recursos das Secretarias de Educação e Segurança Pública, disciplina e desempenho escolar.

Ademais, conforme a lei acima mencionada, o cargo de diretor das escolas estaduais militares é de competência de um oficial militar, preferencialmente de um oficial superior designado pelos Comandantes-Gerais da PMMT ou do CBMMT (art. 8º, *caput*) assessorados por militares, podendo ser da ativa ou da inatividade. Aqui, tem-se mais uma pontual diferença.

Continuando, no artigo 3º do mesmo dispositivo, a lei trata dos objetivos das escolas estaduais militares, dentre os quais, estão “usar como instrumentos educacionais o ensino do civismo, o respeito às leis, aos direitos e deveres do cidadão, e os ideais da família”; “aumentar os índices de aprovação dos estudantes da rede pública de ensino nos certames de acesso às instituições de ensino superior, bem como sua inserção no mercado de trabalho”; “valorizar os profissionais da educação”; e “obter avanços nos parâmetros de segurança pública cidadã na comunidade escolar, por meio da participação integrada da sociedade e dos órgãos públicos, como ferramenta transformadora da gestão do ensino”.

Em complemento, no artigo 4º do mesmo diploma, tem-se as atividades a serem desempenhadas de forma obrigatória, cuja finalidade é atingir os apontados objetivos. Dentre essas atividades obrigatórias, tem-se a “execução diária do hino nacional em postura adequada”, “uso de uniforme próprio da respectiva Escola Militar”, “estímulo de valores e princípios militares”, “prática de atividades esportivas que estimulem disciplina, autocontrole e cooperação” e “formaturas e desfiles militares”. Nota-se, com ênfase, que essas atividades elencadas são obrigatórias nas escolas de gestão militar, enquanto as escolas regulares estão

“desobrigadas” a tais realizações, o que indica mais uma forte diferença nos espaços escolares em apreço.

Ainda arvorado na Lei n.º 11.273/2020, visualiza-se mais um diferencial de extrema importância no que tange a seletividade dos alunos. Os discentes que passaram pelo processo de transformação de uma escola regular para uma escola sob a gestão militar e que tenham interesse terão assegurados a permanência e matrícula. Já para os que não têm o mesmo desejo, “será garantida a matrícula em outra unidade escolar da rede pública estadual mais próxima de seu local de moradia” (MATO GROSSO, 2020). O destaque está nos anos subsequentes à criação ou transformação das referidas unidades de ensino, onde a entrada dos novos alunos se dará mediante processo seletivo no qual 20% (vinte por cento) das vagas existentes serão destinadas a dependentes legais de militares estaduais.

Portanto, cabe neste trabalho esclarecer que é a partir dessas características e de seus reflexos na proficiência dos alunos, bem como no cotidiano dos servidores da educação, que se desenvolverá este artigo, com foco na discussão das diferenças entre a gestão escolar militar e a regular, passando, também, pela organização do espaço escolar e pelo viés da cultura escolar, entendida “[...] como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos [...]” (JULIA, 2011, p. 10).

Neste contexto, é imperativo estabelecer, também, as diferenciações quanto as nomenclaturas “Escolas Militares” e “Escolas Cívico-Militares (Ecm)”, conceitos que vêm sendo utilizados sem o devido esclarecimento. Aliás, Tiolet (2019, p. 810) enfatiza que esses tipos de escolas vêm se expandindo, mas sem objetivos claros, e recebem denominações diversas, tais como “Colégio Militar” - confundindo-se, assim, com o modelo já consolidado, e Escola de “gestão militar” e escola “cívico-militar”.

E quanto às escolas estaduais de Mato Grosso que passaram a ser geridas por militares estaduais (PM ou CBM)? Conquanto haja alguma semelhança com o modelo de Escola Cívico-Militar (Ecm), proposto pelo governo federal através do Decreto n.º 10.004 de 05 de setembro de 2019, é oportuno esclarecer que com ele não

se confunde por diversas razões, as quais pontuaremos algumas, como o fato de no estado de Mato Grosso haver legislação própria (Lei nº 11.273/2020) com positivamente alheias às contidas Decreto Federal, ao tempo que as Ecim aderem ao Programa Nacional das Escolas Cívicos-Militares (Pecim), o que não é o caso das escolas que integram o *corpus* deste trabalho. Outra diferença importante está na nomenclatura. Em Mato Grosso a legislação denomina as escolas criadas ou transformadas para a gestão militar de “Escolas Estaduais Militares”, sendo essa a forma pela qual devem ser referidas estas unidades de ensino.

Das Escolas Estaduais Militares em Mato Grosso

Historicamente, no estado de Mato Grosso, foi criada pelo Decreto n.º 2.364, de 22 de dezembro de 1986, a escola que recebeu o nome de Escola Estadual de 1º Grau da Polícia Militar Tiradentes.

Durante os seus três primeiros anos, a unidade escolar não era militarizada, em que pese sua denominação assim sugerir. Somente em 1990, através do Decreto n.º 2.659, de 13 de junho, a escola passou a ser administrada pela Polícia Militar e recebeu o nome de Escola Preparatória de I e II Graus da Polícia Militar “Tiradentes”. Finalmente, a unidade de ensino foi denominada Escola Estadual da Polícia Militar “Tiradentes”, a partir do Decreto n.º 1.826 de 11 de outubro de 2000.

Hodiernamente, seguindo a tendência de expansão das Escolas Militares, no estado de Mato Grosso, foi editada a Lei nº 11.273 de 18 de dezembro de 2020, que regulamenta o funcionamento e a criação, ou transformação, das escolas estaduais em instituições de gestão militar. No contexto, há vinte e duas escolas militares estaduais em Mato Grosso, sendo vinte e uma sob a gestão administrativa da Polícia Militar. Essas escolas estão nas cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Confresa, Sorriso, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Juara, Barra do Garças, Cáceres, Sinop, Tangará da Serra, Vila Rica, Água Boa, Diamantino, Nova Xavantina, Pontes e Lacerda, Juína e Rondonópolis, e uma se encontra sob a administração do Corpo de Bombeiros Militar localizado em Alta Floresta (MATO GROSSO, 2022).

Vale destacar que, em 2019, havia 07 (sete) escolas militares estaduais em Mato Grosso e, em 2021, já havia 13 (treze), saltando para 22 (vinte e duas) em 2022 (SIQUEIRA, 2021). Quanto aos alunos matriculados nas escolas estaduais militares, em 2020, havia cerca de três mil alunos, aumentando para quase de nove mil em 2021 (FONTES, 2021).

METODOLOGIA

Esta pesquisa teve como objetivo conhecer a percepção dos servidores da educação que laboram nas escolas estaduais militares de Mato Grosso sob a gestão da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar. Vale ressaltar que, neste estudo, o termo “percepção” não se baseia em distinções de ordem teórica, tendo sido usado tão somente o conceito tal como trazido pelo Dicionário Aurélio Online (Dicio), isto é, com a designação de “Ação ou efeito de perceber, de compreender o sentido de algo por meio das sensações ou da inteligência [...]”.

O estudo desenvolvido teve como base uma abordagem qualitativa. Esse tipo de investigação possibilita tanto a compreensão quanto a interpretação do fenômeno considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica (MENEZES et al., 2019, p. 29). Fez-se uso, ainda, do método hipotético-dedutivo, consoante a visão de Prodanov e Freitas (2013, p. 32), os quais que asseveram que o referido método “inicia-se com um problema ou uma lacuna no conhecimento científico, passando pela formulação de hipóteses e por um processo de inferência dedutiva, o qual testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela referida hipótese”.

Conforme definem Prodanov e Freitas (2013, p 52), há pesquisa descritiva “[...] quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles”. Ou seja, para os autores, esse perfil de pesquisa envolve “o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento”. Por isso, quanto aos objetivos, este trabalho pode ser classificado como descritivo, considerando que seu objetivo

fundamental é identificar a percepção dos profissionais da educação que estão atuando nas escolas estaduais militares.

A pesquisa foi realizada com profissionais de escolas estaduais militares de Mato Grosso, em outras palavras, os participantes da pesquisa são os profissionais da carreira de educação que atuam nas 22 (vinte e duas) escolas militares estaduais existentes. Dentre os profissionais, tem-se ocupantes dos cargos de professores, técnicos administrativos educacionais e de apoio administrativo educacional. Considerando as descrições presentes no artigo 2º da Lei Complementar nº 50 de 01 de outubro de 1998 – Mato Grosso, esse grupo perfaz, atualmente, o total de 1.025 (mil e vinte e cinco) servidores (MATO GROSSO, 2022).

A pesquisa obteve 106 (cento e seis) participantes, uma amostra que corresponde 10,34% (dez inteiros e trinta e quatro centésimos percentuais) do total de 1.025 (mil e vinte e cinco) do universo de servidores. O critério de inclusão foi o profissional possuir experiência anterior em unidades escolares de ensino regular do Estado.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário, o que permite a padronização das informações coletadas, e visou-se ao estabelecimento de relações entre as variáveis possíveis apresentadas pela população que foi objeto da pesquisa (GIL, 2002, p. 114-115). O questionário apresentou 10 (dez) questões fechadas e 01 (uma) aberta, bem como abordou assuntos sobre tempo de serviço e a percepção dos profissionais frente à nova gestão do espaço escolar, agora exercida por militares estaduais.

Para elaboração do questionário, foram utilizadas ferramentas do Microsoft Office, tais como Word e Excel. Por sua vez, para enviar aos participantes o questionário presente na ferramenta Google Forms, os diretores das unidades de ensino atuaram como mediadores desse contato, uma vez que encaminharam o link sendo utilizado para os grupos de aplicativos de mensagem instantânea (WhatsApp).

A escolha do questionário online deveu-se ao fato de que os servidores da educação que laboram nas escolas estaduais militares de Mato Grosso encontram-se espalhado por diversas cidades do estado. Assim, usar a ferramenta tecnológica permitiu alcançá-los sem dispêndio financeiro e de forma mais dinâmica.

Para analisar os dados obtidos, esses foram tabulados e apresentados na forma de quadro, permitindo a comparação da percepção dos profissionais da área educacional quanto ao antes e ao depois da implantação da gestão militar nas escolas consideradas, além dos resultados nascentes dessa comparação.

Dentre os procedimentos adotados, ademais dos já elencados acima para envio e aplicação do questionário, está o envio do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), para análise e deferimento, em consonância com o preceituado na Resolução CNS 510/2016, de 07 de abril de 2016, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Além disso, foi feito um levantamento bibliográfico, no sentido de buscar autores recentes e tradicionais, para construir uma fundamentação teórica que viabilizasse discutir os conceitos de educação, gestão escolar e cultura escolar. Também foi processada uma pesquisa em relação às normas legais que tratam sobre o tema. Por fim, foram selecionados documentos, tais como o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Interno da Escola Estadual Tiradentes de Cuiabá-MT, para comparar a compatibilidade das normas internas da instituição de ensino com os requisitos de uma gestão democrática, de modo a verificar se esses critérios estão alinhados com leis e normas estaduais e nacionais. Por último, após essas etapas, aplicou-se o questionário para alcançar o objetivo anunciado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Questão n.º 1 - Qual seu cargo?

Os resultados apontam que a maioria dos respondentes são professores (69,2%), conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Cargos dos respondentes do questionário

Respostas	Número de Respostas	Percentuais
Professor	74	69,2%
Técnico Administrativo Educacional	5	4,6%
Apoio Administrativo Educacional	28	26,2%
Total	107	100%

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir das respostas do questionário aplicado.

Os dados não causam estranheza, considerando que proporção semelhante contempla o quantitativo total dos servidores da educação que laboram nas escolas estaduais militares, conforme dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Educação, sendo: 687 (seiscentos e oitenta e sete) professores, 78 (setenta e oito) técnicos administrativos educacionais e 260 (duzentos e sessenta) que trabalham no apoio administrativo educacional (MATO GROSSO, 2022).

Insta frisar que o percentual apresentado fortalece a pesquisa, haja vista que são os docentes que mais têm contato com os alunos, portanto, detêm mais propriedade para perceberem possíveis mudanças na cultura escolar.

Questão n.º 2 - Há quanto tempo atua na área da educação?

Quadro 2 - Respostas sobre o tempo de serviço na área da educação

Respostas	Número de Respostas	Percentuais
Menos de 05 anos	25	23,6%
Mais de 05 anos	79	74,5%
Não quero responder	2	1,9%
Total	107	100%

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir das respostas do questionário aplicado

Tendo que a maioria (74,5%) dos servidores respondentes atuam há mais de 05 anos na área de educação, os números sugerem que a amostra desta pesquisa detém a experiência necessária para realizar uma avaliação pedagógica assertiva, ou seja, consegue discorrer sobre proficiência, dedicação, desempenho e comportamento

dos alunos. Tal cenário dá margem suficiente para que os resultados sejam considerados seguros.

Questão n.º 3 - Já atuou em escolas públicas estaduais regulares (não militares)?

Quadro 3 - Respostas sobre terem trabalhado em escolas públicas não militares

Respostas	Número de Respostas	Percentuais
Sim	101	94,4%
Não	3	2,8%
Não quero responder	3	2,8%
Total	107	100%

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir das respostas do questionário aplicado.

Essa pergunta teve o condão de selecionar a amostra por homogeneidade (critério de inclusão e exclusão), com vistas a atingir ao objetivo proposto: avaliar a percepção sobre a mudança de gestão. É fato que os respondentes que não trabalharam em escolas públicas regulares não conseguem mensurar a diferença. Portanto, para esses, o questionário foi encerrado automaticamente, permanecendo somente aqueles que afirmaram já ter trabalhado em escolas regulares.

Questão n.º 4 - Por quanto tempo atuou em escolas regulares (não militares)?

Quadro 4 - Tempo de atuação em escolas não militares

Respostas	Número de Respostas	Percentuais
Menos de 05 anos	31	31%
Entre 05 e 10 anos	29	29%
Mais de 10 anos	40	40%
Não quero responder	0	0%
Total	100	100%

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir das respostas do questionário aplicado.

Conquanto haja equilíbrio nas respostas, sensível maioria (40%) atuou mais de 10 (dez) anos em escolas regulares, o que infere maior tempo de experiência sobre a realidade delas e, por consequência, melhor avaliação sobre a percepção relativa às mudanças de gestão das unidades de ensino.

Oportunamente, esses mesmos profissionais com experiências laborais com a escola sob gestão regular e com a escola sob gestão militar, podem analisar a percepção aqui buscada, quando se comparam estas experiências vividas.

Questão n.º 5 - Há quanto tempo atua em Escola Militar?

Os dados apontam para o fato de que a maioria dos respondentes (53,5%) atua há menos de 01 (um) ano nas escolas estaduais militares, seguidos por aqueles que laboram nessas escolas entre 01 (um) e 05 (cinco) anos (41,6%). Ou seja, 95,1% dos respondentes atuam há poucos anos nas mencionadas unidades de ensino. Os números também não causam estranheza, considerando que a transformação de escolas regulares em escolas estaduais militares é projeto relativamente novo, inclusive, a atual norma que regulamenta esta situação no Estado de Mato Grosso, conforme já relatado, é a Lei nº 11.273 de 18 de dezembro de 2020.

Esse resultado não prejudica a pesquisa, pois os respondentes, mesmo com pouco tempo de labor nas escolas sob novo modelo de gestão, podem perceber se houve mudança na cultura escolar e avaliar se ela foi positiva ou não.

Questão n.º 6 - Percebeu mudança em relação a gestão do espaço escolar?

Como ratificação da análise da questão anterior, a maioria dos respondentes (92,1%) afirmou que percebeu mudança em relação ao espaço escolar, o que possibilitou refutar a hipótese 3 estabelecida – a saber, a de que os profissionais da educação não perceberam mudança na cultura escolar após o início da gestão de militares, restando verificar se ela foi positiva ou negativa.

Questão n.º 7 - Qual sua percepção em relação à mudança?

Quadro 5 - Avaliação quanto à mudança percebida

Respostas	Número de Respostas	Percentuais
Positiva	91	91%
Negativa	1	1%
Nem positiva, nem negativa	6	6%
Não quero responder	2	2%
Total	100	100%

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir das respostas do questionário aplicado.

A maioria dos respondentes (91%) avalia a mudança ocorrida na questão anterior como positiva, o que confirma a hipótese 1 levantada - a de que houve mudança positiva na cultura escolar sob a gestão de militares -, o que possibilita refutar, automaticamente, a hipótese 2, isto é, a perspectiva de houve mudança negativa na cultura escolar sob a gestão de militares.

É importante frisar que Bezerra (2020, p. 38), em sua pesquisa na escola estadual militar Dom Pedro II, a qual está sob a gestão do CBMMT, identificou índices semelhantes ao resultado aqui apresentado, ao elencar que, apesar do pouco tempo sob a gestão militar, houve influência positiva no comportamento dos alunos, ao mesmo tempo em que criou-se uma expectativa de que essa positividade terá reflexos na fase adulta.

Questão n.º 8 - Considera que o exercício dos trabalhos concernentes ao seu cargo tenha sido facilitado sob a atual gestão militar?

Quadro 6 – Facilitação do desempenho da função,
após a mudança na gestão da escola

Respostas	Número de Respostas	Percentuais
Sim	85	84,2%
Não	12	11,9%
Não quero responder	4	3,9%
Total	101	100%

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir das respostas do questionário aplicado.

Nessa seara, é importante destacar que a Lei Complementar n.º 50, de 1º de outubro de 1998, define as atribuições de cada cargo dos servidores de carreira da educação, especificamente nos seus artigos 5º e 7º. Portanto, impende esclarecer que cada respondente, sendo profissional de carreira da educação, emitiu opinião sobre sua esfera de atuação, seja professor, técnico ou apoio educacional.

Ao correlacionar os dados desta questão com a de n.º 01, em que a maioria dos respondentes disseram ser professores, verifica-se que a mudança de gestão das escolas estaduais regulares para escolas estaduais militares promoveu uma facilitação do desempenho das funções, mormente, em sala de aula.

É imperativo abordar o tópico da disciplina como fomentadora da educação, lembrando que disciplina é “[...] a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos [...]” (Art. 6º, RDPM/MT). Da mesma forma, o respeito à hierarquia teve sua contribuição no resultado, observando que hierarquia é um “[...] recurso inteligente que tem resistido eras e demonstrado eficiência ímpar na condução de grande número de pessoas. Convém lembrar que o limite da lei também está imposto a este poder de mando” (MACHADO, 2016, p. 66).

Tais características da disciplina e da hierarquia, aplicadas à educação, seguramente se manifestam como respeito aos profissionais desse segmento, em especial aos professores que, em sala de aula, conseguem desempenhar seu cargo com mais tranquilidade.

Questão n.º 9 - Em relação à contribuição na parte pedagógica, no aprendizado dos alunos, você considera que a gestão militar...

Quadro 7 – Contribuição na proficiência dos alunos

Respostas	Número de Respostas	Percentuais
Contribuiu positivamente	92	91,2%
Contribuiu negativamente	0	0%
Não ocasionou mudanças	5	4,9%
Não quero responder	4	3,9%
Total	101	100%

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir das respostas do questionário aplicado.

Os dados apontam que a maioria dos respondentes (91,2%) considera que a proficiência dos alunos teve contribuição positiva com a gestão militar das escolas. Impende aqui, estabelecer a relação entre a disciplina e o desempenho escolar.

Para isso, retoma-se Benevides e Soares (2020), os quais afirmam que estudos no Brasil sugerem que há relação entre a indisciplina e o baixo desempenho acadêmico, e que o impacto disso não se mostra somente na proficiência média, citando a repetência escolar como um exemplo de resultados educacionais consequentes da falta de disciplina.

Questão n.º 10 - Em sua percepção, o aumento do número de escolas sob a gestão militar nas escolas de Mato Grosso é...

Os dados denotam que a maioria dos respondentes (87,1%) percebe positivamente o aumento do número de escolas estaduais militares. É fato que, como já dito anteriormente, o número de escolas regulares transformadas para o modelo de escolas estaduais militares saltou de 07 para 22 em três anos, e o resultado dessa questão sugere que o caminho traçado nesse sentido tem aprovação dos servidores da educação, que veem benefícios em tais mudanças.

Novamente, é possível mencionar Bezerra (2020, p. 38), que afirmou que “os métodos militares de administração, estabelecendo a hierarquia e disciplina,

não apenas satisfazem pais e professores, como é um dos fatores que fazem com que os pais busquem o modelo educacional para seus filhos”.

Questão n.º 11 - Como você avalia a gestão atual, militar, no espaço (ambiente) escolar?

Esse item permitiu ao respondente se manifestar livremente sobre sua percepção da gestão militar nas escolas estaduais com relação ao espaço escolar.

Quadro 8 - Síntese da avaliação dos servidores quanto à gestão militar e o espaço escolar

Respostas (avaliação)	Quantas vezes apareceram
Boa ou bom	03
Positiva	17
Excelente	07
Ótimo ou ótima	04
Muito Bom ou Muito Boa	07
Satisfatório ou satisfatória	02
Outras respostas positivas	11
Escola e Militares estão em fase de adaptação	03
Resposta neutras	01
Não sei responder	09
Respostas negativas	03
Nota 6	01
Nota 8	02

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir das respostas do questionário aplicado.

Para fins didáticos, as respostas foram sintetizadas no quadro acima, aglutinando as respostas semelhantes e demonstrando a quantidade de vezes em que cada uma delas apareceu. Alguns respondentes preferiram apresentar algum comentário adicional e outros atribuíram nota (6 e 8) à gestão militar.

Insta destacar que as críticas apresentadas recaem sobre as funções das organizações militares, uma vez que, segundo dois dos respondentes, a educação escolar seria responsabilidade das escolas e dos pais e não das polícias ou bombeiros.

Importa destacar, também, que a maioria dos respondentes avaliam a gestão militar como positiva, com 51 (cinquenta e uma) respostas neste sentido,

sendo que 05 (cinco) respondentes destacam a disciplina como o principal ganho para a escola.

No mesmo sentido, Bezerra (2020, p. 32), ao analisar a influência dos métodos militares de administração escolar, na visão dos professores da Escola Militar Dom Pedro II, constatou que 66,67% dos entrevistados definiram que o modelo em questão “contribui muito”, enquanto 33,33% deles acreditam que a gestão militar “contribui totalmente” para um ambiente educacional mais efetivo.

Não se pode deixar de evidenciar que 03 (três) dos respondentes afirmaram que a escola e as instituições militares estão em fase de adaptação, ou seja, ainda têm o que ser trabalhado para que se possa estabelecer uma doutrina ou cultura militar em meio ao espaço da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O número de escolas estaduais regulares transformadas para o modelo de gestão de escola estadual militar cresceu nos últimos anos no estado de Mato Grosso, saltando de 07 (sete), em 2019, para 22 (vinte e duas) no ano de 2022. Essa transição, como restou demonstrado, alterou o espaço escolar sob o viés da cultura escolar. Nesse sentido, este trabalho avaliou se tal mudança é percebida no cotidiano de parte da comunidade escolar, em específico no que se refere aos servidores da educação que labutam em tais escolas.

Como visto, o estudo respondeu o problema proposto – a saber: houve alteração, na percepção dos profissionais de educação, em relação à administração das escolas estaduais militares após a assunção da Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar? – por meio da inferência de que os sujeitos desta pesquisa percebem que houve, de fato, alteração em relação à administração das escolas estaduais militares após a mudança de gestão.

Ademais, os objetivos propostos foram atingidos, à medida em que foi possível verificar que a maioria dos que responderam ao questionário perceberam mudanças positivas, tanto no aspecto da proficiência dos alunos, quanto no seu

desempenho do trabalho, corroborando o posicionamento deles sobre a percepção salutar na expansão das referidas escolas.

Portanto, das 03 (três) hipóteses levantadas, apenas a primeira foi confirmada, a qual é aqui reiterada: “H1 - Houve mudança na cultura escolar sob a gestão de militares, considerada positiva pelos profissionais de carreira da educação”. As demais (H2 - Houve mudança na cultura escolar sob a gestão de militares, considerada negativa pelos profissionais de carreira da educação; H3 - Os profissionais de carreira da educação não perceberam mudança na cultura escolar após o início da gestão de militares) foram refutadas.

Percebeu-se ainda, que o fato de as escolas estarem sendo dirigidas por militares não suprime a gestão democrática de ensino, ao mesmo tempo em que tem base normativa legal, tanto em nível estadual, como nacional.

Também foi possível adentrar a seara da cultura escolar das escolas estaduais militares de Mato Grosso, mesmo que de forma fragmentada, pois focou-se somente em parte da comunidade escolar. Ainda sobre a cultura escolar, restou claro, pelo levantamento bibliográfico e pelos dados dos questionários, que é ela que estabelece diferença entre as escolas estaduais militares e as demais escolas, principalmente no que concerne ao comportamento dos alunos para com os professores, os técnicos administrativos e o apoio administrativo, o que revela que a disciplina e o respeito à hierarquia produzem efeitos positivos no desempenho das suas funções.

Dessa forma, ancorado no presente estudo, esta pesquisa contribui para que a escola estadual militar seja vista como uma proposta pedagógica de qualidade no que tange à educação. Auxilia ainda para afastar as opiniões negativas sobre o modelo em debate, bem como pode estimular políticas públicas no sentido de ampliar ainda mais a atual expansão das referidas unidades de ensino.

Contudo, cabe esclarecer que este trabalho teve dois fatores limitantes. Primeiramente, não foi possível adentrar as particularidades de cada função dos profissionais da carreira de educação, pois isso demandaria maior tempo de estudo e fugiria dos objetivos de uma pesquisa do tipo artigo científico. Além disso, a proporção entre a amostra e o universo desta pesquisa poderia ser ampliada, não

fosse o período de final de recesso e início das atividades escolares, momento em que o questionário foi disponibilizado, considerando o cronograma da pesquisa. Ainda assim a meta central foi atingida, ao identificar que as percepções predominantes encaram a mudança destacada como positiva.

Não se pretende, com este trabalho, encerrar o debate sobre as escolas estaduais militares. Pelo contrário, o intuito é fomentar maiores discussões sobre as mencionadas unidades de ensino que, apesar do pouco tempo de implantação, vem sendo percebidas de forma positiva pela comunidade escolar. Dessa maneira, espera-se motivar outras pesquisas mais desenvolvidas que contemplem outros aspectos deste rico campo de estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Miriam Fábria; TOSCHI, Mirza Seabra. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.I.], v. 35, n. 3, p. 633, dez. 2019. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/96283/55500>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

AZANHA, José Mário Pires. Cultura escolar brasileira. **Rev. USP**, (8), 65-69, 1991. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/52136>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

BENEVIDES, Alessandra de Araújo e SOARES, Ricardo Brito. Diferencial de desempenho de alunos das escolas militares: o caso das escolas públicas do Ceará. **Nova Economia**, 2020, v. 30, n. 1, pp. 317-343. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-6351/3929>>. Acesso em: 29 jan. 2022.

BEZERRA, Flávio Glêdson Vieira. Estudo diagnóstico do impacto da Administração Escolar Militar na Educação dos alunos da Escola Militar do Corpo de Bombeiros “Dom Pedro II”. **Revista Homens do Mato**. Mato Grosso. V 20, p. 13-30, 2020. Disponível em: <<http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/451>>. Acesso em: 29 jan. 2022.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, n. 2, p. 157-168, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/17497/pdf>> Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Decreto n.º 9.465, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores -

DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jan. 2019.

_____. Decreto n.º 10.004, de 05 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 set. 2019.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. **Diário Oficial da União**, n.º 98, Seção 1, p. 44-46, 24 mai. 2016.

BRANDÃO, Nágila de Moura. **Educação, ambiente e segurança: entre o educar e o proteger**. 2019. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8680>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

CAMPOREZ, Patrik. Número de escolas públicas “militarizadas” no país cresce sob o pretexto de enquadrar os alunos. **Rev. Época**, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/numero-de-escolas-publicas-militarizadas-no-pais-cresce-sob-pretexto-de-enquadrar-os-alunos-22904768>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

CORTEZ, Catarina de Arruda. **Conquistas e Desafios da Gestão Escolar na Prática da Gestão Democrática Participativa: Um Estudo de Caso na Cidade de Querência (MT)**. Tese (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais, p. 47. 2015.

COSTA, Eduardo Moura da. O conceito de percepção para Alexander Luria e a controvérsia com Kurt Koffka. **Memorandum**, 32, 14-32, 2017. Disponível em: <seer.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6204>. Acesso em: 10 mar. 2022.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Significado de percepção**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/percepcao/>>. Acesso em: 09 mar. 2022.

FARENZENA, Nalú; LUCE, Maria Beatriz. Políticas Públicas de Educação no Brasil: Reconfigurações e ambiguidades, In: MADEIRA, Ligia Mori (Org.). **Avaliação de Políticas Pública**, 195-215. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

FONTES, Andreia. Escolas Militares de MT se destacam no Ideb e Governo planeja dobrar número de unidades no Estado. **Site Secretaria de Estado de Educação**, 2021. Disponível em: <<http://www3.seduc.mt.gov.br/-/16542271-escolas-militares-de-mt-se-destacam-no-ideb-e-governo-planeja-dobrar-numero-de-unidades-no>>

_____. **Decreto n.º 1.329, de 21 de abril de 1978.** Aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (RDPM/MT).

_____. **Lei n.º 11.273/20, de 18 de dezembro de 2020.** Regulamenta o funcionamento e a criação ou transformação, no âmbito da PMMT, das Escolas Estaduais da Polícia Militar Tiradentes, e no âmbito do CBMMT, das Escolas Estaduais do Corpo de Bombeiros Militar Dom Pedro II, no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

_____. Lei Complementar n.º 50, de 1º de outubro de 1998. Dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso. **Diário Oficial de Mato Grosso.**

MARINHO, Paulo; FREITAS, Marinaide. A (re)produção da cultura docente na cultura escolar: categorias êmicas-éticas na compreensão das ações cotidianas de Professores. **Linhas Críticas**, v. 24, 2018, Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193567199005>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

MENEZES, Afonso Henrique Novaes et al. **Metodologia Científica:** teoria e aplicação na educação a distância. Petrolina: UFVSE, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

MUNAKATA, Kazumi. Livro Didático como indício da cultura escolar. **História da educação**, n. 50, v. 20, p. 119-138. Set./dez., Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/624037>>. Acesso em: 09 fev. 2022.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. Educação militar no brasil: um breve histórico. **CAMINE: Caminhos da Educação**, v. 6, n. 1, p. 146-172, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/1052/1124>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

OLIVEIRA, Lucas Canêlhas Fontes de. **Escola Militar de Três Corações:** Arquitetura escolar como agente produtor do espaço urbano. TCC (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo), Centro Universitário do Sul de Minas - UNIS, Varginha, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.unis.edu.br/handle/prefix/1341>>. Acesso em: 29 jan. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

SANTOS, Cleber Borges dos. **Desigualdades escolares**: as diferenças de rendimento escolar dos alunos amparados e concursados no Colégio Militar de Fortaleza 2011. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2011. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC-7_7130b3b08e4cd3ab90e88bfc0d8e6e83>. Acesso em: 30 jan. 2022.

SANTOS, João Alberto dos. Estudo sobre a questão da mudança e da resistência à mudança nas organizações. **Rev. de Ciência Gerenciais**, v. 9, n. 11, p. 62-71, 2005. Disponível em: <<https://revista.pgsskroton.com/index.php/rcger/article/view/2730>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Cultura Escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Rev. Educar**. Curitiba, n. 28, p. 201-216, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/w6kJ5hdSGVRnhRWTVP68D3P/?lang=pt>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

SIQUEIRA, Débora. Com melhores resultados no Ideb, educação militar completa 35 anos em MT. **Site Secretaria de Estado de Segurança Pública**, 2021. Disponível em: <<http://www.sesp.mt.gov.br/-/17606613-com-melhores-resultados-no-ideb-educacao-militar-completa-35-anos-em-mt>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

TIELET, Maria do Horto Salles. Expansão das escolas e colégios militares retoma a lógica da exclusão. **RBPAAE**, v. 35, n. 3, p. 806-827, set./dez. 2019. Disponível em: <DOI: 10.21573/vol35n32019.93780>. Acesso em: 02 fev. 2022.

VILELA, Pedro Rafael. **Governo prevê implantação de 216 escolas cívico-militares até 2022**. Site Agência Brasil, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-11/governo-preve-implantacao-de-216-escolas-civico-militares-ate-2022>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E A EFETIVIDADE NO ASSESSORAMENTO DO COMANDO DO 11º COMANDO REGIONAL SOBRE ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

João Batista Farias Junior¹

Rebert Santos Silva²

Clarindo Alves de Castro³

RESUMO

Este artigo se propôs verificar a efetividade do assessoramento ao comando do 11º Comando Regional da Polícia Militar, de Primavera do Leste-MT, mediante conhecimento produzido pela Agência Regional de Inteligência, atinente ao enfrentamento das organizações criminosas. Nesse sentido, buscou-se responder ao seguinte problema: o conhecimento produzido pela Agência Regional de Inteligência, em relação às organizações criminosas, assessora de forma efetiva, o comandante daquela Unidade, nas suas tomadas de decisões? Formulou-se, então, a hipótese de que há o assessoramento efetivo ao comando do 11º Comando Regional, no combate às organizações criminosas. A pesquisa utiliza o método hipotético-dedutivo, tendo abordagem qualitativa e coleta de dados por aplicação de um questionário online, além de entrevista. Os resultados inferem que não há efetividade no assessoramento ao comando, em razão da falta da figura do analista naquela Agência Regional de Inteligência.

Palavras-chave: *Atividade de Inteligência - Organizações Criminosas - Doutrina - Produção de Conhecimento.*

ABSTRACT

This article aimed to verify the effectiveness of advising to the command of the 11th Regional Command of the Military Police, of Primavera do Leste-MT, through knowledge produced by the Regional Intelligence Agency, regarding the confrontation of criminal organizations. In this sense, we sought to answer the following problem: Does the knowledge produced by the Regional Intelligence Agency, about criminal organizations, effectively advise the commander of that Unit, in its decision-making? Then, the hypothesis was formulated that there is effective advice to the command of the 11th Regional Command, against criminal organizations. The research uses the hypothetical-deductive method, with a qualitative approach and data collection by applying an online questionnaire, in addition to an interview. The results infer that there is no effectiveness in advising to the command, due to the lack of the figure of the analyst in that Regional Intelligence Agency.

Keywords: *Intelligence Activity - Criminal Organizations - Advice - Drug Trafficking - Knowledge Production.*

¹ Capitão PMMT. Especialista em Gestão de Segurança Pública pela APMCV/PMMT.

² Capitão PMMT. Especialista em Gestão de Segurança Pública pela APMCV/PMMT.

³ Coronel RR da PMMT. Mestre em Educação pela UFMT.

INTRODUÇÃO

O 11º Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (11º CR/PMMT) é responsável por exercer a polícia ostensiva e a preservação a ordem pública em seis municípios do estado de Mato Grosso, sendo eles: Primavera do Leste, Campo Verde, Paranatinga, Poxoréo, Santo Antônio do Leste e Gaúcha do Norte.

O acesso a região é feito pelas rodovias BR 070, BR 242, MT 130 e MT 020. Sua posição geográfica privilegiada e seu grande potencial agroindustrial têm atraído grupos de organizações criminosas. Essas organizações têm como objetivo controlar as rotas do tráfico de drogas e obter o monopólio da comercialização, além de se estabelecer na região sua estrutura organizacional, causando transtornos ao estado e exigindo ações eficazes de enfrentamento.

O conhecimento de inteligência, produzido pela agência de inteligência, pode contribuir no auxílio da compreensão das peculiaridades do município de Primavera do Leste- MT e, conseqüentemente, será possível assessorar e sugerir ações apropriadas no controle e acompanhamento das organizações criminosas.

A atividade de inteligência de Segurança Pública (ISP) está intimamente relacionada com aspectos de prevenção, antecipação e assessoramento, os quais são primordiais para o desenvolvimento de ações de prevenção e/ou repressão da criminalidade de maneira geral. A prevenção tem como escopo analisar as formas de possível atuação das organizações criminosas ou do criminoso num aspecto geral, possibilitando assim a antecipação que pode ser desenvolvida através de meios e ações dos órgãos de segurança pública, em especial, da Polícia Militar, e a junção da prevenção e antecipação proporcionaria um assessoramento mais efetivo. Nesse sentido, a ISP assessora o processo decisório, por meio da produção do conhecimento e tem um papel fundamental no enfrentamento às organizações criminosas. Exemplo disso, considerando o crescimento da atuação da organização criminosa denominada

Comando Vermelho em todo o estado, em particular no município de Primavera do Leste-MT, tem se tornado um desafio para os órgãos de Segurança Pública da região.

Sendo assim, este trabalho buscou verificar se o conhecimento de inteligência produzido pela Agência Regional de Inteligência do 11º Comando Regional assessora o comando da Unidade, nas suas decisões, visando o enfrentamento das organizações criminosas, no âmbito da cidade de Primavera do Leste-MT.

Vale destacar que, por comando, para fins desta pesquisa, se estabeleceu a figura dos comandantes do 11º Comando Regional e do comandante do 14º Batalhão de Polícia Militar, ambas as unidades com sede em Primavera do Leste-MT, pois este último, ante a falta de uma Agência Local de Inteligência, também se vale da ARI, para ter subsídio em suas decisões, e a escolha de entrevistar ambos comandantes tem o objetivo de medir se de fato o assessoramento está ocorrendo de maneira efetiva, no âmbito tático a nível de 11º CR e Operacional no 14º Batalhão.

Nesse contexto, a pesquisa utiliza o método hipotético-dedutivo e abordagem qualitativa. Quanto ao problema da pesquisa, buscou elucidar o seguinte questionamento: o conhecimento de inteligência produzido pela Agência Regional de Inteligência, em relação as organizações criminosas, é subsídio para o comando do 11º Comando Regional, permitindo tomadas de decisões mais assertivas?

Assim, elaborou-se a hipótese de que a ARI assessora de forma efetiva o comando do 11º Comando Regional, compartilhando conhecimento de inteligência que serve de subsídio para decisões corretas daquele comando.

Como objetivo geral, estabeleceu-se: analisar se o conhecimento de inteligência produzido pela Agência Regional de Inteligência é subsídio para o assessoramento das decisões do 11º Comando Regional da PMMT, referentes ao combate às ações das organizações criminosas no município de Primavera do Leste-MT.

Para os objetivos específicos, foi estabelecido: contextualizar a atividade de ISP no Brasil e na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso; conceituar a atividade

de ISP, apresentando situações que ensejam a produção do conhecimento e ciclo da atividade de inteligência; conceituar organizações criminosas, correlacionando suas atividades com as de ISP; pesquisar a percepção dos componentes da Agência Regional de Inteligência do 11º CR, sobre a efetividade do conhecimento compartilhado, na qualidade de subsídio para as tomadas de decisões do comando daquela Unidade, referentes ao combate as organizações criminosas; pesquisar a percepção do comando do 11º CR, sobre a efetividade do conhecimento compartilhado pela ARI daquela Unidade, como subsídio para suas decisões, no enfrentamento às organizações criminosas.

Para atingir as metas estabelecidas, iniciou-se apresentando os conceitos de ISP, como espécie do gênero Inteligência, e discorrendo sobre a Agência Regional de Inteligência do 11º Comando Regional. Em seguida, optou-se por debater sobre a Metodologia de Produção de Conhecimento (MPC) e o ciclo da atividade de inteligência, dispostos na Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, adotada pelo governo brasileiro. Posteriormente, discorre-se sobre o combate ao crime organizado e, por fim, foram apresentados a metodologia da pesquisa, os resultados e discussão dos dados e as considerações finais.

Além disso, menciona-se que foi aplicado questionário aos integrantes da ARI do 11º Comando Regional, bem como realizadas entrevistas com os comandantes das unidades do 11º Comando Regional e do 14º Batalhão de Polícia Militar, com o fito de pesquisar suas percepções sobre a efetividade do conhecimento compartilhado pela Agência Regional de Inteligência, como suporte às tomadas de decisões, em especial sobre o combate ao crime organizado na cidade de Primavera do Leste-MT.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Conceituar inteligência não se apresenta como tarefa simplória, considerando a diversidade de definições encontradas no arcabouço literário, com dissensão de entendimentos de estudiosos e especialistas. Não raro é a confusão entre a referida atividade com a imagem do agente policial disfarçado e infiltrado em organizações criminosas, buscando o momento certo de chamar reforço policial para prender os responsáveis pelos crimes.

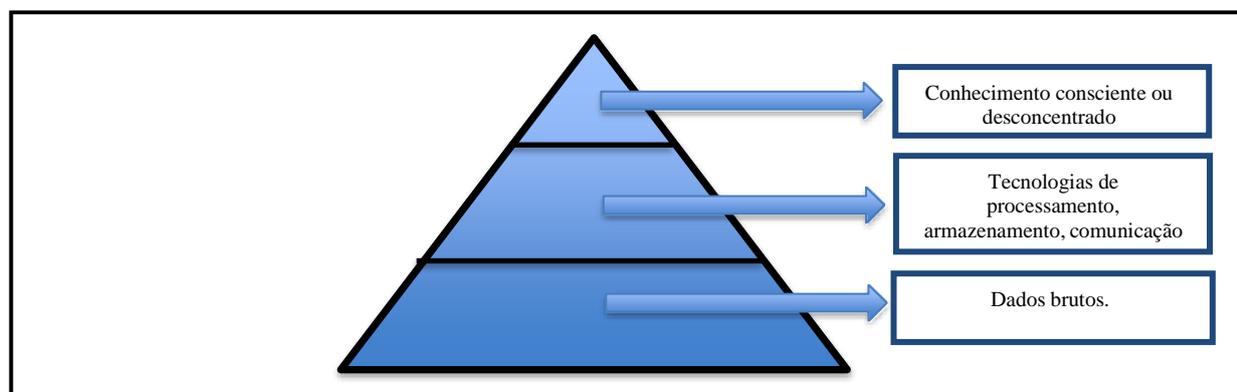
Conquanto a imagem acima citada faça parte da atividade de Inteligência, exemplificando o que Ferro Júnior (2008, p. 105) chama de Infiltração, dentro do contexto de Operações de Inteligência, com ela não se confunde, sendo tão somente, uma das possibilidades de atuação estatal. Para dissolver esse desajuste, faz-se necessário apresentar alguns conceitos de Inteligência, de forma mais abrangente, para, então, abordar suas espécies.

Sobre o conceito de Inteligência, Gonçalves (2003) afirma que se trata de atividade com vistas a obter, analisar e disseminar conhecimentos acerca de fatos e situações concretos ou potenciais que exijam atuação governamental, no intuito de garantir a segurança da sociedade e do Estado.

Já Cepik (2003, p. 28) afirma que “a sofisticação tecnológica crescente dos sistemas de informação que apoiam a tomada de decisões tornou corrente o uso do termo inteligência para designar essa função de suporte, seja na rotina dos governos, no meio empresarial ou mesmo em organizações sociais” (sic). Para o autor, ao tratar da Inteligência em sentido amplo, ela deve atender as demandas de um tomador de decisões qualquer e, para tanto, a informação deve ser coletada, organizada e analisada.

Sobre a tratativa das informações para que sejam aquilatadas como Inteligência, Cepik (2016, p. 8) apresenta a “pirâmide informacional”, conforme Figura 1:

Figura 1 – Pirâmide informacional de Cepik



Fonte: Adaptado de Cepik (2016, p. 8).

Para o autor, a informação só assume o caráter de inteligência no topo da pirâmide, quando assume sua função crucial em processos de tomada de decisão.

Kent (1967) utiliza a expressão Informações (no mesmo sentido de Inteligência, talvez por questões de tradução), com o mesmo enfoque: produzir conhecimento de qualidade, para a tomada de decisões. Logo, é possível concluir que produção de conhecimento (aqui utilizado como sinônimo de informação) que apoie a tomada de decisões, em qualquer organização (pública ou privada) pode ser denominada como atividade de inteligência, obviamente, após sua organização ou análise.

Platt (1974, p. 25) afirma, nesse mesmo sentido:

Informações (intelligence) é um termo específico e significativo, derivado da informação, informe, fato ou dado que foi selecionado, avaliado, interpretado e, finalmente, expresso de forma tal que evidencie sua importância para determinado problema de política nacional corrente.

Dentro do contexto de inteligência, Gonçalves (2003) afirma que a comunidade é constituída por diversas unidades nos mais variados setores da Administração Pública e cita os Comandos Militares (Forças Armadas), Receita Federal, INSS, IBAMA etc, incluindo as unidades de inteligência policial,

representados pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e polícias estaduais civis e militares.

Gonçalves (2003) insere as unidades de inteligência policial no Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP), terminologia consolidada através do Decreto Presidencial n.º 3.695, de 21 de dezembro de 2000. Nessa norma, conforme art. 1º, o SISP integra o Sistema Brasileiro de Inteligência tem a finalidade “de coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública em todo o País, bem como suprir os governos federal e estaduais de informações que subsidiem a tomada de decisões neste campo” (BRASIL, 2000).

Hamada e Moreira (2017, p. 67) afirmam que “[...] a atividade de ISP é prioritariamente executada pelas forças policiais nos níveis federal, estadual e municipal, para subsidiar decisões estratégicas e operacionais que orientem as políticas e ações em suas respectivas áreas de atribuição e competência”.

Para Ferro Júnior (2007), o objetivo da ISP é obtenção, análise e produção de conhecimentos de interesse da segurança pública com vistas ao assessoramento das ações de polícia judiciária e ostensiva mediante o compartilhamento e difusão de informações. Para o autor, a ISP atua sobre fatos e situações concretas ou latentes atinentes à criminalidade, atuação de organizações criminosas e controle de delitos sociais.

No estado de Mato Grosso, foi editada a Lei nº 9.678, de 21 de dezembro de 2011, a qual instituiu o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso (SISP/MT) e, conforme art. 1º, ele integra o Sistema de Inteligência de Segurança Pública da esfera federal (MATO GROSSO, 2011).

Menciona-se também que o art. 2º do mesmo diploma legal, apresenta o Subsistema de Inteligência da Polícia Militar, como setor vinculado ao SISP/MT (MATO GROSSO, 2011) e, é naquele setor que a Agência Regional de Inteligência do 11º Comando Regional está inserido, e tendo como missão produzir conhecimentos de inteligência que subsidiarão as tomadas de decisões do comando daquela unidade operacional.

Em relação as atribuições dos profissionais de inteligência de Segurança Pública, quais sejam, os analistas e os agentes de inteligência, Corrêa (2011, p. 19) afirma que os primeiros buscam a matéria-prima (dados brutos) “por meio da qual a Inteligência será produzida [...]. Esse profissional também deve possuir uma série de competências, tais como fortes conhecimentos em tecnologia da informação e em coleta de dados em diversas fontes”.

Quanto ao analista de inteligência, Corrêa (2011, p. 19) afirma ser a “figura central para a Inteligência de Segurança Pública, a pedra angular de todo o esforço de Inteligência”. O autor assevera que “o papel essencial desse profissional é o de transformar as informações coletadas em inteligência útil à tomada de decisão pelo cliente”, sendo sua atuação indispensável, quanto às competências do Analista de Inteligência, o autor cita a capacidade de entrevistar pessoas, prever tendências e observar as implicações estratégicas e táticas dos acontecimentos expressos pelos dados.

A Doutrina Nacional, ao tratar dos profissionais da ISP, traz:

São os elementos orgânicos da Agência de Inteligência (AI) recrutados administrativamente e devidamente capacitados. As duas funções essenciais diretamente envolvidas na produção do conhecimento são os Analistas, responsáveis pela produção do conhecimento, e os Agentes, responsáveis pela obtenção dos dados negados (BRASIL, 2015, p. 17).

Nesse aspecto, Telemberg (2015), assim como Hamada e Moreira (2017) demonstram preocupação em se realizar capacitação continuada e progressiva com os profissionais que atuam na atividade de Inteligência.

Hamada e Moreira (2017, p. 65 e 66) advertem que a capacitação visa a padronização e a efetividade dos esforços institucionais e ainda sugerem a construção de uma matriz curricular para a área de Inteligência que contemple o ordenamento doutrinário, além dos conceitos básicos necessários à ISP.

Mingardi (2007, p. 65), por sua vez, afirma que a análise e construção do conhecimento é sempre mais árduo e que os problemas, em sua maioria, derivam da

falta de pessoal capacitado e da necessidade de tempo de maturação para que as ideias fluam.

É possível perceber que ambas as figuras são essenciais para a atividade de inteligência, desde a coleta de dados até sua conversão em conhecimento de Inteligência.

A Metodologia de Produção de Conhecimento

Ferro Júnior (2008, p. 230-231) afirma que as tarefas atinentes à produção de informações se assemelham com o método científico, ou seja, contemplam: “as fases de coleta de dados, formulação de hipóteses, verificação, interpretação e conclusões”. Para o autor, o ciclo da informação contém as seguintes etapas: identificação das necessidades de informação; coleta de informações; análise de informações; disseminação; e avaliação.

Alcântara (2011), por sua vez, ao invés de utilizar a expressão “Metodologia de Produção de Conhecimento” prefere utilizar “Ciclo de Produção de Conhecimento (CPC)”. A palavra “ciclo” é autoexplicativa e sugere que, mesmo após o vencimento das etapas para se chegar a um produto denominado conhecimento, cuja finalidade é orientar a tomada de decisões, está pode ser retroalimentada, de forma que produza novos conhecimentos.

Após discorrer sobre alguns autores, Alcântara (2011) opta por apresentar as quatro fases do CPC, contidas na DNISP; a saber: planejamento, reunião, processamento e difusão. E o resultado desse conjunto de ações sistemáticas é um conhecimento de Inteligência, materializado em Relatórios de Inteligência (Relint), atendidas as peculiaridades de sua finalidade.

Sobre o Ciclo de Produção de Conhecimento, para Hamada e Moreira (2017, p. 71):

Destarte, o objetivo da DNISP consiste na busca de uma padronização de procedimentos da ISP para as instituições de segurança pública pertencentes ao Sisp, com vistas a disponibilizar aos profissionais de Inteligência os fundamentos necessários para o enfrentamento preventivo da criminalidade.

Vale destacar que a MPC foi estabelecida pela Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), que define aquela como: “Produzir conhecimento para a ISP, transformar dados e/ou conhecimentos, em conhecimentos avaliados, significativos, úteis, oportunos e seguros, de acordo com metodologia própria e específica” (BRASIL, 2015, p. 20).

Para a DNISP, a Metodologia de Produção de Conhecimento é organizada de maneira formal e regular, onde o conhecimento é compartilhado e recebe as medidas de segurança para proteção, resultando em um conhecimento de inteligência expresso em documentos explícitos. Vale destacar que a estrutura lógica do método de produção do conhecimento é realizada de forma ininterrupta e sequencial, sendo composta das fases de planejamento para produção do conhecimento, reunião ou coleta de dados, processamento dos dados e/ou conhecimentos e a formalização e difusão do conhecimento produzido, porém não é obrigatório o desenvolvimento das referidas fases em ordem cronológica (BRASIL, 2015).

Cepik (2003) afirma que a Metodologia de Produção do Conhecimento é essencial nesse sentido uma vez que tem a função de transformar um dado em informação significativa e útil para prevenção e repressão através da tomada de decisão correta por parte dos tomadores de decisões. Nesse sentido, em conjunto com os dados obtidos através do questionário aplicado, será discorrido se a Agência Regional de Inteligência do 11º CR observa a MPC da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, para a produção de seus Relatórios de Inteligência.

Da Atividade de Inteligência e o enfrentamento às organizações criminosas

À primeira vista, seria dispensável o conceito de crime organizado, por se apresentar como nomenclatura autoexplicativa. No entanto, Mingardi (2007) chama a

atenção para que nem tudo o que a imprensa chama de Crime Organizado, de fato o seria. Como exemplo, o autor cita os crimes de tráfico de drogas, roubos e furtos de veículos que, segundo ele, na maioria dos casos, conquanto sejam cometidos por quadrilhas comuns, não configuraria organização criminosa.

Mingardi (2007, p. 56) apresenta as cinco características que diferenciam uma quadrilha comum de uma organização criminosa; a saber: Hierarquia; Previsão de lucros; Divisão do trabalho; Planejamento empresarial; Simbiose com o Estado. Para o autor, a última é a mais importante delas, pois segundo ele, em todas as organizações estudadas aparece uma ligação com a máquina do Estatal.

No Brasil, em 02 de agosto de 2013, foi editada a Lei n.º 12.850, que trata da organização criminosa. O § 1º, do art. 1º do citado diploma, apresenta a definição legal de organização criminosa, in verbis:

Art. 1º Esta Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.

§ 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Nota-se que, com exceção da Simbiose com o Estado, as quatro características elencadas por Mingardi (2007) foram contempladas na definição legal, porquanto pode-se alocar a hierarquia e o planejamento empresarial na terminologia “estruturalmente ordenada”. Sendo assim, não se pode olvidar que a lei estabelece a necessidade de que as penas máximas das infrações praticadas sejam superiores a quatro anos ou que sejam de caráter transnacional. Ou seja, nem todas as quadrilhas, mesmo com as características apresentadas por Mingardi (2007), podem ser legalmente definidas como organizações criminosas.

Guimarães (2012, p. 337), por sua vez, destaca a finalidade de lucro, atribuída às organizações criminosas, o que, segundo a autora, as diferencia de outros grupos, os terroristas, por exemplo. Veja: “Em virtude de se buscar cada vez

mais o lucro, surge a necessidade de se tentar 'legalizar' o dinheiro proveniente das atividades criminosas, então as organizações passaram a 'lavar' o dinheiro e também a aplicá-lo em paraísos fiscais".

Nesse sentido, a atividade de inteligência se mostra de extrema importância, em especial no que tange à prevenção, considerando que o aspecto empresarial garante às organizações criminosas um alto grau de complexidade e diversificação (GUIMARÃES, 2012). A autora complementa que o alto grau de operacionalidade também se mostra presente e, juntamente com a complexidade e diversificação, tem dificultado o combate desses grupos pelo Estado.

Martins et al. ([S.d.], p. 1) afirmam que o crime organizado pode ser considerado como um dos maiores problemas da Segurança Pública no Brasil, e o seu enfrentamento tem se mostrado cada vez mais difícil no cenário atual com o desenvolvimento tecnológico e aperfeiçoamento da atuação das organizações criminosas, logo as atividades ordinárias dos órgãos de segurança pública carecem de conhecimentos mais específicos e de um assessoramento mais eficaz para que seja possível realizar o enfrentamento das referidas organizações.

Vale destacar, que a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública (PNISP), instituída pelo Decreto n.º 10.777, de 24 de agosto de 2021, apresenta o crime organizado como uma das principais ameaças "à segurança pública e ao sistema de justiça, exigindo combate enérgico e eficiente por parte das agências de segurança pública, do sistema de justiça criminal e da sociedade". Em seguida, a PNISP afirma que o enfrentamento das citadas organizações criminosas demanda integração entre os órgãos do SISP e que a produção de conhecimento sobre elas está "entre as principais contribuições da atividade de inteligência de segurança pública[...]" (BRASIL, 2021).

Em Mato Grosso, de acordo com Carvalho (2014), a organização criminosa mais atuante no estado é o Comando Vermelho (CV), que teria ganhado espaço, diante da mitigação das atividades do Primeiro Comando da Capital (PCC), inclusive muitos integrantes desta saíram para se juntarem àquela. Ainda conforme, o autor, o

CV no estado teve grande evolução no início de 2013, sob a liderança de Sandro Loco e o diferencial desta organização criminosa quanto às demais é que ela funciona como uma “franquia”, ou seja, existe uma regra geral que deve ser respeitada, mas o controle geral fica à cargo de um líder de cada estado.

Porém, na visão de Guimarães (2012, p. 399), o Brasil ainda não dispõe de expertise suficiente para o enfrentamento eficaz às organizações criminosas. Como consequência, para autora, o Brasil vem se tornando um refúgio para mafiosos de alto nível, os quais utilizam o país, como base ou “filial” para suas atividades criminosas. Não sendo diferente no estado de Mato Grosso, principalmente nas regiões em grande ascensão econômica.

Contudo, posteriormente, Guimarães (2012, p. 340) apresenta a inteligência policial com uma única alternativa para o combate a tais criminosos, nesses termos:

Então, diante da crescente criminalidade organizada que paira sobre a sociedade brasileira, acredita-se que só a inteligência policial, amparada por medidas como o compartilhamento de dados entre as várias esferas da segurança pública, será possível enfrentar e combater tais criminosos.

É nessa toada de enfrentamento ao crime organizado, o qual vem se aparelhando e se especializando, que a elaboração deste trabalho se predispôs a debruçar, elencando a importância de um assessoramento efetivo pela produção de conhecimento de inteligência policial na mitigação e combate as destacadas organizações criminosas.

Da Agência Regional Inteligência do 11º Comando Regional

As Agências Regionais de Inteligência (ARI) da Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT), trata-se de agências de inteligência, que assessoram nível tático da Polícia Militar de Mato Grosso, posicionadas nos Comandos Regionais, tendo como missão a produção de conhecimento de inteligência com vistas ao fornecimento de

subsídios necessários ao comando daquela unidade policial, em suas decisões de mesmo nível.

Vale ressaltar que a ARI integra o Sistema de Inteligência da Polícia Militar de Mato Grosso, este implementado conforme Portaria n.º 206/QCG/DGP, de 11 de julho de 2013, que aprovou o novo Regimento Interno do Sistema de Inteligência da PMMT (RISIPoM n.º 002/DACI-PMMT/2013, de 11 de julho de 2013). O Regimento Interno mencionado descreve o propósito do SIPoM, em seu art. 2º, da seguinte forma:

Art. 2º O SIPoM tem por objetivo produzir, salvaguardar e difundir conhecimentos, voltados a subsidiar e assessorar os tomadores de decisão nos níveis estratégicos, tático e operacional, em assuntos atinentes à competência constitucional da Polícia Militar, bem como, atuar em auxílio à atividade de Polícia Judiciária Militar à investigação de crimes militares.

Tal sistema, conforme leciona Assunção (2015, p. 162), descreve a estrutura de inteligência a ser adotada na PMMT estabelecendo:

[...] a Diretoria da Agência Central de Inteligência - (DACI), seguindo das Agências Regionais de Inteligência - (ARIs) as quais têm sua circunscrição a nível de Comandos Regionais; as Agências Locais de Inteligência - (ALIs), abrangendo as áreas dos Batalhões e/ou Companhias Independentes e por fim Núcleos de Inteligência - (NIs) os quais atuam em áreas das Companhias de Polícia Militar e em outros setores.

Nesse contexto, observa-se que assim como a Diretoria da Agência Central de Inteligência (DACI) assessora o Comandante-Geral da Polícia Militar de Mato Grosso, em níveis tático e estratégico, as Agências Regionais de Inteligência exercem função semelhante, em nível tático, junto aos Comandos Regionais da PMMT (MATO GROSSO, 2013).

Vale observar que a mesma linha de raciocínio é aplicada às Agências Locais de Inteligência (ALIs) e aos Núcleos de Inteligência (NIs), em níveis operacionais, dos Batalhões (ou Companhias Independentes) e Companhias (ou unidades menores), respectivamente.

Os art. 12 e 13 do RISPOM 002/2013 tratam das Agências Regionais de Inteligência, e conferem-lhes atribuição sobre a mesma circunscrição dos Comandos Regionais a que estiverem subordinadas e, mesmo estando vinculadas tecnicamente à DACI, fazem parte da estrutura organizacional dos Comandos Regionais, portanto, vinculadas administrativamente, aos comandantes dos CRs.

Sobre as atribuições das ARIs, o RISPOM 002/2013, em seu art. 13, elenca inúmeras competências, dentre as quais, destacam-se:

- IX. Conhecer, acompanhar e levantar dados e informações sobre a evolução dos eventos criminais ocorridos na região sob sua circunscrição;
[...]
- XII. Difundir conhecimento produzido, conforme a necessidade de conhecer, para o SIPoM;
[...]
- XVII. Planejar, fiscalizar, controlar e executar ações de inteligência voltadas a coleta e busca de dados, com o fim de subsidiar o exercício permanente e sistemático da produção de conhecimento de Inteligência de Segurança Pública.

De acordo com o mesmo Regimento Interno, as Agências Regionais de Inteligência devem ser constituídas por um setor de análise de inteligência, um setor de operações de inteligência e outro setor de contrainteligência.

Contudo, cabe aqui antecipar que, a ARI do 11º Comando Regional é composta por um chefe Oficial PM e outros integrantes, sendo todos agentes de Operações de Inteligência. Logo, os setores de Análise de Inteligência e de Contrainteligência não restam contemplados naquela agência. Na prática, os relatórios de Inteligência (Relints) e a difusão do conhecimento produzido fica a cargo do chefe da agência (MATO GROSSO, 2022).

METODOLOGIA

Este artigo se propôs verificar a efetividade do assessoramento do comando do 11º Comando Regional da Polícia Militar, de Primavera do Leste-MT, mediante conhecimento organizações criminosas.

A ideia do tema nasceu a partir da experiência de policiais militares labutam no serviço ordinário. Um incontável número de pessoas, quando abordadas por uma guarnição da Polícia Militar, fazem o seguinte questionamento: “Tanta gente traficando, roubando e matando, por que vocês não os prendem? A pergunta é, geralmente, seguida pelo comentário: “Só prendem trabalhadores”. A indagação e o comentário ecoam como se fosse uma justificativa para suas “pequenas” infrações.

Ocorre que, também é consuetudinário que o policial militar apresente a seguinte resposta: “Prender traficantes é função da Polícia Civil e da Polícia Federal”.

Esse cenário vivenciado pela maioria dos policiais militares levou-nos a questionar de que forma a Polícia Militar pode contribuir para a mitigação da atuação das quadrilhas e organizações criminosas, proporcionando à sociedade o bem-estar e a paz a que tem direito. Além disso, questiona-se em quais frentes de ações a Instituição de Segurança Pública pode atuar, pois o policiamento ostensivo, sabe-se empiricamente, que pouco pode contribuir para combater as organizações criminosas, diante do alto grau de complexidade delas, como já discorrido na seção anterior. Restaria, então, a atividade de Inteligência.

Nesse contexto, e aproveitando a realização do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da PMMT (2021-2022) é que se impulsionou a realização de um estudo científico acerca do cenário acima explanado.

Porém, como delimitação do tema, elencou-se o 11º Comando Regional de Primavera do Leste-MT, como limite espacial e optou-se pelas Atividades desempenhas pela Agência Regional de Inteligência daquela Unidade Operacional.

Estabeleceu-se, assim, o problema a ser atacado: O conhecimento compartilhado pela Agência Regional de Inteligência, em relação organizações criminosas, é subsídio de para o comando do 11º Comando Regional permitindo tomadas de decisões mais assertiva?

A partir daí, vislumbrou-se, então, a hipótese de que há o assessoramento efetivo ao comando do 11º Comando Regional, no combate às organizações criminosas.

Definiu-se, na sequência, os objetivos da pesquisa, sendo o geral: Analisar se o conhecimento produzido pela Agência Regional de Inteligência é subsídio para o assessoramento das decisões do 11º Comando Regional da PMMT, referentes ao combate às ações das organizações criminosas no município de Primavera do Leste-MT.

Para os objetivos específicos, estabeleceu-se o seguinte: a) Contextualizar a atividade de Inteligência de Segurança Pública no Brasil e na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso; b) Conceituar a atividade de Inteligência de Segurança Pública, apresentando situações que ensejam a produção do conhecimento e ciclo da atividade de inteligência; c) Conceituar organizações criminosas, correlacionando suas atividades com as de Inteligência de Segurança Pública; d) Pesquisar a percepção dos componentes da Agência Regional de Inteligência do 11º CR, sobre a efetividade do conhecimento compartilhado, na qualidade de subsídio para as tomadas de decisões do comando daquela Unidade, referentes ao combate as organizações criminosas; e) Pesquisar a percepção do comando do 11º CR, sobre a efetividade do conhecimento compartilhado pela ARI daquela Unidade, como subsídio para suas decisões, no enfrentamento às organizações criminosas.

Infere-se que se trata de pesquisa aplicada, considerando que visa “gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51).

O método utilizado foi o hipotético-dedutivo, seguindo a trajetória de conceitos gerais a conceitos mais específicos, visando confirmar ou falsear as hipóteses estabelecidas. A abordagem é do tipo qualitativa, haja vista que os números, neste artigo, são irrelevantes e, por outro lado, adjetivos, como “efetivo” se sobressaem.

A população sobre a qual recaiu a pesquisa foi atingida na sua totalidade, portanto, não há que se falar em amostragem, mas em censo (vale ressaltar que um dos autores deste artigo é o chefe da ARI pesquisada, portanto, não haveria lógica se ele também respondesse ao questionário). Discrimina-se, então, que todos os

integrantes da Agência Regional de Inteligência do 11º Comando Regional responderam ao questionário, bem como o Comandante do 11º CR e o Comandante do 14º BPM de Primavera do Leste-MT cederam entrevista.

É de se ressaltar que a ideia de efetividade pode se traduzir de forma subjetiva e, por isso, optou-se por contemplar tantos os integrantes da ARI, como os Comandantes do CR e do BPM de Primavera do Leste ou seja, “produtores de conhecimento” e “usuários do conhecimento produzido”.

Ainda sobre o questionário e entrevista, por se tratar de pesquisa com seres humanos, foi providenciado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, em consonância com a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sem o qual a pesquisa não subsistiria.

A pesquisa também contou com revisão bibliográfica, valendo-se de autores, como Cepik (2003), Guimarães (2012), Alcântara (2011) e Hamada e Moreira (2017) que também se propuseram a estudar assuntos relacionados com Atividade de Inteligência e Inteligência de Segurança Pública.

Além disso, realizou-se pesquisa documental, considerando que a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública é o documento base para a atividade de inteligência no Brasil. Por fim, os dados obtidos com o questionário foram compilados e dispostos em gráficos e comparados com a fala dos comandantes do Comando do 11º CR, assim, como correlacionados com a revisão de literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Do questionário

O questionário foi aplicado aos integrantes da ARI do 11º Comando Regional, sendo composto de 07 (sete) questões, em que 06 (seis) foram do tipo fechadas e uma aberta.

Ao indagar quais funções exercem na Agência Regional de Inteligência, todos os integrantes da ARI, se apresentaram como agente de inteligência. Nota-se que não há analista na agência pesquisa, o que se traduz na preocupação sobre a qualidade das informações coletadas e produzidas.

Vale lembrar que Cepik (2003, p. 27) afirma: “[...] a inteligência é toda informação coletada, organizada ou analisada para atender as demandas de um tomador de decisões qualquer”.

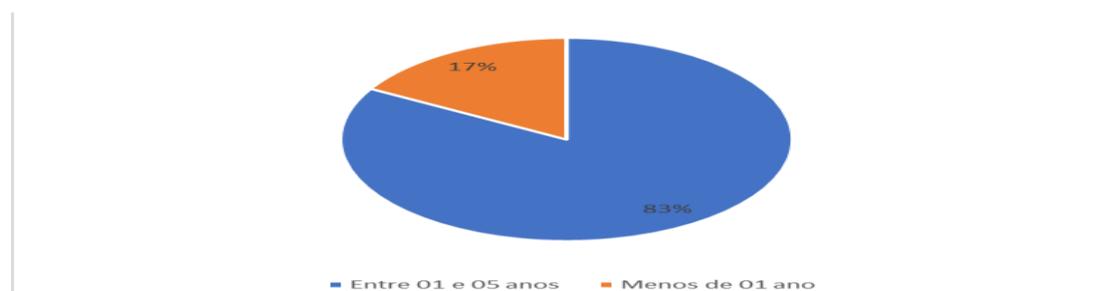
Há que se pensar sobre a efetividade da produção de conhecimento realizada pela ARI, como assessoramento do Comando do 11º CR, sem a figura do analista. Se a informação deve ser analisada para que a atividade seja considerada “inteligência”, quem o faz na ARI do 11º CR?

Nesse aspecto, é oportuno questionar a qualidade do conhecimento produzido pela agência de inteligência sem a figura do analista, que na visão de Corrêa (2011), é a figura central para a Inteligência de Segurança Pública, inclusive chamando-o de “pedra angular de todo o esforço de inteligência”.

É importante consignar que, aqui não se está afirmando que o serviço realizado pela ARI do 11º CR tem qualidade inferior, porém, como já mencionado, diante das limitações é possível que a função de analista esteja sendo executada por pessoa não designada para esse fim, ou que não esteja sendo executada.

Ao se indagar o tempo de atuação dos respondentes na Atividade de Inteligência, o que incluiu o tempo que atuou em outras unidades, as respostas obtidas podem ser apresentadas no Gráfico 01:

Gráfico 01 – Tempo de atuação na atividade de inteligência.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022), a partir do questionário aplicado.

Os dados apontam para o fato de que nenhum dos integrantes laboram na atividade de inteligência há mais de 05 anos, sendo que um deles está há menos de um ano no ramo laboral. Esse cenário não sugere falta de conhecimento, no entanto, pode-se questionar a falta de experiência ou expertise, que na visão de Galvão (2001, p. 225) é adquirida através da prática ou estudo individual deliberado, de desempenhar particularmente bem uma tarefa específica de um domínio. No entanto, esse particular, será esgotado nesse trabalho, restando como sugestão para vindouros.

Ao serem indagados se possuíam cursos na área da Atividade de Inteligência, apenas 03 (três) dos 06 (seis) integrantes da ARI do 11º CR possuem cursos na área de inteligência e, daqueles três, apenas dois citaram quais cursos possuem, sendo citados: Curso Básico e Curso de Introdução à Atividade de Inteligência (CIAI).

Como já discutido na seção anterior, a capacitação continuada e progressiva é imperativa para os integrantes da ISP, como afirmado Telemberg (2015) e Hamada e Moreira (2017), o que, os dados obtidos nesse item, não apontam como prática na ARI do 11º CR.

O que se destaca aqui, é que os cursos mencionados pelos respondentes se trata apenas de cursos introdutórios, o que também motiva a questionar a qualificação dos integrantes da ARI, na produção de conhecimento, retomando que Mingardi (2007) afirma acerca da análise e construção do conhecimento, sendo que os problemas, em sua maioria, deriva da falta de pessoal capacitado e da necessidade de tempo de maturação para que as ideias fluam.

Sobre a Metodologia de Produção de Conhecimento (MPC), constante na Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, 03 (três) dos respondentes afirmaram que apenas ouviram falar, enquanto um deles afirma que já leu a doutrina e, apenas 02 (dois) responderam que já utilizaram.

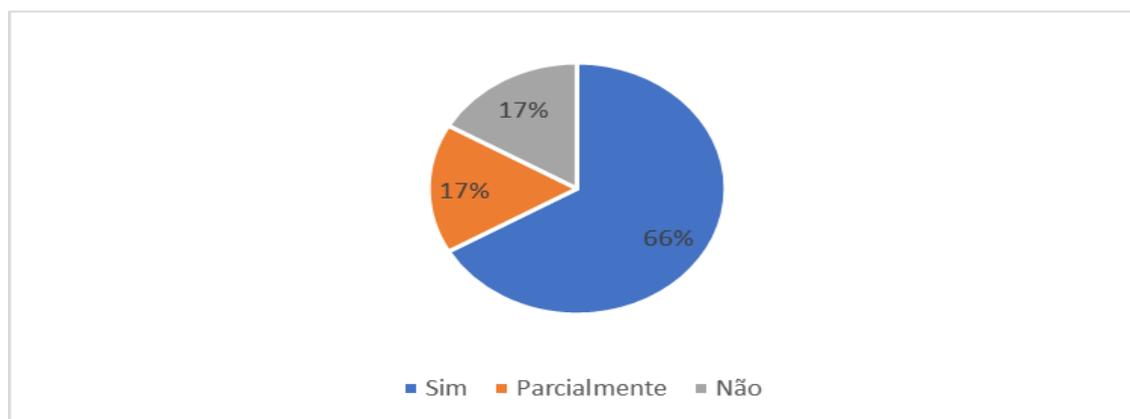
Os resultados apontam para o fato de que a MPC, proposta pela Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública não faz parte da praxe da ARI do 11º CR. A metodologia infere a necessidade de padronizar a produção de conhecimento, servindo para organizar os pensamentos do profissional de Inteligência durante a execução de seus trabalhos, deixando-o objetivo e técnico.

Considerando os resultados dessa questão, onde apenas dois já utilizaram, há que se indagar sobre quais modelos ou técnicas são utilizados para a produção dos Relint's?

Também há que considerar, que conforme resultados da primeira questão, não há analistas de Inteligência na ARI do 11º CR, o que sugere que os integrantes entrevistados são afetos somente às operações de inteligência.

Indagados sobre a crença que a metodologia de produção de conhecimento adotado na Agência Regional de Inteligência do 11º Comando Regional está de acordo com doutrina nacional, 04 (quatro) dos respondentes afirmaram que "sim", enquanto, 01 (um) respondeu que "não" e 01 (um) respondeu que está "parcialmente de acordo", conforme percentual, apresentado no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Percepção sobre a adequação da MPC utilizada na ARI do 11º CR com doutrina nacional

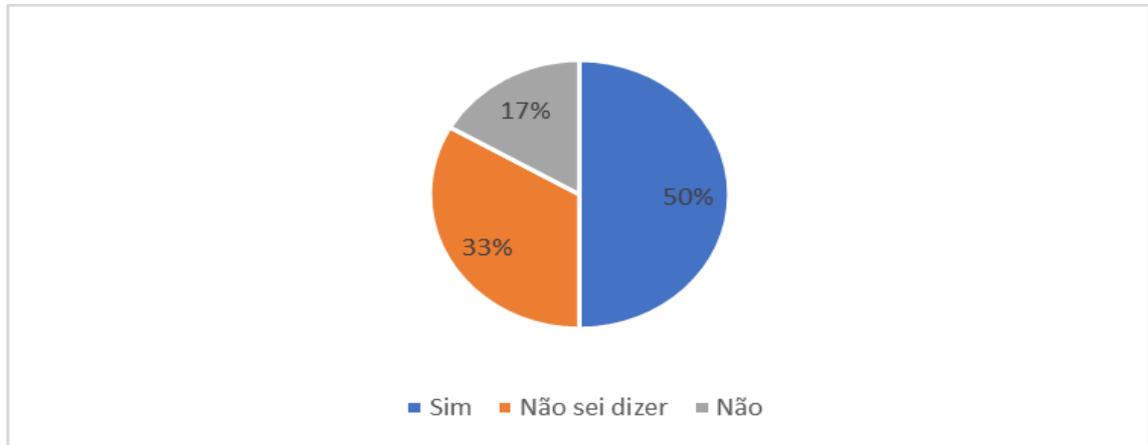


Fonte: Elaborado pelos autores (2022), a partir do questionário aplicado.

Em que pese, a maioria ter respondido que acredita que a MPC utilizada pela ARI do 11º CR esteja de acordo com a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, é inevitável relembrar que, apenas 03 (três) dos integrantes afirmaram conhecer a citada doutrina, o que sugere que as respostas deste item não guardam congruência, com as demais do questionário. Impende, portanto, desconsiderar este item para efeito de conclusões deste trabalho.

Indagou-se também se os respondentes acreditam que a produção de conhecimento realizada pela ARI do 11º CR, sobre organizações criminosas, tem efetividade no assessoramento dos comandantes do 11º Comando Regional e do 14º BPM. Foram obtidas, como respostas, o percentual descrito no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Percepção dos respondentes sobre a efetividade da MPC da ARI do 11º CR sobre organização criminosas, que atuam no tráfico de drogas.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022), a partir do questionário aplicado.

Insta destacar que essa questão não tem o condão conclusivo, mas de verificar a percepção dos respondentes sobre a eficácia da atuação da MPC utilizada pela ARI do 11º CR, no enfrentamento às organizações criminosas, que atuam na cidade de Primavera do Leste-MT.

O resultado indica que metade dos respondentes (três) acredita na eficácia da MPC pesquisada, enquanto 02 (dois) não sabem dizer e 01 (um) acredita na ineficácia. O respondente que negou a eficácia da MPC alega: “falta de meios legais de acesso para conseguir monitorar os criminosos e melhorar o vínculo com a PJC”.

A resposta aponta para um outra problemática: limites legais de atuação das polícias militares, na seara da inteligência, sob o risco de usurpação de função das polícias judiciárias (civis e federais).

Contudo essa problemática foge ao foco deste trabalho, apenas restando consignar que doutrinariamente, os processualistas divergem quanto a possibilidade de a Polícia Militar realizar investigação, devido à missão constitucional da Instituição, em realizar a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

Com relação a efetividade ou não do conhecimento produzido pela ARI, importa comparar com a entrevista prestada pelos comandantes do 11º CR e 14º BPM, descritas abaixo, antecipando que, na visão destes, em que pese os esforços empreendidos pelos integrantes da citada agência de inteligência, o conhecimento de inteligência não é efetivo, no assessoramento para implementação de ações voltadas ao combate do crime organizado em Primavera do Leste- MT.

Da entrevista

O roteiro da entrevista contou com 05 (cinco) perguntas a serem respondidas pelo comandante do 11º CR (Entrevistado 1) e pelo comandante do 14º BPM (Entrevistado 2), todas do tipo aberta, no intuito de verificar se as atividades de inteligência realizadas pela ARI do 11º CR estão sendo efetivas no assessoramento dos entrevistados, no combate ao crime organizado.

De início, os entrevistados apresentam conhecimento da definição de atividade de inteligência.

O Entrevistado 1 afirma: “é o suporte para subsidiar o comandante nas suas decisões nos mais diversos níveis [...] subsidiá-los de informações para que ele possa tomar decisões seguras”.

Por sua vez, o Entrevistado 2 discorre:

“A atividade de Inteligência é o cerne de um planejamento. Através do assessoramento de conhecimento produzido pelas agências de inteligência o comandante de unidade pode orientar e tomar suas decisões mais assertivas e com menor risco de erros a respeito das estratégias de emprego de tropa e qual ação é mais adequada para cada tipo de fenômeno criminal ou social em sua área de atuação. A atividade de Inteligência é o suporte para todas as frentes de trabalho de qualquer tipo de atividade desenvolvida, seja ela de cunho militar ou civil”.

Quando indagados se atividade de inteligência desenvolvida na Agência Regional vem assessorando de forma efetiva nas tomadas decisões estratégicas de

mitigação das organizações criminosas na cidade de Primavera do Leste, ambos os entrevistados foram unânimes ao afirmar que não há assessoramento nesse aspecto específico.

O Entrevistado 1 adverte que a falta de estrutura e meios prejudica o serviço deles, sendo que hoje, a Agência Regional de Inteligência apenas desenvolve atividades de inteligência em nível operacional. Entrevistado 2 corrobora no sentido de que, apesar do empenho dos agentes, sua atuação é limitada devido à escassez de recursos humanos; recursos tecnológicos, falta de estratégia definida, bem como, falta de unidade de comando na sua formatação.

Ainda sobre o assessoramento, não se pode deixar de mencionar que, no 11º Comando Regional, não há Agências Locais de Inteligência, bem como Núcleos de Inteligência, portanto, baseado na resposta do Entrevistado 1, ao que se infere que, mesmo tendo a designação de Agência Regional de Inteligência, a equipe está atuando como Agência Local, desempenhando apenas atividades de inteligência em nível operacional.

Mesmo assim, a ausência da figura do analista torna a estrutura da Agência comprometida, pois mesmo que fosse Agência Local de Inteligência ou Núcleo de Inteligência, não seria dispensável, do ponto de vista estrutural, conforme RISPoM 002/2013, o setor de Análise de Inteligência.

Quanto aos maiores problemas enfrentados pela ARI do 11º CR, frente ao combate às organizações criminosas que atuam com o crime de tráfico de drogas, ambos os entrevistados afirmam que a falta de recursos humanos e tecnológicos limitam a atividade da agência de inteligência, o que já contempla as respostas obtidas quando indagados sobre o que poderia ser feito para melhorar a atividade de inteligência da ARI do 11º CR.

Percebe-se que, mesmo sabendo da definição da Atividade de Inteligência, bem como da função de produção conhecimento como subsídios para a tomada de decisões, há desconhecimento dos entrevistados quanto às atribuições funcionais de cada setor componente da estrutura orgânica das agências de inteligência. A resposta

dos entrevistados sugere que as deficiências e limitações da ARI do 11º CR estariam localizadas nas atividades de operações de Inteligência, na coleta de dados brutos.

Porém, como já debatido, a ausência de analistas de Inteligência se mostra como principal entrave para que a informação produzida seja aquilatada como conhecimento de Inteligência.

Também foi realizada a seguinte indagação aos entrevistados: Quais são os pontos fortes (ambiente interno) ou oportunidades (ambiente externo) atinentes à atividade de inteligência da ARI do 11º CR?

O Entrevistado 1 afirma: “apesar de serem poucos policiais, eles são qualificados, coesos, empenhados, e dedicados à missão, ou seja, como ponto forte tem-se a motivação do profissional”.

Nesse particular, há que se lembrar que, quando entrevistados os integrantes da ARI do 11º CR, apenas dois afirmaram possuir cursos na área de inteligência, sendo inclusive citados o Curso Básico e o Curso de Introdução a Atividade de Inteligência, ou seja, cursos em níveis introdutórios.

A qualificação afirmada pelo comandante do CR não se mostra coerente com o que lecionam Telemberg (2015) e Hamada e Moreira (2017), que sugerem capacitação continuada e progressiva.

Já o Entrevistado 2 respondeu:

“Considero como ponto forte o conhecimento da área de atuação e responsabilidade por parte dos agentes, contando também com a facilidade de integração entre os demais organismos de segurança pública (forças policiais) e agentes sociais favoráveis como Sindicados, poderes municipais e judiciais”.

Note que Entrevistado optou por mencionar “conhecimento” ao invés de qualificação, o que não se traduz em capacitação continuada, mas em domínio do assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou verificar se a produção de conhecimento realizado pela Agência Regional de Inteligência do 11º Comando Regional da PMMT, de Primavera do Leste- MT, assessora, de forma efetiva, o comando da Unidade Policial Militar, para o enfrentamento às organizações criminosas.

Após a revisão de literatura, coleta de dados, através de questionário e entrevistas, pode-se afirmar que os objetivos propostos foram atingidos, a medida em que fora analisado se o conhecimento produzido pela Agência Regional de Inteligência é subsídio para o assessoramento das decisões do 11º Comando Regional da PMMT, referentes ao combate às ações das organizações criminosas no município de Primavera do Leste-MT.

Quanto aos objetivos específicos, foi possível contextualizar a atividade de Inteligência de Segurança Pública no Brasil e na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso; conceituar a atividade de Inteligência de Segurança Pública, apresentando situações que ensejam a produção do conhecimento e ciclo da atividade de inteligência; conceituar organizações criminosas, correlacionando suas atividades com as de Inteligência de Segurança Pública; pesquisar a percepção dos componentes da Agência Regional de Inteligência do 11º CR, sobre a efetividade do conhecimento compartilhado, na qualidade de subsídio para as tomadas de decisões do comando daquela Unidade, referentes ao combate as organizações criminosas; e pesquisar a percepção do comando do 11º CR, sobre a efetividade do conhecimento compartilhado pela ARI daquela Unidade, como subsídio para suas decisões, no enfrentamento às organizações criminosas.

Quanto ao problema da pesquisa, ele foi contemplando, no entanto, falseando a hipótese de que a ARI assessora de forma efetiva o comando do 11º Comando Regional, compartilhando conhecimento que serve de subsídio para decisões corretas daquele comando.

Os principais entraves para que a ARI realize um ciclo de produção de conhecimento efetivo foram apontados como reduzido quantitativo de integrantes, falta de meios tecnológicos e estruturais, porém a maior deficiência identificada foi a ausência da figura do analista de inteligência, o que se denota uma grande preocupação do ponto de vista doutrinário, pois, leva ao questionamento de como estão sendo classificadas as informações que chegam até Agência Regional de Inteligência, uma vez que o analista é o fiel responsável pela produção do conhecimento. Ademais a carência de capacitação dos agentes de campo da ARI, contribuem significativamente para a falta de efetividade no assessoramento ao comando do 11º Comando Regional.

Esta pesquisa pode contribuir para que haja um olhar diferenciado sobre as Agências de Inteligência, sabendo que a realidade esmiuçada da ARI do 11º Comando Regional de Primavera do Leste-MT, pode ser a mesma em quase todas as Agências Regionais da PMMT. Portanto, torna-se imperativo que uma das formas de melhorar a prestação de serviço policial militar é praticando ações e tomando decisões mais assertivas, cujo subsídio pode ser emanado do conhecimento produzido pelos setores de Inteligência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Ronaldo Silveira. A institucionalização da Inteligência de Segurança Pública como potencializadora do exercício da polícia ostensiva em Minas Gerais. 2011. 216 f. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública) – Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ASSUNÇÃO, Athayses Oliveira. Inteligência de Segurança Pública na sociedade de informação: desafios enfrentados pelos agentes do II Comando Regional em suas atividades. RHM, v. 14, n. 1 – jan./jun., 2015, p. 157-172. Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/259/pdf_158>. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Brasília, 2015.

_____. Decreto Federal n.º 3.695, de 21 de dezembro de 2020. Cria o Subsistema de inteligência de Segurança Pública, no âmbito do sistema brasileiro de inteligência, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, p. 77, 22 dez. 2000. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=3695&ano=2000&ato=e40ATWU1kMNPWT8c8>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

_____. Decreto n.º 10.777, de 24 de agosto de 2021. Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.777-de-24-de-agosto-de-2021-340717199>. Acesso em: 27 mar. 2022.

_____. Lei n.º 12.850, de 02 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei n.º 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Diário Oficial [da] União. Seção 1, p. 3, 05 ago. 2013. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12850-2-agosto-2013-776714-norma-pl.html>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Diário Oficial [da] União, n. 98, Seção 1, p. 44-46, 24 mai. 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

CARVALHO, Juliano Silva de. Crime organizado no estado de Mato Grosso. 2014. 57 f. Monografia (Curso de Especialização de Gestão em Segurança Pública) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2014. Disponível em: <https://bdm.ufmt.br/bitstream/1/871/1/TCCP_2014_Juliano%20Silva%20de%20Carvalho.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

CEPIK, Marco. Espionagem e democracia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Sistema Inteligência Estados Unidos 1947-1960. Centro de Estudos Internacionais sobre Governo. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <https://professor.ufrgs.br/marcocepiik/files/cepiik_2016_abcp_inteligencia_set_01.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CORRÊA, Heriberto da Silva. O perfil do profissional de Inteligência de Segurança Pública. 2011. 35 f. TCC (Curso Superior de Inteligência Estratégica) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2011.

FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. Inteligência organizacional, análise de vínculos e a investigação criminal: um estudo de caso na polícia civil do Distrito Federal. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação) – Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2007. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/1513>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

_____. A Inteligência e a gestão da informação policial: conceitos, técnicas e tecnologias definidos pela experiência profissional e acadêmica. Brasília: Fortium, 2008.

GALVÃO, Afonso. Pesquisa sobre expertise: perspectivas e proteção. Temas em Psicologia, v. 9, n. 3, pág. 223-237, 2001. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2001000300007>. Acesso em: 25 mar. 2022.

GUIMARÃES, Tiessa Rocha Ribeiro. Crime organizado: é possível combater? Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado de Goiás, n. 3, p. 327-356, 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4189577>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

GONÇALVES, Joanisval Brito. A atividade de inteligência no combate ao crime organizado: o caso do Brasil. Jus Navigandi, Teresina, v. 10, 2003. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/8672/a-atividade-de-inteligencia-no-combate-ao-crime-organizado>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

HAMADA, Hélio Hiroshi; **MOREIRA**, Renato Pires. Referenciais básicos para a capacitação de profissionais de Inteligência de Segurança Pública no Brasil. *Revista Brasileira de Inteligência*, n. 12, dez. 2017, p. 65-76. Disponível em: <<https://rbi.enap.gov.br/index.php/RBI/article/download/142/117/>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

KENT, Sherman. *Informações Estratégicas: Strategic Intelligence for american world policy*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.

MATO GROSSO. Polícia Militar. Relatório de Produtividade - ARI 2022, Primavera do Leste, 2022.

_____. Lei Estadual n.º 9.678, de 21 de dezembro de 2011. Institui o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso - SISP/MT, e dá outras providências. *Diário Oficial de Mato Grosso*, Cuiabá, MT, 21 dez. 2011.

_____. Polícia Militar. Portaria n. 206/QCG/DGP, de 11 de julho de 2013. Aprova o novo Regimento Interno do Sistema de Inteligência da PMMT e dá outras providências. *Boletim Reservado* nº 621, de 01 de fevereiro de 2013.

MARTINS, Danilo Chinaglia et al. A importância da inteligência de segurança pública no combate ao crime organizado. *Revista da Escola Superior da Polícia Civil*. 3. ed., n. 07. Disponível em: <https://www.escola.pc.pr.gov.br/sites/espcc/arquivos_restritos/files/documento/2021-12/art_7_-_a_importancia_da_inteligencia_de_seguranca_publica_no_combate_ao_crime_organizado_.pdf>. Acesso em: 29 mar.2022.

MINGARDI, Guaracy. O trabalho da Inteligência no controle do Crime Organizado. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 51-69, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/ygZtbk53FgrM4ZfjMLnf74h/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

PLATT, Washington. *A produção de informações estratégicas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Livraria Agir Editora, 1974.

PRODANOV, Cleber Cristiano; **FREITAS**, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

TELEMBERG, Márcia Stein. Formación en inteligencia. In: **PAZ**, José Gabriel; **ROMÁN**, Roberto. (Orgs.) *Inteligencia estratégica latinoamericana: perspectivas y ejes predominantes para la toma de decisiones estratégicas ante un mundo en*

cambio, antología. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Ministerio de Defensa, 2015. Disponível em:
<<https://www.casede.org/BibliotecaCasede/libro-inteligencia-web.pdf>>. Acesso em 26 mar. 2022.

UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS E OS SEUS DESAFIOS ATUAIS

*Gabriel Rodrigues Leal¹
Mariele Schmidt Canabarro Quinteiro²*

RESUMO

A trajetória histórica dos Direitos Humanos permite vislumbrar a sua importância, identificar o formato de proteção jurídica internacional a que estes direitos estão sujeitos e compreender as novas violações aos Direitos Humanos na atualidade. Neste estudo há uma delimitação de períodos históricos para iniciar uma análise importante a respeito de como os Direitos Humanos, seus desafios e violações evoluíram até os dias atuais. O Pós-Guerra é o período de início desta análise por que revela que foi a partir de impulsos políticos e econômicos que vários países reconheceram os Direitos Humanos e o motivo pelo qual foram apresentados de acordo com os pensamentos da Modernidade. A partir da década de 1970, quando já se identifica a passagem para a Pós Modernidade, identifica-se novas ideologias e novas configurações políticas, econômicas e sociais, baseadas nos ideais da globalização, que se apresentam com inúmeros inovadores desafios para a implementação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esta pesquisa descritiva possui como objetivo geral identificar os marcos históricos dos Direitos Humanos de acordo com as ideologias de cada período. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, os dados apresentados são secundários. E o método de abordagem utilizado neste processo de investigação foi a abordagem dialética.

Palavras Chave: *Trajectoria - Ideologias - Direitos Humanos - Desafios Atuais.*

ABSTRACT

The historical trajectory of Human Rights allows us to glimpse its importance, identify the format of international legal protection to which these rights are subject and understand the new violations of Human Rights today. In this study there is a delimitation of historical periods to start an important analysis about how Human Rights, their challenges and violations have evolved to the present day. The Post-War period is the beginning of this analysis because it reveals that it was from political and economic impulses that several countries recognized Human Rights and the reason why they were presented according to the thoughts of Modernity. From the 1970s, when the passage to Post-Modernity is already identified, new ideologies and new political, economic and social configurations are identified, based on the ideals of globalization, which present themselves with numerous innovative challenges for the implementation of the Declaration Universal Human Rights. This descriptive research has the general objective of identifying the historical landmarks of Human Rights according to the ideologies of each period. As this is a bibliographic research, the data presented are secondary. And the approach method used in this investigation process was the dialectical approach.

Keywords: *Trajectory - Ideologies - Human rights - Challenges Current.*

¹ Tenente Coronel PMMT. Pós Doutor em Filosofia da Educação pela UFMT.

² Docente -Unemat. Doutora em Política Social pela UnB.

INTRODUÇÃO

Não há como iniciar uma análise dos Direitos Humanos com um acontecimento, esses direitos não são resultado de um momento histórico. Os Direitos Humanos nasceram com a Humanidade e foram sendo aperfeiçoados, reconhecidos e implementados no decorrer de muitos séculos e por meio de muitas lutas. O que ocorre é que, em cada período histórico, as interfaces dos Direitos Humanos se reconfiguram, pois, em cada período, surgem novas relações sociais e a sociedade se transforma, aparecendo novas necessidades e os desafios desta sociedade para o reconhecimento e implementação dos Direitos Humanos se apresentam de forma também inovadora.

Diante disso, neste estudo, de forma tão somente didática, haverá uma delimitação de períodos histórico para iniciar uma análise importante a respeito de como os Direitos Humanos e seus desafios e violações evoluíram até os dias atuais, com o objetivo de compreender as novas violações aos Direitos Humanos na atualidade.

O Pós-Guerra é um período importante para esta análise, eis que a partir de impulsos políticos e econômicos vários países voltaram os olhos para os Direitos Humanos, que foram apresentados de acordo com os pensamentos da Modernidade. Por isso, a importância de se compreender e relacionar as ideologias que vigoravam na Modernidade e os Direitos Humanos. E também por que foi neste período que foi criada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

Outro importante período histórico observado é a partir da década de 1970, quando já se identifica a passagem para a Pós Modernidade, que é o resultado das construções da Modernidade. O importante para este estudo são as suas novas ideologias e novas configurações políticas, econômicas e sociais, baseadas nos ideais da globalização, que se apresentam com inúmeros inovadores desafios para a implementação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual vigora desde 1948.

Antes de iniciar esta análise, é necessário compreender as dimensões da dignidade da pessoa humana para demonstrar que sua realização prática se implementa de forma diferente em cada sociedade.

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A matriz filosófica moderna da concepção de dignidade da pessoa humana está no pensamento do filósofo alemão Immanuel Kant. Em sua obra "A Fundamentação da Metafísica dos Costumes", Kant (1974) pretende buscar e fixar um princípio capaz de reger todas as ações do homem. Esta é a sua preocupação ética principal, o que se pode chamar de ponto de partida, eis que a filosofia prática de Kant tem o objetivo de tematizar o princípio de fundamentação das normas, o qual constitui o homem como ser ético. E a função desta discussão é estabelecer uma medida suprema, a partir da qual possa decidir a moralidade das normas. (DE OLIVEIRA, 1993)

A preocupação de Kant é com a pureza da moralidade:

Tudo, portanto, o que é empírico é, como acrescento ao princípio da moralidade, não só inútil, mas também altamente prejudicial à própria pureza dos costumes; pois o que constitui o valor particular de uma vontade absolutamente boa, valor superior a todo o preço, é que o princípio da ação seja livre de todas as influências de motivos contingentes que só a experiência pode fornecer. Todas as prevenções serão poucas contra este desleixo ou mesmo esta vil maneira de pensar, que leva a buscar o princípio da conduta em motivos e leis empíricas; pois a razão humana é propensa a descansar das suas fadigas neste travesseiro e, no sonho de doces ilusões (que lhe fazem abraçar uma nuvem em vez de Juno), a pôr em lugar do filho legítimo da moralidade um bastardo composto de membros da mais variada proveniência, que se parece com tudo o que nele se queira ver, só não se parece com a virtude aos olhos de quem um dia a tenha visto na sua verdadeira figura. (KANT, 1974)

Bielefeldt (2000) explica a importância da superação do empirismo da ética: onde a vontade moral confunde-se com a tendência empírica de reduzir-se a uma função sutil e periférica de interesse próprio. Para Fensterseifer (2008), a formulação Kantiana traz a ideia de que o ser humano não pode ser empregado como simples meio ou objeto para satisfação de qualquer vontade alheia, mas sempre deve ser tomado como fim em si mesmo em qualquer relação. Isto deve ser respeitado devido ao reconhecimento de um valor intrínseco a cada existência

humana. E esta fórmula está diretamente ligada à ideia de autonomia, liberdade, racionalidade e autodeterminação inerentes à condição humana. Portanto, verifica-se como manifestações da concepção kantiana de Dignidade da Pessoa Humana a proteção ética e jurídica do ser humano contra qualquer objetificação da sua existência e o respeito a sua condição de sujeito nas relações sociais.

Outra importante consideração de Kant a respeito da dignidade humana que merece ser mencionada é a distinção entre dignidade e coisas. Aquela como valor não mensurável economicamente e estas como passíveis de quantificação econômica:

No reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando algo tem um preço, pode pôr-se em vez dele qualquer outro como equivalente, mas quando algo está acima de todo preço e, portanto, não permite equivalente, então ele tem dignidade. (Kant,1974)

Para Sarlet (2007), a concepção de Kant implica o reconhecimento de que os seres humanos possuem um valor com certo caráter normativo, mas não utilitário. Por isso, esta concepção concilia e relaciona a dimensão axiológica – dignidade como valor intrínseco – com a noção de autonomia e racionalidade e moralidade, concebidas como fundamento da dignidade. Por isso, se revela mais adequada para uma fundamentação dos direitos humanos e fundamentais.

As maiores críticas ao pensamento de Kant dizem respeito ao entendimento de que a dignidade seja um atributo exclusivo da pessoa humana devido à sua racionalidade, excluindo os demais seres vivos. Há discussões que pretendem estender a concepção de dignidade a toda a vida na Terra, mas a concepção de dignidade que prevalecerá no desenvolvimento desta pesquisa é coerente com o entendimento de Kant, de que proteger e promover a dignidade da pessoa humana é sustentar a dignidade da vida em geral, reconhecendo que o meio é fundamental para uma vida digna. E, foi neste sentido que Sarlet (2007) conceituou dignidade como:

A qualidade intrínseca e distintiva reconhecida a cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres

fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres humanos que integram a rede da vida.(Sarlet, 2007)

Outra importante observação é a de que os Direitos Humanos são históricos. Foram construídos por todos, são o resultado de intensas lutas sociais. Por isso, não podem ser compreendidos de forma isolada, como uma simples normativa, eles trazem consigo inúmeros aspectos e perspectivas, políticas, econômicas, sociais e culturais, as quais são respectivas a determinados períodos históricos. Por este motivo, compreender as dimensões da dignidade humana em cada período é que leva à compreensão da realidade social em que se vive e por consequência mostra o caminho a ser percorrido para a efetivação dos Direitos Humanos.

OS DIREITOS HUMANOS NA MODERNIDADE

A importância de se relacionar o reconhecimento dos Direitos Humanos com os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais está no fato de que estes Direitos dizem respeito às realidades locais e muitas vezes são resultado de pretensões tanto sociais quanto políticas ou econômicas. E a sua implementação depende de muitos aspectos, mais políticos e econômicos do que jurídicos.

A modernidade surgiu com a Renascença no século XVIII com o Iluminismo, a crença na razão e no progresso. Bresser-Pereira (2014) conta que havia muita oposição à ideia otimista de um mundo em mudança para melhor, mas o grande desenvolvimento econômico dos países que se industrializaram durante o século XIX garantiu que a ideia de progresso continuasse dominante até o início do século XX. As duas grandes Guerras Mundiais abalaram essa ideia, mas uma nova vitalidade da ideia de progresso surgiu no pós-guerra juntamente com uma concepção emancipadora de Modernidade.

Modernidade e capitalismo são dois conceitos muito semelhantes, capitalismo tem conotação econômica e política e Modernidade tem conotação

sociológica e cultural. Capitalismo está associado ao capital, ao lucro e ao progresso técnico. A Modernidade, ao racionalismo, ao Iluminismo, à racionalização e ao desencantamento do mundo weberiano (BRESSER-PEREIRA, 2014). A importância de se compreender esta relação é que o maior reconhecimento dos Direitos Humanos aconteceu nesta época, onde economia e política se relacionam com a sociologia. É possível perceber que o elo da ligação entre Modernidade e Capitalismo são os Direitos Humanos.

Importante marco histórico para esta pesquisa é reconhecimento dos Direitos Humanos que se iniciou em 1950, após a Segunda Guerra Mundial, quando teve início o processo macroeconômico e intenso desenvolvimento econômico nos Estados Unidos. Foi este país quem liderou o reconhecimento internacional dos Direitos Humanos e a Declaração Internacional dos Direitos Humanos seguida dos Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Culturais e Sociais.

Terezo (2011) acredita que foram os movimentos populares que motivaram o reconhecimento dos Direitos de toda a humanidade:

Diante do novo quadro mundial, movimentos populares começaram a demandar mudanças sociais, viabilizadas com o aparecimento dos Direitos dos Povos, Direitos de toda a Humanidade, os quais buscavam não só a proteção do ser humano em sua individualidade, mas de toda a sociedade, a partir da conjugação de esforços do Estado, dos indivíduos e de todos os setores da sociedade. (TEREZO, 2011, p. 14)

A Autora chama a atenção às necessidades da sociedade do pós-guerra e afirma que a internacionalização dos Direitos Humanos se tornou uma resposta aos horrores da guerra nazista. Esta sociedade constituiu organismos que buscavam valores universais e que apresentasse instrumentos capazes de efetivar a aplicabilidade dos direitos humanos. Porém, se observado o contexto social do reconhecimento e judicialização dos Direitos Humanos, é possível perceber que este reconhecimento também foi utilizado como mecanismo de organização, reprodução e transformação da sociedade para atender às necessidades do capital em ascensão. Percebe-se que o desenvolvimento dos Direitos Humanos se insere na trama e nos

jogos de poder necessários à organização de uma nova fase ascendente do capitalismo, integrando parte da estratégia de desenvolvimento econômico.

E, é neste cenário internacional que os Direitos Humanos se consolidaram na Carta das Nações Unidas, de 1945, quando surgiu o Sistema Global de Proteção aos Direitos Humanos com a Organização das Nações Unidas - ONU. Esta Carta previa tão somente um rol de Direitos Humanos e sequer exigia a sua observância pelos membros. No mesmo ano, na Conferência de São Francisco, o Presidente Truman prometeu a criação de uma *Bill of Rights*. Diante disso, a Assembleia Geral das Nações Unidas constituiu o Terceiro Comitê de Assuntos Sociais, Humanos e Culturais, o que resultou na criação do Conselho Econômico e Social - ECOSOC o qual criou a Comissão de Direitos Humanos - CDH, encarregada de elaborar um instrumento internacional para os Direitos Humanos.

A esposa do ex-presidente dos Estados Unidos, Eleanor Roosevelt, foi presidente da Comissão dos Direitos Humanos. Ela coordenava os trabalhos com o auxílio do governo britânico e diversos especialistas canadenses. A Comissão dividiu os trabalhos em três etapas: A primeira seria a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH, a segunda seria a elaboração de um documento juridicamente mais vinculante que a Declaração. E, por fim, a formulação de mecanismos exigibilidade e de judicialidade dos direitos previstos nos instrumentos internacionais.

PÓS MODERNIDADE: ULTRA NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO

O termo Pós Modernidade foi criado por Arnold Toynbee, quem também o chamou de Super Modernidade (Anderson 1999). Beck (2010) denominou esta nova configuração da sociedade como Alta Modernidade, Segunda Modernidade ou Modernidade Reflexiva. Porém, o termo ideal a ser utilizado para descrever esta nova Modernidade foi pensado por Bresser-Pereira (2011), quem defende que deveria se chamar de Modernidade Neoliberal, eis que esta Nova Era corresponde aos 30 anos neoliberais do capitalismo. Além disso, muitos valores e crenças das sociedades modernas são características que definem a ideologia neoliberal.

Não é possível identificar exatamente o momento da ruptura entre Modernidade e Pós Modernidade, o que se percebe são as mudanças nas perspectivas que modificam a conjuntura e a organização social. Trata-se de um movimento filosófico-sócio-cultural. Para Anderson (1999), este movimento não apareceu depois da Modernidade, mas sim um movimento de renovação interna inerente à Modernidade, desde o início. Por isso, não há um exato momento de nascimento da Pós Modernidade, o que se pode dizer é que esta noção ganhou difusão após os anos 70 e pode ser detectada em práticas políticas, lutas e reivindicações atuais. No mesmo sentido, Alves (2005) afirma que “a Pós Modernidade é algo que não se auto anuncia, nem se personifica, e de que ninguém propriamente se investe: ambos simplesmente se exercem, de maneira assumida ou sub-reptícia. Para entendê-la, basta compará-la à Modernidade, que ela se propõe superar.”

Importante também é registrar que a Pós Modernidade liga-se ao surgimento da sociedade pós-industrial, agora estruturada pela informação e não mais na produção. Os fundamentos da Modernidade, quais sejam, verdade, razão, historicidade e progresso são substituídos por novos valores pós-modernos: a tendência para o contrato temporário em todas as áreas da existência humana. Agora, o contrato temporário alcança perspectivas ocupacionais, emocionais, sexuais e políticas. Os laços possuem aspectos econômicos, flexíveis e criativos (Anderson, 1999).

Beck (2011) compara a ruptura histórica entre Modernidade e Pós Modernidade com a passagem da sociedade feudal para a industrial. Para o Autor, a diferença é que a sociedade pós-moderna não representa o fim da Modernidade e sim sua reconfiguração. A Pós Modernidade é caracterizada por uma revolução tecnológica: uma sociedade de consumo, de serviços, onde os processos tecnológicos não exigem mais fábricas, mas sim processo programados pela tecnologia.

Ocorre que a Modernidade Clássica era guiada pelo Iluminismo, tornando-a racional, secular democrática e universalista. A Razão era atributo da

natureza humana. A Razão emanciparia o homem da subjugação política e social. As sociedades alcançariam o progresso e a liberdade com o Direito e os Direitos Humanos tinham o *status de* instrumentos utilizados para a consecução da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Porém, Marx foi o primeiro a questionar esta trajetória: o Homem fazia a sua própria história, mas não em circunstâncias por ele próprio escolhidas. Marx também foi o primeiro a recorrer à estrutura econômica como fator limitativo da liberdade humana. Nietzsche, pela ótica da cultura, com recurso à genealogia da moral, desmontou o racionalismo e a ética iluministas. Freud demonstrou que o Homem não é uno e nem autônomo, modificando a compreensão de personalidade individual. E Saussure identificou as relações de signos e estruturas de linguagem que condicionam o conhecimento lançando, assim, as bases para a desconstrução do sujeito. (Alves, 2005).

Assim, chega-se ao entendimento pós-moderno de que: o homem e a mulher são seres construídos dentro da cultura em que vivem, não tendo uma natureza universal; o conhecimento passa a ser determinado pelas estruturas econômicas, políticas e sociais, das quais nenhuma é igual a todos os indivíduos, a verdade se relativiza. A Razão do Iluminismo é substituída por razões específicas. Bresser-Pereira (2014) explica que a Pós Modernidade é uma explosão de aspirações de autonomia subjetiva em todas as camadas sociais. O que impõe o individualismo pós moderno, desligado dos ideais coletivos e do rigorismo educativo, familiar e sexual. Para Ianni (2007) esta nova realidade é permeada de desafios empíricos, metodológicos, históricos e teóricos, os quais exigem um salto qualitativo no esforço da reflexão de quem pretende pensar este novo paradigma.

Para compreender os Direitos Humanos nesta nova realidade as questões fundamentais a serem pensadas são a globalização e a nova fase do neoliberalismo.

Ultra Neoliberalismo

Estado, Mercado e Direitos Humanos possuem trajetórias convergentes: O mercado faz um marcante papel de fomentar a desigualdade e a miséria, além de influenciar as bases da sociedade e pretender determinar os critérios de distribuição

de renda. Neste contexto, surge o *WelfareState*, o estado de bem-estar social, o qual garante a qualidade de vida e a igualdade e o mais importante: regula a economia. A sua principal característica é o reconhecimento dos Direitos Sociais como Direitos Fundamentais.

Foi Otto Von Bismarck, também conhecido como chanceler de ferro, quem criou o Estado de Bem-Estar na Alemanha, em 1880. Sua pretensão era unificar a Alemanha e apresentar um Estado nacional único. Instituiu vários Direitos Sociais sob o fundamento de que somente o Estado poderia resolver tais problemas sociais, assim nasceu o programa compulsório de assistência social em escala nacional. Logo após, muitos países instituíram o *WelfareState*, o que ocorreu de forma gradativa e cada país o fez a seu modo.

Em 1944, na Inglaterra, surge uma reação teórica e política contra o Estado de Bem-Estar Social, a qual se fundamenta no pensamento de Friedrich Hayek, O Caminho da Servidão: “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (Anderson, 1995). Para Harvey (2007), o neoliberalismo é uma teoria econômica-política que propõe que o bem estar humano pode ser potencializado libertando as liberdades empreendedoras e talentos individuais a partir de um quadro institucional caracterizado por fortes direitos de propriedade, mercado e comércio livre.

Mas foi só na década de 1970, durante a crise do modelo econômico do pós-guerra que o neoliberalismo ganhou força. Para os neoliberais a causa da crise estava no poder dos sindicatos e no movimento operário, os quais não permitiam o avanço da acumulação capitalista. As pressões reivindicativas sobre os salários e a exigência de que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais baixaram os lucros das empresas e desencadearam um processo inflacionário. O que deu causa à crise econômica generalizada. A solução para a crise, segundo os neoliberais seria que o Estado tivesse como meta a estabilidade monetária. Para tanto, os gastos com o bem-estar deveriam ser reduzidos, conseqüentemente haveria um exército de reserva

de trabalho, também chamada de desemprego, com o objetivo de enfraquecer os sindicatos. Além disso, imprescindíveis os incentivos e as reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos, revivendo a desigualdade necessária para dinamizar a economia.

A Inglaterra foi o primeiro país a pôr em prática o neoliberalismo, isto aconteceu na só em 1979, quando Margareth Thacher foi eleita Primeira Ministra. Em seguida, outros países Europeus como Alemanha e Dinamarca aderiram ao neoliberalismo e, na década de 1980, houve a adesão da América do Norte, iniciando pelos EUA com o governo de Ronald Reagan. Importante registrar que, nesta época, o Banco Mundial e o FMI, criados com o objetivo de refinar a reconstrução da Europa e evitar futuras depressões econômicas, agora passaram a ser grandes missionárias da ideologia neoliberal. As duas instituições estavam a serviço do modelo norte-americano de capitalismo, motivo pelo qual vinculou-se às orientações do Departamento do Tesouro dos EUA. E, neste contexto, por meio do Banco Mundial e do FMI foi publicada a receita a ser seguida pelos países em desenvolvimento: 1. Privatização das empresas públicas, terras, educação, saúde e segurança social; 2. Liberalização dos mercados; 3. Desregulamentação da economia; 4. Precarização do Emprego; 5. Descaso de preocupações ambientais. (JOMO, 2007)

Anderson (1995) faz uma avaliação da hegemonia neoliberal no mundo capitalista avançado nos anos 80 e observa que em todos os itens observados, quais sejam, deflação, lucros, empregos e salários o programa neoliberal obteve êxito: a reanimação do capitalismo avançado mundial restaurando as taxas altas de crescimento estáveis como antes da crise de 1970. Porém, não houve crescimento, não houve o resgate do crescimento econômico comparável aos anos 1950 e 1960. O Autor explica que a recuperação dos lucros não levou a uma recuperação de investimentos por que a desregulamentação financeira criou condições mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Ocorre que os mercados de câmbio internacionais realizavam transações puramente monetárias e diminuíram o comércio de mercadorias reais. Além disso, um dos objetivos do programa neoliberal

era diminuir os programas sociais, porém, com as altas taxas de desemprego os gastos com tais programas aumentou ao invés de diminuir.

Assim, na década de 1990, o capitalismo avançado encontrou mais uma profunda recessão. A dívida pública de quase todos os países ocidentais aumentou, o endividamento privado alcançou índices nunca mais vistos desde a Segunda Guerra Mundial e o desemprego tornou-se assustador. Mesmo assim, o neoliberalismo alcançou nova vitalidade ao se tornar novamente a solução para reanimar o capitalismo avançado. Ocorre que, no momento em que o neoliberalismo encontra seus limites no Ocidente, era vitorioso com a queda do comunismo na Europa Oriental e na União Soviética, em 1991. Portanto, a vitória do Ocidente na Guerra Fria significou a vitória do capitalismo. Nesta fase, a desigualdade social alcançou um novo patamar.

Para Anderson (1995), até a década de 1990:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de se adaptar as suas normas.

Dardot e Laval (2016) explicam que o capitalismo não cresce apenas quando conquista novos territórios e transforma mercadorias em atividades humanas. O crescimento do capitalismo está relacionado à difusão social de um sistema de regras de ação. E, o principal agente ou o principal vetor de extensão da lógica de mercado passa a ser o Estado. O que se passa a ver, portanto, não é mais a não intervenção do Estado no mercado. O Estado, agora é o principal agente a favor do capital avançado:

Da mesma forma como fora feito na década de 1980, no contexto de profunda recessão do capital, o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro

dos EUA, em 1990, formularam o Consenso de Washington, o qual recomendou a adoção de dez medidas econômicas que tinham por objetivo promover o ajustamento econômico de países subdesenvolvidos que estavam em dificuldades. Tratava-se de uma nova receita para a retomada do crescimento: 1. Abertura Comercial; 2. Privatização de Estatais; 3. Redução dos Gastos Públicos; 4. Disciplina Fiscal; 5. Reforma Tributária; 6. Desregulamentação; 7. Estímulo aos investimentos estrangeiros diretos; 8. Juros de mercado; 9. Câmbio de mercado; 10. Direito à propriedade intelectual.

A pretensão do Consenso de Washington com a liberalização do mercado era aumentar o fluxo de capital dos países ricos para os mais pobres. Mas aconteceu exatamente o contrário e os pobres ficaram ainda mais pobres. De acordo com dados estatísticos da ONU³ a situação piorou muito! (JOMO, 2007)

Verifica-se que os princípios neoliberais do Consenso de Washington são globalizantes por que buscam a integração econômica internacional. Para Anderson (1995) o processo de globalização da economia mundial contribuiu muito para agravar as desigualdades sociais e econômicas que erguem um fosso entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido.

E é neste contexto de desigualdade social, desemprego estrutural e pobreza necessários ao neoliberalismo e à globalização da economia mundial é que aparecem os Direitos Humanos como forma de amenizar a gritante contradição entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social: neste cenário de revitalização do capital avançado e aumento da pobreza e desigualdades do mundo, em 1993, a ONU realizou a Convenção de Viena. Alves (2005) conta que “foi o maior conclave internacional jamais reunido até então para tratar da matéria congregando representantes de todas as culturas, religiões e sistemas sociopolíticos. A Convenção aprovou A Declaração e Programa de Ação em Viena, a qual teve como objetivo principal chancelar a universalidade dos Direitos Humanos.

³ Publicados no livro *Flat Wolrd, Big Gaps*.

Neste rumo, em 2008, o mundo conhece uma crise histórica sem precedentes, uma crise estrutural, profunda do próprio sistema do capital que afeta o conjunto da humanidade (MÈZAROS, 2009). Para explicar esta crise Boschetti (2016) conta que, desde o seu início, o capitalismo passou por crises gerais, as quais, na perspectiva marxiana, constituem uma manifestação das contradições capitalistas em sua incessante busca de super lucros e super acumulação. A diferença entre uma crise e outra é o grau de desenvolvimento do capitalismo, da forma de organização das classes sociais e da hegemonia política no âmbito do estado.

A particularidade importante apresentada pela crise que teve início em 2008, é que o sistema capitalista se deparou com uma manifestação da crise jamais experimentada: o encontro com seus próprios limites intrínsecos. E a consequência disso é que a economia, a demografia, o desenvolvimento, a ecologia se tornaram problemas de todo o mundo. “Não se trata de mais uma crise e sim de uma crise histórica, econômica, social e ecológica” (Bensaïd, 2009).

Para tanto, o neoliberalismo adquiriu novas facetas extrapolando a política e a economia neoliberal para criar uma nova sociedade neoliberal. Este novo estágio do capitalismo, que traz consigo os ideais da Pós Modernidade é chamado de ultra neoliberalismo. Esta fase é consequência da nova racionalidade governamental e empresarial criada na década de 1990, onde o Estado figura como o guardião do mercado. Trata-se da economia social de mercado, o inverso do Estado de Bem Estar: onde o Estado incentiva o empreendedorismo e o *status* social de cada indivíduo é sua responsabilidade individual. É o momento em que o capitalismo neoliberal se transforma em capitalismo financeiro, baseado na financeirização da economia, que acumula rendimentos por aplicações especulativas de mercado. (Dardot e Laval, 2016).

Assim, nasce uma nova sociedade: completamente globalizada, onde o coletivo dá espaço para o individualismo, um mundo sem fronteiras, interligado, produtivo e veloz. Onde o “eu posso ser o que eu quiser” e “onde eu quiser” é o lema. Sem vínculos e sem pertencimento. Um mundo a ser descoberto por quem tem

mais “força de vontade”, acredita-se no conceito de merecimento. Mas, esta “nova perspectiva de vida”, ou a nova realidade apresentada pelo mundo globalizado custa a dignidade da maioria das pessoas.

Globalização Pós-Moderna

Bauman (2004) descreve a ideologia da Globalização como Amor Líquido: "um Amor até segundo aviso, o Amor a partir do padrão dos bens de consumo: mantenha-os enquanto eles te trouxerem satisfação e os substitua por outros que prometem ainda mais satisfação."

A globalização é fruto do intenso desenvolvimento econômico que se iniciou nos anos 50, mas que se aperfeiçoou com a emergência dos ideais Pós Modernos. Como consequência desse desenvolvimento foi necessário aperfeiçoar maneiras de expandir os negócios de forma rápida e eficaz com o intercâmbio econômico e comercial, desenvolvimento da tecnologia, ampliação da abrangência dos meios de comunicação e intensificação dos movimentos migratórios. Para os geógrafos Santos (2000) e Cataia (2020), a globalização é considerada um período, o período da globalização. Trata-se de um pedaço de tempo que pode ser individualizado a partir de variáveis-chave ou fatores determinantes, as quais instalam-se por toda parte e influenciam em tudo. “Suas variáveis chave são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta, e a existência de um motor único da história, representado pela mais-valia globalizada”. (Santos 2000).

Carbonari (2001) explica que Globalização é um conceito polissêmico, ou seja, “vai desde o sentido de universalização das regras liberalizantes do mercado, passando pela ideia específica do expansionismo livre das transnacionais e da integração subordinada dos países pobres até uma ideia mais aberta que a entende como integração integral de povos e culturas”. Para o Autor, a ideia de globalização que prevalece é a afirmação do mercado total, mais do que um espaço de trocas econômicas, mas como espaço de socialização e constituição de subjetividade.

Em meio ao intenso desenvolvimento econômico promovido pela expansão agrícola, a Globalização trazia consigo a promessa para o rompimento de fronteiras e promoção da igualdade quando, por meio do grande alcance dos meios de comunicação, anunciava um novo ciclo de expansão econômica para a comunidade global, era a esperança no progresso e que ele fosse coletivo. Porém, assim como o desenvolvimento econômico alcançou não alcançou a pobreza, o processo de globalização proporcionou uma nova estruturação social, a qual potencializou as desigualdades sociais.

Para Alves (2005), o fenômeno mais visível da globalização é a “emergência de duas classes que extrapolam limites territoriais: a dos globalizados (aqueles abarcados positivamente pela globalização) e a dos excluídos (mais de três quartos da humanidade)”.

A mais importante consequência do processo de globalização é que não há limites para a circulação livre do capital, que agora é flexível. O capital não luta contra resistências, ao contrário: trabalha a favor das necessidades. Não necessita de uma localidade para investir, ele é global. Não tem amarras e nem obrigações. Não tem responsabilidade com as consequências sociais e nem com a perpetuação da comunidade de forma que a localidade é despojada de significado social. Tudo gira em torno do mundo econômico, sentimentos e necessidades humanas devem estar em segundo plano.

Santos (2003) considera que o avanço das técnicas de informação que com o uso de normas ditadas pelos Estados e pelas empresas formaram o meio técnico científico informacional que é a essência da globalização, que usa o advento da informação para seu proveito. E neste contexto a Globalização é apresentada como algo inevitável. Por isso, o Autor apresenta a Globalização como fábula: sem fábulas e mitos não existiria como ela é. A primeira fábula é a de aldeia global, a qual afirma que a comunicação é possível a todo o planeta, dando a impressão de que instantaneamente é possível saber o que se passa em todo o planeta. Também quer se fazer acreditar que o espaço e o tempo são contraídos graças à velocidade da

informação. E por fim, a ideia de cidadania universal e desterritorialização são mitos necessários ao sucesso da globalização.

Estamos diante do que Ianni (2007) chamou de sociedade global, a qual recobre a sociedade nacional: nenhum conhecimento a respeito da sociedade nacional é suficiente para compreensão das configurações e movimentos da sociedade global, uma realidade ainda não totalmente conhecida e codificada. Trata-se da ruptura histórica em grandes proporções, em âmbito global, que assinala o declínio do Estado-Nação e a emergência de novos e poderosos centros mundiais de poder, soberania e hegemonia.

Neste contexto, ao mundo é apresentada outra consequência da Globalização, a necessidade que as economias nacionais têm de se abrir para o mercado internacional, onde a economia é dominada pelo sistema financeiro internacional devido ao fato de que os investimentos, agora, são em escala global. Assim, o Estado está subordinado às agências internacionais de modo que as políticas sociais passam a se tornar estratégias para atender o mercado.

No mundo das finanças globais, os governos detêm pouco mais que o papel de distritos policiais superdimensionados; a quantidade e qualidade dos policiais em serviço, varrendo os mendigos, perturbadores e ladrões das ruas, e a firmeza dos muros das prisões assomam entre os principais fatores de ‘confiança dos investidores’ e, portanto, entre os dados principais considerados quando são tomadas decisões de investir ou de retirar um investimento (BAUMAN, 1999, p.127)

Ianni (2007) observa que o mundo se transformou numa fábrica global, também chamada pelo Autor de *shopping center* global para atender à internacionalização do capital. E aquele processo de reorganização dos espaços necessita ser mais eficiente e ágil para atender à dispersão geográfica da produção, do planejamento de mercado e da divisão do trabalho. Internacionalizou-se não apenas o capital, mas também o processo produtivo e a questão social. Por isso, Santos (2012) afirmou que “a globalização é o estágio supremo da internacionalização”.

Neste contexto, Cataia (2020) explica que os agentes hegemônicos da globalização são as empresas internacionais do sistema financeiro e as agências de notícias, agências de risco, organismos internacionais (FMI e Banco Mundial) e Estados que possuem a hegemonia política regional e mundial. Estes agentes têm capacidade de produzir eventos globais: Por meio de alianças entre eles, com a difusão de uma ideologia e um sistema produtivo, conseguem impor o seu mercado. O Autor observa que a ideologia que sempre precede o sistema produtivo é o comprometimento com a pobreza e a produção de ultra ricos. É a angelização do mercado hegemônico e a demonização do Estado, o Estado de segurança social.

E em meio à fábrica global, surge a nova divisão internacional do trabalho, atualizando de acordo com as necessidades do capital as técnicas eletrônicas, o neofordismo, o toyotismo, a flexibilização das normas trabalhistas e a terceirização do trabalho. Ocorre que a industrialização que era substitutiva da importação agora é orientada para a exportação. E as consequências disso são a desestatização, a desregulação, a privatização, a abertura de mercados e a monitorização das políticas econômicas nacionais pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial.

Para Ianni (2007) não se globaliza só os processos de produção, faz também com as relações de produção, mundializando as instituições, princípios jurídicos e padrões socioculturais. A esta perspectiva da Globalização Santos (2003) chamou de Globalização Perversa, imposta por meio da tirania do dinheiro e da informação, que polarizam a economia em atores hegemônicos influenciando para uma competição desigual determinando a escassez e a pobreza para os excluídos. Para o Autor “é desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja por que não dispõe totalmente de novos meios de produção, seja por que escapa a possibilidade de controle”. Desta forma, o capital financeiro se desenvolve de forma extraordinária por que ganham força por meio dos circuitos informatizados.

Santos (2003) aponta alguns limites à Globalização, quais sejam, a resistência às fabulações e a mudança no denso sistema ideológico; o papel da

esquizofrenia do território; a luta contra a racionalização dominante; o uso das técnicas em conjunto com a política para a valorização da vida humana.

OS DESAFIOS DOS DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE PÓS MODERNA E GLOBALIZADA

Barroco (2008) identifica que na sociedade pós-moderna e globalizada a efetividade dos Direitos Humanos apresenta inúmeras contradições. Para a Autora, a principal contradição é entre a realização dos Direitos Humanos e as condições adversas ao capitalismo, quais sejam:

- 1) O aprofundamento do abismo entre a desigualdade e a liberdade; a riqueza e a pobreza atingem níveis nunca vistos (...)
- 2) A pobreza não atinge somente os países do sul; mas também os países desenvolvidos (...)
- 3) O enxugamento do Estado, nos países onde o ajuste estrutural foi implantado (...)
- 4) A miséria é material e espiritual;
- 5) A desproteção social e a insegurança generalizam-se, fragilizando a vida, a saúde, gerando formas de violência;
- 6) Observa-se o refluxo da organização política de classe dos trabalhadores, rebatendo na organização dos movimentos e produzindo uma descrença generalizada na política;
- 7) Criminalização da pobreza; naturalização da pobreza; tolerância zero (...);
- 8) Cultura de desigualdade e de violência, cujos resultados para os DH se expressam sob a forma de um crescente processo de desumanização (...)
- 9) A defesa dos DH perde seu vigor, é acusada de constituir na defesa de bandidos, marginalizados (...);

No mesmo sentido, Alves (2005) observa que “os Direitos Humanos se veem atualmente ameaçados por múltiplos fatores”. Alguns destes fatores sempre existiram e variam entre intensidade e forma de se manifestar, quais sejam, políticas de poder, arbítrio autoritário, preconceitos, exploração econômica entre outros. Mas outras ameaças são novas, desafios exclusivos da pós modernidade: “Mais difíceis de se combater do que as ameaças tradicionais, os novos fatores contrários aos direitos humanos, insidiosos e efetivos, acham-se embutidos nos efeitos colaterais da globalização econômica e no anti-universalismo pós-moderno do mundo contemporâneo”.

Estas novas ameaças aos Direitos Humanos são fruto da Ideologia Pós-Moderna, que alicerça a sociedade contemporânea com a intenção de atender às necessidades mercadológicas exercendo uma descontinuidade do projeto humano emancipatório: nega a universalidade, a racionalidade, a perspectiva de totalidade, a história e a possibilidade de emancipação.

Para Piovesan (2009) os principais desafios para a implementação dos Direitos Humanos na Pós Modernidade são: a tensão entre o universalismo e o relativismo cultural; a laicidade estatal *versus* fundamentalismos religiosos; a tensão entre o direito ao desenvolvimento e as assimetrias globais; a proteção dos direitos sociais e os dilemas da globalização econômica; respeito à diversidade *versus* intolerâncias; combate ao terrorismo *versus* preservação das liberdades públicas; unilateralismo *versus* multilateralismos.

Carbonari (2001) considera que todos estes desafios identificados aparecem quando os Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais são colocados em segundo plano, quando estes Direitos são reconhecidos de forma hierarquicamente inferior aos Direitos Humanos Cíveis e Políticos. E isto acontece quando se justifica a redução das liberdades individuais em nome do progresso econômico.

A compreensão de Carbonari (2001) está fundamentada na compreensão de Kant acerca de Dignidade da Pessoa Humana, anunciada no início deste estudo, a qual sendo base fundamental para os Direitos Humanos garante que o ser humano tenha lugar central e intransponível em qualquer unidade normativa. Ocorre que a noção de Direitos Humanos possui uma unidade normativa, a qual foi construída a partir da Dignidade da Pessoa Humana, por isso qualquer que seja o ordenamento deverá ser construído a partir dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos está fundamentada na Dignidade da Pessoa Humana, reconhecendo cada ser humano como sujeito moral,

político, jurídico e social. E, embora o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais tenha obtido um atraso no seu reconhecimento, ele está em pé de igualdade com o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

O discurso Ultra Neoliberal não demonstra pretensão em revogar a Declaração de Direitos Humanos e nem mesmo de tornar sem efeito sua judicialização. O que ocorre é que a lógica de mercado imposta à sociedade e aos Estados impõe que, em nome do desenvolvimento econômico, algumas garantias individuais estejam em segundo plano. E, neste rumo, a ideologia da globalização pós-moderna trabalha no sentido de deslocar as prioridades na crença do próprio sujeito de direitos.

Ocorre que a ideologia da globalização cria uma compreensão hegemônica de Direitos Humanos, a qual rompe o lugar da subjetividade centrado na pessoa e o joga para o espaço das corporações econômicas transnacionais. E conseqüentemente rompe-se com a ideia de cidadania como elemento constitutivo dos Direitos Humanos e transformam-se cidadãos em clientes. E os sujeitos, a pessoa humana protagonista dos Direitos Humanos, não compreende a diferença e a sociedade vai se transformando em grupos de consumidores. Passa a entender que somente terá a sua dignidade garantida quando forem satisfeitas as necessidades que o mercado criou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. A Lindgren. A Declaração dos Direitos Humanos na Pós Modernidade. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ANDERSON, Perry et al. Balanço do neoliberalismo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 23 de setembro de 1995.

_____. **As origens da p – s-modernidade**. Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2004.

BARROCO, Maria Lucia Silva. O significado sócio-histórico dos Direitos Humanos e o Serviço Social. In: **Palestra da Conferência Mundial de Serviço Social da Federação Internacional de Trabalho**. Salvador, BA. 2008.

BECK, Ulrich et al. Sociedade de risco. **São Paulo: Editora**, v. 34, p. 49-53, 2010.

BIELEFELDT, Heiner. Filosofia dos direitos humanos (trad. Dankwart Bernsmüller). **São Leopoldo: Unisinos**, p. 158, 2000.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. Cortez Editora, 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Modernidade, pós-modernidade e neoliberalismo. 2011.

_____. Modernidade neoliberal. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 29, n. 84, p. 87-102, 2014.

CARBONARI, Paulo César. Globalização e direitos humanos: identificando desafios. **Direitos humanos internacionais: avanços e desafios no início do século XXI**. Recife: dhINTERNACIONAL, 2001.

CATAIA, Márcio. Civilização na encruzilhada: globalização perversa, desigualdades socioespaciais e pandemia. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, 2020

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. **Revista Olho da História**, v. 22, 2016.

DE OLIVEIRA, Manfredo Araujo. **Ética e sociabilidade**. Edições Loyola, 1993.

FENSTERSEIFER, Tiago. Direitos fundamentais e proteção do ambiente: a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito. 2008.

HARVEY, David. **Uma breve história do neoliberalismo**. Oxford University Press, EUA, 2007.

IANNI, Octávio, 1926- Teorias da Globalização / Octávio Ianni. - 14ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

IMMANUEL KANT. **A Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

JOMO, Kwame Sundaram; **SUNDARAM**, Jomo Kwame; **BAUDOT**, Jacques (Ed.). Flat world, big gaps: economic liberalization, globalization, poverty and inequality. Zed Books, 2007

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Boitempo Editorial, 2020.

PIOVESAN, Flávia C. Direitos humanos: desafios e perspectivas contemporâneas. **Direitos humanos: desafios e perspectivas contemporâneas**, 2009.

_____, Flávia Cristina. Direitos humanos e constitucional internacional. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, v. 1, n. 1, pág. 147-161, 2003.

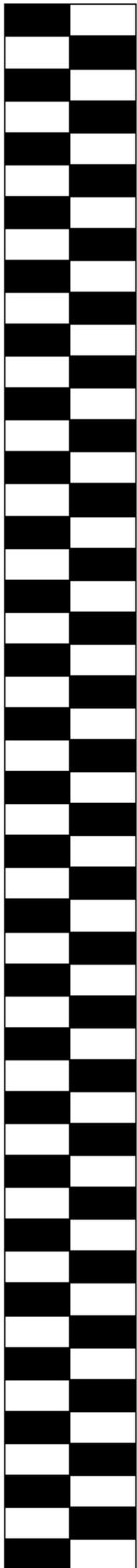
SARLET, Ingo Wolfgang. As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. **Revista brasileira de direito constitucional**, v. 9, n. 1, p. 361-388, 2007.

SANTOS, Milton. Por uma globalização mais humana. **Santos M, organizador. O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2012.

_____. Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. 10. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TEREZO, Cristina Figueiredo. **A atuação do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos na defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais**. Belém: UFPA, v. 483, 2011.

Resenhas



RESENHA

Por que Policiais se Matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Dayse Miranda (org.), 2016

MIRANDA, Dayse (Org). **Por que Policiais se Matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.** 1^o ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial. 148 p. 2016.

*Anderson Przybyszewski Silva¹
Rita Adriana Gomes de Souza²*

RESUMO

Na presente obra, é abordada a temática do suicídio na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ. O texto traz achados científicos obtidos frutos de uma pesquisa de diagnóstico do comportamento suicida na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. A metodologia utilizada foi edificar uma pesquisa de cunho exploratório, com o intuito de compreender o comportamento suicida e notadamente suas causas e se há associação com o labor diário do policial. Há ao longo da obra, um exercício de “desconstrução de alguns tabus” que permeiam a temática suicídio no imaginário popular.

Palavras-chave: PMERJ, Ideação suicida. Suicídio.

ABSTRACT

In the present work, the theme of suicide in the Military Police of the State of Rio de Janeiro - PMERJ is addressed. The text brings scientific findings obtained from a diagnostic research on suicidal behavior in the Military Police of the State of Rio de Janeiro. The methodology used was to build an exploratory research, in order to understand suicidal behavior and notably its causes and if there is an association with the daily work of the police officer. Throughout the work, there is an exercise in “deconstructing some taboos” that permeate the theme of suicide in the popular imagination.

Keywords: PMERJ, Suicidal ideation. Suicide.

¹ 2^o Tenente da PMMT. Doutorando em Saúde Coletiva UFMT.

² Professora Doutora - Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva UFMT.

Credenciais da autora³:

Dayse Assunção Miranda mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2003), doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2009) e pós-doutorado em Sociologia pela Universidade do estado do Rio de Janeiro. É pesquisadora e professora nas áreas de Saúde Mental, Violência e Políticas Públicas. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Suicídio e Ocupações. Atualmente, é diretora executiva/presidente do Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (IPPES). Coordenadora do Grupo de Estudos em Saúde Mental, Violência(s) e Segurança Pública do IPPES.

A obra organizada com maestria por Dayse Assunção Miranda, em si versa sobre os resultados de uma pesquisa de diagnóstico do comportamento suicida na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

O viés metodológico trilhado pela autora foi edificar uma pesquisa de cunho exploratório, com o escopo de tornar tangível a compreensão do comportamento suicida e notadamente suas causas.

A obra está dividida didaticamente, de modo que há de modo claro já na introdução, uma preocupação de realizar uma abordagem inicial sobre o fenômeno do suicídio, onde é apresentado um panorama geral deste fenômeno, sobressaindo os dados de que 75% dos casos globais, foram registrados em países de baixa renda (OMS. 2014).

No que se refere ao território nacional, dados do Sistema de Informação de Mortalidade do ministério da Saúde apontam que nas últimas três décadas 205.990 pessoas tiveram como registro de óbito, a causa morte suicídio.

³ <http://lattes.cnpq.br/4642382292915049>

Em caráter de apresentação da problemática, a autora aponta dados alarmantes em se tratando da tentativa estabelecer um viés comparativo sobre as taxas de suicídio, especificamente no estado do Rio de Janeiro:

O diferencial das taxas de suicídio de policiais e da população geral também é expressivo. Musumeci e Muniz (1998. p. 30) fizeram um mapeamento da vitimização de policiais militares e civis na cidade do Rio de Janeiro. E constataram que a taxa de suicídio na polícia militar carioca em 1995 foi de 7,6 vezes superior á da população geral, ainda que 100% das mortes tenham acontecido durante a folga do policial.

A autora, parte da hipótese de que as taxas de cometimento de suicídio na Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro são elevadas. Para sustentar este argumento a autora aduz que a taxa de morte por suicídio na população geral no estado seja relativamente baixa se compararmos com os padrões nacionais e internacionais, vejamos:

Soares et alii (2012), analisando os dados do ministério da Saúde, concluíram que a média das taxas (por 100 mil habitantes), no estado do Rio de Janeiro, de 2002 a 2008 é de 2,56. A média das taxas de mortes por suicídio no Brasil é de 3,89 entre os anos de 1980 a 2008.

Avançando detalhadamente a obra, notamos que ela foi dividida em duas partes, e seis capítulos além da introdução e sua conclusão.

A primeira parte foi edificada com a sistematização de quatro capítulos específicos. Esta primeira parte é pensado e sistematizado de modo a apresentar os resultados do projeto de pesquisa intitulado “Suicídio e risco ocupacional: o caso da polícia militar do estado do Rio de Janeiro”.

O primeiro capítulo intitulado “Definições de Violências Autoinflingidas”, há claramente a intenção de “familiarizar”, ou tornar próximos do leitor algumas definições e conceitos sobre a temática estudada, tais como suicídio, tentativa de suicídio, ideação suicida, violência autoinflingida.

Há neste primeiro capítulo, um indicativo de categorias de análise que serão delineadas com mais propriedade nos capítulos seguintes, são elas: ideação suicida, tentativa de suicídio e suicídio consumado.

O segundo capítulo denominado “O diagnóstico do comportamento suicida da PMERJ”, é resultado da pesquisa já mencionada na introdução. Há neste capítulo uma análise descritiva de dados estatísticos oficiais das mortes por suicídio e tentativas de suicídio na PMERJ, no intervalo entre os anos de 1995 a 2009. Existe ainda neste momento da obra uma preocupação da autora com a questão da subnotificação dos registros de suicídio e sobretudo as tentativas de suicídio na PMERJ. Com base nos dados apresentados, a autora conclui que no intervalo entre os anos de 2005 a 2009, o perfil dos policiais militares do Rio de Janeiro mortos por suicídio emergem alguns espectros comuns tais como: homens, casados ou união estável, possuem filhos, evangélicos, e são soldados, cabos ou sargentos (praças).

Circunstâncias das tentativas de suicídio declaradas é o tema do terceiro capítulo da obra. Este capítulo especificamente com a participação/colaboração de 22 (vinte e dois) policiais militares que declararam ter tentado cometer suicídio. Para estabelecer a análise das circunstâncias destes 22 casos declarados, foram selecionados 08 (oito) situações específicas: Planejamento, Meios utilizados, motivação, regularidade das tentativas de suicídio, histórico de tentativas de suicídio, histórico de morte violenta na família, registro de cartas, quantitativo de crises e internações.

Com base nestes aspectos selecionados a autora chega a concluir que a maioria dos casos de tentativa de suicídio ocorreu sem planejamento prévio, e que dos 22 participantes da pesquisa, 17 deles agiu movido por impulso, e que muitos deles relataram que a tentativa de suicídio foi resultado da necessidade de “dar uma resposta imediata ao acúmulo de problemas distintos”, sobressai ainda o fato de que 19 dos participantes do total da amostra disseram não ter planejado mas teriam “pensado” na maneira pela qual iria cometer o suicídio.

O quarto e último capítulo da primeira parte do livro é denominado “Fatores Associados a tentativa de suicídio declarada a pesquisa”, neste momento do livro a autora, investiga prováveis fatores que podem estar associados as tentativas de suicídio, entre elas: fatores sociodemográficos, condições de trabalho, situações de risco e vitimizações por policiais militares nos últimos 12 meses, saúde e qualidade

de vida, capital social e relações interpessoais dentro e fora da polícia, confiança interpessoal, sociabilidade informal e associativismo.

Em síntese, salta aos olhos no quarto capítulo, o fato de que o diagnóstico leva a autora a concluir que:

“A prevenção do comportamento suicida (ideações suicidas, tentativas de suicídio e o suicídio consumado) entre profissionais de segurança pública da PMERJ está para além dos tratamentos médico e psicológico. A prevenção envolve inclusive mudanças organizacionais que interferem no cotidiano do trabalho policial. Dai a razão para propormos nos próximos capítulos estratégias preventivas em dois níveis de atuação: macro e micro.

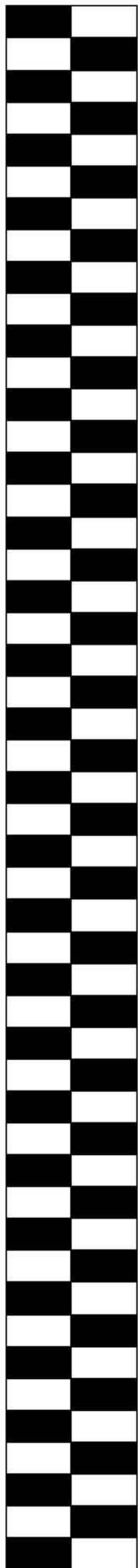
A segunda parte do livro é inaugurada pelo capítulo cinco, intitulado “Ações preventivas dirigidas aos gestores da PMERJ”. Aqui a autora esclarece que o primeiro passo para a edificação de uma política institucional de caráter preventivo de adoecimento psíquico e emocional de policiais “urge” ser inserida em patamar de planejamento estratégico da instituição, reconhecer a questão como sendo uma prioridade, ou seja, nas palavras da autora “reconhecimento do tema como uma prioridade na agenda do comando geral da polícia militar”.

O sexto e último capítulo tem a titulação “Ações preventivas dirigidas aos profissionais de saúde”, neste capítulo a autora propõe uma reflexão sobre violência autoinfligida, especificamente no campo da saúde. Este capítulo nos conduz para algumas orientações destinadas ao caráter prevenção ao suicídio. Há necessidade de se estabelecer protocolos e procedimentos como formas de atuação para situações de risco.

Neste último capítulo da obra, há um esforço cristalino da autora em desconstruir alguns “mitos” sobre o suicídio, entre eles: “Se eu perguntar sobre o suicídio, poderei induzir o paciente a isso”; “Ele está ameaçando suicídio apenas para manipular”; “Quem quer se matar, se mata mesmo”; “Quem quer se matar não avisa”; “O suicídio é um ato de covardia (ou de coragem)”; “No lugar dele, eu também me mataria”; “Veja se da próxima vez você se mata mesmo”; “Quem se mata é bem diferente de quem apenas tenta”; “Após uma tentativa de suicídio, uma melhora rápida das condições mentais significa que o perigo passou”.

Em face da conclusão da obra, a autora aponta que no caso da Polícia Militar do Rio de Janeiro, os casos de ideações suicidas e tentativas analisadas estão relacionadas a algumas características específicas: Insatisfação profissional; As situações de risco e vitimizações não letais vivenciadas por policiais (ameaças e insultos); Ao estilo de vida do policial; Aos problemas com o sono; Ao baixíssimo nível de capital social.

ENTREVISTA



ENTREVISTA



**Edson Benedito Rondon Filho - Coronel RR PMMT
Doutor em Sociologia (PPGS-UFRG)**

Entrevistado por Gabriel Rodrigues Leal – Tenente Coronel PMMT

RESUMO BIOGRÁFICO

Pós-Doutorado junto ao Departamento de Letras Modernas do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (IBILCE/UNESP), na modalidade III (PD-III) (2020). Doutor em Sociologia pelo PPGS/UFRGS, na linha de Violência, Criminalização, Cidadania e Direito com estágio doutoral (sanduíche) junto ao Centre de Recherche Sociologique sur le Droit et les Institutions Pénales (CESDIP) / França (2013). Mestre em Educação (IE/ UFMT - 2008). Especialista em Inteligência de Segurança Pública pela FAECC - UFMT (2008). Especialista em Gestão de Segurança Pública pela FAECC- UFMT (2003). Bacharel em Ciências Sociais (UFMT - 2010). Bacharel em Direito pela UFMT (2001). Graduado no Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (1994). Docente do curso de Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP). Docente colaborador do Mestrado em Sociologia do PPGS/ UFMT. Membro do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC) da UFRGS. Membro do Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação (GPMSE) do Instituto de Educação (IE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do Núcleo

Interinstitucional de Estudos da Violência e Cidadania (NIEVCI) da UFMT. Sócio Fundador do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP). Associado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Associado do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT).

RHM: *Muito Bom Dia! Boa Tarde! Boa Noite, Comandante! É uma satisfação tê-lo aqui conosco! Eu quero passar a palavra para as suas considerações iniciais, por assim dizer, antes de eu me dirigir aos questionamentos! Como vai o Senhor?*

R: Bom, eu, primeiramente, quero agradecer a oportunidade ao Centro de Desenvolvimento e Pesquisa, representado na pessoa do Tenente-Coronel Gabriel Rodrigues Leal, a quem eu conheço de longa data e tive a oportunidade de trabalhar, especificamente, na Academia de Polícia Militar e acompanhar um pouco de sua obra. Também agradeço à pessoa do Diretor de Ensino da Polícia Militar e ao Comandante Geral da PMMT, Coronel Jonildo José de Assis, que é meu contemporâneo do tempo em que trabalhei na Região de Fronteira. Deixo minhas saudações a todas e todos Policiais Militares que, eventualmente, estejam assistindo a esta *live!* [...] E me coloco à disposição com ótimas expectativas. Considero que vai ser um bate-papo, até porque lembraremos algo que já está há uma década, uma década e meia, longe da atualidade, mas é sempre interessante a gente lembrar a trajetória acadêmica, principalmente [...].

RHM:? *Coronel, nós lemos aqui, a partir do seu currículo lattes, que eu acabei de fazer referência, a Vossa filiação a, no mínimo, três grupos de pesquisas em, ao menos, três universidades distintas: um no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso, dois. Além do Instituto Brasileiro de Segurança Pública, Docência na Graduação no interior do Estado, a docência no Programa de Pós-Graduação UFMT, aqui na capital do Estado. Enfim, nós temos uma carreira de pesquisador consolidada! A carreira de alguém que é um pesquisador atuante, com artigos publicados, com obras publicadas. Mas, a gente está vendo o fim de um processo! E, para que todos tenham a clareza de como a gente constrói uma carreira em pesquisa na área de Segurança Pública, eu quero retroagir a como surgiu seu interesse pelo campo da pesquisa?*

Como a sua carreira, ao longo dos últimos anos, foi se direcionando para pesquisa e porquê disso? E, eu queria que, nessa sua reconstrução, Coronel, o Senhor pudesse nos dar a dimensão de uma questão que surge sempre: a dicotomia entre o policial na ponta da linha, o mesmo policial que tá ali trabalhando na atividade-fim e a suposta, eu diria até pseudo dicotomia com o policial pesquisador que tá pensando, tá refletindo, problematizando a realidade. Então, uma espécie de 3 em um para o Senhor: Como surgiu o interesse? Como se deu esse processo? E, existe ou não uma dicotomia entre a pesquisa e a prática policial?

R: Vamos iniciar pelo princípio: como tudo isso aconteceu. Eu tive uma formação policial militar fora do meu Estado, foram três anos na Academia Conde dos Arcos da Polícia Militar do Estado de Goiás. E, quando cheguei aqui no Mato Grosso eu me deparei com uma realidade que era totalmente diversa daquilo que eu tinha aprendido e vivenciado nos bancos acadêmicos. Uma realidade nua e crua que chocava. Quando você tem uma formação de excelência e de base numa academia que, de certa forma, tem um reconhecimento e destaque em nível nacional, pelo menos naquela instância, naquele momento, você vê a questão organizacional funcionando como deveria ser na prática. Quando retorno para o Estado de Mato Grosso, eu me deparo com uma realidade que poderia até chamar um tanto quanto às avessas: é muita questão de improviso, você não tinha doutrina, havia ainda algumas experiências embrionárias em tentar sistematizar o conhecimento policial, padronizar, não tinha uma padronização. Nós tínhamos uma formação que eu posso dizer muito heterogênea. Tinha-se oficiais formados na academia, por exemplo, de Paudalho em Pernambuco, nas Academias da Bahia, Minas Gerais, Barro Branco - São Paulo, Guatupê - Paraná, Santa Catarina, Brigada Militar - Rio Grande do Sul, Brasília - PMDF, Goiás. Então, você tinha, até me perdoem, a questão da comparação, uma Torre de Babel em termos de doutrina, porque cada oficial formado em uma dessas academias trazia para si uma doutrina que era, poderia até ser coincidente com as demais, mas, via de regra e maioria das vezes, era distinta das outras coirmãs, pelas especificidades regionais, principalmente. E isso me incomodava muito. Eu ficava questionando. Inclusive, tinha alguns parceiros de estranhamento, no que se refere à nossa atividade, pessoas que foram dialogando e me fizeram, inclusive, ter esse pendor para a questão da pesquisa, como foi o caso do

Tenente-Coronel Cidnei Manoel de Arruda, que era meu companheiro e amigo da Corregedoria, também os Coronéis Maurozan Cardoso Silva, Rachid Mohamed e o Coronel Rhaygino Sarly Setúbal. Eram oficiais que dialogávamos, questionando sobre alguns pontos de diferença, inclusive, de realidades e, até por assim dizer, um choque de realidade que a gente teve quando retornou para cá. Eu passei um tempo considerável em região de fronteira, parte do oficialato, de Tenente até sair Capitão, e este tempo foi todo no operacional. Então, tive também a oportunidade de conhecer o lado mais frágil da instituição, como a falta de equipamento, a falta de base para você exercer uma ação, uma operação. Para você ter ideia, nós chegamos a fazer a desintrusão da reserva indígena do Sararé, na região de Pontes e Lacerda. É! A gente ficava semanas na selva mesmo, na Selva Amazônica. Isso me rendeu pneumonias e outras doenças tropicais. São sequelas que a gente carrega por conta desse estágio, desse período que a gente teve que passar, de um tempo, de uma polícia que não tinha estrutura: íamos para fronteira, não tinha asfalto. Hoje, você tem uma rodovia asfaltada lá de Cáceres a San Matías, aquilo ali não era asfaltado, a gente ia com uma Toyota Bandeirantes, que era o famoso “jeguinho”. Demorava, às vezes, um dia para percorrer 80 km. A mesma situação se repetia de Pontes Lacerda à Vila Bela. Então, era uma realidade muito rústica. Você tinha aquele trabalho da rusticidade, que é inerente à atividade militar, muito latente. E isso despertava alguns questionamentos até mesmo da forma de agir, ações que aconteciam. Eu ficava me interrogando o tempo todo.

Quando eu retornei para Cuiabá e fui servir na Corregedoria, pois tinha um pendor para o lado jurídico, deparei-me com questões em que era necessário elaborar pareceres e tudo mais. O que, de uma certa forma não é uma pesquisa essencialmente científica, na essência da palavra, mas você faz um trabalho acadêmico de pesquisa e leitura o dia todo, resultando em pareceres e outros documentos. E isso foi despertando o lado científico. Quando eu fui para o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), de fato, tive a certeza que eu tinha que pesquisar, tinha que escrever, até pela interlocução com algumas pessoas que são referências. Tenho como base, na questão de pesquisa no Mato Grosso, até mesmo numa perspectiva muito crítica, a pessoa do Professor Doutor Naldson Ramos da

Costa e do Coronel Almir Balieiro, que já era uma inspiração na Polícia Militar, talvez o primeiro Oficial que tenha dado o pontapé de buscar um mestrado acadêmico. Então, aquelas pessoas me inspiraram. Eu falei assim: “Bom, além de pesquisar, vou de fato me especializar numa área que tem como base de formação a pesquisa!”. Fiz o vestibular e fui cursar Ciências Sociais, que tem a base as três ciências: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. E o curso tem, basicamente, dois anos, dois anos e meio, só metodologia científica, de um total de quatro anos e meio de bacharelado, ou seja, quase metade do curso é só metodologia científica. Então, não tem como você concluir uma formação nessa área sem ter um pendor para a questão da pesquisa, até porque eu não quis fazer a licenciatura, só fiz o bacharelado por que tem como pressuposto essencial a pesquisa: ali foi um marco de meu pendor para a pesquisa. Voltando lá atrás, as inquietações que me acompanhavam eram, com destaque, a questão dos relacionamentos interna *corporis*, principalmente entre superiores e subordinados, algumas questões de ordem burocrática e supressão de direitos. E eu ficava me questionando: o porquê dessa forma, se há mais de década eu tinha aprendido, nos bancos escolares da academia, que não deveria ser desse jeito? E por que acontecia isso no Mato Grosso? Isso me despertou o pendor pela compreensão desse quadro. A partir de então, comecei, de fato, produzir pesquisas, concomitantemente, com a atividade jurídica. Como atividade jurídica que eu digo é o que eu desenvolvia na Polícia, que era Corregedoria especificamente e depois a assessoria jurídica.

Eu te falo que a questão da dicotomia operacional/ pesquisador, como você mesmo falou, é uma pseudo dicotomia, até porque eu nunca deixei de realizar as minhas atividades que a polícia me dava como incumbência. Eu realizava e realizava com excelência todas as vezes. E eu via, inclusive, como era, por assim dizer, um fazedor de procedimentos, cumpria os prazos bem antes daquilo que a lei determinava e, como resultado, sempre estava sobrecarregado com um monte de procedimentos, ao arrepio de alguns que, às vezes, não cumpriam os prazos e ficavam postergando a conclusão. Então, além das minhas atribuições da função, enquanto fazia 4,5,6 inquéritos, o que podia chegar a uma dúzia de procedimentos... porque, além de encarregado, eu era escrivão de alguns oficiais, que já sabendo da questão da inclinação e da capacidade, sempre que recebiam as portarias me designavam como

escrivão. E eu cumpri o papel. Nunca corri das funções da instituição e fazia paralelamente a atividade de pesquisa.

O que acontece na Polícia Militar é um fenômeno que acontece às avessas na academia, na universidade. Então, o policial que se propõe a ser pesquisador passa a ser mal visto. E não sei se hoje se alterou. Mas, você ouvia aquela questão dos comentários: “O que ele quer saber? O que ele quer estudar? Ou é polícia ou é aquilo ali!” Como se você não pudesse conciliar as duas atividades. O policial pesquisador passa a ser mal visto na polícia. Muitas vezes, ele não é reconhecido como um policial na essência da palavra, passa a ser visto como um pesquisador. E, às avessas, acontece o mesmo fenômeno nas Universidades, que não vê o policial pesquisador como pesquisador, o vê como policial. E aí, quem trilha esse caminho nas instituições, nas corporações militares e universidades... Se eu buscar o “Inferno de Dante”, ele está no umbral, perdido num limbo. Ele não está nem cá, na corporação, que muitas vezes o repudia, e nem lá. E você vê e comprova essa assertiva, inclusive, pelos comentários pejorativos em grupos de *WhatsApp*. A gente não entra na pilha, porque senão você vai “pirar”, mas, você tem a certeza que acaba não sendo aceito. A Corporação até reconhece o trabalho, às vezes rende o mérito, convoca para auxiliar nas formações, auxiliar naquilo que é necessário. Mas, o reconhecimento em si é sempre com uma ressalva e um passo atrás. Na essência falta algo, como se aquele policial que pesquisa e que exerce atividade não pudesse assim o fazer. E, muitas vezes, em detrimento de uma política, por exemplo, de carreira que privilegie o operacional como se esse policial pesquisador, agora, não tivesse sido e não dê conta desse operacional e não pudesse ter o mérito daquele que está, essencialmente ali. É como se o que fosse produzido também não tivesse valia e serventia do ponto de vista estratégico institucional. Eu penso que isso é um equívoco. Não sei se isso se reproduz em outras instituições e outras corporações coirmãs. É uma questão da minha vivência. Isso eu vivi, senti, recebi as críticas, as pessoas falando... E, você tem que trabalhar com esse tipo de frustração. Essa frustração, talvez, seja o ponto de equilíbrio para você ter o controle e sempre projetar para frente, entender que isso faz parte do processo dessa instituição que é, de fato, castrense e tem esses problemas com quem vai para a linha de pesquisa. Quem produz pesquisa não é reconhecido

como um policial militar na sua essência. E, por outro lado, na universidade tem o mesmo comportamento, ele não é visto como pesquisador, ele é visto como um policial e, às vezes, até um intruso, refletido, comumente, nos comentários ditos, não diretamente, não no face a face, mas indiretamente, quando, por exemplo, se analisa as publicações nas redes sociais, como o *Facebook*, onde se expressam opiniões sobre o que se pensa a respeito é daquela forma. Pode-se até falar que não é assim, tentar amenizar, colocar panos quentes, mas é assim que eu vejo.

Então, para quem decide trilhar o caminho de pesquisa, é uma luta por reconhecimento cotidiana, todos os dias a pessoa tem que matar um leão. Tem que demonstrar nos dois Campos, no Universitário e no organizacional, que dá conta dos dois e que esses campos se complementam e não se anulam. E eu vejo dessa forma porque a Polícia do Estado de Mato Grosso só teve um avanço, no que tange às questões ligadas à estrutura organizacional, por decorrência de trabalhos acadêmicos ou pautados em conhecimentos científicos e adquiridos em universidades. A exemplo da reestruturação idealizada e materializada pelos Coronéis Jorge Roberto Ferreira da Cruz, Wilkerson Felizardo Sandes e Marcos Roberto Gonçalves que foram visionários em pensar e justificar cientificamente, com base na Administração, uma proposta de alteração na estrutura organizacional. E isso veio acontecendo ao longo do tempo. Muitos outros foram produziram, como o Coronel Cleucimar dos Santos Rabelo, na parte de gestão estratégica, que teve o seu apoio (TC Leal), montou a planilha/matriz GOT, a exemplo do que fez a Polícia Militar de Santa Catarina. São exemplos mínimos que eu estou dizendo aqui de pesquisas científicas que se traduziram em resultados efetivos, pragmáticos para Polícia Militar do Mato Grosso e que, muitas vezes, não é reconhecido. Então, tem esse problema e quem está na área de pesquisa tem que ter essa consciência e saber lidar com essa frustração que a gente menciona. Até porque você não vai agradar todo mundo. Você perde de um lado e ganha por outro. Da minha parte, especificamente, muitos achavam que eu sairia para fazer o doutorado e..., ouvi de superiores que não iria retornar para Corporação. Eu sempre falei: "Mas gente! Eu ainda não estou maluco, doente mental de abandonar a Corporação!" Eu já tinha 20 anos de caserna quando eu fui fazer o doutorado. Se tivesse que abandonar, abandonaria na primeira metade da carreira e não na segunda metade. Então, são questões... E quem for para pesquisa, vai passar,

vai ter que saber lidar [...] sentir na carne e tudo mais e fazer o seu trabalho. A questão de luta por reconhecimento, nesse caso aí, ela vem naturalmente, se você quiser se ver reconhecido, institucionalmente falando, a recomendação que eu daria é: não vá para o campo da pesquisa. Você espera o reconhecimento interno, especificamente? Busque seguir, trilhar uma linha operacional e tudo mais. Só que tem que ter algo que, às vezes, suplanta isso, que é a questão do reconhecimento de uma forma geral e, muitas vezes, não é de maneira institucional, ela é comunitária, entendeu?! Então, o reconhecimento, às vezes vem da base, vem dos subordinados, dos alunos. Esse é um tipo de reconhecimento que, muitas vezes, supera essa questão de ascensão funcional. Então, são questões que você tem que mediar, porque a gente sabe que dentro desse caldeirão aí tem muitas questões, também, de ordem política. E que passa, inclusive, por posicionamentos críticos que vão questionar mitos organizacionais e a ciência tem o papel de desconstruir alguns desses mitos. E isso acaba, às vezes, incomodando e refletindo em outras questões. Mas aí é papo para uma outra oportunidade!

RHM: Coronel Rondon, a oportunidade que a gente teve agora na sua fala foi de ver um pesquisador, na essência da palavra e essencialmente policial militar, dando conta da sua trajetória e de como esta sua trajetória é a expressão de uma série de lutas e circunstâncias que precisam ser defendidas palmo a palmo, desde o espanto com a realidade em prejuízo do que se idealizava nos bancos escolares até o arregaçar as mangas e a ida para o banco acadêmico para poder fazer, na prática, aquilo que se pensava ser ideal através de pesquisa séria. Sua fala é de uma lucidez, Comandante, de uma profundidade que eu reputo necessária para quem quer trilhar, como o Senhor mesmo disse aí, o caminho da pesquisa. Entender essa dicotomia como um senso comum não esclarecido, mas que a gente precisa ter clareza dele para poder trilhar esse caminho com consciência das vicissitudes que a gente vai ter que enfrentar ao longo da jornada.

Eu quero ir para nossa segunda questão e já me referindo ao seu primeiro objeto de pesquisa no estudo de Mestrado: Lendo a obra que eu tenho, que é fruto da dissertação de Mestrado, nós vemos ali uma palavra que poucos sequer conseguem pronunciar, mas cuja inteligência abre portas, escancara janelas de compreensão da

vida policial, que é a fenomenologia. E o Senhor pesquisou fenomenologia e a Educação na Academia, na nossa Academia, Academia de Polícia Militar Costa Verde. Eu queria, se for possível... eu sei que é um trabalho de dois três anos... se o Senhor pudesse sintetizar para nós o que trabalhou no mestrado para aqueles que estão nos assistindo, para que eles possam observar o início da sua trajetória como pesquisador, ali no Mestrado. Como foi esse processo? E o que pesquisou? E a síntese dessa pesquisa?

R: É difícil você sintetizar algo que por si só já é demais complexo. Você mesmo tem um trabalho de mestrado que foi uma autoetnografia em que usou a fenomenologia. E, assim, é difícil sintetizar a sua obra e, também, a minha. Eu vou tentar, em poucas palavras, passar para quem está acompanhando este encontro, esta *live*, uma ideia do que foi esse trabalho. Então, os tempos que a gente enfrentou, naquela época, de resistência à questão de estudo e de pesquisa. Eu era assessor jurídico da PMMT e, até então, não tinha gozado acho que uma dezena de férias e licenças especiais porque era uma questão... a polícia não concedia. A questão de direitos constitucionais era complicada. E, na oportunidade, eu tive que travar uma luta também emblemática para que esses direitos fossem a mim concedidos, para que não alegassem que eu estivesse abandonando a carreira para me dedicar ao mestrado. Depois de muita luta, eu consegui, talvez na metade final do mestrado, na fase final, uns 6 a 7 meses, de afastamento para gozo de direitos constitucionais e consolidar a pesquisa. E a pesquisa foi pensada numa estratégia de maneira a obter informações que até então eram consideradas como “segredo de estado” e que hoje, posso afirmar, que aquilo ali é algo que deveria estar publicado no portal transparência para todo mundo ter acesso e conhecimento. Então, o que eu reputo de importante é que, se pegar a obra, você tem um raio-X das turmas que foram formadas até aquele momento. Você tem um corte por gênero, origem de estado, idade, se era civil, se era praça, as especificidades, quantos foram excluídos no estágio probatório, ao longo do curso, quantos entraram, quantos formaram. Tem uma parte descritiva que eu reputo como muito rica, porque, às vezes, muitos desconhecem o raio-X das primeiras turmas como a Pioneira e a Paiaguás, entre outras, mas estão todas nesse trabalho, pelo menos do ponto de vista de número absoluto dessas turmas. Mas era isso especificamente? Não. A minha compreensão era aquilo que a gente debate a

todo tempo em Programas de Pós-Graduação em Educação e que permeia a Filosofia da Educação: é se, de fato, há uma educação? Se há um ensino policial? Às vezes você tem só a canalização em um dos polos da relação, você tem o ensino, mas não tem o aprendizado. A questão dialógica da educação acaba não se consolidando por alguns problemas que eu, inclusive, identifiquei ao longo da pesquisa, bem simples. E, aqui, eu vou te dizer: têm algumas questões dentro da estrutura militar corporativa que são introjetadas automaticamente. Quase que faz parte da reação instintiva do policial, como é o caso da continência. A continência é uma forma de saudação e tem a questão toda do gesto e duração. E a sua execução é quase que automática no cotidiano, isso está ali, exercitado o tempo todo. Quando você leva isso para um conteúdo teórico, você vê que é mais complicado. Você questionar a questão de como funciona. Por exemplo, eu tive, na época, o acompanhamento de um recurso de um aluno que tinha errado essa questão da continência, exigida de maneira formal, mas ele sabia de vivência o que era a continência e sua execução. E eu questioneei justamente a aplicação desse tipo de questionamento que está numa outra dimensão, que, naquela de descrição, de escrever numa avaliação por escrito. Falei no colegiado: “Gente, esse tipo de prova/exame não pode ser feito aqui! Chama o aluno!” - “Mas o que você quer provar?” Insisto: “Chama o aluno!” Quando o aluno chegou à porta da sala onde se discutia o recurso, ele tomou posição de sentido, prestou continência, falou o nome, pediu permissão para adentrar no recinto. Chegou lá, pediu permissão para se expressar da forma como o regulamento manda. Eu falei: “Vocês têm dúvida que ele não sabe o que seja o conteúdo questionado?” Então, as formas de avaliação que existiam..., as relações..., mais aquilo que se conhece como ensino informal, o que acontece fora do currículo. [...] Você é doutor em currículo, sabe muito bem que alguns até falam que é o currículo oculto. Tem essa parte informal, você tem as lideranças informais que transitam ali, orbitam na questão da formação, não só de Oficiais, como também de Praças. E isso me interessava muito e o que isso tinha de impacto, de fato, nesse processo de formação, muitas vezes canalizado como de importância. Eu sei que, às vezes, é pela questão da chancela militar. Sei, que isso é muito importante para questão da formação da hierarquia, da disciplina, da vocação, da integridade, da coragem, aquela questão de que se cobra do militar o todo tempo.

Mas, o que eu me questionava é: até que ponto isso de fato vai intervir? Até porque você tinha, naquela época, excelentes militares, do ponto de vista estético e até de reprodução da questão das formalidades e da ritualística que se envolveram em crimes absurdos. Você tem envolvimento em assassinato, tinha sargentos, cabos, soldados, todos excelentes militares. Você pegava a ficha deles não tinha nenhuma punição, era só elogios, medalhas e tudo mais. E quando aquela organização criminosa foi desmantelada, isso me levantou também um questionamento: “Até que ponto você tem conflito nessa questão de formação, se a academia, de fato, forma ou não? Se isso é algo que já vem anterior ao ingresso na polícia? Então, eram assuntos que me chamavam atenção, sempre levantava esse questionamento. Até porque isso era um fato concreto. Eu passei pela Corregedoria e estava na Assessoria Jurídica acompanhando essas investigações e tinha gente da baixa graduação até a mais alta patente envolvida. Então, eu me questionava: “Até que ponto esse discurso, essa chancela do militar, enquadrado, disciplinado... casava com a vida paralela que essas pessoas tinham junto com a questão do quartel?” Especificamente, você via claramente ali a pessoa que parece que era duas. Ela era uma no quartel: chegava no horário, cumpria com todas as suas missões. Excelente militar. Estava ali, farda brilhando, com vinco, coturno engraxado, barba feita. Mas, paralelamente, estava praticando crime de encomenda, estava tentando matar juiz, matar promotor, matar dono de veículo de comunicação, entre outras coisas mais absurdas envolvidas. Então, aquilo ali chamava minha atenção. Até que ponto essa formação, de fato, forja o caráter? E isso me levou, justamente, a pesquisar a questão da formação para ver, justamente, os descompassos, naquele momento.

Eu usei como brecha para pesquisa a questão do ensino jurídico: havia um discurso de que havia demasia de ensino jurídico na formação e que isso era um absurdo que deveria ser mudado. E, na realidade, a minha pesquisa prova que não, o percentual de ensino jurídico naquela época era 17%. Então, você tinha ali ferramentas e indícios suficientes para afirmar que o que se valorizava, muitas vezes, em razão dessa realidade que eu presenciava na Corregedoria, acabava, eu diria, que não é de menos importância, eu sei que a estética, a questão da correção de atitudes, a questão do coturno engraxado, da barba bem feita, o cabelo cortado e aparado quase na máquina zero é importante até para você afirmar a questão da identidade. Mas, será que é só

isso mesmo que importa? E a questão da dimensão ética, como que ela funciona nessa formação? Foi, basicamente, nessa linha que eu fiz entrevistas densas com alunos e com pessoas que já tinham saído da academia de polícia militar.

Agradeço imensamente, até hoje, o apoio que eu tive, incomensurável da pessoa da professora Lucia Regina. Ela me forneceu todos os dados que a divisão de ensino da academia tinha. Sou imensamente agradecido a ela, que teve uma visão futurística. Ela apoiou os oficiais que fizeram pesquisa na academia. Ela deu todo apoio. (...) Infelizmente, a professora Lucia acabou não tendo muito tempo de vida depois desse diálogo, ela foi ceifada prematuramente. Eu rendo as minhas homenagens à saudosa professora Lúcia, a quem eu devo esse apoio no meu mestrado.

Então, no mestrado foi, basicamente, isso que o recurso fenomenológico buscou. E desse objetivo veio aquela complicação, né Leal?! Na época, o Professor Antônio Joaquim Severino, um ícone da metodologia, conversando comigo, quando visitou a UFMT, falou assim: “- Edson, a fenomenologia ainda tem dificuldades em se operacionalizar enquanto metodologia de pesquisa. Você tem um ou outro que escreve sobre a operacionalização da fenomenologia, entre esses o Alfred Schutz que é da sociologia fenomenológica. Mas, eu recomendo você adotar o método dialético com orientação fenomenológica.” Então, a metodologia adotada, na época na dissertação, foi o método dialético com orientação fenomenológica. Até porque você tem uma questão de dificuldade na descrição da fenomenologia, se aquilo que está descrevendo, de fato, é aquilo que o sujeito de pesquisa sentiu, do ponto de vista de percepção. Por que a fenomenologia que foi usada como referência não foi qualquer fenomenologia, era a fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty. Então, se dava muita ênfase aos sentidos. E, aquela questão da variação imaginativa e como se apropriar, justamente, desse sentido que não era meu, foi traduzido como de segunda ordem. Então, há críticas a respeito de trabalhos que vão nessa linha. O que eu busquei fazer foi demonstrar dentro da dialética, da contradição, da oposição que foi observada na questão, muitas vezes, tratada de maneira pessoal por aquele que foi entrevistado em razão de toda uma estrutura que está posta e que já vem de longa data, mesmo sendo a nossa academia recente. Ela é recente. Tinha uma outra crítica que eu levantava: nossa corporação só vai ter mesmo aquela questão da

padronização quando as turmas formadas no Mato Grosso começarem a subir de fato. Até porque, comandantes cujas formações foram em academias diversas do Brasil contribuem para o problema da padronização. Então, você tinha que padronizar, mas como fazer? A nossa polícia teve esse problema por muito tempo: cada oficial era uma ilha de excelência, cada qual tinha uma concepção de que a polícia tinha que ser da forma como ele foi formado. Isso foi observado ao longo nossa trajetória. Aqui abro um outro parêntesis para render as homenagens aos responsáveis pelo POP - Procedimento Operacional Padrão cuja iniciativa foi aprovada pelo Coronel Campos Filho que autorizou a ida dos Coronéis Ribeiro e Wilker para adoção dessa expertise desenvolvida na Polícia Militar de Goiás. Ali se tem um marco, de fato, na padronização das ações policiais. Lembrando que já tivemos uma experiência embrionária com o Coronel Walter de Fátima, lá nos anos 90, quando este fazia um trabalho de formiguinha reproduzindo manuais da PM de São Paulo, distribuindo fitas de vídeo cassete para termos acesso às instruções... Falo do Grupo de Instrução Volante que percorria todo o estado com videocassete e fitas para ministrar instrução aos policiais militares das unidades, nos pelotões [...]. Nós temos também que ressaltar que essa padronização teve um outro baluarte, o Coronel Leonício dos Reis, quando ele assumiu a PM-1 ao regulamentar a parte jurídica, principalmente no que se refere ao contraditório e ampla defesa nos procedimentos administrativos. Isso aconteceu logo após a Constituição de 1988, no início dos anos 90. Então, essas pessoas construíram e deram o pontapé nessa padronização. Mas, a parte operacional só foi mesmo tutelada, de fato como padronização, com o POP. E virou uma política de estado, por assim dizer. O POP da Polícia Militar de Mato Grosso acabou sendo exportado para as outras coirmãs aqui do estado como é o caso da própria Polícia Penitenciária [...]. Essas questões de padronização me inquietavam muito antes do POP, e isso apareceu na dissertação. Então, tinha-se ênfase numa questão que visava mais a estética do que mesmo o pragmatismo policial que foi consolidado depois.

O Major João Batista da PM do Rio Grande do Norte, na obra dele, fala da profissionalização, esse é um processo que se a gente for trazer para nossa realidade foi muito claro ao longo da nossa trajetória histórica da Corporação. E, cada vez mais,

uma profissionalização com ênfase no profissionalismo para consolidação da profissão policial militar.

E outra pessoa que eu rendo minhas homenagens é o Coronel Léo Gonzaga de Medeiros, pois quando ele era Chefe de Estado-Maior, Comandante Geral Adjunto, [...] promulgou uma série de procedimentos para desocupação, reintegração de posse e tudo mais... Então, são pessoas que, de fato, deram o pontapé para que isso fizesse a polícia acontecer e chegasse no estágio que se encontra hoje. Então, nós temos alguns atores ao longo da trajetória da Polícia Militar que, mesmo sem se darem conta disso, contribuíram, inclusive, para que pudéssemos mapear esse estado da arte do conhecimento policial militar na Polícia Militar de Mato Grosso.

Ao longo de todo o processo, nós temos uma outra figura também bem peculiar que, às vezes, as pessoas esquecem, mas que deve ser enaltecida a todo tempo, o professor Orivaldo Bergas. Por que o professor Bergas? Porque foi o Bergas que deu a ideia e montou a Revista Homens do Mato, entendeu? São personalidades que muitas vezes são esquecidas, mas quem pesquisa, quem estuda, num exercício historiográfico, tem o dever de lembrar à geração atual que isso não nasceu do nada. Nós tivemos vários atores, vários heróis que muitas vezes lutaram contra o sistema para que essas alterações acontecessem. Então, temos que relembrar alguns pontos: o Bergas foi um desses, pois ajudou a consolidar a Revista Homens do Mato. Eu me lembro dele correndo aqui... correndo ali... Perguntou-me se ia querer compor o conselho editorial, me convidou. [...] Eu estou tentando ligar ações e pessoas na área de conhecimento da polícia. E uma outra pessoa fundamental foi o Coronel Pedro Sidney Figueiredo, que criou o Museu da Polícia Militar, era conhecido como o nosso museólogo. Ele criou o museu para resguardar, justamente, a memória. E a ciência caminha par e passo com a memória. Aliás, ela é decorrente dessa memória. Senão do conhecimento científico, da própria história. E essas pessoas ainda estão aí, vivas, transitando entre a gente e, muitas vezes, esquecidas. Temos esse dever de lembrar esses ícones da área da pesquisa, da ciência, que são muitas vezes relegados a um plano secundário. Essas pessoas tiveram papel fundamental e eu considero como parte da minha trajetória porque foi a partir do que essas pessoas produziram que acabou-se produzindo conhecimento científico, chegando no que é, numa estrutura

de Academia de Polícia Militar que você concebe uma estrutura com Seção de Registro Acadêmico, a Comissão Própria de Avaliação, o Núcleo Docente Estruturante. Toda essa mudança foi ancorada em conhecimento científico, como foi o caso do Coronel Wilkerson Felizardo Sandes trabalhando clima organizacional. Olha que bacana! Eu estou falando de um percurso temporal de 20, 30 anos atrás. São os precursores. Tanto é que, depois, o Coronel Wilquerson foi convocado para trabalhar na Senasp. Na mesma época, também, o Coronel Marcos Roberto Gonçalves estava trabalhando clima organizacional. O Coronel Almir Balieiro com a área de educação. Esse pessoal puxou a gente. E hoje vemos uma geração seguindo... Então, a dissertação... não tem como eu comentar a respeito dela sem trazer esse contexto daquela realidade para nossa atualidade. E dizer que o caminho foi bem penoso para a Polícia Militar hoje ter uma padronização operacional, para ter uma questão também de reconhecimento no plano jurídico, de carreira e até mesmo salarial, basta você comparar com outras coirmãs, em outras unidades federativas. Foi muita luta e você tem que ressaltar os protagonistas dessa trajetória. É assim que eu penso!

RHM: Perfeito, Coronel! Enquanto o Senhor falava, eu via a história da PM, em sede de conhecimento, padronização, sendo passada como um filme na minha frente! Sobretudo, através desses personagens que foram absolutamente fundamentais para que a gente tivesse um contexto, um ponto de lançamento para pesquisar: Coronel Sidney, Coronel Wilkerson, Professora Lucia, Professor Bergas, Coronel Almir Balieiro! Enfim, figuras sem as quais a gente não pode pensar o ensino na Polícia Militar e mais, pensar pesquisa da Polícia Militar!

Eu queria fazer umas referências a quem nos acompanhada pelo chat: Tenente-Coronel Emirela passou aqui e falou: "Que história incrível! Eu faço dessas palavras as minhas porque é incrível!"

E, a gente tem a necessidade, sempre, de fazer o uso da memória em função de ver o melhor presente. Não achar que a história começa conosco, tão pouco que a gente tá inventando a roda, porque tudo tem um princípio, tudo tem uma pré-condição que está estabelecida a partir de muito esforço que a gente precisa cavar, para poder não retrabalhar, não repensar coisas que já foram amplamente refletidas. Então, eu acho

que essa construção cronológica que o Senhor fez, foi extremamente oportuna. E passou também pela cabeça a ideia de estar transcrevendo essas conversas e, no fim do processo, a gente estar publicando isso a modo de registro histórico. Porque a gente vive num tempo em que a internet assimila conteúdo e se desfaz na mesma proporção. E a gente precisa fazer marcações pontuais, registrar isso e eventualmente mais à frente publicar!

Mas, eu quero dar sequência, Comandante, na nossa entrevista: Eu queria que o Senhor falasse, agora, da experiência do Rio Grande do Sul, o Senhor termina o mestrado aqui e vai pesquisar no Rio Grande do Sul! Porque desse programa e o quê o senhor foi pesquisar no Estado do Rio Grande do Sul, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul?

R: Antes de iniciar, quero agradecer as palavras da Emirela! E a questão do feminino na polícia? Aí você tem também os ícones: Coronel Lilian, Coronel Zózima, eu não sei se é Major ou Tenente-Coronel ou Capitão Valdete que foram as precursoras do efetivo feminino junto com outras. [...] Essas mulheres foram as percussoras e temos que render as homenagens a elas, pois, lutaram por reconhecimento dentro de um espaço masculino. Passaram de maneira similar por um processo que passamos enquanto pesquisadores [...].

Com relação à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a UFRGS: a minha escolha pelo doutorado no Rio Grande do Sul se deu pelo PPGS dessa universidade porque, à época, nós tínhamos alguns centros de excelências que pesquisavam polícia e a questão da violência e cidadania. Como destaque, eu vou falar, aqui de cabeça, e não quero desmerecer as demais, que porventura eu esqueça, mas me lembro que, pelos debates no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, tínhamos como destaque o Professor César Barreira, no Ceará, o Michel Misse, no Rio, juntamente com a Jaqueline Muniz. Tínhamos o Artur Trindade, na UnB, o pessoal do NEV, da USP, que era um centro de excelência. E o meu orientador José Vicente Tavares dos Santos com o GPVC, no Rio Grande do Sul.

RHM: O Senhor fez aí uma descrição das escolas de Sociologia da Violência. E quem nos assiste deve ter compreensão de que tem uma bibliografia própria, uma

linguagem própria. O que o Senhor fez aí foi uma descrição panorâmica, geográfica, da Sociologia da Violência com recorte para a Polícia!

R: E, por conta disso, eu pensei: "Bom, vamos onde eu possa ter, talvez, uma chance!" Isso é algo que, às vezes, a gente não faz, né? Aquela questão do acolhimento melhor e isso tem que ser muito próximo. E eu tive isso no Rio Grande do Sul com meu orientador, até por ele já ter orientado o Professor Naldson. E quando eu fui fazer o teste era uma banca, eu me lembro como se fosse hoje, a professora Clarissa Eckertr Baeta Neves [...]. Acho que o professor José Carlos Gomes dos Anjos, que é uma pessoa inteligentíssima e está na Universidade Federal do Rio Grande do Sul até hoje. E o terceiro não me recordo. Nesse processo seletivo tinha uma prova teórica, era bem pesada, prova que tem que estudar muito. Tinha uma prova de inglês, uma prova de francês, que era também de conhecimentos teóricos. E tinha análise de projeto e, depois, a entrevista. Então, eu sabia que era um certame difícil, mas, dentro daquela análise, era o que eu tinha mais chances, pela questão, pelo menos, das regras de editais, da ausência de subjetividade da avaliação. Alguns dos outros programas se definiam os aprovados pela entrevista. Só projeto e entrevista. E o da UFRGS você tinha avaliação escrita, de caneta. Então, ali, você tinha um corte, isso facilitava. Fiz essa análise e pensei: "Bom, o que está mais favorável é o Rio Grande do Sul e tem esse contato anterior do professor Naldson, que foi orientado pelo Professor José Vicente Tavares!"

Assim, eu me mandei para Rio Grande do Sul. Chegando lá, eu tive acolhimento esperado como mencionei. Todo o apoio também da própria Universidade, no que se refere ao aspecto estudantil. E tive a felicidade também de o Coronel Sérgio Abreu ser o Comandante Geral da Brigada Militar. O Coronel Sérgio Abreu me abriu as portas do Centro de Pesquisa da Brigada Militar. E lá no centro de pesquisa, eu conheci as excelências no trato pessoal e também de conhecimento aplicado em pesquisa policial. Ali, eu tive contato com os Tenentes-coronéis Torres e Martin Cabeleira, também, com a Major Marlene Spaniol, com o capitão, na época, acho que hoje Coronel Everton Dias e entre outros mais que agora não me vêm à memória, mas, que foram fundamentais para o desenvolvimento de minha tese. Esses oficiais brigadianos que me acolheram com toda amizade e em nenhum momento eu me senti fora do então Mato Grosso. Aliás, o Rio Grande do Sul tem uma ligação

umbilical com o Mato Grosso. Nós temos uma questão da colonização Gaúcha no Norte Estado, isso facilita muito, inclusive, a tese do meu orientador, cujo título é: Matuchos, advém de uma ideia de fusão entre mato-grossenses e gaúchos. Ele pesquisou o norte do estado de Mato Grosso, a colonização gaúcha. Então, a proximidade dele com o estado também facilitou esse contato de orientação. Agora, a escolha do que trabalhar foi um processo de maturação. Eu passei com outro projeto, o projeto principal vinha com uma base em Norbert Elias, trabalhando a polícia na questão da Sociogênese, Filogênese e na perspectiva de controle mesmo e em um eventual embate discursivo entre a organização militar, militarizada ou civil. Ao longo das aulas, eu fui amadurecendo. Havia acontecido a Conferência Nacional de Segurança Pública, em 2009, e, ali, eu vi um clamor muito grande sobre a questão de direitos, ligadas ao plano de reconhecimento interno. E pensei: "Olha, o que está na pauta agora é a questão do reconhecimento, mas não só a questão do reconhecimento, a questão da socialização policial!" E olha que interessante: a Universidade de Montreal, no Canadá, tem uma revista que se chama de *Deviance et Societé* (Desvio e Sociedade), é uma revista reconhecida no mundo todo, uma das melhores que tem sobre as temáticas da pesquisa. A dica do meu orientador estava tão certa que, em 2013, eu com a pesquisa em andamento, essa revista publicou o número exclusivo sobre socialização policial. Era pauta mundial, desconhecida no Brasil. Às vezes, até ignorada, menosprezada. Mas, era a pauta mundial e de um centro de excelência, justamente, a socialização policial.

Assim, eu fui pesquisar socialização policial focando numa questão da luta por reconhecimento, que gera uma tensão entre a questão do reconhecimento em si e os atos de desrespeito que acontecem. E fui ver como isso funciona comparativamente na Brigada Militar, no Mato Grosso e na PM do Rio de Janeiro. Tive apoio do comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro que me abriu as portas, passei uma temporada no Rio para conhecer as unidades de polícia pacificadora, escapei de um atentado contra viatura lá, por pouco porque me convidaram para ir na inauguração da UPP do Cruzeiro e me veio um pressentimento: "Não gente! Hoje eu não vou pra lá não! Vou ficar aqui no quartel general da polícia por que eu tenho que conversar com o PM3 pra ajustar algumas questões." E a viatura que foi lá para essa UPP do

Cruzeiro acabou sendo metralhada no caminho. Se eu tivesse ido, talvez, tivesse ali no meio daquilo. Então, são umas questões de campo e também ligadas à atividade policial que às vezes você pode enfrentar. A gente acha que, por pesquisar, você está isento da violência, você ganha o passaporte de imunidade. Não funciona dessa forma. A realidade é nua e crua, ela não distingue se você é pesquisador ou não, policial dali ou morador da comunidade, você acaba tendo essa possibilidade de, inclusive, se envolver numa questão como essa que narrei, no campo de pesquisa. E eu, dentro dessa linha, fui coletar o material, coletei no Rio Grande do Sul, utilizando a estrutura do Centro de Pesquisa. Foi de onde veio a ideia: “A gente tem que implementar o Centro Pesquisa na PM do Mato Grosso!” O Centro de Pesquisa lá era todo estruturado.

RHM: A inspiração foi o Centro de Pesquisa na Brigada Militar, então?

R: Brigada Militar. Centro de Pesquisa, Sim! Eu, basicamente, tinha livre acesso lá no Centro. Eu ia duas vezes por semana lá para dar uma estudada, para debater, principalmente com um companheiro de debate, o Tenente-coronel Martim Cabeleira. E a gente passava horas ali debatendo, vendo as teorias. Então, foi muito interessante. E coletei todo material empírico na Brigada, via grupo focal, dentro do que a metodologia exerce com um mediador, com um anotador, como alguém manuseando a câmera para fazer o registro. Segui todo o rigor conforme recomendava a Comissão de Ética e de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que é de onde também eu tentei implementar o nosso Comitê de Ética, na Polícia que acabou não acontecendo. Não sei como está, parece que agora é por curso, cada curso tem um Comitê de Ética. Mas, é menos mau porque isso já é requisito fundamental para se publicar em algumas revistas, se não tem aprovação do Comitê de Ética, não se publica. E, algumas revistas, não aceitam o Comitê de Ética institucional da polícia porque dizem que é corporativo, que é interno. Então, se você quiser ter, de fato, uma chancela para publicar em algumas revistas, você vai ter que ter um Comitê de Ética externo. O Comitê de Ética da Universidade também é da Universidade e nem por isso a gente fala que ele é corporativo. Então, têm algumas questões que eu não consigo compreender, parece-me que tem dos dois lados do fechamento na relação entre a academia com as corporações policiais, do outro lado,

também das corporações policiais para a universidade. É algo que você tem um movimento que hora aproxima, hora distancia a depender das circunstâncias e do contexto. É algo também que deve ser superado. Isso é natural, se você não tem espaço, você busca. Como Bourdieu fala, o campo científico tem a dimensão que perpassa quase na sua totalidade pela política. Nesse movimento, estão as ciências policiais. Temos buscado consolidar um espaço próprio, já que não se tem aceitabilidade, você tem até, às vezes, um rechassamento, um distanciamento, então, busca-se um campo próprio. E é natural em qualquer segmento isso aí, entendeu? Você tem, às vezes, até de maneira velada essas retaliações. Então, você vai buscar o campo próprio, nessa perspectiva das ciências policiais, inclusive com formatação de revistas científicas, na busca da consolidação da excelência.

E, às vezes, é uma crítica até para o sistema Qualis que eu levanto em forma de questionamento: para a pessoa que está publicando, o que é mais interessante, ela ter um artigo com Qualis A, por exemplo, mas que ninguém acessa, ou ela ter, de repente, uma publicação numa revista como a Homens do Mato que, cada curso corporativo que acontece, se tiver alguém pesquisando, você vai ter, no mínimo umas, duas, três, quatro dúzias de pessoas acessando e baixando seu artigo? São questionamentos que a gente se coloca a todo momento, até que ponto vale a pena uma briga por uma questão de uma chancela? Eu não me importo em publicar em revista Qualis B4, B3, B2, B1 porque essas classificações também são subjetivas, arbitrárias e trabalham em forma de retroalimentação. Como que é a retroalimentação: para subir no ranqueamento, você tem que ter publicações de doutores, só que os doutores não querem publicar em revistas que não são ranqueadas. Pelo fato de a revista não ser ranqueada, os doutores não publicam. Por ausência de publicação dos doutores, as revistas não melhoram seu ranqueamento. Então, você condena as revistas ligadas à segurança pública, principalmente, às academias a ficarem nos estratos mais baixos. E se nós, policiais militares titulados, pós-doutores, doutores, mestres não tivermos a mente aberta para compreender que a melhoria nesse ranqueamento depende da nossa vontade e publicação, estaremos fadados a ficar nesse lugarzinho aí do extrato B4, B3 e olhe lá. Permita-me o espaço para fazer um despertar aos nossos doutores, que às vezes não valorizam,

justamente, aquilo que está à nossa disposição e onde você pode contribuir de maneira muito mais efetiva. Desculpe-me, mas um artigo publicado numa revista nessa nossa, vamos lá: Força Pública, Alferes, Homens do Mato, revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública, revista de Goiás, com a Capitã Tatiane Vilarinho, tem muito mais alcance do que uma publicação numa revista de extrato A1, que não é específica da Segurança Pública, é da Sociologia, da Antropologia, da História. E a minha pergunta é: "Quem vai pesquisar polícia nesses extratos, dessas áreas de conhecimento comparando com as nossas revistas que nós temos todo um corpo de profissionais que tem que ler, no CAO ou no CSP?" São essas questões que demonstram que a Universidade ainda não se despertou. Ainda está naquela questão do distanciamento e reputo a responsabilidade, também, para o lado das organizações, afinal, as próprias organizações têm uma resistência em relação às universidades, basta ver a trajetória de cada um dos que foram titulados. Então, você tem essa polarização que a gente tem que superar. Já foi tempo. Os primeiros estudos foram na década de 80, 90 e em destaque expoentes como Alba Zaluar, o próprio Michel Misse, o Espírito Santo e outros mais, como o Paixão, lá em Minas. [...] E não se tem uma melhora verdadeira nessa relação, às vezes, ameniza. Temos que refletir sobre isso, sobretudo com as nossas publicações e o destino que estamos dando a elas.

E, por que eu falo isso? Porque, na época, que eu fui na Brigada, a Revista Unidade ainda não era digitalizada, não sei se é hoje. Ela era só física e eu vi naquela revista um padrão de excelência e qualidade. A Revista Unidade é um destaque nacional, mas, que tinha pouco acesso, por que não era digitalizada. Olha que em 2011/2012 já havia essa questão da revista digital. Eu tive uma palestra lá na UFRGS, de um editor sobre a base *Scielo*. Ele passou algumas questões e eu pensei: "Na hora que eu voltar para o Mato Grosso, se não tiverem criado, eu vou criar a revista digital." E quando eu voltei, foi dado o pontapé, com a anuência do Coronel Wilkerson Felizardo Sandes, que era Diretor de Ensino, na época, para que a gente criasse a revista Homens do Mato digitalizada. E quando eu criei, foi aquele alvoroço absurdo, como exemplo do que ouvi de vários superiores: "Para que isso? Eu não quero! Eu gosto de ler é no papel! Como que você vai criar revista digital? Eu não ligo para a internet!" Daí eu falava: "Faz o seguinte, no dia que o senhor quiser ler, me chame que eu

venho aqui e imprimo a revista! Eu baixo o PDF! Eu imprimo e o senhor lê no papel, é a mesma coisa! Temos que nos atualizar. Essa geração que está chegando é digital". Eram questões com que eu me deparei. Eu tive que, de fato, buscar um meio termo para não ofender ninguém. A gente tem que ter todo o respeito com quem passou, a geração que fez a base de tudo. Deve-se manter aquela questão do respeito, da acessibilidade, mas as adequações e inovações devem acontecer sem desconfigurar a hierarquia e a disciplina. E foi interessante que teve um coronel que ensinei a ele que o PDF faz a leitura (áudio) do documento. Falei: "Coronel, se não quiser ler, se tiver com preguiça, só clica ali na voz e o senhor ouvirá o artigo!". Ele me respondeu: "Nossa! Mas, isso é bem mais fácil, né? Eu não vou mais ler, vou só ouvir!" Então, você tem algumas questões que também se alteraram ao longo do tempo e que fazem parte desse processo, porque tudo isso aí foi desencadeado, ao menos à parte que me tocou, da minha experiência que eu tive num programa de Doutorado. E eu fico pensando: "Olha, se eu não tivesse ido para o Programa de Doutorado?" Você pode fazer o exercício de elucubrar: talvez outro sistematizasse a revista científica em formato digital, mas demoraria mais um tempo, porque foi naquela oportunidade que eu conheci alguém da *Scielo*, que me despertou a questão da revista virtual digital. E a nossa revista é uma das mais antigas, digitalmente falando, do Brasil. Ela não é mais antiga em formato físico, mas digital sim. Nós temos a revista digital desde 2013, retroativa a 2010, só entrar no nosso site, você vê: 2013 temos a revista digital, uma das primeiras. Eu só tive essa oportunidade por que eu fui fazer o doutorado, tive contato com essa experiência e pude trazer para o Mato Grosso. Ou seja, tive dois contatos com experimentos muito proveitosos, que foi o Centro de Pesquisa na Brigada Militar e a revista virtual na base *Scielo*, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Sendo que na Universidade Federal do Rio Grande do Sul estava se criando a revista digital dos alunos da pós-graduação em Sociologia que é uma revista que tem responsabilidade dos alunos e como acompanhava esse processo, eu falei: "Ah está aí a sacada, é justamente aí!" Peguei todas as expertises que tinham por lá e trouxe para a Polícia Militar do Mato Grosso, criando a revista digital e também o Centro de Desenvolvimento e Pesquisa e sua

concepção. Permita-me Leal, eu não sei se pode dar esse salto, eu vou passar a experiência na França e depois eu volto para o Centro de Pesquisa para concluir.

RHM: Por que entre o Doutorado e o Centro de Pesquisa, tem a França!

R: Quando eu fui fazer o Doutorado, meu orientador foi o Professor José Vicente Tavares dos Santos. O Professor Zé Vicente é um cara muito dinâmico. E, naquela época, ele estava ministrando aulas na França. Também, ele ministrava aulas na Inglaterra e, depois, ministrou aulas na Universidade Nacional de Pequim, na China. Tudo sobre Segurança Pública, questão em relação à América Latina. E, quando eu entrei no PPGS, seis meses de doutorado, ele falou: "Seu estágio vai ser na França!" Eu falei: "Nossa! Mas, eu fiz o exame pra entrar aqui, a proficiência, eu não tenho o ELF!" Que é o exame de conhecimento da língua francesa, que é o padrão. "Então, vou ter que estudar!" Ele disse: "Se vira! Você vai para a França, entendeu? Você vai! Você vai ter que concorrer, passar e ir para França!" E assim foi feito. Com as orientações que o professor José Vicente me passou, fui para o Instituto Roche, lá em Porto Alegre, para fazer aulas condensadas de francês todos os dias, 2 horas, de segunda à sábado e domingo estudava em casa. Focado um período do dia para fluência do francês para eu dar conta do meu estágio na França. E aí, feitas essas etapas, quando me qualifiquei (lá tem que qualificar para sair), mandei a proposta do estágio sanduíche com antecedência. Lá na França, a estrutura do Centro de Pesquisa é diferente: Lá tem um Centro Nacional de Pesquisa sobre pesquisas sociológicas, o CNRS, e eu fui para um laboratório que é ligado a esse centro nacional, que é o Centro de Estudos Sociológicos sobre Direito e Instituições Penais, CESDIP, já traduzido para o português. E eu sabia que eu iria para lá sob a tutela de meu coorientador, o Dr. Fabian Jobard. Também uma mente brilhante, ganhou o prêmio de melhor tese da Europa quando ele a defendeu no seu doutorado. E era, no Centro de Pesquisa, extremamente abnegado e dedicado. Perquiria, inclusive, os pesquisadores mais antigos. É algo que me assustou quando eu vi, por que aqui, no Brasil, você tem uma deferência para quem está acima, tem o título de Doutor, que a pessoa fica quase inatingível. E lá, eu via meu coorientador relativamente novo para os padrões de um pesquisador chefe do Centro de Pesquisa e ele [...] já tinha um *status* de reconhecimento europeu. E ele coordenava o Centro de Pesquisa que tinha,

nada mais nada menos, que o René Lévy, também, o Dominique Duprez e o Philippe Robert, que faziam parte desse Centro de Pesquisa. Eu tive, também, em algumas oportunidades, aqui no Brasil, na UFRGS, e lá na França, interlocução com o Bernard Lahire. O interessante dessa minha estada na Europa é que eu tive interlocução com autores de obras que eu estava lendo aqui no Brasil, tête-à-tête. Às vezes, semanalmente, eu via essas pessoas. E a minha experiência, na França, eu digo que foi um padrão de excelência ouro, porque o Fabian Jobard, durante o tempo que eu fiquei na França, que foram 10 meses e meio, ele me recomendou fazer 18 seminários. 18 seminários!

Aí eu fiz seminários na *Sciense Po*, na Escola Nacional de Sociologia e Filosofia. Fiz seminários em Bordeaux e na Inglaterra. E tudo com bolsa do governo francês, você recebia a passagem para viajar e tinha inscrição previamente ajustada. E o formato de seminário, na França, é um pouco diferente do que a gente vê no Brasil, não é entra e sai a qualquer momento, não! Tem horário de entrada e você só sai quando termina. As mesas são identificadas com seu nome. E alguns seminários são muito restritos, não passam de 12 pessoas. São 12 alunos! Você senta numa sala com todo aparato de *coffee break* à disposição. E, ali, você passa, às vezes, uma semana assistindo aulas direcionadas.

Então, eu tive essa experiência que eu acho que é algo impagável, entendeu? Você perde por um lado e ganha por outro. Então, falo assim: “Eu não me arrependo de nada do que eu fiz, se fosse para fazer, eu faria tudo igual!” Porque, afinal, tive essa experiência, tive a questão de conhecimento com uma rede internacional de pesquisadores e pude experimentar uma vida acadêmica fora do Brasil, que é diferente! Eu tinha esse compromisso com o Centro de Pesquisa semanalmente, que era toda segunda e terça, dois dias na semana. Um dia era com o corpo de pesquisadores geral e o outro dia era só com o meu coorientador, que sempre passava literatura para ler e fichar. Eu me lembro que eu tive contato, no seminário de Bourdeaux, ao vivo, com Michel Wieviorka, que é um sociólogo da violência. Ele tem uma obra denominada *Sur la Violence*, que é referência no mundo todo. Vi vários expoentes dessa linha na perspectiva francesa. E isso eu digo que é impagável porque as dúvidas que eu tinha, eu ficava até o final das apresentações, tirava com o

autor das obras que eu estava lendo. Então, essa experiência foi fenomenal. E, saindo de lá, eu ia para o L'ARC, que é uma entidade Cristã que acolhe imigrantes, para você conversar com aposentados franceses. São experiências que não tem como você mensurar. Só sabe quem teve e foi para fora do país para viver. Eu acho que eu fui muito feliz na escolha do meu programa de doutoramento na Universidade Rio Grande do Sul, nesse estágio doutoral eu fui num centro de excelência e também tive um acolhimento fenomenal. Hoje, eu sou Alumni francês. Toda semana..., todo mês, recebo correspondências: "Faça intercâmbio, etc; etc.!" Tenho relação em grupos de pessoal da França. Então, é muito interessante. São experiências que ficaram e que me marcam até hoje. Eu recomendo para quem tiver a oportunidade. Tem outros Oficiais que tiveram experiência no exterior, como os TC Alessandro e Epifânio. Quem tiver oportunidade de fazer intercâmbio fora, faça, é impagável. Você pode ter prejuízo de um lado, mas, de outro, compensa de uma forma que vocês não têm ideia. Sobretudo, porque eu vivi uma experiência numa cidade que é um museu a céu aberto, Paris. Então, não tem como ter comparativo!

Voltando aqui para o Centro de Pesquisa, quando eu fui autorizado a montá-lo, a concepção foi outra. Eu até me estranhei que as publicações que registram as ações não foram localizadas no Boletim do Comando Geral, sendo que elas foram realizadas, na época. Nós pensamos num Centro de Pesquisa que foi montado com convênio com a Universidade Federal, eu fui ser pesquisador lá, com autorização do Comando, para que viesse verba. Tinha um convênio com o Ministério da Justiça, através de editais que cobravam a presença de um profissional da segurança pública na equipe. E, dali, vinha o orçamento. Eu passei ali quase um ano trabalhando, "ralando igual um condenado", para vir esse orçamento/ financeiro para montar o Centro de Pesquisa. E o Centro de Pesquisa foi montado com sala de grupo focal, tinha televisão, tinha equipamento para gravar, tinha ilhas de computadores, tinha toda uma estrutura montada. E, não me pergunte porque desmontaram! Jogaram o Centro de Pesquisa numa sala que chega a ser ridícula! E a estrutura...? E aí, eu falo para você que o Estado é inerte nisso. E eu falo assim não é porque eu montei, não! Para você ver o trato com a coisa pública. Deveria ter até, inclusive, responsabilização para que tomou essa medida, afinal aquilo foi montado com recursos federais. De falar que: "Ah... tinha que montar isso e aquilo, biblioteca..." Desmontar um Centro

de Pesquisa que é extremamente necessário, inclusive, quando tinham cursos internos em andamento era lá que os alunos iam para pesquisar, para usar sala de grupo focal, que hoje você não tem espaço, é algo sem definição. Então, tem-se que improvisar em razão do desmonte do Centro de Pesquisa. Eu vi, depois, a luta da Tenente-Coronel Fernanda Leonel para reestabelecer, depois, a revista e também tentar racionalizar o espaço. Tem coisas que, às vezes, demonstram que ainda falta maturidade organizacional e institucional. Você não destrói um Centro de Pesquisa, como foi feito. É algo que eu olho o Centro, hoje, reduzido a 3, 4 saletas com o que a gente montou com verba federal [...]. Então mereceria... Quem fez não observou a história e nem a origem do dinheiro que foi usado para montar aquilo. São questões que você olha e fala: "A gente tem muito a amadurecer!" Porque você alterar, justamente, um centro de excelência!? Só não reconhece assim quem não conhece. Basta você ver, talvez, o produto mais emblemático que é a revista científica *Homens do Mato*. Eu espero, Leal, que você continue. Eleve mais ainda o padrão, que a gente consiga indexação, com veículos que controlam essa questão como *Latindex* e a *Scielo*. Quem dera o *Scielo* cancelar na nossa Revista! Tem um caminho a percorrer, mas é algo que você tem que pensar... Também, tem algo que nos deixa ressentido que é de ver como, algumas vezes, o Centro de Pesquisa é tratado.

Para você ter uma ideia (e foi uma experiência que eu tive lá na França), tive contato com toda a pesquisa completa, os manuscritos do Dominique Monjardet, a pesquisa que resultou em uma das obras que compõem a coletânea "Polícia e Sociedade", da USP, onde ele tem uma obra que é "O que faz a polícia". Lá, eu tive os manuscritos dele, todas as etapas que ele fez num trabalho longitudinal de 10 anos sobre socialização. E ele pesquisou 110.000 policiais na primeira etapa, na segunda etapa caiu para 60 mil e chegou na última etapa com uns 40 mil. Dá para se ter uma ideia do que pensa a organização. A obra dele é emblemática, é um clássico, justamente, porque ele teve o refinamento científico para chegar ao termo do que resultou a obra. E, na época, eu pensei isso para nossa polícia. Você deve ter visto alguns resultados. Uma pesquisa de socialização similar a Dominique Monjardet, peguei os questionários dele, traduzi, o que dispensaria certificação internacional do questionário. Depois, eu peguei mais alguns outros questionários que vinham com a

questão de perfil sócio econômico, de origem, já aplicados no Brasil para você não precisar certificar. Mesmo assim, a gente fez um grupo teste, a gente aplicou para ver se funcionava. E, no final, nós tivemos um mega questionário, que tinha quase 400 quesitos para você analisar o ingressante na Polícia Militar. E nós aplicamos na totalidade dos alunos de 2014 e 2015, deu quase dois mil e quatrocentos questionários com 400 itens cada. E nós buscamos... é difícil porque tem a crítica da contaminação, por que é o próprio órgão que está aplicando. Mas, o que a gente fez: nós montamos uma intranet com esses questionários já em modelo próprio que o nosso programador...

RHM: Então, Comandante, um dos participantes da nossa Live respondeu a este questionário!

R: ...então, aí teve a questão do Sargento Cerqueira que montou toda uma estrutura, pedimos convênio com o Senac, o SENAI. Percorremos o estado todo. Foi o Sargento Cerqueira, juntamente com o Cabo Brito e o Cabo, hoje, Sargento Laudicério. Eles percorreram todo o Estado. E, aí tem uma questão: que, estrategicamente, não foram oficiais para não ter aquela questão do distanciamento, porque eram alunos soldados que estavam entrando, tem uma linguagem mais próxima com os Praças do Centro de Pesquisa. E, se aplicou o questionário, você tinha uma questão de não identificação, esse sistema convertia em código e você tinha um mapeamento geral do efetivo que entrou na Polícia Militar. Porque essa é uma pesquisa que não tem como você começar a reverso de quem já tem há muito tempo, você tem que acompanhar o grupo que entrou. Então, o que aconteceu, e eu sempre deixei bem claro, a pesquisa não é minha, é uma pesquisa que a polícia francesa já fez e, aqui no Brasil, não tem nenhuma experiência igual. Tudo que se faz é pontual, você pega 500 entrevistados, 60 mil entrevistados, como já aconteceu no Ministério da Justiça: o policial vai fazer um EAD, ele tem que responder ao questionário. É... a maioria... E eu já conversei com vários, responde de qualquer jeito. Vai respondendo porque é pré-requisito para fazer o curso. E a gente conversou muito: é um questionário que deve ser aplicado antes, inclusive, das aulas porque você tem ali o panorama da pessoa antes de ter qualquer contato com a questão da corporação militar. E ali, a gente identificou várias questões, muitas pessoas que já foram violentadas. Você

pode questionar, depois, como que ela vai se comportar. Algumas sofreram violência policial, inclusive, e eu falo: “Bom... como que essa pessoa vai agir? Ela estava do lado de lá, foi vítima de violência policial. Agora, ela está dentro da polícia! Como que ela vai se comportar?” E isso, só quem diz é a pesquisa e o tempo. Também, questões de origem: há um percentual muito grande de pessoas que teve grande parte da sua vida vivida na roça, fazendas. Essa turma aí, 2014/15, muita gente de Rondônia, Tocantins, Maranhão. Então, você tinha um estado e um panorama que era fundamental e, sobretudo, o questionário econômico social. Ali, você notava, a maioria dos nossos ingressantes não tinham mais que dois salários de renda familiar. Hoje, se você ver o subsídio do soldado: só ele tem quantos salários de renda? Só ele que entrou, ingressou, entendeu? E eu falo renda familiar envolvendo ele, pai e mãe, às vezes, dois, três irmãos e tudo mais! Pode parecer pouco, mas não é, pois isso significa uma perspectiva de mudança sócio-econômica pelo ingresso na Polícia Militar, que é um assunto que às vezes não se explora. E nós tínhamos essa possibilidade. Nós tivemos blocos para gente traçar o perfil desse ingressante que variava desde as motivações de ingresso: por que? Se era questão salarial, ou não? E por que esse questionário, no início? Porque ali ainda não tem a contaminação, a questão dele se despertar para vocação policial. Ali, o respondente está meio que, ou quase que totalmente imaturo, com exceção dos que já eram militares das Forças Armadas e que ingressaram na Polícia Militar. Mas, a grande parte, era civil, como se diz: “Barriga Verde”. Você tinha até uma certa inocência nas respostas dos questionários que, muitas pessoas não gostam de abrir, questões muito particulares como orientação sexual. Por incrível que pareça, nós tivemos 5% de respondentes que se autodeclararam homoafetivos. Olha só que interessante! Então, são questões ligadas a tabus corporativos, que não se discute e não se debate dentro da instituição. Mas que, desde o princípio, quando você ainda não tem essa repressão discursiva, até regulamentar contra alguns grupos minoritários e você aplica os questionários, você já vê que tem um percentual considerável dessas pessoas que têm a orientação, que devem ser respeitadas e terem seus direitos respeitados, nos limites do que a gente tem do padrão de constitucionalidade e normas infraconstitucionais. Então, a pesquisa serve para isso! Essa pesquisa, em sua segunda fase, foi aplicada na metade

do curso com questionários e também grupos focais para ver como que estava o processo de adaptação. E foi aplicado uma terceira etapa, no final do curso. E, aí o que destacou nessa pesquisa, no final, foi a questão do assédio moral. Muita denúncia via questionário de pesquisa sobre assédio moral, durante o curso. Alguns assédios sexuais e de algo interessante que não se debate: assédio sexual praticados por mulheres. A grande maioria, assédio sexual praticado por homens contra feminino, mas também um percentual de homens se queixando de assédio sexual por superiores femininos. Então, algo que apareceu também, e eu falei: “Olha que interessante, né?! É algo que é via de mão dupla e acontece!” Esse trabalho estava em fase de catalogação, que é um relatório bem extenso, os formulários se converteram em gráficos automaticamente. E aí, quando eu passei a direção do Centro de Pesquisa, tinha que ser aplicado mais um questionário dois anos depois de formatura dessa turma. Não foi feita essa etapa, os questionários estavam aí, até ajudei o Tenente-Coronel Carlos fazer a tradução dessa etapa, mas não tinha a questão de verba, não se realizou. E, com cinco anos, o que estaria dando agora, era para ser feito a terceira etapa. Ainda há alguma forma de corrigir, já que se tem toda a base informacional dessa turma de 2014/15.

RHM: Nós vamos recuperar esta pesquisa, certamente!

R: 2015 para 2021: são seis anos! Então, ainda se pega essa etapa de 5 anos para fechar com a etapa de 10 anos! Aí, você tem um percurso de socialização. O que mudou, o que virou e mais um detalhe: você vê uma questão de esvaziamento, você tem migração, que é o *turnover*, gente saindo da Polícia Militar indo para a Polícia Civil, vai aparecer, nessa pesquisa de 5 anos e na de 10 anos, também. Você tem as exclusões, as motivações e têm uma série de questões que devem ser levantadas. E, depois, você tem o resultado e a questão: o que ficou disso aí? É algo que... eu não pensei a pesquisa para mim, eu já estava em final de carreira. Uma pesquisa de 10 anos para quem está em final de carreira é algo assim que... Bom, eu tinha um sonho que, de fato, o Centro iria se consolidar e se realizar e não seria eu, o Tenente-Coronel Rondon, na época, o dono do filho! Em uma pesquisa de 10 anos, são vários pesquisadores passando por ali, pelos instrumentos e como a gente tem essa rotatividade, teria, no mínimo possibilidade de 5 oficiais responderem por isso aí

numa continuidade estrutural, construtivista, bem piagetiano mesmo, ao que se refere às etapas da pesquisa. Mas aí teve a questão da suspensão e veio a pandemia, mais outro problema. E essas etapas ficaram por realizar. Então, a etapa de 2 anos é aquela que o Monjardet prevê uma acomodação institucional, é onde o indivíduo, dentro da organização começa a definir as estratégias para onde ele vai. Quem foi para o interior e gostou já não quer mais voltar para a capital, já se estabelece ali. Então, essa fase aí é importantíssima para a gente ver como que funcionam essas questões. Infelizmente, não foi realizada. Fazemos os votos de que você consiga prosseguir, por que essa é uma pesquisa inédita no Brasil. Não tem em nenhum lugar de nosso país uma pesquisa longitudinal com esse alcance e acompanhamento de totalidade de uma turma. E essa pesquisa era para continuar com esses novos ingressantes. Está vindo aí... eu me lembro que foi aplicado o questionário, também, no CFO. Uma turma do CFO respondeu e nós não prosseguimos com o CFO e esses dados ficaram ali. Eu fiz questão de deixar e estava tudo nas máquinas do CDP e depois eu não sei o que virou. Estava tudo convertido nesse pequeno programa que o Sargento Cerqueira fez e estavam em duas linguagens para ter o backup, e não ter o problema de perder e era bem interessante por que já geravam os gráficos automaticamente. Então, tem esses experimentos do CDP, que são inéditos no Brasil! E o CDP também produziu outras pesquisas que são importantes também, mas bem pontuais: apoiou algo que foi produzido na questão de *stricto sensu*, grande parte dos oficiais que passaram no *stricto sensu*, acabaram indo pedir apoio no Centro de Pesquisa para auxílio de execução, inclusive, de pesquisas, como faz, uso das instalações... e que foi mutilada, a instalação foi mutilada do Centro de Pesquisa... E hoje é uma parte daquilo que tinha. E não sei se dá para recuperar porque a estrutura, quando se quebra, para retomar se demanda orçamento, dinheiro, coisa que o Estado, hoje, está bem difícil e complicado de ajustar. Mas a história é essa. O Centro de Pesquisa tinha uma previsão de núcleos de pesquisa, a gente fez um esboço que ele seria constituído por núcleos que iriam seguir linhas específicas, não abrangeria só a questão científica e teria a questão tecnológica, que é algo que vi na realidade francesa. Para você ter uma ideia, nas polícias europeias, não é igual aqui no Brasil, não. Vem o leilão para a licitação para vender carro para a polícia, aí você

compra o que tem, menor preço, tem as adequações, você passa na Roncam, etc., coloca ali, não... Lá funciona diferente: é a polícia que dita o que tem que ter. Eu sei que aqui você tem um fatiamento, cada item da viatura é uma empresa que coloca, o rádio é uma, o giroflex é outra, e assim vai. Lá não: lá você tem, às vezes, até o Centro de Pesquisa para desenvolver tecnologias embarcadas, a ergonomia de banco e equipamentos, por exemplo, tudo é pensado pela própria polícia.

RHM: Hoje, estamos começando a pensar isso também aqui em Mato Grosso, Comandante!

R: O embrião do Centro de Pesquisa era para ser desta forma. Não é à toa que a gente tinha um físico trabalhando lá. Ele pesquisava espectrais, o Sargento Brito. O Sargento Brito não estava lá por estar simplesmente fazendo um *stricto sensu*, a parte dele era voltada para a questão da tecnologia. Só que nunca foi para frente porque não teve apoio.

Então, você tem experiências na Europa que vale a pena. Tem as revistas que você lê, tem os laboratórios. Claro que lá é o ciclo completo. Em tese, se a gente fosse assim, a perícia estaria junto com a gente. Aí, você teria um Centro de Pesquisa de excelência, avançado, que abrange todas essas questões. Mas, a gente pode desenvolver algumas questões. E nós temos exemplos de policiais militares que desenvolveram tecnologias, inclusive, de segurança, de pistola, se não estiver enganado, o Tenente Flávio.

RHM: É um Tenente que fez o precursor da pistola?

R: Isso! Esse aí mesmo! Você tem pesquisas que são desenvolvidas, muitas vezes, na intuição, pelo método de tentativa e erro e acerto. E, não foi aproveitado isso, não foi traduzido isso aí em pensamento e conhecimento tecnológico ou científico.

RHM: Lembro que essa peça que o Tenente pensou, à época, ele enviou um e-mail para a fábrica e a fábrica perguntou se ele tinha patenteado aquilo! Só para o Senhor ter ideia, é uma coisa inovadora que partiu de um Policial que estava fazendo um trabalho científico.

R: E lembro que orientei: “Você tem que patentear! Se você não patentear e se você entrar em contato lá e os caras pegarem... por que você tem uma expertise de fábrica também que desenvolve isso aí: só de uma pessoa ouvir, ela já mentaliza como é o dispositivo já vai pensar um similar e já registra a patente, na hora que você vai registrar já foi, rodou!”

Nós não temos, ainda, e era um pensamento nosso para o Centro de Pesquisa, era ter um setor de patente, bem pensado por você. Nós tivemos softwares desenvolvidos com padrão de excelência pela nossa TI, mas o pessoal fala assim: “Ah, mas é produzido em linguagem aberta (...)” Tudo bem, mas tínhamos que estudar uma forma de patente para que a gente tivesse, de fato, o controle na questão do uso desses produtos que foram realizados dentro do âmbito da Polícia Militar. Então, tem muita coisa para ser feita, por exemplo, os núcleos que não foram implementados, o Comitê de Ética e Pesquisa que iria ficar vinculado ao Centro de Pesquisa, por que seria onde iria se catalogar, controlar tudo, publicar o que fosse devido na Revista Científica. Tudo isso aí, não é algo assim: “Ah... por que tem um segmento que quer pesquisar, então tem que criar um nicho!” Não, não é isso, não, o conhecimento vai subsidiar as decisões do nível estratégico e até governamental. Tem pesquisa nossa que pensa o Estado, não pensa só Polícia. É algo que, de fato, falta um amadurecimento para ter esse nicho, que é um nicho que traz retorno certo, não é algo que você fica especulando e que carece de um investimento, de uma atenção, de um estímulo e de um reconhecimento. Falta isso para o nosso Centro de Pesquisa. Eu espero que, de repente, alguém do nível mais estratégico, assistindo esse bate-papo, ouvindo o que eu estou falando, a questão de recuperar a trajetória possa ter a compaixão de falar: “Ali não é um bando de malucos que está ali porque quer aparecer! Questão de ser PHD... Querem ver o Centro e Pesquisa como uma fábrica de ideias e soluções que vão ter fundamento na ciência e na tecnologia!”

RHM: E quem está nos acompanhando está tendo uma aula: a gente começa em Goiás e vem para MT, caminha pelo interior do Estado, na fronteira Brasil-Bolívia e, depois, a gente vem para Cuiabá, uma pesquisa de mestrado, toda dignificada por exemplos muito históricos, há menção a fatos que deram conta do estado da arte até aquele momento! Depois, tem a ida do Senhor para o Rio Grande do Sul, a exposição

das escolas de Sociologia Criminal! Depois, a ida para a França e o parâmetro mundial disso! E, agora, o Senhor, Presidente do Instituto Brasileiro de Segurança Pública! Está parecendo uma biografia, viu Comandante?! Quero que o Senhor fale do Instituto Brasileiro de Segurança Pública e sua Presidência! A que se presta o Instituto Brasileiro de Segurança Pública? E o que que ele está tocando hoje?

R: O IBSP foi uma iniciativa do Coronel PMESP Azor Lopes da Silva Júnior, que em um trabalho de formiguinha mesmo, foi contatando todos os estados que tinham referência de doutores policiais militares. E ele congregou os sócios fundadores, que são vários e não vou me arriscar a anunciar, sobre o risco de esquecer alguém e vou ficar muito sentido. Temos os sócios fundadores: destaco a pessoa do Coronel Azor, que foi o Presidente e é o nosso eterno Presidente, ele teve essa felicidade de ter essa brilhante ideia e de que ela fosse encampada por quem fosse convidado. Tivemos a consolidação do Instituto Brasileiro enquanto pessoa jurídica de natureza privada, com a finalidade social para fomentar a questão da pesquisa. Hoje, temos duas pesquisas em andamento, uma do Tenente-Coronel Olivaldi, na questão ambiental, e a outra do Coronel Protásio, de Minas, na questão criminológica. O carro chefe do Instituto são a revista científica e os diálogos acadêmicos. E nós o temos tudo catalogado no *YouTube*. Ali, você tem o estado da arte do pensamento sobre Segurança Pública e Polícia do Brasil. Então, o Instituto congrega expoentes de todo o Brasil.

Como eu não posso cometer a arbitrariedade de me esquecer de alguém, eu falo que a gente tem representação de grande parte das unidades federativas. E, assim, o papel do Instituto, hoje, é essa questão do fomento à pesquisa na área das ciências policiais. E estamos começando agora, uma perspectiva de monetizar para financiar e fomentar pesquisas. Até então, a gente estava só cotizando as despesas básicas do Instituto e nós tivemos todo o cuidado de, primeiramente, criar uma revista científica de maneira que essa revista tivesse todos os elementos necessários para ser ranqueada, como a questão do ISSN, o DOI e ORCID dos autores. Hoje, a nossa revista é toda vinculada. Quero crer que no novo ranqueamento ela deve subir de B4 deve ir para B3, B2 ou B1. Assim eu espero pela excelência da qualidade das publicações. Tem outro ponto, a nossa Revista, agora, é quadrimestral, é um produto que veicula conhecimento de excelência.

RHM: O senhor está como editor da revista?

R: Estou como editor, mas o Conselho é formado por vários outros policiais, inclusive, você está ausente de lá, né? Está faltando você lá! Então, depois, temos que conversar sobre essas questões!

Aproveito para mandar um abraço para o Coronel Hiroshi que é Vice-Presidente da gestão atual, parceiro, sempre amigo também da PM de Minas Gerais e é o ícone da Inteligência de Segurança Pública, no Brasil. Tenho a honra de conviver com esses baluartes, esses expoentes no Instituto Brasileiro de Segurança Pública. Hiroshi, um abraço, viu Amigo!? É sincero! E o que a gente tem procurado fazer com a gestão junto com o Coronel Hiroshi e com o Coronel Azor no Conselho deliberativo é, justamente, inovar em algumas questões. Por exemplo, os encontros acadêmicos eram um formato e, com abertura e o término da pandemia, acabou se exaurindo. Era um formato semanal, toda quinta-feira, e acabou que as pessoas se cansaram, então diminuiu muito o público. Ficou como um registro, como uma memória, um repositório dos encontros, mas, não se tinha mais o mesmo engajamento do início. Nós chegamos a ter alguns encontros que, somando *Zoom* e *Facebook*, mais de 1.000 pessoas acompanhando *on line*. Nós tivemos um seminário de TCO que foi monstruoso: só de inscritos deviam ser mais de 700. Algo que tinha impacto, engajamento forte. Mas aí, com a abertura diante do término da pandemia, a gente viu que isso foi diminuindo, até porque as pessoas têm outras atividades, talvez, mais aprazíveis do que ficar na internet ouvindo outras pessoas falarem. E foi mudando, foi se alterando. O nosso associado Wildson Correa da PM da Bahia veio com o “Café Jurídico”, às terças-feiras. Muito interessante o formato adotado pelo Wildson. E ele é expert em conduzir, é tipo um *talk show*! Eu brinco com ele: “É quase um Jô Soares de Barba!” Wildson, me permita a comparação, mas é pela excelência na condução das entrevistas, ele é extremamente interativo. Então, tem esse atrativo no Café Jurídico. Eu, particularmente, gosto muito de acompanhar e de assistir até pela condução dele. E a pegada é um pouco diferente dos debates acadêmicos, o Café Jurídico está mais ligado à questão associativa, ligado à questão jurídica de interesse das corporações. E os debates acadêmicos para o debate de obras e pesquisas de renomes, de temas que têm pertinência para ciências policiais e interesse do Instituto.

Nós temos esses produtos, mais a revista. E, agora, a gente vai iniciar uma nova tomada: a gente está sistematizando a questão de reconhecimento interno para a gente, já está aprovada a questão da medalha e da moeda honorífica do Instituto Brasileiro, o mérito acadêmico. Devemos fomentar um encontro presencial, previsto para outubro de 2022. Já tem uma comissão montada, outubro, Rio de Janeiro, o encontro presencial dos membros do Instituto Brasileiro de Segurança Pública, onde abriremos espaço para que os nossos associados sejam os protagonistas das mesas, de maneira que a gente possa conhecer melhor a produção de todos nós [...].

RHM: Coronel, eu queria colocar uma questão por que nós temos vários policiais nos ouvindo, essa entrevista vai ser veiculada nos canais da PM, então vai ganhar um público imenso: Qual é o critério, hoje, para a admissão no IBSP? Tem que ter mestrado? Tem que ser doutor? Tem que ser Policial Militar? Bombeiro Militar?

R: Policial Militar, especialista para cima. Tem que ter indicação e aprovação do Conselho Executivo para ser associado, independente de posto ou graduação, nós já temos, inclusive praças associados. O requisito é a indicação, quem indica é um associado. Tem a questão do engajamento, também.

E, agora, é uma questão de uma situação que a gente vai alterar, a gente começa com a monetização, com previsão de cursos online. Essa é a proposta, vamos ver se conseguimos concretizar, até o final da gestão, os curso *on line*, para que a gente possa monetizar e poder fomentar viagens de estudo para quem é integrante do Instituto e tem interesse. E já tem um experimento que vamos tentar inovar agora, mas com condição: quem é associado, por exemplo, e quer participar de um evento que tem um cunho formativo-científico, tem que fazer a proposta. Vamos lançar o Edital, talvez duas bolsas por semestre para não ter muita despesa porque o Instituto não tem tanto recurso, condicionado a um limite, desse teto, talvez, R\$ 1.500,00. Também com uma contrapartida do associado, ele vai ter que fazer um relato de experiência, publicar na revista e dali, também, quem sabe, um artigo e uma fala nos nossos diálogos acadêmicos para prestar conta daquele investimento que o Instituto fez. Então, é uma proposta, já conversei com o Hiroshi e ele deu o pronto, o sinal verde. Também falei com o Azor. Os dois gostaram muito dessa idealização que vamos colocar em prática de maneira que a gente tenha, de fato, o Instituto que, além

de ofertar esses produtos já mencionados, a revista, diálogos acadêmicos, o Café Jurídico, fomente também pesquisas na área de ciências policiais. Essa é a intenção e espero que a gente consiga concretizar essas propostas, porque eu acho que tudo que vem para fomentar, para agregar a construção do pensamento, do conhecimento científico é fundamental.

RHM: Coronel, estamos caminhando para o encerramento da nossa entrevista, do nosso "Diálogo com Pesquisadores" que, hoje, era para ser uma conversa de meia hora e se transformou num Podcast de mais de 2 horas, rico e enriquecedor para todos que assistiram e irão assistir posteriormente. Sempre, no final das nossas conversas, pedimos para o entrevistado uma indicação de leituras essenciais na área de Segurança Pública: textos, livros, artigos de modo geral que não devem passar batidos, têm que ser eixo da nossa compreensão acerca de uma atividade melhor prestada ao cidadão. Então, queria, encaminhando para o nosso encerramento, que o Senhor deixasse aqui indicações de literatura a nossa audiência!

R: Olha, literatura para Segurança Pública eu acho que hoje tem muitas, várias! Eu acho, que já chega a milhar, se levar em consideração teses e dissertações publicadas. Muita gente publica em editoras independentes, o que dificulta, às vezes, o acesso a essas obras. Então, é algo muito pessoal. Você não tem uma circularidade, fazer o circuito de comércio, de obras, de livro, até mesmo a questão do e-book, que hoje é comum.

RHM: Por isso, a necessidade de sempre estar participando do Instituto, né?

R: Então, eu penso assim: tem uma coleção de que é fundamental para você compreender. São duas coletâneas que recomendo: a primeira coletânea "Polícia e Sociedade", que é fundamental. Todas aquelas obras ali.

RHM: Se fosse para escolher um, Coronel, qual livro escolheria?

R: Pela proximidade, eu escolheria o Dominique Monjardet, "O que faz a Polícia". É a minha opinião!

RHM: Eu ficaria com "Padrão de Policiamento"!

R: Também tem esse aí! Mas, é só uma questão das perspectivas de abordagem. Eu acho que todos são fundamentais. São todos interessantes. Para policiamento, você tem Trojanowicz e o Greene, também bem interessante. E eu também recomendaria a coletânea da Editora Revan, "Pensamentos Criminológicos" que traz algo bem interessante, você tem ali a história do pensamento criminológico.

RHM: Grande Doutor Baratta!

R: Esse aí é o primeiro volume, mas têm os outros. Ela já está indo para 23 volumes, alguma coisa assim.

RHM: A professora Cláudia está conosco aqui e ela lembra da obra "Segurança Pública e População em Situação de Rua", que o Senhor trabalhou também!

R: Isso! Isso! Também trabalhei e ia chegar. Estou chegando, estou falando das coletâneas. Têm algumas obras que eu reputo de extrema importância, uma delas eu considero um clássico: "(In)Segurança Pública", é uma obra que tem a participação do Coronel José Vicente da Silva Filho, que é também nosso associado, da PM de São Paulo, e o David Bailey, que é um clássico, que, inclusive, tem o capítulo denominado os "incentivos perversos e segurança pública". Eu não me recordo muito dos títulos, mas têm artigos seminais nessa obra que são do ano de 2001.

Você tem também uma obra que é muito interessante, que é um catálogo do percurso de todos os pesquisadores da área de segurança pública e o que cada um pesquisou do tema, que é um relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, onde se entrevistou todo esse pessoal que a gente usou como referência, lá no início. É um compêndio em que você vai conhecer a vida e a obra de uns 12 pesquisadores, a trajetória de cada um deles, Alba Zaluar, José Vicente Tavares dos Santos... é uma obra que serve para você saber para onde cada um vai, para você ter a ideia de como funciona o pensamento de cada um, [...] o que foi concebido por eles, o pensamento. É bem interessante essa obra. E lembrei o nome da obra "As Ciências Sociais e os Pioneiros nos estudos sobre crime, violência e Direitos Humanos no Brasil". Então, é bem interessante.

Tem algumas obras que a gente recomenda também para compreender algumas questões: a obra do autor do Azor Lopes da Silva Junior, "Termo Circunstanciado de

Ocorrência”, que é fundamental, na questão prática. Do ponto de vista de etimologia e construção das ciências policiais, a sua obra eu acho fundamental também.

Na parte de formação, temos muitas obras interessantes. Para prestar homenagem: “A formação policial-militar do século 21: diagnósticos e perspectivas”, do nosso associado Major João Batista da Silva, do Rio Grande do Norte, que é bem interessante e, também, conversa muito próximo com a minha tese.

Nós temos também uma obra que não foi publicada ainda, do Coronel Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto, do Pará: “Sangue nos olhos: sociologia da letalidade policial no estado do Pará”. Fala sobre a questão da violência. É fundamental. Defendeu na UnB em Brasília no ano retrasado, muito boa!

Do Coronel Wilquerson, aquela questão da tomada de decisão para o tiro do policial. E, eu destaco, também, essa obra que a Cláudia mencionou: “Segurança Pública e população em situação de rua”, que é um lado também que a gente não pode deixar de considerar que é o trato e a relação entre as organizações policiais e os grupos vulneráveis. As minorias também merecem ter um olhar e a gente saber o que esses sujeitos e sujeitas de direito pensam a respeito dessa relação que se tem, que demonstra muito da natureza do nosso Estado. Então, quando a polícia age é a demonstração do Estado que nós temos, são questões bem complexas e que também têm uma certa divergência de compreensão, entendimento, mas todas as perspectivas merecem ser lidas para que possamos dar voz à sociedade, sobretudo, quando se trata de violações de Direitos Humanos e até mesmo uma desmistificação. Muita gente é contra, mas a questão de Direito Humanos tem toda uma organização no plano internacional. E, para chegar a virar lei no plano nacional é muito caminho percorrido, muita luta, e tudo mais. E não é questão mesmo de “chororô, mimimi” como muitas pessoas falam. É questão mesmo de adequação ao padrão de reconhecimento. Têm questões que são controversas, mas que refletem, inclusive, no tabuleiro internacional, em como o Brasil é visto lá fora. Quem é responsabilizado, quando se tem uma ofensa a Direitos Humanos, não é o policial militar A, B ou C. Não. É o Estado Brasileiro. Então, você tem as medidas de reprimendas que são impostas ao Estado. Ao policial, vai se reservar à questão administrativa, civil,

criminal, é o que sobra! São questões que a gente tem que se debruçar, compreender e estudar.

E aí, Leal, têm outras obras que me lembro. Mas, eu falei das coletâneas, algumas que estão mais próximas da minha trajetória, da sua, do próprio Instituto. Uma outra que a gente não pode também deixar, em hipótese alguma, é a obra do Coronel Amauri Meireles, que tem um resgate fundamental. O Coronel Amauri Meireles tem uma trajetória fundamental, merece ser lido. É bem interessante o pensamento do Coronel Amauri.

E, pragmaticamente falando, você tem como fonte primeira de leitura as revistas. Não tem nenhuma revista que seja ruim no campo de Segurança Pública, nem que tenha um enviesamento na pesquisa, servem de crítica sobre a questão daquilo que está posto.

A recomendação é que as pessoas assistam as programações que a gente tem do Instituto, agora, do Centro de Pesquisa e realizem leitura das nossas revistas.

Estava me esquecendo, o João Apolinário da Silva tem a obra “Análise Criminal: Teoria e Prática”, também, de excelência. João Apolinário é nosso associado no Instituto Brasileiro, tem um capítulo sobre indicadores em obra publicada pelo Ministério da Justiça, acho que é o volume 5. Nós temos nessa obra dois capítulos fundamentais: um é do Apolinário e o outro é do Coronel Protásio, de Minas. O Coronel Protásio propõe indicadores, inclusive, de abordagem qualitativa.

E tem uma obra também que eu ia me esquecendo, mas, que é dez! E, não é porque é da minha turma não. É a obra do Tenente-Coronel Paulo de Faria Ávila, “Indicadores de desempenho nas ações de polícia preventiva”, onde até construiu/ desenvolveu uma fórmula matemática para se calcular o desempenho. É algo, também, inédito, do ponto de vista de pensamento e construção científica e que eu tenho como livro de cabeceira. Ele trabalha pré indicadores, indicadores qualitativos, de resultado, de eficiência, de eficácia, de efetividade. É uma obra que merece ser lida. Pena que não está no circuito nacional, é uma obra local, produzida aqui no Mato Grosso. Nem sei se ele reeditou [...]. É uma obra de excelência! [..]

RHM: Eu quero lembrar duas obras. Eu conheço Senhor e sei que não seria cabotino o suficiente para citá-lo. Mas, eu preciso citar, em nome da Justiça, duas obras que são

clássicas, na área de segurança pública e que saíram das suas mãos: a primeira delas é nacionalmente conhecida, que o Senhor organizou juntamente com o Coronel Castro, "Inteligência de Segurança Pública", que é um livro que já está em várias edições pela Juruá e outro livro que li recentemente, li primeiro enquanto tese atrás, depois li publicado igualmente pela Juruá que é "Socialização Policial", que é a sua tese de doutorado, creio eu.

E, por fim... e aqui eu queria que o Senhor desse 2 minutinhos para fazer menção disso: pesquisando as publicações do Senhor, enquanto dever de casa para trocar essa ideia, eu descobri que o Senhor está navegando pelos mares da literatura! O Senhor, agora, é um pesquisador de sociologia do romance, crítico literário. Policial, pesquisador de segurança pública, crítico literário! É um caminho sem volta ou o Senhor só foi tomar um respiro para voltar para a segurança pública?

R: Olha, quanto a essa parte final de seu questionamento, o que eu posso te falar é que esse percurso, também, é influência do meu orientador. Quando eu estava fazendo doutorado, no Rio Grande do Sul, acabei participando de uma disciplina em forma de seminário sobre a Sociologia do romance policial. Depois, esse seminário virou uma obra do professor José Vicente Tavares dos Santos que mapeou os romances policiais existentes na história da humanidade. É uma viagem historiográfica, o livro dele é um apanhado muito espetacular. E a história do romance retrata como a polícia é vista ao longo da história, para se ter uma ideia. Ali você tem um retrato fiel, Machado de Assis com alguns contos, os próprios romances nacionais e a questão da polícia/ policial como protagonista ou até mesmo como anti-herói ou herói. Tem toda uma questão que ele resgatou e, por essa influência, pensei: "Quer saber de uma coisa? Vou navegar em outros mares!" Apareceu a oportunidade de um pós-doutorado na Unesp, quando conversava com o Coronel Azor que me falou: "Oh, está tendo vaga aqui no pós doc., vamos tentar?" Eu falei: "Vamos!" Foi eu e ele, entendeu? Eu e o Coronel Azor, além de companheiro e colega de sala de aula é amigo fora.

Com referência ao pós doc. na UNESP, ele (Azor) pesquisou a questão da hermenêutica jurídica, um trabalho de excelência. E, no meu caso, eu pesquisei um romance do Antônio Calado, "Quarup", uma obra emblemática, da década de 60, considerada pela crítica literária como "O romance da década", a história do Padre

Nando. E, nessa perspectiva, eu fiz a pesquisa com uma análise recursiva, inclusive, com a metodologia informacional, através do software NVIVO. Consegui separar quando da leitura e fiz um glossário com algumas palavras de origem ameríndia utilizadas no romance. Foi, por assim dizer, um dever de casa passado pelo Prof. Gentil Faria, meu orientador, meu supervisor de relatório de pós doc. E conseguimos separar 204 palavras ameríndias, de origem das mais diversas, dos mais diversos troncos linguísticos, como o tupi-guarani, Jê, Náhuatl. Tem algumas palavras que... O Antonio Callado usou até o Aymará. Uma obra muito rica do ponto de vista de análise. Eu tive esse cuidado de pinçar palavra por palavra. Meu primeiro trabalho foi transcrever a obra "Quarup" para o formato Word para depois alimentar a base do NVIVO. Eu li várias vezes na edição do Círculo do Livro de 1967 [...] É algo trabalhoso, manual, não se tinha o "Quarup" transcrito em formato Word, tinha até em pdf, mas em formato de fotografia, [...] e dali eu fui pinçando as palavras de origem ameríndia para fazer o glossário. Pesquisei em todos os dicionários disponíveis, dicionários de tupi-guarani, por exemplo, dicionários Aurélio e Michaelis, foram 8 a 9 dicionários linguísticos. Dicionário que me enviaram lá do Paraguai, porque o Paraguai tem sua base linguística no Guarani. Peguei também algumas expressões que não tinham nos dicionários e eu fui buscar em sites regionais como, por exemplo, o Caprichoso e o Garantido, do Amazonas. Alguns sítios na internet apresentam algumas palavras e glossário. Algumas palavras eu tive que buscar lá no Garantido e no Caprichoso para traduzir o contexto. Do trabalho de análise, eu tirei algumas categorias apresentadas por Antônio Callado na obra analisada como, por exemplo, a violência contra a mulher, a questão da reforma agrária, a questão Xinguana. Talvez seja a parte mais emblemática: o Xingu. Você tem uma questão de descobrimento do Brasil Central. E, para quem não sabe, o Antônio Callado era correspondente de vários jornais, inclusive, ele cobriu várias matérias de Mato Grosso. Tem uma outra obra do Callado, "O país que não teve infância", e se você quer voltar no Mato Grosso na década de 70 e 80, você tem que lê-la. São os artigos de opinião do Callado sobre o Mato Grosso. Ele vinha para cá direto. Tem vários artigos que retratam Mato Grosso. Então, não tem porque eu não pesquisar aquilo que retratava a minha terra. Eu peguei as temáticas, a questão da religião, muito emblemática, questão do celibato, de casamento, de uso de drogas.

Quarup é uma obra muito rica, você tem nela três topos, que passa primeiro no Agreste Pernambucano, depois você tem uma topografia no RJ, depois vem para o Xingu, volta para o RJ e termina em Pernambuco. O retrato da paisagem é descrito de uma maneira muito brilhante. Callado era um exímio escritor. Você tem ali algo fenomenal, magnífico. Ele, particularmente, não gostava do “Quarup”, ele achava que a grande obra dele era “Reflexos do Baile”. Ele falava: “Olha, eu sei que vai ser a obra reconhecida, mas para mim a principal obra é ‘Reflexos do Baile’, que é uma continuidade da linha que ele vinha seguindo em “Quarup”.

Então, foi uma experiência que eu tive na literatura. Pretendo continuar, até porque, por conta dessa pesquisa, eu já fui convidado agora para apresentar na Pré-ALAS, Associação Latino-Americana de Sociologia, estou indo apresentar, agora, em Abril, por conta desse relatório do pós doc. Também, recebi um convite para os Seminários da Unesp e para publicar em duas revistas, me pediram para tentar reduzir esse relatório para publicá-lo. O estágio deu muito trabalho, mas está dando frutos e eu pretendo continuar, na medida do possível. Acho que, primeiro, ver a questão das Ciências Policiais e, depois, nas horas vagas, dar uma viajada na questão da Sociologia do Romance.

Mais uma vez, voltando às obras, não posso me esquecer da obra organizada pelo Coronel Hiroshi, ele tem uma coletânea que também é obrigatória, sobre inteligência de Segurança Pública, inclusive, ele organizou uma sobre a área de fronteira do Mato Grosso [...]. E, se eu não estiver enganado, o Sargento Renato Pires, que também é nosso associado, de Minas Gerais é parceiro do Coronel Hélio Ramada Hiroshi na coordenação da obra. A obra deles deve ser lida. Era isso que eu tinha que lembrar, estava até passando batido.

Não dá para citar uma obra, escolher uma obra fundamental sobre segurança pública é difícil por que você lê e têm umas mais interessantes que outras, o próprio Saporì tem uma sobre gestão de segurança pública, bem como o meu orientador, José Vicente Tavares dos Santos, que tem uma sobre conflitualidades: “Violência e conflitualidades” que metade dela é sobre segurança pública. São obras que não dá para falar: “Ah, não vou ler!” Tem que lê-las, pois são fenomenais. Se eu fosse

elencar, eu passaria o resto da noite lembrando de obras que a gente deveria ter lido. Eu penso que ainda tem tempo para quem está começando.

Quem está começando agora, tem tempo! A diferença que tem entre a gente é só o tempo que dispensamos para ler, mas, tendo essa disposição, quando chegar em idade mais avançada, vai estar com mesmo tempo de leitura dos veteranos e tranquilo... O que a gente faz é acumular leituras para ajudar a questão da construção do conhecimento no CAO, no CSP, nos cursos em andamento nas polícias. E eu, agora, no curso de Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz de Araputanga e no mestrado em Sociologia da UFMT. Inclusive tenho me colocado à disposição para orientar policiais. Eu falo policiais, mas já orientei agentes da polícia civil, delegados, delegadas, oficiais da polícia, juízes, advogados, servidores públicos. Tenho orientado e debatido sempre numa linha que prima pela dimensão do *Ethos*, numa construção do *Logos* e que atenda a uma estética associada a um *Pathos*, buscando a consolidação dessas três dimensões, de um padrão de excelência. Inclusive, agora, recentemente, defendeu a dissertação de mestrado a Doutora Alana, que é delegada de polícia, pesquisou Comando Vermelho, o salve do Comando Vermelho na periferia de Cuiabá. Veio para fazer parte da banca o professor Daniel Hirata, que é um grande especialista da Universidade Federal Fluminense, grande especialista em Comando Vermelho. Ele elogiou muito o trabalho da Alana. É um trabalho bem agradável, interessante, leitura leve, mas que ainda não foi publicado. Eu estou esperando publicar para ver como que ficou a versão impressa.

E está comigo, em orientação, o Major Vitor Hugo que vai pesquisar, continuar a questão da vitimização policial no Estado de Mato Grosso, com enfoque teórico na “Sociologia do Risco”, de Ulrich Beck, e a questão da escolha racional. São dois referenciais teóricos que merecem ser mais estudados debatidos e ele vai procurar conciliar. O Victor Hugo é bem dedicado e está pesquisando na área policial.

Também, está ingressando agora no mestrado, o Tenente Thiago Ribeiro Melo, que vai pesquisar a questão das simbologias da farda, das insígnias e como que isso impacta na atuação e na distinção entre as unidades policiais militares, enquanto distinção e até reconhecimento, porque algumas unidades, inclusive, não são vistas pela sociedade como não integrantes da Polícia Militar, e o Tenente Randhale que eu oriento sobre a questão do racismo. (...).

RHM: Coronel, quero agradecer, do fundo da alma a oportunidade que todos tivemos de ouvi-lo nessas mais de duas horas de rica explanação, com conteúdo para a gente explorar. E muitas e muitas outras conversas! O que a gente fez aqui foram fogos de artifícios que iluminam outros contextos e, por sua vez, iluminam outros contextos, para que as pessoas que nos alcancem na visualização desse vídeo, dessa conversa, que a pesquisa ela fundamenta a própria instituição, por que a instituição nada mais é do que a reflexão de homens e mulheres.

Então, pensar com o Senhor é a pensar a história do ensino, senão na história para ser exagerado, ao menos nos últimos 30 anos, na PMMT. O que a gente fez hoje aqui não foi um exercício de pensamento acerca da contribuição do homem, mas de um o homem que fez história na Polícia Militar de Mato Grosso lutando por seu reconhecimento, obteve não mais ou não menos que o conhecimento, mas sua inscrição no panteon daqueles que serão lembrados a despeito de reconhecimento institucional. Eu tenho certeza disso, que existe uma história oficial e existe uma história que é a verdadeira história e essa, o Senhor está escrito nela, sem sombras de dúvidas.

Muito obrigado pelo Senhor estar aqui conosco. Faço voto de que sempre esteja colaborando com a instituição, que só temos a ganhar. E, dizer que o Centro de Pesquisa não está de portas abertas, o Centro de Pesquisa é a vossa extensão! O Senhor se sinta absolutamente livre para conosco em qualquer circunstância, a despeito de qualquer eventualidade, por que sua colaboração permite esse tipo de “à vontade”, como o Senhor tem em nossa instituição!

Coronel Rondon, forte abraço, fique com Deus e até a próxima comandante.

RHM: Obrigado Coronel!